

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

A UNIVERSIDADE SOB A ÓTICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

**Análise da Função Extensão Universitária no Pensamento do Professor
Universitário de Educação Física**

DAGMAR APARECIDA CYNTHIA FRANÇA HUNGER

**CAMPINAS
1998**

20 0000443

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

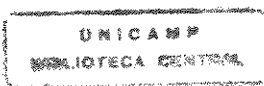
A UNIVERSIDADE SOB A ÓTICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

**Análise da Função Extensão Universitária no Pensamento do
Professor Universitário de Educação Física**

DAGMAR APARECIDA CYNTHIA FRANÇA HUNGER

Orientador: Prof.º Dr.º ADEMIR GEBARA

**CAMPINAS
1998**



UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	7/UNICAMP
	48944
V.	Ex.
TOMBO BC	39 903
PROC.	278/00
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 14,00
DATA	12/04/00
N.º CPD	

CM-00130656-1

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA- FEF - UNICAMP

H711u

Hunger, Dagmar Aparecida Cynthia França

A universidade sob a ótica da extensão universitária: análise da função extensão universitária no pensamento do professor universitário de Educação Física / Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger. -- Campinas, SP : [s. n.], 1998.

Orientador: Ademir Gebara

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Ensino superior. 2. Extensão universitária-Brasil. 3. Universidades e faculdades. 4. Educação Física. I. Gebara, Ademir. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

**Tese de doutoramento apresentada à
Comissão Julgadora da Faculdade de
Educação Física da Universidade Estadual
de Campinas, como exigência final para
obtenção do título de Doutor.**

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Ademir Gebara', is written over a horizontal line. A long, thin diagonal stroke extends from the bottom of the signature towards the bottom right of the page.

Prof.º Dr.º Ademir Gebara

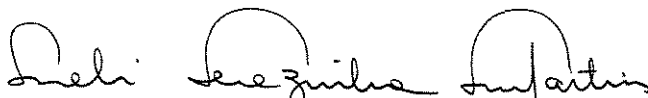
Campinas

1998


COMISSÃO JULGADORA



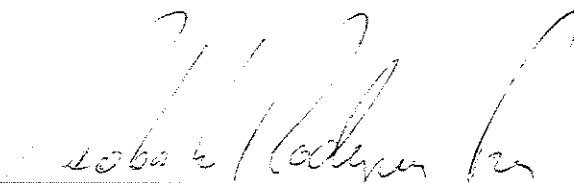
Prof.º Dr.º Ademir Gebara
Orientador



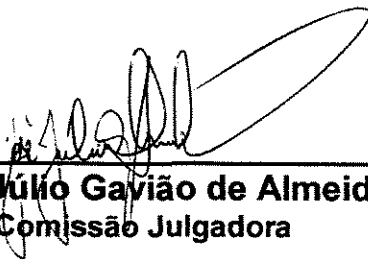
Prof.ª Dr.ª Sueli Terezinha Ferreira Martins
Membro da Comissão Julgadora



Prof.ª Dr.ª Adriana Josefa Ferreira Chaves
Membro da Comissão Julgadora



Prof.º Dr.º Roberto Rodrigues Paes
Membro da Comissão Julgadora



Prof.º Dr.º José Júlio Gavião de Almeida
Membro da Comissão Julgadora

***“O IMPORTANTE NÃO É O QUE FAZEM DE NÓS,
MAS O QUE NÓS PRÓPRIOS FAZEMOS DAQUILO QUE FAZEM DE NÓS”.***

Sartre

***À Maria Elisabeth Rosada Hunger, minha mãe,
que com seu amor insubstituível,
acompanhou cada momento, de glórias
e frustrações, vivenciados durante
essa minha formação acadêmica.***

***À Reynaldo Hunger Filho, meu irmão,
que dotado de uma força perfeita,
não mediu esforços para auxiliar-me
nesse processo.***

***Ao Prof. Dr. Ademir Gebara, meu orientador,
que com sua sabedoria incomum, soube conduzir-me
academicamente de modo admirável.
Fomos juntos até o fim! Muito Obrigada.***

***Ao Prof. Dr. Amilton Ferreira,
o meu respeito e admiração pela sua
competência intelectual e
administrativa dedicada à UNESP.***

AGRADECIMENTOS

Às professoras doutoras Sueli Terezinha Ferreira Martins e Adriana Josefa Ferreira Chaves, membros da comissão examinadora, pelas críticas e sugestões. Admiro-as pela competência docente, pela dedicação acadêmica e pelo compromisso com o progresso da Faculdade de Ciências da UNESP – Bauru.

Ao Prof. Dr. Roberto Rodrigues Paes (FEF – Unicamp), membro da comissão examinadora, pela orientação segura e competente para finalização desse trabalho.

Aos professores doutores José Júlio Gavião de Almeida e Paulo Ferreira de Araújo, pela dedicação à prática e administração da Extensão Universitária na FEF – Unicamp, orgulho-me por comporem a comissão examinadora.

Ao Prof. Dr. Sebastião Gobbi, membro da banca examinadora, por acreditar na importância desse trabalho, pela atenção dedicada para examinar os procedimentos metodológicos da tese e por estimular-me na continuidade de minha carreira acadêmica.

Ao Prof. Dr. Roberto Nardi (Físico), à Profa. Dra. Elaine S. Oliveira Rodini (Bióloga) e ao Prof. Dr. Aguinaldo R. de Souza (Químico), tenho orgulho de ser colega de trabalho e amiga de professores que são - dotados de competências intelectuais específicas inigualáveis.

Aos amigos do Grupo de História da Educação Física, Esporte e Lazer da FEF – Unicamp, Edilson (a vida responde!), Ricardo, Cléber, Magda, Edmundo, Wanderlei (Miquim), Frasson, Marcelo, Fernando e Pilatti, responsáveis por esse trabalho. Sem suas críticas ele não existiria.

Aos amigos e colegas de trabalhos do Departamento de Educação Física (Unesp/ Bauru), Mauro, Cleusa, Mara, Ana Flora e Mateus que orientam-me sabiamente em minha vida acadêmica.

Ao amigo Egberto, com carinho especial, que acredita no meu potencial intelectual e me estimula incessantemente em prol de meu crescimento profissional. O responsável pelo início de minha carreira universitária. Jamais esquecerei. Muito Obrigada.

Ao professor Paulo que dedicou-me toda atenção para ensinar-me escrever corretamente a língua portuguesa.

À Elisete, minha amiga insubstituível e inesquecível, pelo apoio dedicado nos momentos complicados desse trabalho. O “tempo” transformará seus sonhos em realidade!

À Carla, minha psicóloga, que com sábias orientações, auxiliou-me a superar minhas indignações, dúvidas, baixo astral e baixa estima, de modo equilibrado. Às secretárias (os), bibliotecárias (os) e funcionárias (os) da Unesp e da Unicamp, admiro-as (os) pela paciência e competência profissional para responder às exigências do serviço público.

Aos meus irmãos Tico e Roldão, às minhas cunhadas Elaine e Iná, aos seus filhos, meus lindos sobrinhos Raphael, Fernanda, Érika e Yan. À educação de nosso país.

Ao amigo Zé Carlos, por ter sido o responsável pelo início de meu ingresso na carreira universitária.

Ao meu secreto – invisível – imaginário – fantasiado – sonhado amigo, que sempre teve, tem e terá, tenho certeza, percepção suficiente para acordar-me para a vida em momentos de sonolência.

Ao Prof. Dr. Miguel Petrere, admiro-o pela sua competência enquanto pesquisador. Muito obrigada por sempre incentivar-me e por acreditar em mim intelectualmente. Você é diferente e especial!

Ao meu pai, Reynaldo Hunger!

Especiais, a todos aqueles que deixei de mencionar.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....01

CAPÍTULO I.....13

1. Extensão Universitária e História.....13

1.1. Um Breve Histórico Conceitual das Atividades de Extensão nas Universidades Inglesas, Norte – Americanas e Latinas.....14

1.2. A Origem da Extensão Universitária no Brasil.....18

1.3. A Vida Acadêmica do Estudante na Extensão Universitária.....24

CAPÍTULO II.....41

2. A Extensão Universitária no Discurso Democrático da Universidade.....41

2.1. CRUB, ANDES, CNRES, PNU, GERES e as Novas Dimensões para a Extensão.....42

2.2. Constituição do Fórum Nacional de Pró-Reitores: a Consolidação Política da Extensão Universitária.....52

CAPÍTULO III.....81

3. O Estado Atual da Questão.....81

3.1. As Pesquisas de Pós – Graduação em Extensão Universitária.....83

3.2. A Extensão na Relação Ensino e Pesquisa: Uma Definição que Evidencia a Ausência de Identidade da Universidade.....108

3.3. Concepções de Extensão Universitária em Educação Física.....118

CAPÍTULO IV.....	131
4. Visão de uma realidade: a Extensão Universitária em Educação Física Analisada na Perspectiva do Professor Universitário.....	131
4.1. Introdução.....	131
4.2. Apresentando as Entrevistas.....	141
4.2.1. A função Extensão Universitária na Instituição UNESP/UNICAMP: sua política universitária, concepção, os objetivos, as prioridades; fontes de recursos; o estatuto e o princípio de indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.....	141
A1) Na UNESP.....	141
B1) Na UNICAMP.....	143
4.2.2. A Extensão Universitária da Instituição UNESP/UNICAMP e o Departamento/Faculdade de Educação Física, considerando-se os itens da primeira temática – questão, mais a infra-estrutura física e material disponível.....	144
A2) Na UNESP.....	144
B2) Na UNICAMP.....	146
4.2.3. A origem e o desenvolvimento das Atividades de Extensão no Departamento/Faculdade de Educação Física.....	148
A3) Na UNESP.....	148
B3) Na UNICAMP.....	149
4.2.4. O que é Extensão Universitária em Educação Física?.....	149
A4) Na UNESP.....	149
B4) Na UNICAMP.....	150
4.3. Pontos que se destacaram nos Depoimentos.....	152
A) Na UNESP.....	152
1) A Relação Teoria e Prática da Educação Física na Extensão Universitária.....	152
2) Extensão Universitária e a Pesquisa Aplicada.....	152
3) A Extensão Universitária como fonte de Captação de Recursos.....	153
4) Extensão Universitária e Prestação de Serviços.....	154
B) Na UNICAMP.....	154
1) A Relação Teoria e Prática da Educação Física na Extensão Universitária.....	154
2) Extensão Universitária e a Pesquisa Aplicada.....	155
3) A Extensão Universitária como fonte de Captação de Recursos.....	156
4) Extensão Universitária e Prestação de Serviços.....	156

4.4.	Uma Análise Comparativa entre os Depoimentos.....	158
4.5.	Os Depoimentos à Luz dos Referenciais Teóricos: Mannheim e Elias.....	160
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		193
ANEXO A Da Fonte Oral ao Documento Escrito: O Pensar da Extensão Universitária em Educação Física.....		213
As Entrevistas com os Professores Universitários de Educação Física da UNESP.....		213
Professor 1.....		213
Professor 2.....		221
Professor 3.....		230
Professor 4.....		238
Professor 5.....		248
As Entrevistas com os Professores Universitários de Educação Física da UNICAMP.....		254
Professor 6.....		254
Professor 7.....		263
Professor 8.....		271
Professor 9.....		278
Professor 10.....		286
ANEXO B Documentos Referentes à Extensão Universitária.....		296

RESUMO

Professores, dirigentes universitários e Governo, ao discutirem a Universidade Pública brasileira nos anos 80, defendiam que a Extensão Universitária, como instrumento acadêmico, deveria articular o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabilizar transformações sociais. Tendo por pressuposto que a Pesquisa e o Ensino deverão respeitar a relação direta com a sociedade, num processo interdependente de experiências, independentemente da função Extensão Universitária, esse novo repensar sobre os rumos da Universidade por tal função, como possibilidade concreta para efetivar uma nova instituição universitária, apresentou-se de modo questionável para a pesquisadora. Portanto, constituiu a preocupação desse trabalho a hipótese de que Pró-Reitores de Extensão, com sua política administrativa universitária, ao procurarem enfatizar a Extensão Universitária como principal responsável pela articulação entre o Ensino e a Pesquisa, põem em evidência a crise da Universidade brasileira, tornando público, ainda, que o desempenho acadêmico e científico está desconectado dos objetivos sociais, curriculares e institucionais e, diante disso, professores universitários de Educação Física, impregnados do discurso de que essa função prioritariamente garante a relação Sociedade – Universidade e atua como redentora dos problemas sociais e acadêmicos (formação profissional), contribuem para um processo de descaracterização das funções do Ensino e da Pesquisa. Nessa perspectiva, constituiu-se objetivo desse trabalho analisar o processo de construção da concepção Extensão Universitária que sustenta as políticas implantadas no percurso histórico da Universidade brasileira, desde sua origem até os dias atuais e, especialmente, averiguar como está sendo caracterizada a Extensão Universitária em Educação Física na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Universidade Estadual Paulista (UNESP – Rio Claro). A coleta dos depoimentos se efetivou por meio da realização de entrevistas semi – estruturadas com 05 docentes do Departamento de Educação Física da UNESP/Rio Claro e 05 da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Registrou-se no tempo presente, mediante fonte oral, o pensar de um grupo de docentes na história das relações entre as forças intelectuais, políticas, econômicas e sociais da Universidade. Concluiu-se que se hegemonia significa estabelecer lideranças política e intelectual na vida social, que correspondam ao interesse da sociedade em geral, distante está a Universidade desse princípio e a análise dos depoimentos evidenciou tal fato. Projetar uma outra Universidade significa uma nova orientação acadêmica de Extensão, Ensino, Pesquisa, Universidade, Sociedade, Ciência, Comunidade, Professor, Alunos, Indivíduos e suas inter-relações; significa também a necessidade de uma reforma intelectual, ligada a uma orientação político – cultural mais ampla e a Extensão não revela essa dimensão ampliada que, muitas vezes, os depoimentos pretendem. A relação teoria e prática da Educação Física somente se concretizará através de uma reavaliação do que tem sido o ensino de graduação e dos cursos de pós – graduação com relação às suas pesquisas. Aí, sim, vislumbrar-se-á um intelectual orgânico, que dará coesão à relação Universidade e Sociedade.

The University under the optics of University Extension - Analysis of the Function University Extension on the Thinking of the Physical Education University Professor.

Ph.D. Thesis. Physical Education College of Unicamp. 295 p.

ABSTRACT

Professors, university heads and government, debating the Brazilian public university during the 80's, argued that university extension, as an academic instrument, should inseparably associate teaching and research enabling social changes. Having presupposed that research and teaching should respect the direct relation with society in an interdependent process of experiences, independently of the function of university extension, this new rethinking about the directions of the university for this function, as a concrete possibility to execute a new university institution, has shown itself questionable to the author. Therefore, it was the preoccupation of this work the hypothesis that when university extension is defined as the main instrument responsible for articulating teaching and research, the crisis of the Brazilian university is preponderantly evidenced. It becomes public that academic and scientific performance is disconnected from social, curricular and institutional objectives, and that physical education university professors, impregnated with the speech that this function priorly ensures the relation society - university and acts as redeemer of the social and academic problems (professional formation), contribute for a discharacterization process of the teaching and research functions. In this perspective, the goal of this work constituted in analyzing the construction process of the conception of university extension which supports the implanted policies in the historical trajectory of the Brazilian university, from its origin until nowadays and, especially, examine how physical education in the university extension in UNICAMP (State University of Campinas) and in UNESP (State University of São Paulo in Rio Claro) is being characterized. The collection of statements effected by means of semi-structured interviews with five professors from the Physical Education Department in UNESP/Rio Claro and five from the Physical Education Department of UNICAMP. By means of oral source, the current thinking of a group of professors regarding the history of relations among the intellectual, political, economical and social forces of the university was registered. It was concluded that if hegemony means establishing political and social leaderships in the social life that correspond to the interests of society in general, the university is far from this principle and the analysis of the statements evidence this fact. Projecting another university means a new academic orientation of extension, teaching, research, university, society, science, community, teachers, students, individuals and their interrelations; it also means the necessity of an intellectual transformation, connected to a broader political and cultural orientation and the extension does not reveal this broader dimension that, many times, the statements intend to show. The relation between theory and practice of physical education will only make itself concrete through a reevaluation of what the teaching of undergraduate and graduate courses has been in relation to their research. Then, finally we will have a glimpse of an organic intellectual that will give cohesion to the relation between university and society.

Em seus estatutos, as Universidades Públicas estabelecem três funções específicas para o exercício acadêmico do docente: o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Universitária. Cabe ao professor universitário criar, desenvolver, organizar, preservar, transmitir o saber acadêmico - científico e a cultura, por meio do ensino e da pesquisa, para formar profissionais aptos ao exercício da investigação científica, para o desempenho do magistério e das demais profissões, articulando-se ainda, com a comunidade, na busca do desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Assim, tais instituições, de forma permanente, devem ter como objetivo o aprimoramento da qualidade de vida das pessoas na sociedade. Mas, na atualidade, diante da busca de realização desse objetivo, enfrentam forte crise e, conforme Kourganoff, "todas as acusações de que a Universidade é objeto conduzem geralmente à conclusão de que esta instituição cumpre mal suas diferentes missões e que deve se renovar".¹

Literatura produzida na década de 80 sobre a Universidade Brasileira denuncia as suas limitações: "As sete pragas da universidade brasileira" (Cerqueira Leite, 1980); "Intelectuais e vivaldinos" (Demo, 1982); "Extensão universitária: versão e perversões" (Carneiro, 1985); "A Universidade em ritmo de barbárie" (Gianotti, 1986); "Pesquisa universitária em questão" (Schwartzman e Castro, 1986); "Extensão universitária: comunicação ou domesticação" (Gurgel, 1986); "Ensino público e algumas falas sobre universidade" (Saviani, 1987); "A sinecura acadêmica - a ética universitária em questão" (Coelho, 1988); "A universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional" (Cunha, 1989). Dentre tais leituras, constata-se que a crise da Universidade está na sua identidade e a Extensão Universitária constitui uma função importante para sua definição no contexto da inserção social.

Concomitantemente a essas análises críticas, a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), os dirigentes universitários representados pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), os

¹ KOURGANOFF, W. *A face oculta da universidade*, p. 21.

Pró-Reitores de Extensão e o Governo discutem a Universidade Pública brasileira nos anos 80, abordando temas como autonomia, democratização, avaliação institucional e carreira docente única, enfatizando, sobretudo, o discurso de que essa instituição deveria privilegiar as camadas mais amplas da população historicamente marginalizadas.

Nesse sentido, a Extensão Universitária se apresenta como uma possibilidade viável para dar suporte a uma concepção de Universidade que a concebe como um instrumento que viabilizaria a transformação da sociedade. A Extensão é, portanto, assumida como “um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”.²

Como pôde ser observado, o discurso que se constrói sobre Extensão Universitária, a partir da segunda metade da década de 80, quer apontar para a superação da dicotomia até então existente entre a Pesquisa e o Ensino. A Extensão Universitária articularia o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e, portanto, viabilizaria a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

Acredita-se que na formação profissional, a Pesquisa e o Ensino, deverão respeitar a relação direta com a sociedade, num processo de troca mútua de experiências, independentemente da função Extensão Universitária.

É nesse novo repensar sobre os caminhos e rumos da Universidade, que a Extensão Universitária ressurge de modo questionável para a pesquisadora, como possibilidade concreta para viabilizar uma nova concepção dessa instituição.

Portanto, constituiu a preocupação desse trabalho a hipótese de que Pró-Reitores de Extensão, com sua política administrativa universitária, ao procurarem enfatizar a Extensão Universitária como principal responsável pela articulação entre o Ensino e a Pesquisa, põem em evidência a crise da Universidade Brasileira, tornando público, ainda, que o desempenho acadêmico – científico está desconectado dos objetivos sociais, curriculares e institucionais e que, diante disso, professores universitários de Educação Física, ao empregarem o discurso de que essa função é caracterizada prioritariamente como responsável por garantir a

² GARRAFA, V. (org.). *Extensão: a universidade construindo saber e cidadania: relatório de atividades: 1987/1988*, p. 109.

relação Sociedade – Universidade, como redentora dos problemas sociais e acadêmicos (formação profissional), contribuem para um processo de descaracterização das funções do Ensino e da Pesquisa.

Assim, para elucidar tal indagação, trabalhou-se numa perspectiva histórica - social, tomando-se, inicialmente, a Sociologia do Conhecimento de Mannheim³ como fonte de inspiração teórica. O conceito básico de sua teoria é compreender o pensamento dos homens, como resultante da ação coletiva de seu cotidiano na vida pública e na política. Dessa forma, o seu método sociológico orientou a observação e interpretação da trama das forças sociais em interação, de que se originaram os vários modos de pensar as realidades existentes, no processo histórico que se refere à Extensão Universitária e, conseqüentemente, à Educação Física. Portanto, trata-se de uma pesquisa histórica - sociológica que busca a origem de tais relações universitárias implícitas no desenvolvimento do pensar Extensão Universitária em Educação Física.

Em última análise, estudar a Extensão Universitária, – qual a sua função dentro da Universidade e, em conseqüência, para os professores universitários de Educação Física, significou buscar a compreensão de como um grupo de intelectuais nessa área vem pensando, definindo e avaliando essa atividade no meio acadêmico.

Nessa perspectiva, analisar o processo de construção da concepção Extensão Universitária que dá sustentação às políticas implantadas no percurso histórico da Universidade Brasileira, desde sua origem e, especialmente, caracterizar como está sendo pensada a Extensão Universitária em Educação Física na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e na Universidade Estadual Paulista (UNESP - Rio Claro), constituiu o objetivo desse trabalho, estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, a fim de contextualizar a Universidade e a Extensão Universitária dentro dessa instituição no cenário brasileiro, é apresentado um exame histórico dessa função, acreditando-se na possibilidade de identificar os determinantes que levaram às práticas atuais. Evidenciou-se, na literatura, o surgimento das atividades de Extensão das Universidades Inglesas, em que se

³ MANNHEIM, K. *Ideologia e utopia – introdução à sociologia do conhecimento*.

registra a vinculação destas ao movimento denominado “Educação Continuada”. Nas Universidades Norte-americanas foi possível identificar duas formas de Extensão: a “Cooperativa” e a “Universitária” e na América Latina constatou-se que as preocupações iniciais com os trabalhos de Extensão voltavam-se para a difusão cultural, para a ampliação das oportunidades da educação básica e para a alfabetização de adultos dirigidas às camadas populares menos favorecidas. Posteriormente, procurou-se realizar um resgate histórico da Extensão Universitária no Brasil, desde a Companhia de Jesus com seus serviços de assistencialismo ao Manifesto dos Pioneiros da Educação, que a conceitua, numa primeira abordagem, como popularizadora e divulgadora das ciências e da arte. Ainda nesse capítulo, foram estudados também os Movimentos Estudantis de defesa do Ensino Popular (extensivo), mostrando, concomitantemente, o seu duplo papel: assumem num momento um posicionamento crítico e, em outro, servem ao arcabouço do governo (tome-se como exemplo o projeto Rondon).

No segundo capítulo, ainda dentro de uma perspectiva histórica, procurou-se verificar as novas condutas apresentadas pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), pela Associação de Docentes de Ensino Superior (ANDES), pela Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES), criada pelo Presidente da República em maio de 1985, também conhecida como “Comissão de Alto Nível”, pelo Programa Nova Universidade (PNU) e pelo Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), ambos criados no interior do MEC, na segunda metade da década dos anos 80.

As ações tomam um ímpeto maior com a constituição do Fórum Nacional de Pró - Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, criado no ano de 1987, em que se propõe a busca de uma sistematização política e em que se destaca a Extensão como um processo articulador do Ensino e da Pesquisa, na perspectiva de superar sua “marca de terceira função”.

Esclarecido o processo histórico dessa função e com o objetivo de se compreender o estado atual da questão, no terceiro capítulo foram estudadas pesquisas de mestrado e doutorado referentes à temática em questão, bem como as concepções produzidas na atualidade por intelectuais universitários de diferentes áreas do conhecimento e, especificamente, da área de Educação Física.

No quarto capítulo está o pensar da Extensão Universitária em

Educação Física, discutindo-se depoimentos que expressam o meio acadêmico na atualidade, ou seja, as análises que professores universitários fazem dessa sua atividade acadêmica no cotidiano da Universidade.

Pautaram-se as discussões na “sociologia do conhecimento” de Mannheim⁴ e Elias⁵; nos conceitos de “ideologia e utopia” de Mannheim⁶ e de “hegemonia, intelectual orgânico e tradicional” de Gramsci⁷. Tais referenciais teóricos foram adotados muito mais como uma fonte de inspiração para enriquecer a análise do material empírico (os depoimentos). Avaliou-se que a recorrência a mais de uma perspectiva teórica, poderia ampliar o potencial de análise, possibilitando uma maior elucidação da complexidade do fenômeno – Extensão Universitária em Educação Física. Sob diferentes ângulos, respeitando cada conceito construído por esses intelectuais, específicos em função de suas referências históricas e sociais, acreditou-se que a capacidade de observação tornar-se-ia mais eficiente e penetrante quando fundamentada conceitualmente por diferentes teorias.

Mannheim diz que a vida inteira de um grupo histórico – social apresenta-se como uma configuração interdependente, cujas conexões íntimas devem ser averiguadas minuciosamente para que seja devidamente compreendida. Esse é o objetivo da Sociologia do Conhecimento.

Elias aprofunda tal conceito afirmando que a Sociologia trata dos problemas da sociedade. Estes referem-se essencialmente a grupos de seres humanos interdependentes, que representam configurações específicas formadas por pessoas, ou melhor, os processos humanos e sociais são representados por pessoas que estão sujeitas às forças que as compelem, e representam de fato forças exercidas pelas pessoas sobre outras e elas próprias.

Analisar o material empírico, com base na teoria de Elias, significou interpretar quais são as forças políticas e acadêmicas específicas compulsivas no jogo universitário, verdadeiras teias de interdependências ou configurações que, agem sobre os professores universitários de Educação Física e que, essencialmente, modelam suas idéias, experienciadas no meio acadêmico.

⁴ MANNHEIM, K., *op. cit.*

⁵ ELIAS, N. *Introdução à sociologia e; A sociedade dos indivíduos.*

⁶ MANNHEIM, K., *op. cit.*

⁷ GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura e; Concepção dialética da história.*

Para compreender as idéias dos professores universitários entrevistados, buscou-se, inicialmente, em Mannheim, a fundamentação teórica para definir o que num caso dado seja ideológico (idéias que se orientam para a estabilização, ou legitimação, ou representação, da ordem estabelecida) e o que seja utópico (idéias que aspiram uma outra realidade). Constatando-se que sua teoria é extremamente complexa, recorreu-se especialmente a Eagleton⁸ e Löwy⁹ que, ao discutirem as limitações desses conceitos, apresentam novas possibilidades de interpretação.

Assim, prioritariamente, definiu-se a ideologia como um corpo de idéias específicas de um grupo de professores universitários que trabalham com Extensão Universitária em Educação Física, a fim de questionar até que ponto estão contribuindo para legitimar ou não o poder de um outro determinado grupo acadêmico administrativo (pró-reitores de extensão) imbuído de pensamentos voltados para interesses acadêmicos e políticos e que representam, assim, pensamento de identidade de um grupo.

O filósofo Martin Selinger, citado por Eagleton, com o conceito de ideologia, dá a oportunidade de averiguar o conjunto de idéias pelas quais os professores universitários têm postulado, explicado e justificado os fins e os meios da Extensão Universitária em Educação Física como uma ação social organizada e portanto, política, que preserva, corrige, extirpa ou reconstrói uma certa ordem institucional.

Dentro da perspectiva teórica de Mannheim, pensar em termos utópicos significou neste trabalho constatar as esperanças e aspirações de um grupo de intelectuais a respeito da Extensão Universitária, ou ainda, o quanto e por quê estão ou não persuadidos em romper com uma determinada ordem estabelecida em relação a essa função.

Em seu conceito de hegemonia, Gramsci confere uma categoria mais ampla de análise, quando comparado aos conceitos de ideologia e utopia de Mannheim. A hegemonia tende a construir um novo bloco histórico na medida em que submete à crítica a cultura que se formou anteriormente, passando a realizar uma unidade de forças sociais e políticas, através da nova concepção de mundo

⁸ EAGLETON, T. *Ideologia – uma introdução*.

⁹ LÖWY, M. *Ideologia e ciência social*.

traçada e difundida.

Nessa linha de raciocínio, pensar hegemonia, significou – nas considerações finais da tese – apontar o quanto professores universitários na Extensão Universitária em Educação Física vêm estabelecendo lideranças moral, política e intelectual na vida social, difundindo uma visão de mundo da área pelo tecido da sociedade como um todo, igualando, assim, o próprio interesse com o da sociedade, em geral.

Com os conceitos de intelectual orgânico e tradicional de Gramsci, também surgiu a possibilidade de interrogar se o professor universitário em Educação Física, na Extensão Universitária, está atuando como organizador, persuasor permanente que participa ativamente da vida social, que dá coesão a essa compreensão prática social, ou se se tem perpetuado como um intelectual tradicional que se acredita inteiramente independente do contexto social e institucional.

Destaque-se que tais perspectivas de análise foram possíveis especialmente porque um grupo de professores universitários creditou à pesquisadora seus testemunhos. Agradecimentos aos professores entrevistados pela sua total atenção, pois suas entrevistas possibilitaram um novo ângulo, uma visão mais completa do fenômeno estudado. Permitiram, ainda, reflexões em termos da relação passado – presente, como também uma complementação dos dados documentais da história da Extensão Universitária. A coleta dos depoimentos se deu por meio da realização de entrevistas semi - estruturadas com 05 docentes do Departamento de Educação Física da UNESP/Rio Claro e 05 da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Objetivou-se analisar como conceituam a Extensão Universitária, qual a política de sua Universidade, o que é Extensão Universitária em Educação Física, sua importância, as dificuldades, a infra - estrutura física, os recursos financeiros etc.; enfim, averiguar como avaliam a Extensão Universitária em Educação Física no cotidiano de suas ações docentes na Universidade.

Interrogá-los, mediante fonte oral, significou colocar a questão da Extensão Universitária em Educação Física em *cheque* e, ainda, registrar no tempo presente o papel de um grupo de docentes na história das relações entre as forças intelectuais, políticas, econômicas e sociais da Universidade. A preocupação foi compreender o tempo presente, acreditando que o estudo da história do

pensamento intelectual deva ser empreendido na perspectiva de diagnosticar as relações que um determinado grupo tem assumido no desenvolvimento de uma função específica: a Extensão Universitária em Educação Física.

Estudar a função Extensão Universitária em Educação Física, através desse grupo de professores, significou para a pesquisadora proceder a uma auto-avaliação, enquanto docente na Universidade Estadual Paulista/Bauru e pós-graduanda da Universidade Estadual de Campinas. Ao ser contratada por aquela Instituição, para compor o quadro docente do Departamento de Educação Física, claro estava que deveria desempenhar o ato de ensinar no Curso de Licenciatura em Educação Física, bem como desenvolver pesquisas.

Tinha-se conhecimento de que, historicamente, a Universidade se caracterizou, até fins da década de 60, como uma instituição de ensino, pois estava presente prioritariamente na prática das unidades universitárias o ato de ensinar, identificado pela transmissão e apropriação do conhecimento acumulado. A sala de aula, a relação professor e aluno era o espaço por excelência dessa atividade acadêmica. Entretanto, na segunda metade da década de 60, com a Reforma Universitária (lei n.º 5.540/68) evidencia-se a inversão dessa tendência tradicional, convertendo a pesquisa na sua atividade principal. O corpo docente deveria exercer atividades inerentes ao sistema, articulando de maneira indissociável o ensino à pesquisa e esta à pós-graduação. Adotou-se, como regime preferencial de trabalho, a dedicação integral à docência e à pesquisa. De acordo com os artigos 1º e 2º da lei n.º 5.540/68, o ensino superior teria por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, a formação de profissionais de nível universitário, o ensino, indissociável da pesquisa, que seria ministrado em universidades e, excepcionalmente, em estabelecimentos isolados, organizados como instituições de direito público ou privado.

Em legislação paralela que modifica o Estatuto do Magistério das Instituições Federais de Ensino Superior (lei n.º 5.539/68), a progressão na carreira docente foi estabelecida de acordo com os graus acadêmicos de mestre e doutor. O trabalho em tempo integral e de dedicação exclusiva recebeu incentivos eficazes para fixar os professores/pesquisadores na Universidade. Em consequência, a hierarquia de valores acadêmicos há tempo vem favorecendo um destaque maior para a função de pesquisa.

Como docente - pesquisadora, regida por tal lei e tendência universitária, iniciou-se na carreira acadêmica preparando aulas, transmitindo conhecimentos para graduandos, pesquisando e questionando as funções do professor universitário. Deparando, então, com uma outra atividade-fim - a Extensão Universitária - logo vieram as indagações: mas, que função é essa?; como deveria ser na área de Educação Física? Instigada especialmente com essa “3ª função”, que rapidamente constatou ser assim caracterizada, tanto pela observação dos discursos políticos administrativos universitários, quanto pela leitura de documentos produzidos por determinados intelectuais que enfatizavam a necessidade de valorizá-la, ou ainda, por professores que praticamente a ignoravam, impôs-se como desafio elucidar tal questão - problema. Diante disso, propôs a pesquisadora à vice - reitoria da Faculdade de Ciências a realização de Fóruns de Debates, com o intuito de compreender: a origem, o conceito, os objetivos, as diretrizes políticas universitárias e as perspectivas dessa função na UNESP.

Foram três anos seguidos de discussões (1995 a 1997). Tais eventos foram registrados em fitas de vídeo, arquivadas na Biblioteca da Faculdade de Ciências da UNESP/Bauru, material com o qual se pretende trabalhar detalhadamente num futuro próximo.

O I Fórum de Debates objetivou discutir “Extensão Universitária: Que Função é Essa?”. O Prof. Dr. Vagner José Oliva, na época Pró - Reitor de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários da UNESP, ao expor a posição da Pró - Reitoria da Universidade, apresentou como principal argumento a idéia de que “Extensão Universitária é processo educativo, cultural e científico que, vinculado ao ensino e à pesquisa, articula as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade, no sentido da transformação social”.¹⁰

No ano de 1996 foi proposto para o II Fórum de Debates a seguinte temática: “Extensão Universitária e Assuntos Comunitários: Tendências e Perspectivas para o Século XXI”. Nesse encontro, o Prof. Dr. Vagner José Oliva, enfatizou que:

A Extensão tenderá no futuro próximo a consolidar sua integração harmônica e produtiva no conjunto das atividades próprias da Universidade, propiciando a relevância social e o

¹⁰ OLIVA, V. J. *Extensão universitária: objetivos e prioridades na gestão da pró - reitoria da universidade estadual paulista*, p. 7. Anexo B - Documentos referentes à Extensão Universitária.

comprometimento da Universidade com a sociedade, cooperando não só para o seu desenvolvimento tecnológico e produtivo, como também para o equacionamento de problemas derivados da pobreza, das disparidades e injustiças sociais, do desemprego, da má distribuição de renda, da questão fundiária, da degradação do meio ambiente. A Universidade transcenderá seus limites físicos, para se tornar espaço aberto às discussões e contribuições que coloquem o conhecimento e a tecnologia a serviço do homem e de sua qualidade de vida, viabilizando o desejado exercício pleno da cidadania.¹¹

O III Fórum de Debates em Extensão Universitária (1997) objetivou discutir a relação “UNESP e Sociedade - Extensão à Comunidade e Prestação de Serviços: Dúvidas e Certezas”. Esse encontro contou com a participação do Pró - Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da UNICAMP, Prof. Dr. Archimedes Perez Filho. Observou-se uma certa tendência em articular os Serviços de Extensão Universitária associados à política de captação de recursos, provenientes de convênios, consultorias, cursos de extensão etc., mantidos em parceria com instituições públicas e privadas. O Prof. Dr. José Edmundo de Luccas (atual Pró - Reitor de Extensão da UNESP), empossado no ano desse encontro, apresenta mais uma perspectiva de organizar e planejar as atividades de Extensão, definindo seus objetivos e características específicas (Anexo B - Documentos referentes à Extensão Universitária).

Insatisfeita com as discussões geradas nos Fóruns sobre o conceito de Extensão Universitária e como associar tais idéias à prática docente em Educação Física, recorreu a pesquisadora à leitura de Marrôu - *Do conhecimento Histórico*¹² - que define o historiador como um intelectual que, em sua sábia inquietude e fecunda curiosidade, ao se propor estudar um fenômeno - social, faz ao passado perguntas cada vez mais intrigantes e exigentes. Através disso, observou a pesquisadora que uma compreensão melhor da função de Extensão Universitária poderia estar em investigar o seu passado conceitual, procedeu assim, inicialmente ao exame histórico da literatura e documental (Anexo B - Documentos referentes à Extensão Universitária). Avaliou, contudo, que não poderia ficar só no passado teórico - conceitual, especialmente porque na área de Educação Física existe uma

¹¹ OLIVA, V. J. *Extensão universitária e assuntos comunitários: tendências e perspectivas para o século XXI*, p. 7. Anexo B - Documentos referentes à Extensão Universitária.

¹² MARRÔU, H. I. *Do conhecimento histórico*.

bibliografia bastante escassa. Diante disso, refletiu que com a técnica de entrevista teria uma possibilidade melhor e mais completa para compreender o processo histórico (a relação passado – presente) dessa função nessa área de atuação. Assim, foram entrevistados professores universitários que no presente cotidiano convivem com a prática da Extensão Universitária e são responsáveis, como a pesquisadora - docente, pelo devir da Universidade na sociedade.

A pesquisadora não é historiadora, psicóloga, socióloga e muito menos lingüista, mas professora de Educação Física! Portanto, atreveu-se e arriscou-se, ainda mais, em trabalhar com um tipo de fonte extremamente questionável na ciência histórica – que é o documento oral.

Apesar da oralidade ser uma das mais antigas formas de se preservar a memória histórica e, contudo a Escola dos Annales¹³ ter ampliado o entendimento de fontes, estimulando o uso de vestígios arqueológicos, fotografias, objetos, cartas, jornais, diários etc., ainda assim, existe uma certa resistência para o uso do relato oral, até mesmo entre os historiadores seguidores dessa Escola. A supremacia da história escrita mediante o método documental prevalece.

Os aspectos que mais preocupavam (ou ainda preocupam) o uso da oralidade, provocando fortes resistências entre os historiadores eram/são: por proporcionar a ascensão de grupos e classes que poderiam oferecer informações nem sempre desejadas, por não se fixar numa temporalidade linear, pelo caráter subjetivo do entrevistado e do entrevistador e por apresentar um período mais remoto da história.¹⁴

Entretanto, a pesquisadora, acreditando na diversidade e riqueza de informações que a fonte oral possibilita, realizou, no segundo semestre de 1996, as entrevistas aqui transcritas (Anexo A – Da Fonte Oral ao Documento Escrito: o Pensar da Extensão Universitária em Educação Física) e analisadas, em que se formularam perguntas, de acordo com um roteiro semi – estruturado, com o objetivo de obter dados à investigação da Extensão Universitária em Educação Física. Num processo de comunicação e de relação social, aqui está um documento oral – escrito, originário de diálogos intrigantes estabelecidos entre a pesquisadora e dez

¹³ Ler BURKE, P. *A escola dos annales: 1929 – 1989: a revolução francesa da historiografia*.

¹⁴ Ler THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*.

professores universitários de Educação Física.

Buscando a objetividade, na subjetividade de cada professor universitário e na da própria pesquisadora, procurou-se trazer, através das evidências orais específicas, as informações sobre como se coloca no pensamento do professor universitário a questão da Extensão Universitária. Agora escritas, tais informações, podem ser confrontadas, possibilitando o esclarecimento de parte do processo da história – problema da Extensão Universitária no campo da Educação Física.

Aqui estão os depoimentos de um problema – a Extensão Universitária em Educação Física – vivido, sentido e percebido por professores universitários que participam do convívio universitário acadêmico, portanto as representações que fazem dessa função na Universidade, narrada segundo seus valores. Buscou-se a constituição objetiva da visão dos professores (as) e do contexto no qual estes estão inseridos.

São professores (as) comuns que universalizam, através de seu cotidiano acadêmico e de suas ações, a época histórica em que vivem na Universidade e que, portanto apresentam a imagem que tem de seu grupo, de seu meio e, em última instância, a essência de seu tempo.

Deseja-se acreditar que se as perguntas realizadas pela pesquisadora não foram suficientes - por limitações próprias, tem-se aqui um material a ser explorado, portanto uma fonte não esgotada, que permitirá que essa história seja reescrita, a partir de novas perguntas, possibilitando assim um novo caminho de investigação ainda não imaginado por esta investigadora.

Espera-se que essa memória da Extensão Universitária em Educação Física, em que cresce e se desenvolve a história da Universidade brasileira e que por sua vez instiga as funções do Ensino e da Pesquisa, possa salvar o passado/presente para servir o futuro do Ensino Superior. Como diria Lefebvre¹⁵: “não há notícia histórica sem documentos, pois se dos fatos históricos não foram registrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se”

Enfim, eis aqui a presente tese!

¹⁵ LEFEBVRE, G. citado por LE GOFF, J., *História e memória*, op. cit., p. 539.

1. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E HISTÓRIA

Para compreender a Extensão Universitária em Educação Física, é necessário resgatar a própria história dessa função na Universidade Brasileira. Tal afirmação justifica-se por entender que essa área de conhecimento está inserida neste contexto maior - a Universidade, que há mais tempo vem definindo seu papel institucional na sociedade.

Partindo dessa premissa, nesse capítulo será apresentado o processo conceitual da Extensão Universitária nos meios acadêmicos, considerando sua origem e tendências, procurando identificar os primórdios do pensar Extensão Universitária, ou seja, qual a origem do pensamento que caracteriza essa função enquanto responsável por garantir o elo Universidade e Sociedade.

O objetivo é, também, construir uma fundamentação teórica que permita contextualizar historicamente a temática em questão, bem como fomentar a análise crítica do objeto proposto em pesquisa. Acredita-se que, com esse estudo de revisão da literatura já existente sobre o assunto, possam ser evidenciados os determinantes, ou seja, as concepções de Universidade que levaram às práticas atuais da Extensão Universitária em Educação Física.

Enfim, o entendimento da origem e tendências dessa atividade-fim é uma condição inicial ao professor universitário e pesquisador que pretenda uma investigação mais profunda do conceito atual e das práticas condicionadas sob tal nomenclatura.

1.1. UM BREVE HISTÓRICO CONCEITUAL DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO NAS UNIVERSIDADES INGLESAS, NORTE - AMERICANAS E LATINAS

O surgimento dos primeiros trabalhos de Extensão das Universidades Inglesas, no século passado, ocorreu vinculado ao movimento chamado de *“educação continuada”*. Tinham como principal objetivo oferecer oportunidades de educação à população adulta delas excluídas e, ao mesmo tempo, descaracterizar esse tipo de atividade como sendo destinada apenas às classes desfavorecidas. Gurgel¹ avalia que sua gênese foi resultado da Revolução Industrial, quando a Universidade foi induzida (praticamente obrigada; assim aparenta) a diversificar suas atividades, para atender às necessidades sociais geradas neste período.

Como entre os anos de 1870 a 1920, registram-se na Europa várias manifestações de protestos dos trabalhadores, Paiva² conclui que nessas atividades estava também presente um certo grau de *“humanitarismo”* e a *“intenção de acalmar os trabalhadores”*. Diante disso, emergia uma nova concepção de educação de adultos elaborada no meio universitário para corresponder à população adulta que não se encontrava na Universidade, mas que poderia por ela ser atendida, possibilitando a essa camada continuar aprimorando-se através de um processo de *“educação contínua”*, ao longo de suas vidas.

Almeida³ complementa que, nesse sentido, propunham-se atividades e cursos específicos, destinados tanto às necessidades de certos setores da produção como aos interesses desses segmentos populares.

Identifica-se, assim, a Extensão Universitária associada à concepção de Universidade como instituição responsável por amenizar crises sociais. Com essa mesma vertente de educação, as Universidades Norte-americanas, entre elas a Universidade de Oregon, incorporaram atividades de Extensão, coordenadas por uma Divisão de Educação Continuada.

Gurgel⁴ relata que esse tipo de Extensão, identificada como

¹ GURGEL, R. M. *Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?*

² PAIVA, V. *Extensão universitária en Brasil*.

³ ALMEIDA, M. Z. C. M. *Extensão Universitária: uma terceira função*.

⁴ GURGEL, R. M., *op. cit.*

Universitária, surgiu com um grupo de professores interessados em desenvolver programas de educação para adultos, a partir de 1885, quando alguns líderes universitários conheceram as experiências das Universidades de Oxford e Cambridge. Mas, foi a partir do trabalho desenvolvido pela Universidade de Winsconsin (Estados Unidos), iniciado em 1906, que a Extensão, realmente, teve um grande impulso.

Porém, o espírito pragmático americano, associado à idéia de Extensão como prestação de serviços, identificava-se com a atividade-fim denominada *Cooperativa*⁵, desde 1862, quando foram criados os Colégios Estaduais de Agricultura, em terras outorgadas pelo governo. As Universidades Land Grant apresentavam um papel destacado nas atividades de assessoria e assistência técnica aos agricultores. Sob o patrocínio dos governos federal, estadual e municipal, o sistema de Ensino Superior desenvolveu uma ação conjunta para atender às necessidades de educação nas áreas de produção agrícola, economia doméstica, melhoria da comunidade, administração de fazendas e desenvolvimento de recursos humanos.

Zen⁶ explica que a expansão das atividades extensionistas, nas Universidades Norte-americanas, foi fruto da aprovação da Land Grant Colleges Law (1862), que concedeu terras aos Estados para a criação de Centros de Educação Superior em áreas rurais e da Experiment Station Law (1887), destinando recursos aos Colleges para o desenvolvimento da pesquisa, capacitando esses centros de ensino à prestação de serviços comunitários, realizados na forma de cursos rápidos para as comunidades, nos campi das Universidades rurais.

Entretanto, conforme Gurgel⁷, somente em 1887, com a Lei Hatch, foi que esse tipo de Extensão passou a ser reconhecida oficialmente e ter validade científica. E, em 1914, com a Lei Smith Lever, foi definido o seu caráter educativo e comunitário, bem como criados mecanismos conjuntamente para a destinação de recursos às atividades extensionistas, através da articulação do Colégio de Agricultura, do Departamento de Extensão e dos planos orçamentários do governo.

⁵ Idem, *ibid.*

⁶ ZEN, A. M. D. *A atividade de extensão na UFRGS: êxitos, falhas e perspectivas.*

⁷ GURGEL, R. M., *op. cit.*

Observa-se que essas atividades extensionistas (especialmente a *cooperativa*) relacionam-se à pesquisa, conquistam destinação de recursos financeiros específicos e apresentam o conceito de prestação de serviços comunitários.

Assim, com a Extension Law, foram implantados programas permanentes de apoio aos agricultores, com o deslocamento de especialistas às regiões a serem atendidas, intensificando o relacionamento entre Universidade e Comunidades Rurais. Tavares⁸, apoiada em estudo de Schuh (1986), apresenta uma análise crítica enfatizando que:

(...) é interessante observar que as Land Grants, cuja ênfase na agricultura e engenharia servia de instrumento de mudança e desenvolvimento econômico, foram criadas como resposta ao elitismo e à pouca relevância das Universidades particulares nos EEUU. A Universidade do tipo Land Grants carregava a idéia de que a Universidade geraria novos conhecimentos e os aplicaria na solução dos problemas da sociedade em que estava inserida.

Almeida⁹ destaca a Universidade de Chicago (início do século XX), relatando que, com o empenho de William Harper, dirigente dessa Instituição, a Extensão Universitária alcançou reconhecimento como atividade regular no âmbito das Instituições de Ensino. Segundo a autora, tal proposta continha cláusulas que legitimavam a Extensão Universitária como uma ação *extra-muros* que incluía, ainda, a instrução por correspondência. Assim, com a ampliação e sistematização dessas atividades variadas, nasciam os *multicampi*, responsáveis pelo processo de *regionalização* da Extensão Universitária. Surgiam, também, os *campi avançados*. Ambos, localizavam-se fora da sede central, permitindo, dessa forma, uma aproximação mais sistematizada com a comunidade regional e o desenvolvimento de atividades específicas que atendessem às suas necessidades locais. Esses *campi*, passaram a constituir elementos propulsores para o desenvolvimento de atividades comunitárias, a exemplo dos cursos por correspondência, cursos noturnos e/ou de preparação de professores, encontros regionais e conferências.

Ressalte-se que as duas vertentes de Extensão - *universitária* e

⁸TAVARES, M. G. M. *Extensão Universitária: novo paradigma de Universidade?*, p.28.

⁹ALMEIDA, M. Z. C. M., *op. cit.*

cooperativa - apresentam-se compostas nas Instituições da América Latina. Somente entre as décadas de 50 e 60, as atividades de Extensão Universitária foram introduzidas nas Universidades da Argentina e do Uruguai. Os trabalhos de Extensão estiveram sempre vinculados à difusão cultural, à ampliação das oportunidades da educação básica e da alfabetização de adultos dirigidas às camadas populares menos favorecidas, bem como ao desenvolvimento das comunidades rurais, caracterizando-se como atividades assistenciais.

No Brasil, a Extensão Universitária, desenvolvida a partir do século XX (discussão que será detalhada nos próximos tópicos), foi influenciada por duas correntes: a *européia* e a *americana*. Na análise de Gurgel¹⁰, a primeira, *européia*, caracterizava-se por cursos de Extensão ministrados nas Universidades Populares, como resultado do esforço autônomo dos professores, que tinham como objetivo aproximar-se da população; a segunda, *americana*, voltava-se mais para a concepção de prestação de serviços, das Instituições Oficiais, cujo conhecimento produzido deveria estar voltado para a perspectiva do desenvolvimento das comunidades.

Nesse sentido, a tendência americana trazia a possibilidade de viabilizar a identificação de pesquisas, a criação de cursos regulares em áreas de necessidade, o aumento de laços entre as comunidades locais e a Universidade e a aprendizagem progressiva das próprias comunidades no sentido de usufruir do Ensino Superior. Já, a tendência européia era valorizada por caracterizar-se como uma atividade voltada para a população, que usufruiria de um conhecimento acadêmico, de um saber ilustrado acumulado.

Obviamente, essas duas tendências estão sendo explicadas de modo sintético. Mas o fato é que já se constata a Extensão como uma espécie de ponte que sustenta a relação ensino, pesquisa, universidade e sociedade.

¹⁰ GURGEL, R. M., *op. cit.*

1.2. A ORIGEM DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

Santos¹¹ defende a idéia de que os serviços de Extensão no Brasil foram iniciados com a Companhia de Jesus, bem como pelos filhos dos senhores de engenho e da fazenda. Com a primeira Igreja Católica, passou a ser desenvolvida uma ação extensionista voltada para o assistencialismo, através, principalmente, das “Santas Casas”, das Escolas de Medicina, Farmácias e com o recolhimento de órfãos. Ainda segundo o autor, os filhos dos senhores eram bacharéis que iriam determinar o pensamento sócio - político da época, através da divulgação de temas sobre a Abolição da Escravatura, a República e o Positivismo, direcionando para uma ação extensionista na luta pela autonomia municipal, direito à liberdade e valorização do povo.

Com a criação do Ensino Superior, nas Faculdades de Direito (totalizando seis no final do século XIX), essas idéias, passaram a ser efetivamente disseminadas. O curso de Direito, segundo o autor em referência, passou a ser a expressão mais clara de ação extensionista, nesse período. A Extensão é aqui entendida como atividade que conduzia as discussões no seio da sociedade civil, ou ainda, o espaço que se tinha para debater os interesses políticos. De acordo com Cunha¹², essas Faculdades de Direito eram responsáveis pela fomentação das idéias sociais, pois tinham por objetivo a “*formação de quadros para o Estado*”. Assim, eram os advogados e magistrados que podiam discutir/decidir o destino da nação. Enfim, a Extensão era um instrumento veiculador do que se pretendia para o país.

Foi na Universidade Livre de São Paulo (1914 a 1917), que se iniciaram as primeiras experiências de Extensão Universitária no Brasil, caracterizadas por atividades variadas e sem sistematização acadêmica como cursos e palestras, destinados à população em geral. Na área de humanidades, conferências abertas ao público sobre os mais variados temas eram realizadas semanalmente.¹³

¹¹ SANTOS FILHOS, J. *Reflexões sobre a evolução histórica dos fundamentos teóricos da extensão*.

¹² CUNHA, L. A. *A Universidade temporã: o ensino superior da colônia à era Vargas*.

¹³ Idem, *ibid*.

De acordo com Fagundes¹⁴, na realidade, essas primeiras experiências extensionistas aconteciam mais por um ato de "idealismo" de alguns intelectuais da comunidade acadêmica universitária do que em função ou, a partir dos interesses e necessidades da população a que se propunham destinar. O verdadeiro objetivo era apenas colocar os intelectuais da Universidade em contato direto com a população. Como bem sintetiza Tavares¹⁵, essas 'lições públicas' visavam ao contato dos intelectuais com a população que, segundo o censo de 1920, estava dividida percentualmente em 69,7% no setor primário; 13,8% no setor secundário e 16,5% no terciário, tendo portanto, uma característica predominantemente rural, o que pode sinalizar um índice significativo de analfabetos, que pouco ou nada tinham a ver com os temas ali desenvolvidos. Entre 1914 e 1917, totalizaram 107 conferências proferidas na Universidade Popular de São Paulo, como exemplos: "*O fogo sagrado na Idade Média*"; "*Grandes viagens e grandes viajantes do Brasil*"; "*A latinidade da Rumânia*"; "*Importância e progresso da otorrinolaringologia*" e; "*Instituições complementares do código civil*".

Sokolowsky¹⁶ também critica os cursos abertos, avaliando que eram desenvolvidas palestras para pessoas que não tinham acesso às Universidades, voltavam-se para assuntos bastante específicos que não preenchiam os anseios da classe popular e apresentavam mais um caráter de especialização para profissionais que já tinham curso superior, do que "*popularizar a Universidade*".

Uma segunda experiência de Extensão Universitária surgiu no Brasil sob a inspiração do modelo norte-americano. No governo de Arthur Bernardes, em 1926, foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, no Estado de Minas Gerais, assessorada pelo professor Henry Hofs, diretor do Florida Agricultural College e orientada pelos paradigmas dos Land Grant College.

Assim sendo, a Escola passou a desenvolver experiências na linha de Extensão rural e de assistência técnica aos fazendeiros criando, com isto, a possibilidade de uma Extensão de acordo com o padrão americano de prestação de serviços comunitários rurais, com planejamento de programas permanentes de

¹⁴ FAGUNDES, J. *Universidade e compromisso social: extensão, limites e perspectivas*.

¹⁵ TAVARES, M. G. M., *op. cit.*

¹⁶ SOKOLOWSKY, M. T. *A natureza da extensão na Universidade Metodista de Piracicaba: 1978 a 1986*.

apoio aos agricultores, efetivado por meio de cursos, conferências e outras atividades.¹⁷ Tornou-se tradicional na região de Minas a "Semana do Fazendeiro", que ainda hoje é realizada pela Universidade Federal de Viçosa. Uma experiência que se caracterizou como a primeira forma de Extensão sistematizada, de acordo com o modelo norte-americano, na linha de prestação de serviços ao meio rural.¹⁸

O Estado, a partir da revolução de 1930, deu início a um processo de centralização do poder político e administrativo do país, tomando totalmente o controle central da Educação com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930. E foi através dessa ação centralizadora que o Estatuto da Universidade Brasileira (Decreto n.º 19.851, de 11 de abril de 1931, de Getúlio Vargas e Francisco Campos) fez a primeira menção legal à Extensão Universitária. Esta deveria ser desenvolvida através de cursos e conferências que se "destinariam, principalmente à difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva, à solução de problemas sociais ou à propagação de idéias e princípios que salvaguardassem os altos interesses nacionais". E, ainda, conforme os artigos 34, 42 e 109-a, a Extensão:

(...) se faria através de cursos de extensão designados a divulgar, em benefício coletivo as técnicas científicas dos institutos universitários; deveria se processar por cursos e conferências, de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos de universidade; vista como difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos em benefício do aproveitamento individual.

Sokolowski¹⁹ chama a atenção, para observar que nesse Estatuto foi colocada, de forma bastante clara, que a Extensão Universitária deveria privilegiar aqueles que não tinham acesso ao Ensino Superior. Fagundes²⁰ enfatiza que a Extensão passou a ser pensada como portadora de soluções para os problemas sociais, bem como veículo de "*idéias e princípios*", pautados nos "*altos interesses nacionais*", subordinados às aspirações e necessidades da sociedade, como um todo.

¹⁷ ZEN, A. M. D., *op. cit.*

¹⁸ GURGEL, R. M., *op. cit.*

¹⁹ SOKOLOWSKY, M. T., *op. cit.*

²⁰ FAGUNDES, J., *op. cit.*

Assim, entende-se que o governo serve-se da educação para interiorizar seus valores nas classes subalternas. São mantidas as características tradicionais do Ensino e da Pesquisa, criando-se, assim, a Extensão, como uma função inovadora que estabeleceria o compromisso da Universidade com a Sociedade.

Para Santos²¹, no Estado de Getúlio Vargas (1930 a 1945), a Extensão foi utilizada como instrumento aglutinador das massas operárias, através das concentrações populares, dos cursos e orientações sindicais. Procurava-se intervir na educação, buscando torná-la instrumento de integração dos jovens na proposta política no Estado Novo, o que pode ser constatado na Constituição do Brasil:

O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação.²²

Por outro lado, conseguiu-se, também, através desse Estado, impor à educação formal disciplinas de cunho moral e cívico que difundiam a ideologia do Estado Novo, ou seja, o culto à Pátria, bem como impor o culto ao corpo, através de atividades extra-classes.

Em contrapartida à ideologia do Estado Novo, a concepção educacional dos fundadores da Universidade de São Paulo (1934), chamados intelectuais liberais, era de que a função da Extensão Universitária deveria "(...) realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres".²³

A Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935, também assumia essa mesma função, ou seja, entre seus fins, encontrava-se o de "propagar as

²¹ SANTOS FILHOS, J., *op. cit.*

²² Ler Constituição do Brasil: de 1934, 1937, 1946 e suas alterações, p.216.

²³ Ler Decreto n.º 6.238, de 25 de jan. de 1934, art. 2, alínea d.

aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular”.²⁴

Nessa perspectiva, na avaliação de Fleuri²⁵, a Extensão é cognominada de “popular”. Entretanto, na prática, participam dessas atividades apenas profissionais da elite, já pertencentes à Universidade ou por ela formados. De acordo com os estudos de Fagundes, as atividades de Extensão (sempre episódicas), embora se propusessem a levar os benefícios da Universidade até àqueles que a esta não tinham acesso, primaram pela sua desvinculação das necessidades objetivas da população a ser atingida. Enfim, poder-se-ia dizer que a “extensão, que seria uma modalidade de ampliar os compromissos sociais da universidade, acabou sendo feita em nome das classes subalternas, mas em benefício das classes dominantes”.²⁶

Entretanto, foi no período da República, que a Extensão adquiriu “status” acadêmico dentro das Universidades e Faculdades, através do chamado ensino livre, a primeira formulação extensionista do país.

Em suma, as experiências de Extensão surgidas até 1930 encontravam-se, pois, ligadas aos interesses e à ideologia das classes dominantes, seja prestando serviços aos proprietários rurais (como na Escola de Viçosa), seja oferecendo informações para satisfazer à curiosidade das elites, como na Universidade Livre de São Paulo que, em suas atividades extensionistas, revelam a sua desvinculação e desinteresse dos problemas vividos pelas categorias populares na época. Para comprovar, observem-se as lutas travadas pelos trabalhadores, bem como suas iniciativas educacionais (como as escolas partidárias e sindicais criadas pelos anarquistas e socialistas na década de 20), que não encontraram nenhum apoio dos segmentos universitários.

Somente com o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, surgido em 1932, como bem destaca Romanelli²⁷, observa-se a defesa para o vínculo entre a Universidade e a Sociedade, quando se manifesta que a Educação de nível superior

²⁴ Ler Decreto n.º 5.513, 04 de abril de 1935, art. 2, alínea c.

²⁵ FLEURI, R. M. *Educação popular e universidade*.

²⁶ FAGUNDES, J., *op. cit.*, p.43.

²⁷ ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*.

deveria ser organizada de maneira que pudesse desempenhar a *“tríplice função”*. Assim, seria possível elaborar ou criar a ciência (investigação), ensinar ou transmitir conhecimentos (ciência) e “popularizar” as ciências e as artes, pelas instituições de Extensão Universitária.

Não obstante, são os estudantes universitários que vivenciam intensamente a Extensão Universitária, fenômeno acadêmico que será contextualizado a seguir.

1.3. A VIDA ACADÊMICA DO ESTUDANTE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Durante o II Congresso Nacional de Estudantes, realizado em 1938, em que foi aprovado um Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira, surgiu entre inúmeras questões, discussão sobre a Extensão, abordando-se que o Ensino Popular (extensivo) deveria ser obrigatório, não apenas limitado à alfabetização em massa, mas completado com a integração do indivíduo na comunidade. Assim, nas zonas agrícolas, deveria ser processada a ruralização das escolas e, nas cidades, a sua urbanização. E ainda, no quarto ponto, Reforma Universitária, item b, foi assentado que a difusão da cultura deveria se dar pela integração da Universidade na vida social popular, através de cursos de extensão, da divulgação dos conhecimentos científicos e artísticos, realizados nas cidades e nos campos, dirigidos diretamente ao povo e da criação de Universidades populares que, paralelamente ao ensino de ofícios manuais, deveriam ministrar às classes populares, noções de ciência, artes e letras.²⁸

Os estudantes estavam claramente preocupados em discutir como a Extensão poderia ser capaz de aproximá-los da realidade social, de forma a melhorar as condições da sociedade. Críticas sobre o caráter elitista da Universidade, como também, a promoção de práticas vinculadas aos movimentos populares surgiam, não somente da Universidade como Instituição, mas de iniciativas assumidas, especialmente, pelo movimento estudantil.

Fundada em 1938, a União Nacional dos Estudantes (UNE), engajava-se no enfrentamento de questões nacionais, a partir de 1956, aliando-se a setores do movimento popular, especialmente entre 1961 e 1964.

O movimento estudantil dos anos 40, inspirado no Movimento de Córdoba de 1918 (documento europeu, surgido na Argentina), criticava “a ausência do espírito científico”, a “imoralidade intelectual” e o “controle oligárquico na instituição” e, neste sentido, advogava que a “universidade fosse configurada em forma de uma estrutura democrática, com autonomia política de docência, administração e finanças”. Defendia, ainda, “a gratuidade de ensino, a

²⁸ Ler POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*.

periodicidade da cátedra, a reorganização acadêmica em seus métodos, conteúdos e técnicas, uma melhor qualificação dos docentes, um processo democrático de ingresso do estudante na Universidade” e “uma articulação orgânica entre o nível superior e o sistema de educação nacional”.²⁹

Assim, desde o Manifesto de Córdoba, a Extensão Universitária se caracteriza pela sua missão social junto ao povo, dada a sua preocupação com os problemas nacionais. Essa atividade extra - muros nasce com uma outra função, pois acreditava-se que a solução dos problemas sociais se dariam através da atuação dos estudantes que, inclusive, teriam a oportunidade de se familiarizar com os problemas de seu povo. Não se pensou no papel efetivo do Ensino e da Pesquisa.

O ano de 1958 foi marcado pelos debates acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Concomitantemente, o movimento estudantil apresenta nova tendência, influenciado pelos movimentos da Ação Católica. Tais movimentos, que se estenderam para a década de 60, enfatizavam a reforma universitária, criticavam o papel social da Universidade em relação à sociedade e propunham um engajamento cristão nas questões sociais do país.

Em vários seminários, o tema - a reforma universitária - era abordado pela UNE: no Primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária (Salvador, 20 a 27 de maio de 1961) em que resultou a Declaração da Bahia; no Primeiro Encontro da Região Sul (junho de 1961), em que se formularam Diretrizes para uma Universidade Sulina, no Segundo Seminário Nacional de Reforma Universitária (Curitiba, 20 a 27 de março de 1962), em que se promulgou a Carta do Paraná e no Terceiro Seminário Nacional de Reforma Universitária (Belo Horizonte, 1963).

A UNE, através da ação voltada para um teatro crítico, ou seja, questionador e de denúncia, conseguia levá-lo à rua e se comunicar com a massa, resgatando, assim, a chamada arte e cultura de engajamento político.

Após sua criação, foram multiplicados centros semelhantes por todo o país, através da primeira e da segunda UNE Volantes, respectivamente em 1962 e 1963, quando a diretoria da entidade percorria muitos Estados promovendo

²⁹ Ler GURGEL, R. M., *op. cit.*, p. 35-6.

mobilização social. Chegaram a construir um teatro na sede e já pensavam em cuidar da alfabetização e em criar uma Universidade de Cultura Popular, quando o golpe militar de 64 veio reprimir com violência essas iniciativas.³⁰

A UNE reafirmava, a todo momento, seu compromisso com as classes populares, na luta pela transformação social. Na declaração da Bahia (o mais importante dos seus documentos no período) - ao discutir a reforma universitária, como um momento do processo revolucionário da sociedade brasileira, propunha a democratização do ensino, permitindo o acesso de todos à educação e em todos os graus, a abertura da universidade ao povo, com a criação de cursos acessíveis a todos (de alfabetização, formação de mestres-de-obra e de líderes sindicais) e a colocação da universidade a serviço do povo, mediante a criação, por exemplo, de escritórios de assistência jurídica, médica e odontológica.³¹

A Extensão, como fator de mediação entre Universidade e povo, sempre foi motivo de grande valor para o movimento estudantil. Mas, como observa Fagundes, ao mesmo tempo em que o movimento pretendia colocar-se sob a influência revolucionária das classes trabalhadoras, acabava por revelar uma visão semelhante àquela que as elites mantinham sobre essas classes e sobre o papel da universidade, ou seja, a função de formar os profissionais e a elite dirigente que “de posse da cultura superior, passaria a transmiti-la ao ‘povo ignorante’, chamando a si a tarefa de conscientizar esse mesmo povo e de prestar serviços aos desvalidos”.³²

As atividades de Extensão, mormente no período que antecedeu ao golpe militar de 64, eram desenvolvidas por iniciativas de estudantes e professores universitários, que contavam ainda, muitas vezes, com a colaboração de outras instituições oficiais ou assistenciais, como Igrejas Católicas e Sindicatos.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 20 de junho de 1961, contempla a Extensão Universitária no artigo 69, definindo que: nos estabelecimentos de ensino superior poderiam ser ministrados os cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de

³⁰ Ler GOES, M. *De pé no chão também se aprende a ler (1961 – 1964): uma escola democrática*.

³¹ Ler UNE, 1961, p. 26-7.

³² FAGUNDES, J., *op. cit.*, p. 42.

ensino, abertos (cursos) a candidatos com preparo e os requisitos que viessem a ser exigidos.

Paiva³³ observa muito bem que as práticas de Extensão Universitária no Brasil são bastante recentes quando comparadas às de outros países. O movimento estudantil brasileiro, bem como outros movimentos culturais começaram a surgir no Brasil, no início da década de 60. O ano de 1960 é conhecido pela campanha de defesa da Escola Pública. Assim, movimentaram-se setores religiosos, privados, partidos políticos e intelectuais. A “esquerda” passou a exigir as reformas de base, radicalizando a ideologia nacional - desenvolvimentista. O movimento estudantil se engajou e se lançou, entre 1960 e 1964, nas campanhas pela educação (alfabetização de adultos) e de cultura popular, expressando sua preocupação política com a realidade nacional.

Nesse sentido, as várias tendências progressistas e de esquerda criavam, por meio da ação extensionista, os Centros Populares de Cultura (CPC's), os Movimentos de Cultura Popular (MCP's), em conjunto com o Serviço de Extensão Cultural (SEC), da Universidade de Pernambuco e o Movimento de Educação de Base (MEB).

Os CPC's nasceram da UNE em 1962, como um dos manifestos dos estudantes e ganharam impulso na época da “UNE VOLANTE”, criada na gestão de Aldo Arantes, que possibilitou a propagação e efetivação de vários núcleos instalados nas Universidades e nos Sindicatos de vários Estados brasileiros. Esses núcleos desenvolviam uma série de atividades artísticas e culturais, como o chamado “Teatro de Rua” ou de arena, que constavam de realizações teatrais em praças e ruas das cidades. Os CPC's também sistematizaram publicações, como os “Cadernos de Cultura”, realizaram filmes e investiram em uma linha de produção de artigos culturais e de arte, distribuídos por uma rede nacional que contou com a realização de exposições de filmes, discos e vários artigos artísticos e artesanais.

Os CPC's tinham como intuito levar o teatro, cinema, artes plásticas e literatura para o povo. Tal ação extensionista, de valor político e educacional, partia do pressuposto que “(...) em nosso país e em nossa época, fora da arte política não

³³ PAIVA, V., *op. cit.*

há arte popular”.³⁴ Sua ação se concentrou, principalmente, através do “Teatro de Rua”, levado aos sindicatos, universidades, favelas, pontos de ônibus, portas de fábricas e praças por meio de uma linguagem acessível, ou seja, do cotidiano do povo.

Entretanto, foram alvo de várias críticas na época, uma vez que adotavam, segundo alguns, uma postura de superioridade cultural ao pretenderem mudar o comportamento de segmentos intelectuais, considerados por integrantes dos núcleos, como alienados. Ao se sentirem pressionados, assinala Almeida³⁵ que esses segmentos, indefinidos politicamente, começaram a apontar as ambiguidades de um discurso revolucionário a favor do povo, verbalizados por uma vanguarda intelectualizada e, em sua maioria, originária das elites e/ou da classe média.

Assim, essas controvérsias refletiram-se também na idéia da Extensão Universitária, sempre vista com reservas por alguns, seja por uma razão, ou outra. E, por serem pontos de discórdia entre intelectuais, professores e estudantes, foi que, no período pós-64, essas controvérsias tornaram-se alvo perfeito das manipulações do regime autoritário, as quais utilizaram para “domesticar” os movimentos populares, sempre vulneráveis em virtude das indecisões internas.

O Movimento de Cultura Popular (MCP) teve sua origem na campanha *“De pé no chão também se aprende”*, financiada pelos governos de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Como prática educativa, voltava-se para a conscientização das massas, através de experiências radiofônicas. Buscando, também, a criação de uma Universidade Popular, tinha como objetivo realizar um programa de educação de adultos pautado no “Sistema Paulo Freire”. O Movimento resultou na ação conjunta da Universidade de Pernambuco, através da sua Secretaria de Cultura e da Prefeitura de Recife e, posteriormente, do governo do Rio Grande do Norte, contando com a assessoria e participação efetiva do professor Paulo Freire. Foi ele quem idealizou um sistema de alfabetização para adultos, que tinha como princípio fundamental a concepção de uma educação libertadora, através da conscientização do homem, da sua condição de ser social e político, capaz de conquistar e promover a sua própria liberdade. A educação, voltada para

³⁴ Ler Arte em Revista 1 - Anos 60, p.73.

³⁵ ALMEIDA, M. Z. C. M., *op. cit.*

estas perspectivas, possibilitava e facilitava a potencialidade do ser humano, enquanto agente da história.

Posteriormente, tal proposta suscitou interesse por parte de estudantes paulistas, que começaram a aplicá-la em Osasco (SP) e, por parte da Fundação Campanha de Educação Popular (CEPLAR) da Paraíba. Mas, a primeira experiência extensiva com o método foi realizado no Rio Grande do Norte, iniciando-se em Angicos e, depois, no bairro de Quintas, na capital, com a perspectiva de ampliação para todo o território Norte-rio-grandense. Entretanto, essas experiências, assim como a concretização do Plano Nacional de Alfabetização, criado em 21 de Janeiro de 1964, são truncadas logo em abril com o golpe militar.

Com a ditadura militar, a partir de 1964, o movimento estudantil passou a ser veementemente reprimido. O governo impunha, entre outras medidas, a reforma universitária. As atividades de Extensão passaram a ser incentivadas como meio de despolitização dos estudantes e de integração de comunidades marginalizadas. Porém, na segunda metade dos anos 70, com o ressurgimento dos movimentos de oposição, novamente algumas universidades fazem eco às suas reivindicações. Mais uma vez, a Extensão Universitária passou a ser considerada como um espaço possível de ligação entre universitários e movimentos populares.

Ligado à Igreja Católica, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, aos órgãos oficiais e às universidades, o Movimento de Educação de Base (MEB's) dedicou-se à alfabetização no meio rural, através de uma cadeia de radiodifusão, contando em 1963, com 59 sistemas, 14 Estados, cerca de 11.000 alunos e mais de 19 emissoras de rádio.

Através dos MEB's eram transmitidos ensinamentos por um sistema de monitoria. Cada monitor recebia um rádio portátil à pilha, com faixa única específica para o programa, em que poderia receber e repassar as orientações em salas de aula em vários e distantes pontos do país. Além de alfabetizar e transmitir o ensino formal, o programa também incluía em seu currículo, noções de higiene, saúde e informações educativas às populações rurais e da periferia urbana. Era, assim, um trabalho pedagógico voltado para a educação popular e de adultos.

Em uma de suas mensagens como presidente, Jânio Quadros afirmava:

De par com o auxílio inestimável que irão prestar à extensão das oportunidades educacionais, o rádio, o cinema, o livro, o teatro, o museu se tornarão agentes dinâmicos da obra de levantamento do nível cultural da população brasileira. É indispensável que os benefícios da cultura cheguem a todas as camadas sociais e deixem de ser regalia das classes economicamente bem dotadas.³⁶

No governo de João Goulart, observa-se que a Extensão foi ainda mais acentuada. Em sua mensagem presidencial de 1962, afirmava que:

Além da educação formal, proporcionada em estabelecimentos de ensino, merece destaque o processo educativo específico desenvolvido, direta e permanentemente, junto às populações rurais, através do trabalho de extensão, que orienta e dá assistência ao agricultor e à sua família, objetivando a racionalização dos empreendimentos agrícolas e a melhoria de hábitos alimentares e de higiene.³⁷

E, em 1964, referia-se à Extensão de forma bastante significativa, afirmando que: "(...) será assegurado todo o apoio do Governo aos movimentos e campanhas de cultura popular, partam de fontes oficiais ou sejam fruto de iniciativas particulares".³⁸

No período de 1960 a 1964, o Estado utilizava-se da ação extensionista como discurso para falar:

- da educação de adultos e popular, utilizando o rádio, televisão e teatro;
- do apoio à educação informal e adoção de métodos de alfabetização;
- da luta contra o analfabetismo e pela escola pública; e
- da ampliação da extensão rural.

O Estatuto do Magistério Superior (Lei n.º 4.881, de 06.12.1965) destaca a idéia de indissociabilidade entre a Pesquisa e o Ensino. A Extensão

³⁶ BRASÍLIA, *A Educação nas mensagens presidenciais*, p. 352.

³⁷ Idem, p. 356.

³⁸ Idem, p. 369.

aparece apenas como uma concessão ao professor que poderia exercer atividades culturais que se destinassem à difusão de conhecimentos ou visassem à prestação de assistência, uma vez obedecido o regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

O governo passou a organizar, a partir de 64 e, especialmente de 68, concomitantemente às medidas repressivas e dos arbitrários atos institucionais, uma série de eventos e programas na linha dos serviços de desenvolvimento e integração, com o intuito de atingir os meios universitários e, principalmente, esvaziar as bandeiras do movimento estudantil. Foram legitimadas disciplinas de legislação especial (Moral e Cívica, EPB e Educação Física) que preparavam o ambiente redentor da Extensão Universitária. Criou, inclusive, uma entidade pelega, representativa dos estudantes da ala direitista e conservadora, denominando-a de “Movimento Universitário de Desenvolvimento Social” (MUDES).

Realizou-se, em outubro de 1966, o I Seminário de Educação e Segurança Nacional, promovido pela Escola do Comando Maior das Forças Armadas, em conjunto com a Universidade do Estado da Guanabara, cujo objetivo era discutir e programar o engajamento dos estudantes no processo de ocupação do espaço geográfico e da integração nacional. Pretendia-se levá-los a contribuir para o desenvolvimento econômico e social da nação, em conformidade com o espírito da nova política de governo ligada ao capital internacional, coincidindo também com as idéias inspiradas pelo Prof. Dickson, idealizador do “Serviço Voluntário”, e com os projetos que o Presidente Kennedy definiu para a juventude americana.

O prof. Wilson Choeri, participante do seminário acima mencionado, foi quem deu início no Brasil, às primeiras experiências nesse sentido. Empreendeu, no mesmo ano de 1966, em conjunto com um grupo de alunos da Universidade do Estado da Guanabara, onde trabalhava, uma viagem de estudos à Amazônia. Essa experiência possibilitou o surgimento da primeira “Operação Rondon”.³⁹

De acordo com modelos importados, surgia a idéia de Campus, como o de MULTIVERSIDADE, que configurava uma forma de Extensão realizada pelas

³⁹ Consultar ARANUT, A. L.. *Como anda o projeto Rondon?*

Universidades Norte-americanas e tinha como objetivo realizar intercâmbio com a sociedade. Dessa forma, levava o seu “*know-how*” à comunidade e ao mesmo tempo reciclava seus cursos e realimentava suas pesquisas. Outro exemplo é o modelo inspirado nas idéias do Prof. Alec Dickson, que acreditava que as Universidades deveriam ser reformuladas, introduzindo-se um novo currículo no qual a aprendizagem deveria ser realizada através de experiências, de “*problem-solving*”. Assim, enfatizando o método de aprender-fazendo, os ‘serviços voluntários’ estariam voltados para a função de conciliar ‘estudo com serviço’, já que a educação formal não dava conta.

Tais experiências receberam ênfase nas Universidades Brasileiras, oficialmente em 1967 e foram institucionalizadas no ano de 68, em plena efervescência do movimento estudantil, que atingiu seu ápice nessa época. Concomitantemente, foi implantada a Reforma Universitária por meio da lei n.º 5.540/68.

A função Extensão Universitária foi pela primeira vez vinculada ao Ensino e à Pesquisa no ato institucional n.º 2, no Decreto lei n.º 252/1967, artigo 10: “a universidade, em sua missão educativa, deveria estender, sob a forma de cursos e serviços, as atividades do ensino e pesquisa que lhe seriam inerentes” e pela Lei da Reforma Universitária, 5.540/68, artigo 40, letra a, em que as instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, “propiciariam aos corpos discentes oportunidade de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento do país”.

Nesse sentido, as Universidades deveriam repensar a dimensão social da Extensão como prestadora de serviços e associada ao Ensino e à Pesquisa.

Em síntese, a Extensão recebeu muita ênfase após a reforma universitária de 68 que, através da repressão política, institucionalizou-a através da nova legislação - a Lei n.º 5.540/68, art.º 20 e art.º 40, estabelecendo que a Universidade deveria estender à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, suas atividades de ensino e pesquisa, propiciando aos estudantes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida

comunitária (influência do modelo norte-americano, que daí para a frente exerceu grande poder na política educacional brasileira, como uma das estratégias para infiltração nos países do terceiro mundo).

O Decreto - lei n.º 62.927, de 28.06.68, assinado pelo Presidente Costa e Silva, instituía um Grupo de Trabalho denominado "Projeto Rondon", subordinado ao Ministério do Interior - MINTER, que lhe atribuiu, como finalidade, promover estágios de serviços para estudantes universitários, com o objetivo de conduzir os jovens a participar do processo de "integração nacional". Ficou constituído por representantes de vários órgãos, entre eles, o MEC, o CRUB e o MUDES.

Entretanto, tais operações nacionais realizadas pelo "Projeto Rondon", começaram a apresentar algumas falhas, entre elas, a mais significativa, a falta de continuidade, prejudicada pelo revezamento das equipes, devido à curta duração dos estágios (apenas um mês) e pelo espaço relativamente longo de uma operação para outra, já que só ocorriam em período de férias. Para suprir tais erros e dar apoio logístico às equipes do Projeto, foram criados os Campi Avançados. Através do Decreto - lei n.º 405, de 31 de dezembro de 1968, o Campus Avançado passou a ter carácter legal. Sua atuação deveria se dar em dois planos: como veículo de integração nacional e como campo de aplicação para as pesquisas e o conhecimento produzido na Universidade.

Para o MINTER e o Rondon, os campi avançados representavam a Extensão da Universidade. Estavam voltados para áreas de atuação em regiões menos desenvolvidas do País e, paralelamente, destinados a propiciar aos universitários brasileiros o aprendizado indireto, através da ação integrada, em contato com a realidade nacional em seus diversos aspectos sociais.

Outra estratégia adotada pelo governo pós-64 foi a criação do Centro Rural de Treinamento de Ação Comunitária (CRUTAC), que teve suas origens nos mesmos princípios ideológicos da prestação de serviço, do desenvolvimento das comunidades consideradas atrasadas e, também, para atuar na política de ocupação geo-econômica.

Almeida⁴⁰ contesta que, com essas experiências já adotadas em algumas universidades de norte a sul do País, como as de Mato Grosso, Goiás, Pernambuco, Amazonas, Ceará, Maranhão, Londrina, Santa Maria e São Carlos, o governo federal tanto promovia a violência institucionalizada, como cuidava também de canalizar a energia e o ímpeto político dos estudantes para essas atividades “integradoras e socializadoras”, úteis à criação da consciência nacional, moldada conforme o espírito e a doutrina da ideologia da Segurança Nacional.

Paiva⁴¹ assinala que a idéia que originou tal iniciativa (a criação do CRUTAC), surgiu de uma visita do Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte aos Estados Unidos. Nessa ocasião, foi apresentado para algumas universidades desse país, que serviram de modelo para criação do CRUTAC, quando do seu regresso ao Rio Grande do Norte. A Universidade deste Estado iniciou uma experiência com o objetivo de organizar treinamento de universitários no interior do Estado. Assim, tal experiência expandiu-se para outras universidades brasileiras, e de acordo com Almeida se deu:

(...) em consequência do comportamento servil e prestativo de muitos dirigentes universitários da época, sempre prontos a colaborar com o regime no combate à ‘subversão’ e na realização de programas voltados para as diretrizes governamentais, como forma de garantir maiores fatias das verbas orçamentárias e, ao mesmo tempo, manter uma boa convivência com o poder, já que esses dirigentes eram nomeados pelo Presidente da República.⁴²

O programa do CRUTAC tinha também, como objetivo, segundo Paiva, redefinir a imagem da Universidade através de uma ação educativo-assistencial, difundindo, assim, os “ideais de harmonia e de progresso, os princípios que devem reger a paz, a justiça, a ordem e a disciplina que fundamentam o equilíbrio social e a felicidade dos povos”.⁴³

⁴⁰ ALMEIDA, M. Z. C. M., *op. cit.*.

⁴¹ PAIVA, V. *Educação popular e educação de adultos*.

⁴² ALMEIDA, M. Z. C. M., *op. cit.*, p. 47.

⁴³ PAIVA, V. *Extensão universitária em Brasil*, p. 69.

O Comando das Forças Armadas instituiu a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária (CINCRUTAC) dos CRUTAC. O Decreto - lei foi assinado pelos Ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica por força dos poderes que lhes concediam os atos institucionais AI - 5 e AI - 12. O Decreto - lei n.º 916, de 07.10.69, assim definiu os objetivos do CINCRUTAC: "encaminhar, com a extensão dos serviços universitários às áreas interioranas, através de cursos específicos de cada unidade, a realização de atividades básicas que conduzam à promoção do homem, ao desenvolvimento econômico - social do País e à segurança nacional".⁴⁴

O Projeto Rondon, ao contrário do CINCRUTAC e dos CRUTAC's, não surgiu por iniciativa da instituição universitária, mas da Escola Superior de Guerra, vinculado ao MINTER. A universidade entrou como órgão de apoio para corrigir distorções e dar consistência às suas atividades, as quais, por terem caráter de "operações" em período de férias escolares, não tinham continuidade e, portanto, nenhuma sistemática de acompanhamento. Além dessas modalidades de treinamento do aluno e da prestação de serviços, surgiram outras formas de estágios, como os do Instituto Euvaldo Lodi e do Serviço de Integração Escola - Empresa (SIE-E), ambos voltados para as necessidades dos setores produtivo e empresarial.

Entretanto, o Projeto Rondon foi o que ganhou maior ênfase e empenho do governo, em virtude de sua função político - ideológica. De outro lado, por ser também um trabalho recreativo, recebeu a adesão de muitos universitários, que encontraram, nas viagens patrocinadas pelas "operações", uma oportunidade de conhecer outras localidades, já que a maioria talvez nem tivesse condições de fazê-lo por recursos próprios. Apesar disso, muitos idealistas acreditavam que poderiam conseguir alguma mudança no interior, ajudando, dessa forma, as populações carentes.

Para Saviani, o Projeto Rondon, por exemplo, foi criado com a seguinte justificativa:

⁴⁴ Ler LOPES, O. *Crutac e cincutrac*.

(...) aqueles que estão nos grandes centros têm condições de ter uma formação razoável; então eles, pelo menos em certos períodos do ano, devem ir a regiões menos desenvolvidas e prestar serviços (...). Esta visão de extensão, no entanto, está 'viciada', uma vez que ela contém subjacente uma concepção assistencialista da extensão; assistencialista, isto quer dizer: aqueles que têm, aqueles que sabem, prestam assistência àqueles que não têm, àqueles que não sabem. Pois, (...) com o Rondon, encontramos uma situação meio esquisita, paradoxal: trata-se de universidades que, estando inteiramente divorciadas em sua própria região, acabam por criar campus avançado em regiões distantes sem ter sequer idéia do que está acontecendo lá, (...) vão impor padrões, criar atritos, criar conflitos. Voltam as costas para dentro de si mesmas, se auto-reproduzindo, paranoicamente, coisas da sua própria ciência.⁴⁵

Em 1975, uma avaliação realizada pelo MEC junto a 24 universidades federais indica que a Extensão estava sendo implementada através de cursos e/ou seminários, prestação de serviços à comunidade e programas de ação comunitária em 'campi' avançados, Projeto Rondon e CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária). Entretanto, o MEC reconhece que as atividades de Extensão pouco estavam se articulando com o Ensino e a Pesquisa.

Assim, o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, elaborado em 1975, para ser executado pelo Departamento de Assuntos Universitários (DAU), por meio de sua Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), criada pelo MEC nesse mesmo ano, reafirma a Extensão como o meio através do qual a universidade, por um lado, deveria atender outras instituições e à população e, por outro, receber retroalimentação para o ensino e a pesquisa.

O documento da CODAE⁴⁶ apresenta a idéia básica da Extensão como um processo de comunicação entre Universidade e Sociedade, que se dará por meio de retroalimentação, integração, abertura, equilíbrio e projeção. Utiliza-se de termos que se aproximam das críticas apresentadas por Paulo Freire em seu livro publicado em 1971 - *Extensão ou comunicação?*⁴⁷ Entretanto, parece ficar reduzido ao plano do discurso.

⁴⁵ SAVIANI, D. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*, pp. 66-7.

⁴⁶ Ler SILVA, M. O. S. *Integração com o meio: uma proposta de extensão universitária*.

⁴⁷ FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?*

Com idéias semelhantes, o Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB, criado em 1966) orientava as atividades de Extensão segundo três pontos básicos: prestação de serviços à comunidade, realimentação da universidade e, em decorrência, a integração de ambos. A criação do CRUB estimulou para que a Extensão começasse a ser entendida como uma das ações educativas de extremo valor na formação do profissional.

Porém, na opinião de Fagundes as diretrizes extensionistas do MEC, CRUB, assim como as experiências do CRUTAC e do Projeto Rondon:

(...) medeiam entre um pensamento elitista e um sentimento populista. De uma parte, haveria a comunidade dos portadores 'da cultura', explicadores da realidade e conhecedores de técnicas salvadoras. De outra parte, estaria a comunidade dos necessitados, ignorantes e apáticos, sem uma visão correta da realidade e, portanto, incapazes de dimensionar os seus problemas e de saírem de uma situação de penúria, da qual eles seriam os próprios responsáveis. Estes têm problemas a resolver, aqueles têm serviços e soluções a oferecer. Sendo que os assistidos são incapazes de ter uma 'verdadeira percepção' de sua situação, os assistentes passam a colocar os problemas a partir de seu ponto de vista sobre a situação daqueles. E aqui as soluções antecedem os problemas, ou seja, a partir de sua visão de realidade e dos meios que dispõem, os promotores da extensão passam a selecionar os problemas para os quais ele têm soluções prontas e rápidas são, muitas vezes, os mais fundamentais para a comunidade, uma vez que gestam aqueles problemas que a extensão procura resolver. Nessa perspectiva, a extensão tem contribuído mais para mascarar a realidade, legitimando-a, do que para desvendá-la, transformando-a.⁴⁸

Com opinião semelhante, Almeida⁴⁹ avalia que nenhum desses programas (o projeto Rondon e o Crutac) levaram em conta a estrutura social injusta e discriminadora da sociedade brasileira, mas partiam do pressuposto de que os indivíduos é quem deveriam mudar de atitudes. A idéia é de que o atraso cultural dessas comunidades gera a pobreza e a miséria, e não uma estrutura social injusta.

Pode-se concluir, portanto, que toda ação proposta pelos governos militares, de 1964 a 1985, sempre utilizou a Extensão como forma de contenção

⁴⁸ FAGUNDES, J., *op. cit.*, p. 81.

⁴⁹ ALMEIDA, M. Z. C. M., *op. cit.*

dos movimentos populares e através de alunos. Assim, a Extensão foi usada de forma institucional para atuar no campo do:

- a) analfabetismo: através da criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, 1967.

Com a destruição dos movimentos e entidades de educação popular, o Estado procura intervir, através de conteúdos pedagógicos fundamentados no amor, individualidade, família, pátria e contra o comunismo. Contando inicialmente com apoio da UNESCO (United Nations Education Social and Cultural Organization) e, na década de 60, da USAID (United States AID), promoviam a alfabetização de adultos e o desenvolvimento comunitário, como parte da estratégia política das classes dominantes.

- b) menor abandonado - através da criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor - FUNABEM, em 1967, que incorporava a necessidade do trabalho disciplinar baseado na educação militar que ganha forma eficaz na formação da personalidade de futuros policiais.

As ações extensionistas desenvolvidas pelo Estado da 'Segurança Nacional' apelavam para a necessidade do trabalho voluntário, a preocupação de integrar para não entregar, transmitir princípios de moral e cívica, rejeitar a política partidária, despolitizar os problemas sociais, com a ajuda da neutralidade científica, colocar a desagregação familiar como responsável pela situação econômica e política e utilizar a metodologia do desenvolvimento de comunidades com o objetivo de manipular os movimentos sociais.

Todas essas experiências com Extensão Universitária sempre tiveram caráter episódico e conotação de educação popular e de adultos, bem como a de prestação de serviços.

De acordo com Nepomuceno, pode-se dizer que a Extensão Universitária, em nome do desenvolvimento social, cultural e econômico do país, entre o período de 1961 a 1980, caracterizou-se por trabalhos assistencialistas, com programas e cursos que repetem a cultura dominante e o saber da elite. Esquecendo-se da cultura popular, em observância à política da Universidade, fica

presa a programas governamentais, convertendo seus projetos e cursos de Extensão, ainda elitistas, como meio garantido de captar recursos do governo para a própria Instituição. Cita-se como exemplo o CRUTAC, que para a autora:

(...) foi mais um fracasso de extensão universitária, implantado em 1966, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Um projeto que nada mais era do que um treinamento de universitários para as regiões rurais, os quais prestariam serviços médicos, odontológicos, de direito, educação à comunidade, com dupla finalidade: o Governo Federal se apresentasse como 'senhor preocupado', uma vez que permitia a uma região carente, como a rural, participar de um programa visando ao desenvolvimento e à segurança nacional (desviando o verdadeiro motivo, que leva à falta de estrutura e conhecimento do campo rural) e que os universitários se sentissem honrados por participarem de um projeto de importância nacional, o que, conseqüentemente, faria com que se esquecessem das manifestações estudantis. Os programas das palestras versavam sobre assuntos banais, indiferentes à realidade da comunidade.⁵⁰

Constata-se que se de alguma forma a Extensão Universitária foi conceituada, pouco adiantou em termos de sua práxis. Exercida assistematicamente e sem vinculação com o ensino e a pesquisa, teve o povo como mero receptor e gerou grandes expectativas com o compromisso que declarava ter com as comunidades pobres.

Ferreira chama atenção, afirmando que a Extensão, como terceira atividade-fim de uma universidade, jamais procurou galgar o espaço e a atenção que eram abertos para a pesquisa e a graduação, ou seja, a extensão se resumiu em "desenvolver atividades de caráter eminentemente assistenciais (...) que definem, como agências de colocação de mão - de - obra estudantil no setor privado, dentro do programa de estágio curricular".⁵¹

Muitos dos projetos de Extensão, realizados por intermédios de estágios, não proporcionam à população uma participação de peso em seus projetos, pois já vêm estruturados, ou às vezes, realizam as chamadas pesquisas de campo, onde colhem informações e, a partir dele, executam sua linha de

⁵⁰ NEPOMUCENO, Z., *op. cit.*, pp. 40-1.

⁵¹ FERREIRA, J. C. *Ensino, pesquisa e extensão no contexto da sociedade*, p. 68.

pensamento que não condiz com a realidade.

Nesse sentido, Savi menciona que, infelizmente, a jovem universidade brasileira quis se preocupar cedo demais em estender o que ainda não tinha. “Fazia-o muitas vezes sob a forma de estágio de estudantes - ensino de trabalhos de fim de curso onde o principal interessado era o aluno em fase de formação”.⁵²

Carneiro⁵³ é bastante crítico ao afirmar que, ainda na metade dos anos 80, há ausência de um perfil conceitual no que se refere à ‘filosofia’ extensionista das Instituições de Ensino Superior. Argumenta que os departamentos jamais se decidiram no passado, nem há indícios no presente, para se formular uma política explícita nesse sentido, e que os órgãos, encarregados da coordenação, articulação, acompanhamento e avaliação dos programas de Extensão, ou seja, as Pró - Reitorias, jamais se preocupam em consultar as comunidades com a meta de identificar-lhes as aspirações e, em consequência, estabelecer canais de comunicação com o meio extra - universidade.

Sem desconsiderar as críticas descritas acima, observa-se a tentativa de uma nova dimensão política de Extensão Universitária, que surge justamente a partir da segunda metade dos anos 80, mormente com a constituição do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. O tópico a seguir tem, como objetivo, apresentar e avaliar tal tendência, ou seja, como fica o conceito de Extensão nas décadas de 80 e 90?

⁵² SAVI, H. *Relação pesquisa e extensão*, p. 179.

⁵³ CARNEIRO, M. A. *Extensão universitária: versão e perversões; estudo tentativo de identificação do débito social das Universidades Federais do Nordeste*.

2. A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO DISCURSO DEMOCRÁTICO DA UNIVERSIDADE

No início da década de 80, foram criadas a Associação de Docentes de Ensino Superior (ANDES) e a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA). A União Nacional dos Estudantes (UNE) foi retirada da clandestinidade anos mais tarde durante o Governo Sarney (a lei n.º 7.395, de 31/10/1985, art.º 1 reconhece a UNE como entidade representativa do conjunto dos estudantes das Instituições de Ensino Superior existentes no país).

O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), entidade de direito privado, fundada em 1966, criado em meio à ditadura militar, por Rudolf Atcon, foi reconhecido como entidade de utilidade pública em 1972, pelo Decreto n.º 70.904 da Presidência da República. Na década de 80, foi induzido tanto pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura) como pelo CFE (Conselho Federal da Educação), a repensar o seu papel em relação à autonomia universitária e o compromisso social que deveria ser assumido pela universidade nesse momento histórico. Esse fato possibilitou que a Extensão Universitária fosse resgatada, tanto pelo Conselho de Reitores, como pelo movimento docente, na idéia de autonomia da universidade e a sua inserção na realidade social.

Fagundes¹ explica que a Extensão Universitária, como desdobramento dessa nova universidade que se propunha autônoma e a serviço da sociedade, foi redimensionada, passando a ser, no discurso oficial, elemento indispensável para viabilizar a comunicação entre a Instituição Universitária e a Sociedade. Assim, são oficializados: a CNRES – Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, o PNU – Programa Nova Universidade e o GERES – Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior.

*Capítulo fundamentado, especialmente, na tese de Doutorado de TAVARES, M. G. M. *Extensão universitária: novo paradigma de universidade?*, op. cit.

¹ FAGUNDES, J., op. cit.

2.1. CRUB, ANDES, CNRES, PNU, GERES E AS NOVAS DIMENSÕES PARA A EXTENSÃO

O início de uma postura mais ousada dos Reitores, com relação ao compromisso que a Universidade Brasileira deveria assumir na solução dos problemas vivenciados pela maioria da população, foi dimensionada na XXXVII Reunião Plenária do CRUB, realizada na cidade de Campinas, em julho de 1983. Em seu discurso defenderam uma Universidade que deveria ser conhecedora dos problemas nacionais e que propusesse soluções para a liberdade progressiva da sociedade, em processo efetivo de transformação e libertação.

Para a realização desse paradigma, advogavam que seria necessário promover e intensificar as discussões dentro da Universidade sobre os problemas locais, regionais e nacionais, realizar foros de debates, estudos interdisciplinares, pesquisas com participação dos estudantes e, principalmente, submeter os programas de ação à apreciação das lideranças comunitárias.

O CRUB, criado em pleno regime militar para, entre outras questões, possibilitar a privatização da Universidade, de forma oposta, passa a ser porta-voz de um modelo de Universidade de “qualidade, pública, gratuita e democrática”.

Durante a realização do Congresso Nacional das Associações Docentes, em 1981, realizado em Campinas/SP, foi criada a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior - ANDES. Nesse encontro, a questão da Extensão é apresentada de forma superficial junto ao ensino e pesquisa em um documento intitulado ‘Constituir as bases da entidade nacional’. Com a preocupação de dimensionar a Universidade para ‘os interesses majoritários da população’, tornava-se necessário definir a Extensão Universitária junto ao ensino e à pesquisa, como forma de democratização do conhecimento elaborado e transmitido pela Universidade. A Extensão tornar-se-ia o instrumento da democratização e da autonomia universitária ao veicular o saber produzido nessas instituições, em consonância com as necessidades da população.²

Preocupado com a relação Ensino e Pesquisa na Universidade

² Ler Relatório do II ENAD. *Constituir as bases da entidade nacional*.

associados com as necessidades da população, o Movimento Docente visualiza, na Extensão, a possibilidade de que, através de suas atividades, tal vinculação pudesse ser trabalhada de forma direta, possibilitando a democratização do saber elaborado pela Universidade. O que parece ficar claro é que o Movimento Docente, desde sua organização, já faz distinção entre Extensão Universitária e Atividades Assistenciais, estas desvinculadas do ensino e da pesquisa.³

Num relatório apresentado pelos grupos de trabalho no V Conselho Nacional de Associações de Docentes - CONAD, em junho de 1982, a Prestação de Serviços constituía o último ponto da pauta de discussão. Discutiu-se a sua necessidade, o caráter da prestação de serviços, a sua relação com os docentes e a alocação de recursos provenientes desses serviços, em complicada discussão, devido à diversidade de interesses existentes no movimento docente. De um lado, docentes da rede particular defendiam a não exclusividade de recursos públicos para a escola pública; em contrapartida, docentes da rede pública defendiam a exclusividade de recursos públicos para as escolas públicas, negando o subsídio externo com objetivos de complementação do orçamento dessas universidades. Havia, também, os que defendiam a universidade como uma empresa capitalista, cujo objetivo principal deveria ser a venda de serviços.⁴

Em julho de 1982, foi encaminhado um documento oficial ao MEC, intitulado "Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade brasileira", que propunha como princípios básicos, uma "universidade pública e gratuita, autônoma e democrática" voltada para a unificação das condições de pesquisa, ensino e trabalho. Considerando as suas funções básicas (ensino, pesquisa e extensão), acreditava-se ser preciso redimensionar a função social da Universidade, "entendendo que é sua tarefa interferir nas transformações da sociedade, no sentido de propiciar uma estrutura social mais justa e que corresponda aos anseios majoritários da população".⁵

Tavares⁶, seguindo o discurso da ANDES, afirma, ingenuamente que a possibilidade de se definir a quem deveria servir essa nova Instituição social - a

³ Confira TAVARES, M. G. M., *op. cit.*

⁴ *Idem*, *ibid.*

⁵ Caderno ANDES, n.º 2, pp. 8-9.

⁶ TAVARES, M. G. M., *op. cit.*

Universidade – teria tornado a Extensão algo diferente de uma simples prestação de serviços, uma vez que seria viabilizada “a integração efetiva de ensino, pesquisa e extensão no contexto de um projeto pedagógico educacional global formulado pela comunidade universitária e vinculado às reais condições e necessidades da sociedade”.⁷

Para ANDES⁸, diante dessa proposta de reestruturação universitária, vislumbrou-se a possibilidade das atividades de Extensão serem concebidas e organizadas sob três aspectos: 1) como instrumento de formação acadêmica, 2) para o desenvolvimento de pesquisas e, 3) apoio à comunidade. Assim, não ficariam subordinadas à captação de recursos para a complementação de verbas insuficientes, pois caberia ao Governo financiar totalmente a Universidade com ensino público e gratuito.

Deve-se observar que, apesar da Extensão Universitária começar a sinalizar para uma nova concepção de Universidade, ainda nota-se no Ensino Superior, uma ação segmentada entre o ensino, a pesquisa e a extensão, talvez pela própria dificuldade de perceber que a indissociabilidade se dará pela redefinição destas funções, de acordo com a perspectiva de um trabalho indissociável, cuja condição de realização será a intervenção no processo social.

O período compreendido entre março de 1985 e janeiro de 1990, na Nova República, caracterizou-se, no campo educacional e, especificamente, no Ensino Superior, pelo aparecimento de várias propostas de reestruturação da Universidade organizadas pelo Governo, que instituiu a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES), o Programa Nova Universidade (PNU) e o Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), com o propósito de preencher uma lacuna (?) sentida na área de Extensão Universitária nos primeiros anos da década de 80.

O presidente da república José Sarney, em maio de 1985, através do decreto n.º 91.177, criou a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, conhecida como Comissão de Alto Nível, que apresentou um relatório final, em novembro de 1985, intitulado “Uma nova política para a educação superior

⁷ ANDES, *op. cit.*, p.14.

⁸ Idem, *ibid.*

brasileira". Nele, a Extensão foi apresentada como *uma das atividades essenciais da universidade em qualquer sociedade moderna*. Tal Comissão alegou a inadequação da Universidade à realidade brasileira, especialmente aos amplos setores sociais marginalizados e reforçou, no relatório, a necessidade de fortalecimento da Extensão, com o objetivo de transferir conhecimentos à sociedade que investe na Universidade.

Entre os aspectos mais negligenciados no Ensino Superior, foram citados no relatório, a Extensão Universitária e o Treinamento Profissional, abordando a possibilidade de eles se constituírem em mecanismos de grande importância para o estabelecimento de vínculos eficazes entre o Ensino Superior e a Sociedade, motivados pela necessidade de uma socialização crescente dos resultados obtidos com as pesquisas realizadas nas IES. A atividade de Extensão se constitui, portanto, nesse documento, um instrumento de grande valor pedagógico e considerada, portanto, como uma dimensão essencial às finalidades das IES, integrada ao Ensino e à Pesquisa.

Pode-se concluir que a função social do Ensino Superior, observada no discurso desse relatório, apresenta para Extensão Universitária os seguintes objetivos: a difusão dos conhecimentos obtidos; a continuidade dos serviços oferecidos à população; a ação pedagógica e a integração entre o ensino e a pesquisa. Observa-se um processo inicial de descaracterização das funções do Ensino e da Pesquisa.

O relatório, ao tratar do financiamento das IES, argumenta a inexistência de incentivos à pesquisa e à prestação de serviços e propõe um sistema de remuneração adicional para docentes - pesquisadores e docentes - prestadores de serviços que, comprovadamente, exercessem tais atividades. Isso é um fato bastante curioso, segundo Tavares⁹, por se constituir na negação da isonomia salarial entre IES, bandeira de luta do movimento docente, e que estaria incentivando a discriminação entre os mesmos, principalmente àqueles que se dedicavam especificamente às atividades de Ensino. E mais: a Extensão se constituiria em instrumento de Prestação de Serviços com a finalidade de angariar

⁹ TAVARES, M. G. M., *op. cit.*

recursos financeiros para complementação salarial dos docentes, descomprometendo, cada vez mais, o poder público em oferecer um Ensino de qualidade. Entretanto, nesse documento, a Extensão Universitária consegue unanimidade ao ser considerada meio de integração das IES com a Sociedade, ganhando destaque enquanto a dimensão essencial da Universidade, assume a responsabilidade pela transferência do Ensino e da Pesquisa ali realizados.

Em 1985, o Programa Nova Universidade (PNU), elaborado no interior do MEC, através da Secretaria de Educação Superior - SESu - foi considerado um programa de apoio e fomento às ações da Universidade, tendo como eixo central a qualidade de Ensino.¹⁰ Destacava o PNU quatro linhas prioritárias de ação:

1. aprimoramento do ensino de graduação;
2. comprometimento com o desafio da educação básica;
3. acompanhamento e avaliação institucional, e
4. relacionamento da Universidade com a Sociedade.

De acordo com a última linha, a Extensão Universitária se constituiria um instrumento privilegiado, que possibilitaria a integração da Universidade com seu contexto social.

Definida como “atividade-fim do sistema acadêmico” e identificada como um “método efetivo e real que permite a compreensão da rápida evolução da sociedade e a consequente atualização das práticas de ensino e pesquisa”¹¹, a Extensão tinha por meta projetar a Universidade na comunidade, definindo a participação das IES no processo social e na formação de profissionais conscientes, capazes de atuar como agentes de transformações sociais.

O PNU denunciava qualquer prática que viesse implementar a Extensão como uma ação paralela às outras atividades. Propunha uma supervisão ministerial com o objetivo de promover, estimular, orientar e acompanhar todas as atividades das IES que procurassem demonstrar o comprometimento da sua Universidade com o seu meio regional, estendendo o saber produzido e avaliando o

¹⁰ MEC/SESu. *Nova universidade: programa de apoio à educação superior*, p. 6.

¹¹ Idem, p. 45.

que havia de essencial para a renovação de conteúdos de Ensino. Tal imagem de “*mão dupla*” é que está presente na política extensionista e é implementada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, a partir de 1987.

Nesse sentido, Tavares¹² conclui que a Extensão tornou-se o paradigma para a “nova universidade” (será ??) de um governo denominado de “nova república” e, ao mesmo tempo, instrumento justificador da intervenção do MEC nas IES.

A Secretaria de Educação Superior (SESu), associada ao MEC, visando operacionalizar as ações de articulação, supervisão e acompanhamento da Extensão Universitária, sugere a realização de reuniões periódicas de consultores com Pró-Reitores de Graduação e Extensão, visando discutir e avaliar as atividades. Esclarece que os projetos de Extensão só seriam considerados prioritários para financiamento, se demonstrassem fazer parte de um programa institucional em que os objetivos *educacionais* predominassem sobre os de natureza *assistencialista* e de *prestação de serviços*. Deveriam constituir-se num método de transformação, em termos de conteúdo e de Metodologia de Ensino, bem como de promoção de mudanças sociais, o que coincide com a proposta elaborada pelo movimento docente.

Anos mais tarde, tais proposições acima expostas tornaram-se viáveis, com a criação, no próprio MEC, do Departamento de Extensão e Graduação (DIEG), vinculado ao Departamento de Política de Ensino Superior (DEPES) da Secretaria de Educação Superior (SESu), do Comitê Assessor e da Comissão de Extensão em nível de MEC, da implantação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das IES Públicas e do Programa de Fomento à Extensão Universitária.

O Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES), apresenta uma outra perspectiva de reestruturação do Ensino Superior, ocorrida na segunda década dos anos 80. Criado no interior do MEC, em março de 1986, - GERES - deveria dar continuidade ao conjunto de proposições elaboradas pela “Comissão de Alto Nível” para a Educação Superior, através de uma proposta operacional. Apresentava objetivo claro de reestruturação apenas do segmento

¹² TAVARES, M. G. M., *op. cit.*

federal do sistema de Ensino Superior, com a intenção de retomar a política governamental dos primeiros anos da década de 80, insistindo em conceder a autonomia universitária aos estabelecimentos federais a fim de desobrigar o governo do financiamento desse nível de ensino.

É evidente que a Extensão Universitária, na proposta do GERES, reproduz o pensamento explicitado pela “Comissão de Alto Nível”, que constituiu num instrumento de privatização do conhecimento produzido pela universidade, além de ser um mecanismo de captação de recursos financeiros para manutenção do Ensino Superior, através da prestação de serviços.

Tavares¹³ avalia que as propostas de reestruturação da Universidade, elaboradas pelo Governo, durante a “Nova República”, contemplava a Extensão Universitária de forma múltipla e diferenciada, ou seja, como instrumento de avaliação de desempenho para a concessão de recursos financeiros, veículo de prestação de serviços pagos, método efetivo e real para a compreensão da evolução social e forma de transferência do conhecimento à sociedade. Considera, ainda, que apesar de todas essas conceituações visarem a garantia de legitimidade por parte da sociedade, ao destacar a necessidade de democratização do saber produzido pela e na Universidade, na realidade o que estava implícito era a efetivação do objetivo maior da política educacional do Governo: desobrigar-se da manutenção do ensino superior gratuito ao tentar implantar a autonomia financeira nas universidades, via prestação de serviços pagos.

A luta pela reposição salarial e a conquista de uma carreira única levaram tanto os docentes, como os funcionários das fundações, vinculadas ao MEC a uma greve de 45 dias. Como consequência, o Ministério elabora a Portaria n.º 742, de 20 de setembro de 1985, que fixa *as diretrizes básicas que deverão orientar a elaboração e atualização dos Planos de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens das Fundações Educacionais*. Incorpora princípios históricos do movimento docente como concurso público para ingresso nas classes inicial e final; promoção através da titulação associada ao mérito funcional, com a avaliação em função do desempenho das atividades de ensino, pesquisa e

¹³Idem, pp. 89-90.

extensão. Além disso, contempla a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: "a estrutura da carreira do magistério superior deverá observar o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão".¹⁴

Com esse documento institucionaliza-se, legalmente, nas IES brasileiras, o princípio de indissociabilidade entre as três funções do Ensino Superior, concretizado mais tarde, durante o processo constituinte, através de incorporação pela nova Constituição de 1988.

Entre as propostas encaminhadas à Constituinte que defendiam o princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão apontam-se a saber: "Plataforma Educacional para a Constituição" - ANDES, "Proposta Educacional para a Constituição" do Fórum de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito, Proposta da Federação dos Servidores das Universidades Brasileiras - FASUBRA e Proposta da União Nacional dos Estudantes - UNE.

Ao vincular, tanto a Pesquisa (produção de conhecimento), como o Ensino (formação de profissionais e socialização de conhecimentos), aos interesses da maioria da população, que era o objetivo prioritário da proposta de Universidade defendida pelo movimento docente - ANDES, viabilizou-se que a Extensão Universitária viesse a se constituir em instrumento de luta contra a apropriação privada, tanto dos recursos financeiros quanto dos bens culturais produzidos pela sociedade, transformando-se em estratégia discursiva de democratização e autonomia universitária. Tal fato pode ser verificado no documento final do V Congresso realizado em janeiro de 1986, em que a ANDES, na luta pela democratização da Universidade Brasileira, tinha como bandeira de luta, formas alternativas de educação para as classes trabalhadoras, via extensão, ensino e pesquisa, através de assessorias aos sindicatos, associações de moradores, centros de cultura popular, associação de classe etc.

Para Tavares¹⁵, a institucionalização do princípio da indissociabilidade

¹⁴ MEC. Portaria n.º 742, de 20 de setembro de 1985. Fixa as diretrizes básicas que deverão orientar a elaboração e atualização dos Planos de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens das Fundações Educacionais. Revista Documenta, n.º 298, pp. 242-3.

¹⁵ TAVARES, M. G. M., *op. cit.*

entre ensino, pesquisa e extensão aparece através de uma luta pela unificação da carreira única do magistério nas fundações, pelo início da conquista da isonomia salarial e do Plano Único de Carreira entre as IES federais brasileiras, conseguido em 1987. Afirmar ainda a autora que esses fatores contribuíram, decisivamente, para que houvesse uma vontade política dentro das universidades para reformular as atividades de Extensão até então desenvolvidas, redimensionando-as dentro do novo objetivo de articular o ensino e a pesquisa com os interesses da maioria da população. Ainda segundo Tavares, acredita-se que as propostas de redefinição da Extensão Universitária são resultantes de um conjunto de fatos que ocorreram no processo de reestruturação das IES, efetivado pela comunidade universitária, na contra-mão das propostas oficiais, dentre as quais se destacam:

- 1) a democratização interna, através das eleições de dirigentes universitários pelo voto direto e o compromisso de se manter as universidades mais próximas da população;
- 2) a re-orientação global da política institucional, destacando, como funções principais a qualificação da formação, a produção do saber e a prestação de serviços à comunidade em que se encontra;
- 3) a revisão dos critérios de avaliação;
- 4) o debate curricular, a redefinição das pesquisas, visando interferir nas transformações da sociedade através da produção de um conhecimento crítico e inovador, além da legalização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em suma, segundo a autora, todos esses fatos possibilitaram que, concomitantemente, iniciativas surgissem, em várias universidades brasileiras, posicionando e buscando uma Extensão Universitária muito além da sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimentos, prestação de serviços ou difusão de cultura.

Observa-se que a autora deixou de avaliar que a Universidade, ao invés de discutir/avaliar diretamente seu Ensino e Pesquisa, acaba, pela Extensão Universitária, evidenciando, ainda mais, a crise de identidade desta Instituição. O compromisso social da Universidade, que deveria ser realizado prioritariamente pelo

Ensino e Pesquisa, resume-se na Extensão como sendo aquela que o realiza. Assim, o Ensino e a Pesquisa são compensados e se auto - justificam. Novamente a questão: por que o Ensino e a Pesquisa necessitam da Extensão para cumprir com suas funções sociais?

No final dos anos 80, ganha dimensão uma nova força política, organizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, responsável pela articulação das novas diretrizes de Extensão que passaram a vigorar, a partir de 1987, nas IES públicas do país. O que se apresenta nos anos 90? Será resolvida a tão desejada relação Universidade e Sociedade?

2.2. CONSTITUIÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES: A CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Com as eleições de dirigentes universitários pelo voto direto, a partir de 1985, sob o compromisso dos novos reitores de conceber universidades mais próximas dos interesses e necessidades da maioria da população e, com a legalização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, através da Portaria do MEC n.º 742/85, desencadearam-se iniciativas em algumas Universidades do país.

Em Manaus, dezembro de 1985, os Pró-Reitores da Região Norte realizaram o I Encontro Regional, cujo tema central foi a Integração da Universidade no Contexto Regional. É destacada a necessidade de haver intercâmbio de experiências através de encontros e seminários, com o objetivo de planejar políticas comuns de Extensão. Tal encontro já sinalizava para a reestruturação do conceito de sala de aula, devendo a Extensão estar vinculada à Pesquisa e ao Ensino e este às necessidades da Sociedade. A meta deveria ser a produção de conhecimentos que visassem às transformações sociais.

A Universidade de Brasília, com a posse do reitor Cristovam Buarque, em agosto de 1985, inicia um trabalho de integração entre a UnB, a Pró-Reitoria de Extensão e a sociedade civil organizada do Distrito Federal. São definidos dois compromissos e metas principais no campo da Extensão Universitária:¹⁶

1. identificação, defesa e explicitação de posicionamentos novos que sirvam de base para que professores e estudantes ultrapassem os limites das salas de aula, assumindo o desafio de aprender e ensinar na realidade, através dos Núcleos Permanentes de Participação Coletiva e do programa de Educação à Distância;
2. integração da Universidade com a comunidade, auxiliando-a nas suas formas de organização e contribuindo para a compreensão do verdadeiro significado de cidadania (direitos individuais e coletivos, compromissos, deveres etc.).

¹⁶ UnB. Relatório do Decanato de Extensão. *Extensão: do assistencialismo ao compromisso*, p. 5.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro foi elaborado, também nesse ano, um documento intitulado “Da Extensão Universitária - Versão Preliminar, uma proposta em discussão”, que serviu de base para o conceito de Extensão aprovado no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em 1987, por entender que:

(...) a pesquisa e o ensino eram em 1985 na Universidade Federal do Rio de Janeiro áreas historicamente implantadas e reconhecidamente competentes. O mesmo não se dava com relação à extensão, onde existiam algumas promoções importantes, mas não uma política e um órgão responsável pelas atividades, projetos e programas extensionistas.¹⁷

A Universidade Federal do Paraná (UFPR) apresenta, a partir de 1986, uma política de Extensão comprometida com a sociedade e com o processo de ensino - aprendizagem.

Em 1987, a UFPR criou a sua Coordenadoria de Extensão, vinculada à então Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários. E, em 1989, definiu o seguinte objetivo:

(...) compatibilizar e integrar as diferentes propostas de atividades de extensão, e em nível institucional, local e regional; organizar o cadastro de Atividades de Extensão através do registro e controle das mesmas; subsidiar o sistema de armazenamento de dados; apoiar administrativa e financeiramente, conforme recursos disponíveis, a execução de projetos; concentrar e divulgar informações sobre órgãos e entidades financiadoras, objetivando o estabelecimento de intercâmbios junto às demais unidades da Universidade; propor diretrizes e alterações que busquem a melhoria das atividades de Extensão sob sua responsabilidade e certificar a participação nessas atividades.¹⁸

No I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, em abril de 1987, em Aracaju, se deu a implementação do Projeto CUCA (Circuito Universitário de Cultura e Arte do Nordeste), com a presença do Pró-Reitor de Extensão da Universidade Federal de Minas Gerais

¹⁷ UFRJ. *Da extensão universitária - versão preliminar; uma proposta em discussão*, p. 5.

¹⁸ UFPR. *Considerações sobre a constituição e a atuação do comitê assessor de extensão*, pp. 45-6.

(UFMG) e de todos os outros das Universidades nordestinas. Durante esse Encontro ficou definida a criação e instalação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, cujos objetivos eram:

(...) contribuir para a formulação de diretrizes básicas de uma política de extensão que seja comum às Universidades da região e; gerenciar meios que possam garantir melhor integração das ações extensionistas das Universidades, através das Pró-Reitorias de Extensão ou equivalentes.¹⁹

No II Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, realizado em setembro de 1987, na cidade de Fortaleza, refletindo a respeito do estágio da Extensão Universitária nas IES da região, apresentaram-se as seguintes conclusões no documento intitulado "Carta de Fortaleza":

(...) entende-se que, através da extensão, a universidade possa chegar à plenitude do seu papel social (...); sem o trabalho extensionista, o Ensino Superior não conduz as IES ao nível de sua verdadeira dimensão social (...); cabe à Extensão exercício do relacionamento Universidade/Sociedade, propiciar que a competência acadêmica estenda-se ao uso comum (...) e; a não institucionalização da Extensão pelas próprias IES tem restringindo o seu papel e essa é a questão fundamental que o Fórum de Pró-Reitores do Nordeste discute no momento.²⁰

Por esse II Fórum definiram-se estratégias de ação para que se efetivasse a valorização da Extensão, através da busca de uma real institucionalização das ações extensionistas, a partir dos departamentos, possibilitando trabalhos interdisciplinares, criação de um fundo de apoio à extensão, garantia do fomento de projetos e de bolsas equivalentes às já tradicionais bolsas de iniciação científica e de pesquisa, estímulo à divulgação de toda a produção na área, por meio de publicações de livros, revistas, artigos e periódicos, além do fortalecimento de Encontros e Fóruns regionais e a criação de um Fórum Nacional.

Os Pró-Reitores de Extensão da região Sudeste, ainda, no mesmo ano, em setembro de 1987, reunidos em Ouro Preto, criaram o Fórum de Pró-

¹⁹ Conferir I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste. *Ata de criação e instalação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão do Nordeste*.

²⁰ Ver Anais do II Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste.

Reitores de Extensão das Universidades Públicas da Região Sudeste. Tinham como proposta básica a consolidação da política de articulação entre o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e Sociedade, reavaliada através de encontros periódicos, com o fim único de fortalecimento da proposta extensionista de Universidade.

Nesse encontro, a “Carta de Ouro Preto”, como ficou conhecido o documento final, defendia a elaboração de encaminhamentos básicos para uma política de Extensão, no que diz respeito ao seu conceito, institucionalização e financiamento. “A Extensão constitui o marco ideológico de transformação que caracteriza a Universidade enquanto Instituição comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e democrática”.²¹

Diante disso, o grupo concluiu que a Extensão Universitária deveria ser vista como um processo educativo e cultural amplo, que instrumentalizava e articulava o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável. Assim, assumiria o compromisso com a função transformadora que a Universidade deveria ter, enquanto ‘via de mão dupla’, com trânsito assegurado a docentes e discentes, que encontrariam na sociedade a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico, além de ser alavanca propulsora do trabalho interdisciplinar, o que permitiria a visão integral do social.²²

Advogavam os Pró-Reitores que, com a criação de órgãos nas IES, eles se preocupariam exclusivamente com os assuntos extensionistas, que gozariam do mesmo “status” dos órgãos responsáveis pelo Ensino e Pesquisa; dar-se-iam a institucionalização e a administração da Extensão Universitária na Universidade e, aos departamentos acadêmicos, ficaria a competência da execução das atividades de Extensão. Esses últimos deveriam observar, nas avaliações do corpo docente, o envolvimento com essa função acadêmica. Quanto ao financiamento para os trabalhos de Extensão Universitária, as recomendações desse grupo ficam resumidas à luta pela divisão eqüitativa do orçamento de cada IES para o Ensino, Pesquisa e Extensão e na busca de recursos junto às agências de fomento para os projetos.

²¹ UFMG - Boletim, Ano 14, n.º 733, p.4.

²² Idem, *ibid.*

Em novembro de 1987, realizou-se o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, sediado na UnB, em Brasília, com a participação de professores representantes de 33 Universidades Públicas. Assim, foi criado o Fórum Nacional que, atualmente, possui uma Coordenação Nacional e cinco coordenadorias regionais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e é constituído por Pró-Reitores ou responsáveis por órgãos congêneres às Pró-Reitorias de Extensão das IES públicas, tanto em nível federal como estadual e municipal.

Com o objetivo de formular políticas e diretrizes básicas que viabilizassem a articulação da Extensão a ser desenvolvida pelas IES públicas e o fortalecimento das ações das Pró-Reitorias de Extensão, tanto em nível regional como nacional, o Fórum Nacional prioriza os seguintes passos:

1. articular-se com o CRUB e com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e os de Pesquisa e Pós-Graduação, visando garantir a análise das questões referentes à Extensão e integrar as práticas acadêmicas;
2. manter contatos com os órgãos governamentais e de outros segmentos da sociedade, atuando como interlocutor sobre questões e políticas relacionadas com a área de atuação, e
3. divulgar as atividades e projetos de Extensão.

A “nova concepção” de Extensão Universitária dimensionada no I Encontro Nacional foi assim formulada:

(...) a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados - acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de

instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.²³

Os Pró-Reitores expressam uma nova postura da Universidade perante a Sociedade, em que de acordo com a sua função básica de produção e de socialização do conhecimento, visa à intervenção na realidade, possibilitando acordos e ação coletiva entre universidade e população. Assim, procuram desfigurar as características de “terceira função” e “assistencialista” da Extensão, para dimensioná-las como uma filosofia de Universidade, dentro de uma política definida, de estratégia “democratizante”, dotada de uma metodologia que sinalizasse para uma universidade voltada aos problemas sociais. Por intermédio da Extensão, com o desenvolvimento de pesquisas básicas e aplicadas, seriam solucionados os problemas sociais; o processo ensino-aprendizagem seria realimentado como um todo e efetivar-se-ia pelo profissional uma nova intervenção na realidade concreta. A relação com a população passou a ser encarada como a “oxigenação necessária à vida acadêmica”.²⁴

O 1º Encontro Nacional (1987), realizado em Brasília teve por objetivo, não só a criação do Fórum e de garantir o “status” acadêmico das atividades extensionistas mas, principalmente, possibilitar por meio da Extensão a saída da crise de legitimidade instaurada nas universidades. No entanto, no Encontro, além dos Pró-Reitores não questionarem se no fundo não estavam compensando o Ensino e a Pesquisa, não respondem à principal pergunta: como realizar na prática a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão? Ou seja, como articular a produção de conhecimento (pesquisa) com a formação de profissionais (ensino), através de um trabalho de extensão cujo objetivo visasse à transformação da sociedade?

A política dos Pró-Reitores voltava-se para valorizar e fortalecer institucionalmente a Extensão Universitária, nos níveis regional e nacional. Buscavam, assim, a garantia de maior autonomia na execução das atividades extensionistas, a fim de redirecionar a própria política das universidades e,

²³ Confira GARRAFA, Volney (org.), *op. cit.*, p. 109.

²⁴ TAVARES, M. G. M. T., *op. cit.*, p. 110.

consequentemente, intensificar sua influência e poder de decisão nessas instituições universitárias.

Com relação à possível participação formal do Fórum no CRUB, o Parecer da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Dr. José Seixas Lourenço, aprovado pelo CRUB em 1988, considerou o novo conceito de Extensão “um conceito contemporâneo”, concordando que a “extensão é efetivamente um instrumento básico de recuperação da função social da universidade e de restauração de sua credibilidade”. Entretanto, ele nega a sua participação formal, propondo que o Fórum seja uma câmara “*ad hoc*” do CRUB, o qual, sempre que necessário, deveria ser convocado sobre assuntos específicos de Extensão.²⁵ Por outro lado, a reivindicação da criação, no MEC, de um órgão representativo da extensão só foi concretizado em 1993, através da Portaria n.º 66 SESu/MEC, que instituiu a Comissão de Extensão Universitária, e da Portaria n.º 134 SESu/MEC, que criou o Comitê Assessor de Extensão.

Foi realizado, em 1988, o II Encontro Nacional, em Belo Horizonte, cujo tema abordava a definição de qual deveria ser a “Estratégia de Articulação (da Extensão) com o Ensino e a Pesquisa”. Os Pró-Reitores reafirmam o compromisso social da Universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social. O Relatório Final afirma ser a Extensão uma prática acadêmica que objetiva interligar a universidade, em suas atividades de ensino e pesquisa de acordo com as demandas da sociedade. O desenvolvimento da Pesquisa deveria estar vinculado à criação e recriação de conhecimentos que possibilitassem transformações sociais, tendo como questão central a identificação do que deveria ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscariam novos conhecimentos. Com relação ao Ensino, aprofundam um novo conceito de sala de aula, que não se limite ao espaço físico da dimensão tradicional, mas compreenda todos os espaços dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico - social com suas múltiplas

²⁵ GARRAFA, Volney (org.), *op. cit.*, p. 112.

determinações, passando a expressar um conteúdo interdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática.²⁶

O estágio curricular foi avaliado como um dos instrumentos de viabilização da Extensão como momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, devendo ser reestruturado com as seguintes características: ser obrigatório para todos os cursos, desde o primeiro semestre; se possível (?) estar integrado a projetos decorrentes dos Departamentos e à temática curricular e ser computado para a integralização curricular de docentes.

Observa-se que o estágio curricular, uma das principais etapas do Ensino Superior, é deslocado para a Extensão. O ponto de interrogação descrito acima induz ao seguinte questionamento: se até o momento os Pró-Reitores defendem as relações entre extensão, ensino, pesquisa, currículo, formação profissional, alunos, professores e sociedade, como entender a expressão “se possível (...)”?

Na nova Carta Constitucional Brasileira (1988), encaminhada ao CRUB e MEC, reivindicou-se, junto à estrutura organizacional do MEC, a criação de um órgão de caráter representativo, responsável pela Extensão e de um fundo especial para financiamento de programas/projetos de extensão, com a concessão de bolsas de extensão, nos moldes das de iniciação científica e monitoria.

O Fórum Nacional acreditava que esse pedido se justificava na medida em que o MEC não tinha uma política definida sobre o assunto e nem sequer uma estrutura representativa para discutir as políticas propostas; portanto, diante da alta relevância que a Extensão Universitária assumia nas IES, tornava-se extremamente necessária a criação de um órgão dotado de infra-estrutura, apoio institucional e autonomia. Somente assim, seria possível constituir-se um efetivo canal de discussão, de encaminhamentos e viabilização das propostas oriundas das IES. Argumentava-se que a busca de alternativas para a institucionalização da Extensão, nas diversas IES devia-se ao fato de ter ela sido identificada como uma das prioridades, no apoio à prática de disciplinas de caráter extensivo na pesquisa

²⁶ Documento Final do II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. In GARRAFA, *op. cit.*, p. 114.

direcionada à realidade social e aos estágios curriculares em programas de Extensão. Entretanto, nada de concreto aconteceu.

No III Encontro Nacional, realizado em Belém/PA, em julho de 1989, cujo tema foi a “Relação Universidade/Sociedade, discutiu-se a questão da prestação de serviços”, com destaque para a interdisciplinaridade, procurando corresponder às indagações despertadas no Encontro anterior.

O Fórum identificou a Prestação de Serviços como uma realidade nas Universidades Públicas. Diante dessa constatação, buscou estrategicamente defini-la como uma função que fosse coerente com a concepção de Extensão defendida, ou seja, como *momento do processo acadêmico global que envolve o ensino e a pesquisa*. Nessa perspectiva, o Encontro procurou deliberar, com muito cuidado, o redimensionamento da prestação de serviços, de modo que fosse desenvolvida segundo uma dimensão emancipatória e não assistencialista, ser assumida em plano institucional e inserida numa proposta pedagógica que a integrasse no processo educativo. Concluiu, também, que a Extensão, enquanto Prestação de Serviços reforçaria a concepção de universidade - empresa ou atenderia aos reclamos e anseios da maioria da população.

Durante o IV Encontro Nacional, em Florianópolis, no período de 6 a 9 de maio de 1990, com o tema central: “Extensão Universitária - As Perspectivas nos anos 90”, foram apresentados dois painéis: 1) “Educação e Alfabetização” e 2) “Metodologia em Extensão Universitária”. Nesse Encontro, os Pró-Reitores consideravam o momento de crise. Avaliavam que, dada a inexistência de recursos financeiros para projetos e programas de Extensão, devido às dificuldades de gerenciar atividades que exigiam trabalho de campo, fora da Universidade e, constatada a pequena participação de professores nessas atividades, a melhor saída seria mostrar à sociedade a importância da Universidade Pública para o País, o que ela representava para a Sociedade. Tal justificativa tornava-se necessária diante do fato de que por não ter acesso a ela, o povo desconhecia o que nela é produzido.

Os participantes consideravam que as contradições acerca da conceituação da Extensão tinham sido superadas por parte dos Pró-Reitores. Naquele momento, o que lhes causava incertezas e inseguranças era a direção que

o novo governo iria imprimir à política universitária, já que se falava em um pacote para a Educação, baseado nos princípios da *eficiência* e *excelência*, nos moldes *neoliberais* da produtividade capitalista. Com essa perspectiva, a Extensão passaria a ser exclusivamente venda de serviços a um mercado ávido por novidades para maximizar o lucro, o que inviabilizaria as propostas que vinham sendo defendidas pelo Fórum.

Considerando-se ainda 1990 como o Ano Internacional da Alfabetização, debateu-se também no Encontro o papel que a Universidade e, particularmente, a Extensão deveriam ter na implementação dessa política. Alguns defendiam ser responsabilidade da Extensão o desenvolvimento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), enquanto para outros, deveria ser responsabilidade do Estado assumir tal função, pois o papel da Universidade era produzir conhecimento, ao passo que a Extensão tinha por essência tornar o conhecimento acessível à população.

Com esse Encontro Nacional, os Pró-Reitores de Extensão pretendiam superar a concepção assistencialista. Para tanto, definem a

Extensão como uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontra, na sociedade a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docente e discente trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional e a democratização do conhecimento acadêmico com participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.²⁷

Tavares²⁸ observa que, apesar de várias controvérsias, buscavam os Pró - Reitores nesse Encontro, o fortalecimento da institucionalização da Extensão. Para tanto, deveriam ser respeitados os seguintes pontos: uma maior articulação entre o Ensino e a Pesquisa, uma progressiva socialização do conhecimento e um

²⁷ Consultar Anais do IV Encontro Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, p. 14.

²⁸ TAVARES, M. G. M., *op. cit.*

maior compromisso da Universidade com a produção do conhecimento científico dirigido para a solução dos problemas sociais do País, em relação às demandas populares. Diz ainda a autora que, apesar de não existir um consenso quanto às práticas, observa-se uma disposição em discutir qual o melhor caminho ou metodologia para o redimensionamento da produção da Universidade, no tocante ao atendimento às necessidades da maioria da população.

Após um ano da posse do Governo Collor, em fevereiro de 1991, foi lançado o projeto, popularmente conhecido como Projetão. No que se refere ao Ensino Superior, especificamente em relação à Extensão, foi incentivada a integração com a pesquisa, estimulando as Universidades a buscarem recursos extra-orçamentários para complementar seus orçamentos de pesquisa, sobretudo junto às empresas. Ainda segundo o Projeto, a autonomia universitária deveria ser viabilizada através da busca de fontes alternativas de financiamento pela necessária interação com a comunidade, ou seja, a privatização da Universidade se daria na venda de Prestação de Serviços e a Extensão o veículo privilegiado para a sua efetivação.

O V Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras realizou-se em junho de 1991, na cidade de São Luís/MA (destaca-se), durante uma greve nacional de professores e funcionários e apresentava como tema central “A Institucionalização da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária e sua Gestão Democrática”.

O presente Encontro abordou a Extensão Universitária não como uma atividade acadêmica, mas como uma proposta de Instituição universitária na sua globalidade, dentro da trajetória e desafio histórico de solidificar uma perspectiva de trabalho que envolvesse o relacionamento da Universidade com os interesses e necessidades da maioria da população. A autonomia universitária deveria significar o exercício da liberdade acadêmica, através de uma política que privilegiasse a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, com a participação da comunidade universitária nas ações integradas, por meio de projetos interdisciplinares, em parceria com as administrações públicas nas suas mais variadas instâncias.

O conceito de busca de recursos privados que obrigava as IES a direcionar seus serviços para um mercado que podia pagar, desobrigando o poder público para a manutenção das IES, procurando transformar a Universidade Pública num grande balcão de venda de serviços, é veementemente criticada pelos Pró-Reitores nesse Encontro. Com isso, reforçam a idéia da Extensão, no que se refere ao seu comprometimento com os anseios da maioria da população e avaliam também que é uma atividade que requer estratégias para a sua institucionalização. Assim, defendem que a Extensão deveria possuir o mesmo nível hierárquico do Ensino e da Pesquisa na estrutura universitária, devendo compor a integralização curricular.²⁹ Consideravam, sobretudo, ponto pacífico que a sobrevivência da Universidade se daria pela Extensão Universitária. Porém, observe-se o parágrafo seguinte. Questão: tal colocação não poderia estar comprometendo mais ainda a identidade da Universidade?

Ainda nesse Encontro, com a troca de experiências entre as diversas Universidades, foi apontada a necessidade de se criarem novas estratégias de integração das atividades extensionistas na cultura acadêmica das Universidades Brasileiras. Tal fato foi alertado uma vez constatado que a participação de docentes e alunos ainda se fazia diminuta no objetivo de encontrar canais diretos com a sociedade civil organizada, que pudessem contribuir para a solução dos seus problemas.

O VI Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão realizou-se no ano de 1992, em Santa Maria/RS, dentre indefinições em relação ao futuro das Universidades Públicas, tanto no que se refere a sua autonomia, como à progressiva desobrigação do Governo, com relação ao seu financiamento. O tema central foi: "Universidade e Cultura".

Os Pró-Reitores receberam em seu Fórum de debates o Ministro da Cultura do Governo Collor, Sérgio Paulo Rouanet, responsável pelo Programa Nacional de Incentivo à Cultura, que ratificou a legitimidade alcançada pelos Pró-Reitores na veiculação de propostas e projetos de Extensão.

²⁹ Anais do V Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, p. 106.

A concretização de algumas propostas defendidas pelo Fórum de Pró-Reitores, especialmente, a institucionalização, em nível de MEC, das diretrizes políticas da Extensão Universitária, ocorreu no início de 1993. Em abril, foi criada a Divisão de Extensão e Graduação (DIEG), junto ao Departamento de Política de Educação Superior (DEPES) da SESu/MEC. Com a Portaria n.º 66, de 13 de abril de 1993, instituiu-se a Comissão de Extensão Universitária, que hoje está constituída pela Portaria n.º 265 de 01/08/94, tendo por objetivo elaborar programas específicos de definição de princípios, diretrizes e formas de fomento à Extensão nas IES.

Tal Comissão, formada pelo Coordenador Nacional e Regionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, pelo Diretor do DEPES e pelo chefe da DIEG, em consonância com as recomendações e declarações dos Encontros Nacionais, apresentou três programas que viriam constituir a forma de apoio institucional do MEC às iniciativas da Extensão Universitária no país, que são:

- 1) programa de Bolsas de Extensão, objetivando estimular a participação discente; (...) desenvolver o potencial dos alunos, como elemento fundamental da relação Universidade – Sociedade; ampliar a formação acadêmica - profissional do estudante e favorecer a cooperação dos alunos com os docentes;
- 2) programa de Apoio à Produção de Informação e à Divulgação das Atividades de Extensão Universitária, realizado através do desenvolvimento de ações que favoreçam a comunicação intra - institucional, inter - institucional e com os diversos segmentos da Sociedade, e
- 3) programa de Apoio a Projetos Institucionais de Extensão que assegurem à comunidade acadêmica a oportunidade da práxis, reflexão e confronto de seu conhecimento, através da democratização e socialização do saber e da participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.³⁰

Os Pró-Reitores, cientes do período propício por que passava a política de fomento às atividades de Extensão e, uma vez reconhecida a necessidade de se discutirem parâmetros de avaliação da Extensão Universitária,

³⁰ Fórum Nacional de Pró - Reitores de Extensão - Região Sudeste. Contribuição para os trabalhos da Comissão de Extensão Universitária, p. 5.

realizaram o VII Encontro Nacional, em junho de 1993, na cidade de Cuiabá/MT, apresentando como tema central de debates “A Avaliação da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária”. Discutiu-se que a avaliação deveria pautar-se no conceito da Extensão, como um processo educativo, cultural e científico que, articulada com o Ensino e a Pesquisa, afirma as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade e ainda gera transformações sociais, com uma prática acadêmica que direciona suas atividades para as questões sociais emergentes.

A avaliação da Extensão deveria se dar nos níveis do MEC, de outros ministérios, órgãos e agências e das IES, abordando três aspectos interrelacionados: o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão; o impacto das atividades e os processos, métodos e instrumentos de avaliação.

Para a concretização do compromisso institucional foram elaborados alguns indicadores de avaliação: o grau de formalização da Extensão na estrutura universitária, a participação da Extensão no orçamento, a valorização nas carreiras docente e técnico-administrativa, a interação entre as instituições públicas de ensino superior, bem como das atividades de extensão com o ensino e pesquisa, o envolvimento dos docentes/discentes e técnicos da instituição, a inserção das atividades de extensão nos programas departamentais, a abrangência disciplinar das atividades de extensão e a participação das atividades extensionistas na produção acadêmica da instituição.

Tornou-se relevante, no processo de avaliação institucional, a definição clara das políticas institucionais de extensão, sua conceituação, a existência de um sistema de informações, de um banco de dados dos programas desenvolvidos e também de programas institucionais de fomento, com a concessão de bolsas de extensão.

Com relação ao impacto social dos trabalhos de Extensão, os indicadores previstos pautaram-se na relevância social, da interação resultante da atividade de extensão e níveis de transformações sociais, na caracterização e quantificação dos segmentos sociais envolvidos e no grau de interação com órgãos públicos, privados e segmentos da sociedade civil.

Os métodos, processos e instrumentos de avaliação das atividades de Extensão deveriam contemplar a formalização das atividades de extensão através de instrumentos específicos (propostas de projetos), em que se indicassem os objetivos, as metas, o público, o cronograma, o executor, os custos e resultados esperados. Para análise e avaliação dos projetos, deveriam ser contactados, inclusive, consultores “*ad hoc*”, internos e externos à Universidade.³¹

Ainda nesse Encontro ocorreu a elaboração do Programa de Fomento à Extensão Universitária, pela Comissão de Extensão recém implantada. Realizou-se uma convocatória para a apresentação de projetos, em julho do ano corrente, destinando-se um total de 30 milhões de cruzeiros para programas, projetos ou eventos institucionais interdisciplinares, de interiorização e iniciação profissional, que contemplassem pólos de desenvolvimento regional e caracterizassem a ação extensionista como um elo entre a Universidade e as necessidades da região.

Nesse sentido, cada IES teria que apresentar uma única proposta (Programa/Projeto ou Evento) institucional, para o exercício de 1993, no valor de 500 milhões de cruzeiros. Para a seleção dos 128 projetos encaminhados por 50 IES Públicas, foi criado um Comitê Assessor de Extensão - Portaria n.º 134 de 19 de julho de 1993, SESu/MEC, com a seguinte composição: Prof. Renato Hilário dos Reis (UnB), Prof. Klinger Marcos Barbosa Alves (UFES), Prof. Marcos Vieira Silva (FUNREI) e Prof. Roberto Mauro Gurgel Rocha (UFMA). Estes teriam a competência de efetuar o julgamento das propostas das IES, de sugerir formas de acompanhamento, continuidade ou suspensão da ação extensionista e de avaliar os relatórios de atividades.

Com o objetivo de contribuir para a avaliação das atividades de Extensão em cada IES Pública, foi elaborado um questionário sobre o Perfil da Extensão Universitária no Brasil, pelo DIEG/DEPES/SESu/MEC, em outubro, contendo todos os indicadores já explicitados acima e aprovados no VII Encontro do Fórum. Para concorrer ao financiamento do Programa de Fomento à Extensão Universitária, no ano de 1994, seu preenchimento tornou-se pré-requisito.

³¹ Anais do VII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão. Documento Final. Avaliação da Extensão, pp. 177-184.

O ano de 1993 foi crucial no que se refere à institucionalização das atividades de Extensão e a tentativa de sua Avaliação dentro do contexto global das Universidades. O Programa de Fomento à Extensão Universitária representou o reconhecimento dessa função como prática acadêmica, garantindo-lhe existência própria, com proposta orçamentária específica.

No ano de 1994, com a crise econômica e social, os Pró-Reitores passaram a acreditar que a Extensão Universitária poderia provocar um processo reflexivo, devido às suas relações estreitas e imediatas com a sociedade. Assim, poderiam ser obtidas respostas à indagação sobre o papel da Universidade na Sociedade, com a provocação de discussões e conseqüente implementação de ações que dissessem respeito a uma nova cultura de cidadania.

A preocupação com a inserção das IES Públicas na Sociedade fez com que os Reitores, na 57ª Reunião do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), realizada no Rio de Janeiro, em abril de 1994, elegessem como tema de sua reunião anual a "Universidade Cidadã". O objetivo central voltou-se para discutir a forma de atuação das Universidades, bem como o desenvolvimento de mecanismos de sociabilização da produção universitária.

O VIII Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, realizado em maio de 1994, em Vitória/ES, contou com a participação de aproximadamente 76 representantes de 50 IES Públicas. Nele foi retomado o tema *cidadania* discutido pelo CRUB, ampliando sua discussão sob o título "A Extensão Universitária: A Construção da Cidadania e a Afirmação da Soberania Nacional".

Nesse Encontro Nacional foi novamente assumida a posição de uma Universidade voltada aos interesses e às necessidades da maioria da população (o vício da concepção assistencialista), retomando alguns princípios básicos presentes na plataforma política da Extensão Universitária desde 1987:

- a ciência, a arte e a tecnologia deveriam alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- a universidade não poderia imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que seria oferecido à sociedade mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e

apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interagem, quer através das questões que surgem das suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;

- a universidade deveria participar de todos os movimentos que tivessem por objetivo a superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- a ação acadêmica das universidades públicas, em particular as atividades de extensão, deveria voltar-se prioritariamente para os setores da população que vêm sendo sistematicamente excluídos dos direitos e da compreensão da cidadania;
- a ação cidadã das universidades não poderia prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos. As populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, deveriam ser consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas, e
- a prestação de serviços deveria ser produto de interesse acadêmico, científico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão.³²

O Programa de Fomento à Extensão Universitária - 1995, encaminhado pelo SESu/MEC às IES, em novembro de 1994, apresentava duas linhas de ações para financiamento da Extensão:

- linha I - "Articulação da Universidade com a Sociedade" - financiada com recursos oriundos da SESu/MEC. Abrangia cursos de capacitação e treinamento, assessorias técnico - administrativas, propostas alternativas de estágios e práticas curriculares, ações de cultura e manifestações artísticas, ações articuladas com a pesquisa e processo formativo e ações de integração da Universidade com a Educação Infantil;
- * linha II - "Integração da Universidade com o Ensino Fundamental" (crianças da 1ª a 8ª séries, jovens e adultos, incluindo a Educação Indígena), e Educação

³² Sumário do Documento Final do VIII Encontro Nacional de Pró - Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Especial, financiada com recursos do FNDE/SESu, em consonância com as Políticas Nacionais para a Educação Básica, atendendo às necessidades apresentadas pelos Sistemas de Ensino de Estados e Municípios.

As IES Públicas continuavam a ter exclusividade quanto aos recursos oriundos da SESu/MEC, em ações relacionadas com a articulação da Universidade e Sociedade em âmbito mais geral.³³

O VIII Encontro Nacional teve, por motivação maior, a preocupação em garantir, através de mecanismos institucionais seguros, a continuidade do Programa de Fomento à Extensão e a ampliação das ações extensionistas, garantindo assim, à extensão universitária, sua real institucionalização como prática acadêmica.

No ano de 1995, dentro do modelo neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso, foi destinado ao Ensino Superior a missão de *elemento estratégico para o desenvolvimento nacional*, missão esta assumida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, que em seu IX Encontro, realizado em Fortaleza, adotou como temática central “A articulação da Extensão Universitária com os Projetos Estratégicos de Desenvolvimento Regionais e Nacionais”.

De acordo com o Documento Final do IX Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que consta do “Cadernos de Extensão”, UFPR, Curitiba/PR, Ano 1, n.º 1, p.48/9, out., 1995, foi considerada a necessidade urgente da Universidade Pública se envolver *crítica e objetivamente na definição e estabelecimento das políticas públicas*. Tal envolvimento deveria se dar com as práticas articuladoras de caráter coletivo com outros Fóruns/Instâncias colegiadas, sendo recomendado que as ações de Pesquisa e Extensão estivessem voltadas para os problemas relacionados com a “miséria” e a “fome”. Assim, aceitou-se, implicitamente, a participação das IES Públicas no Projeto Universidade Solidária.

Os Pró-Reitores analisaram que o “Perfil da Extensão Universitária”, documento elaborado em fins de 1994 e discutido nesse Encontro Nacional, apontava para uma realidade em que as diretrizes políticas objetivadas para a Extensão, desde 1987, ainda se estabeleciam como um *ideal norteador*, mas não

³³ MEC/SESu/DEPES/DIEG. Programa de Fomento à Extensão Universitária - 1995 e Convocatória.

concretizado nas ações desenvolvidas pelas IES Públicas, necessitando, assim, de uma retomada nas discussões, pois, na prática, foram verificados desvios que dificultavam a política proposta.

Entre os pontos que apresentavam aspectos dúbios, foram abordados: a prestação de serviços; parcerias entre universidade pública e instâncias privadas, extensão “por dentro”, ou seja, a que se desenvolve entre a clientela da própria universidade; assistência em saúde/hospitais universitários; educação continuada; relação com a cultura, entre outros. A constituição de um Banco de Dados volta a ser tema prioritário nesse Encontro, considerando-se que proporcionaria meios para a atualização das informações e para a troca de experiências entre as Instituições de Ensino Superior.

“Por Uma Política Nacional de Extensão”, tema escolhido para ser a base das discussões durante o X Encontro Nacional do Fórum, realizado em Belém, em abril de 1996, deixa a impressão de que não existem diretrizes políticas que subsidiam tanto a concepção de Extensão Universitária, como os critérios de avaliação dos Programas/Projetos e as linhas de financiamento, em todo o país.

Para Tavares³⁴, a desmobilização do movimento docente, a dificuldade de se fortalecer a política de Extensão em processo, que redefiniria novos conceitos e produzia ações modificadoras tanto do ensino como da pesquisa e a limitação de recursos financeiros, parece ter levado a Universidade e, especialmente esse Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, a retroceder na sua caminhada de construção de uma *Universidade democrática e comprometida com os interesses da maioria da população*. Ao contrário, acabam por permitir a execução de ações que são visivelmente contrárias às diretrizes políticas construídas durante os últimos oito anos, como por exemplo as ações assistencialistas previstas no Projeto Universidade Solidária.

Não obstante as críticas dessa autora, é um Projeto que vem se consolidando e ampliando iniciativas de pró-reitores nessa direção. Atualmente, tais diretrizes são disseminadas, via Internet: o link³⁵ “UNIVERSIDADE CIDADÃ”,

³⁴TAVARES, M. G. M., *op. cit.*

³⁵ Consultar <http://renex.org.br/unicida.html>.

que apresenta o programa nacional temático de fomento à extensão das universidades públicas brasileiras, pelo fórum nacional de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras.

Retomando a posição política já anunciada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, é reafirmada em 1998, a premência de instituir-se um Programa Nacional de Fomento à Extensão. É definido, que na transformação da Sociedade Brasileira, a Universidade deve ser um espaço aberto às discussões de viabilização do pleno exercício da cidadania para a superação da exclusão ou marginalização que ainda mantém grande parte da população alheia e afastada do conhecimento humano acadêmico. Assim, entende-se que as Pró-Reitorias de Extensão devem induzir programas e projetos que visem enfrentar os problemas específicos produzidos pela situação de exclusão.

Nesse sentido, a Universidade passaria, então, a ter a cara da Sociedade, construindo a cidadania, na medida em que no seu cotidiano acadêmico conseguisse inserir essa preocupação, ou em outros termos, quando essa preocupação se tornar visível nas salas de aula, nos laboratórios e nas atividades extra campus. Enfim, quando Ensino, Pesquisa e Extensão se harmonizarem numa ação cidadã.

As atividades de Extensão Universitária, no processo de construção da Cidadania, devem ser norteadas pelos seguintes princípios de suas ações:

- propiciar a formação do indivíduo como ser humano e social, a formação do cidadão, do profissional e do profissional-cidadão;
- priorizar ações junto às Comunidades de baixo poder aquisitivo, portanto, comunidades que requerem potencializar sua organização política;
- desenvolver ações em parceria com lideranças e instituições das Comunidades e dos movimentos sociais;
- induzir a consolidação da organização das Comunidades;
- garantir que as ações sejam assumidas coletivamente dando a elas o caráter impessoal;

- estimular a identificação de oportunidades, demandas, necessidades e problemas comuns, de solução de problemas coletivos, visando, ainda, ao processo de integração e de autonomia das Comunidades, não se caracterizando em uma ação assistencialista;
- construir, com todos os parceiros, a elaboração e o direcionamento dos projetos e atividades, permitindo sua imediata legitimidade com as prioridades demandadas, absorvendo valores culturais próprios das Comunidades atendidas e facilitando maior eficácia na execução, acompanhamento e avaliação;
- explorar e apropriar as vivências e experiências do cotidiano das Comunidades para o desenvolvimento das ações, buscando e compartilhando reflexões e práticas sociais em uma relação mútua de ensino-aprendizagem;
- implementar a socialização do saber acadêmico nas Comunidades, através das linguagens apropriadas, reconhecendo suas práticas sociais e valores culturais;
- possibilitar um diálogo aberto entre Universidade e as Comunidades ao articular o saber popular e as práticas sociais das comunidades, com o saber acadêmico e a prática social da vida universitária;
- buscar a promoção de ações de caráter multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar, dentro de um processo de implantação gradativa, que resulte na integração e envolvimento com reconhecimento recíproco das Comunidades e a Universidade;
- envolver na execução das ações a própria comunidade, suas lideranças e os demais parceiros institucionais;
- aglutinar novas parcerias no âmbito do poder público e da Sociedade Civil, e
- permitir e facilitar que as ações extensionistas assumam uma proporção multiplicadora em outras Comunidades.

O programa ora proposto, a ser coordenado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, em comum acordo com a Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), e a Associação Brasileira de Universidades Públicas Estaduais e Municipais (ABRUEM), assume a magnitude de permitir a canalização do financiamento, viabilizando bolsas de extensão

destinadas a alunos regularmente matriculados para as ações extensionistas das Universidades Públicas Brasileiras.

Ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, caberá a responsabilidade de instituir uma Comissão Nacional de Extensão, composta por especialistas indicados pela Coordenação Nacional do Fórum, que terá como função estabelecer os critérios específicos de avaliação de propostas, bem como os demais itens pertinentes à operacionalização do programa "Universidade Cidadã" e, ainda, analisar os projetos e atividades de extensão candidatos ao fomento financeiro e às bolsas disponíveis. Igualmente, serão estabelecidos comitês assessores em cada uma das temáticas a serem trabalhadas, que auxiliarão na definição de estratégias e nos contatos para obtenção de financiamento para o programa.

O programa "Universidade Cidadã" deverá ser implementado a partir de março (inclusive) de cada ano, podendo ter seu período de execução ao longo de 12 meses consecutivos, tanto para vigência das bolsas de extensão como para aplicação dos recursos de custeio. Para a implantação do programa são especificadas as seguintes áreas temáticas para elaboração de propostas candidatas ao financiamento e às bolsas de extensão:

- Preservação e Sustentabilidade do Meio Ambiente;
- Promoção à Saúde e à Qualidade de Vida;
- Educação Básica;
- Desenvolvimento da Cultura;
- Transferência de Tecnologias Apropriadas;
- Atenção Integral à Criança, Adolescente e Idoso;
- Capacitação e Qualificação de Recursos Humanos e de Gestores de Políticas Públicas;
- Reforma Agrária e Trabalho Rural.

Para tanto, serão consideradas as propostas enquadradas nas seguintes tipologias de ação extensionista universitária:

a. projetos: "definem-se como um conjunto de ações contínuas de caráter educativo, cultural, científico ou tecnológico". Os projetos podem ser constituídos por mais de uma atividade e, devido às suas características metodológicas, podem ser entendidos de dois tipos:

- projeto de ação social e comunitária - compreende um conjunto de ações extensionistas voltadas para a participação da Universidade no desenvolvimento social da comunidade;

- projeto de ação integrada ensino/pesquisa/extensão - compreende um conjunto de ações extensionistas integradas necessariamente ao ensino e/ou à pesquisa, realizadas no âmbito dos cursos de Graduação, Pós-Graduação e 1º e 2º graus.

b. atividades: "definem-se como ações eventuais, de caráter educativo, cultural, científico ou tecnológico". As atividades podem integrar os projetos e são dos seguintes tipos: Cursos de Iniciação, Atualização, Treinamento Profissional e Aperfeiçoamento; Eventos como seminários, campanha de difusão cultural, exposições etc.; Prestação de Serviços como as consultorias, assessorias, curadoria etc.; Elaboração de Produtos Acadêmicos de Difusão Cultural, Científica ou Tecnológica como cartilhas, manuais, produtos acadêmicos de artes plásticas, artes cênicas, artes visuais, dança, informática, música, literatura etc.

Finalizada essa apresentação do projeto "Universidade Cidadã", considera-se interessante retomar a posição de Maria das Graças Medeiros Tavares que, ao desenvolver um trabalho minucioso de análise histórica dos Encontros Nacionais dos Pró-Reitores até 1996 (que muito auxiliou na construção desse capítulo), concluiu que a Universidade Solidária retorna à concepção conservadora de assistencialismo universitário. Questiona-se: o mesmo não se verifica com a Universidade Cidadã? Independente dessa questão e da autora citada concluir que o ano de 96 não mais apontava para o fortalecimento da construção do paradigma de Universidade, em que a Extensão Universitária deixaria de ser uma função desarticulada do projeto acadêmico global desenvolvido nas IES públicas para se transformar em instrumento de autonomia e democratização dessa mesma universidade, o fato é que, a partir de 1997, o Fórum Nacional Extensão das Universidades Públicas Brasileiras faz imperar sua política

extensionista assistencialista, via Internet. Um Fórum que advoga tanto a importância da pesquisa parece desconhecer a própria produção científica de análise histórica de suas ações políticas.

No Ano de 1997, o Fórum Nacional realizou sua XI reunião em Curitiba e o prof. Arnon Alberto Mascarenhas de Andrade³⁶, através de diálogo via e-mail, informou que no Encontro foi realizado um levantamento da ação do Fórum nos dez anos de sua existência. De acordo com Doracy Moraes dos Santos³⁷ (Coordenadora Regional – Centro Oeste do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IES Públicas), passados dez anos do Fórum, pró-reitorias de extensão continuam distante do proposto e do executado, especialmente, por insuficiência de programas globais de caráter orgânico institucional, voltados aos atendimentos das prioridades básicas das IES, insuficiência de ações, desencadeadas para atender o pretendido, falta e limitação de pessoal especializado, pluralidade de conceitos das especialidades próprias do ensino, da pesquisa e da extensão e das vinculações destas atividades fins, desvinculação das pesquisas, nos seus mais diferentes níveis e tipos com a estrutura dos cursos ministrados, reduzida participação da pesquisa nas classes menos privilegiadas, reduzida participação de discentes nas atividades de extensão, falta de interesse de professores e servidores técnicos e administrativos, causados principalmente pela falta de recursos, desconhecimento, descomprometimento, excesso de burocracia, entre outros, dificuldade de aceitação da integração entre o saber popular e o saber acadêmico, visando à produção de conhecimentos e o conseqüente enriquecimento da estrutura curricular e falta ou insuficiência de integração da pós-graduação com graduação.

Ainda em diálogo com o prof. Arnon, informou que discutiu-se nesse XI Encontro, também, sem aprofundamento, a Extensão Universitária no Contexto da Autonomia. Nos Encontros de Brasília (XII e XIII) discutiu-se o Programa Universidade Cidadã e iniciou-se a discussão do Plano Nacional de Extensão Universitária, que pode ser identificado na RENEX – <http://renex.org.br/>. No Encontro de Natal (XIV) deu-se continuidade à discussão do Plano Nacional (sua

³⁶ ANDRADE, A. A. M. Pró – Reitor de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Coordenador Nacional do Fórum Nacional de Pró – Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

³⁷ SANTOS, D. M. *Considerações gerais sobre extensão universitária*, p. 25.

forma final) e iniciou-se a discussão de seus desdobramentos em Programas Regionais. Esses têm sido discutidos e elaborados nos encontros regionais do Fórum.

A Rede Nacional de Extensão - RENEX (via internet) - é uma iniciativa do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que tem por objetivo a divulgação das ações extensionistas universitárias. A Universidade Federal de Minas Gerais, Instituição hospedeira da RENEX, apresenta uma lista de discussão sobre extensão universitária, o Regimento do Fórum, os Dirigentes Nacionais e Regionais e Notícias do Fórum Nacional e ainda os seguintes links: Universidades/Extensão; Andifes; Crub; Comunidade Solidária e Ministério da Educação.

O Plano Nacional de Extensão Universitária, apresentado via Internet, afirma como princípio que:

(...) para a formação do Profissional Cidadão é imprescindível sua efetiva interação com a Sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar. A Extensão entendida como prática acadêmica que interliga a Universidade, nas suas atividades de Ensino e de Pesquisa, com as demandas da maioria da população possibilita essa formação do Profissional Cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.³⁸

E tem como objetivos:³⁹

- 1) reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado através do Ensino e da Pesquisa em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- 2) assegurar a relação bidirecional entre a Universidade e a Sociedade, de tal modo que os problemas urgentes da sociedade recebam atenção produtiva por parte da Universidade;
- 3) dar prioridade às práticas voltadas ao atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com área de Educação, Saúde, Habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;

³⁸ <http://renex.org.br/> Plano nacional de extensão universitária, pp. 4-5.

³⁹ Idem, pp. 5-6.

- 4) estimular atividades cujo desenvolvimento implique em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da Sociedade;
- 5) enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da Educação, aí incluindo a Educação Continuada e à Distância;
- 6) considerar a atividade voltada para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística, como relevante para a afirmação do Caráter Nacional e de suas manifestações regionais;
- 7) inserir a Educação Ambiental e o Desenvolvimento Sustentado como componentes da atividade Extensionista;
- 8) valorizar os Programas de Extensão Inter-Institucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;
- 9) tornar permanentemente a avaliação institucional das atividades de Extensão Universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;
- 10) criar as condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas, e
- 11) possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

As Metas⁴⁰ definidas são:

Da Organização da Extensão Universitária

- 1) consolidação do Sistema de Informações sobre Extensão Universitária, através da implantação de Banco de Dados Interrelacional, em até 2 anos;
- 2) inclusão das Instituições de Ensino Superior Públicas à Rede Nacional de Extensão (RENEX) no máximo em 1 ano;
- 3) elaboração de uma proposta de Programa Nacional de Avaliação da Extensão Universitária das universidades brasileiras a ser apoiado e financiado pela Secretaria de Ensino Superior do MEC, no prazo de 1 ano;
- 4) implementação do Programa de Avaliação da Extensão Universitária nas IES em até 3 anos;
- 5) definição de linhas prioritárias de Extensão nos planos estratégicos departamentais e da Universidade, em até 1 ano;
- 6) adoção de Indicadores quantitativos e qualitativos de Extensão nas análises de mérito para alocação de vagas para docentes nas Unidades e Departamentos e para distribuição de recursos orçamentários internos, em 2 anos;

⁴⁰ Idem, pp. 6-7.

- 7) implantação de um Sistema Nacional de Educação Continuada e à Distância, incluindo as IES, através do desenvolvimento de mecanismos de interlocução com a Secretaria Nacional de Educação à Distância do MEC, em até 3 anos;
- 8) institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular, em 4 anos;
- 9) implementação de escritórios ou coordenações de desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia, articulados com as Pró – Reitorias de Extensão, em até 2 anos e;
- 10) instituição de um Programa Nacional de Fomento à Extensão – Custeio e Bolsas de Extensão – que seja balizado nos conceitos desenvolvidos pelo Fórum Nacional de Pró – Reitores de Extensão e pela Sociedade Civil, dentro das áreas consideradas prioritárias, em até 2 anos.

Da Articulação com a Sociedade:

- 1) desenvolvimento de programas e projetos de Extensão ligados:
 - a ampliação da oferta e melhoria da qualidade da Educação Básica, em até 3 anos;
 - a Preservação e Sustentabilidade do Meio Ambiente, em parceria com as Agências Financiadoras em nível nacional e internacional, em até 3 anos;
 - a melhoria da Saúde e Qualidade de Vida da população brasileira, em até 3 anos;
 - a melhoria do atendimento a Atenção Integral à Criança, Adolescentes e Idosos, em até 2 anos;
- 2) participação no Programa Nacional de Educação nas áreas da Reforma Agrária através da capacitação pedagógica de Monitores e Coordenadores locais, em até 2 anos;
- 3) promoção do Desenvolvimento Cultural, estimulando as atividades voltadas para o Incentivo à Leitura, Turismo Regional, Folclore e Cultura Popular, em até 2 anos e;
- 4) desenvolvimento em parceria com órgãos federais, estaduais, municipais e entidades não governamentais, de programas e projetos voltados para a formação de mão de obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e a capacitação de gestores de políticas públicas, em até 3 anos.

No link – Notícias é apresentado um resumo do XVII Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras da Região Sudeste, realizado em Diamantina (MG), de 26 a 28 de agosto, informando que os Pró-Reitores da Região Sudeste querem aprimorar a conceituação das práticas de Extensão Universitária e reavaliar a denominação das nove Áreas Estratégicas que devem direcionar e uniformizar as ações extensionistas universitárias. Assim, sugerem que os novos títulos das Áreas Estratégicas poderiam ser: Comunicação

Social, Desenvolvimento Tecnológico, Direitos Humanos, Educação, Cultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Reforma Agrária, Saúde e, finalmente, Trabalho, Emprego e Desemprego. Sugerem também que a prática de Extensão para essas áreas seja norteadas por um conjunto de princípios básicos envolvendo conceitos de ciência, cidadania, qualidade de vida, inclusão social, integração política e transdisciplinaridade.

Quanto às Linhas Programáticas, relativas às Áreas Estratégicas, define-se uma matriz que espelha a experiência já acumulada nas diversas universidades: assentamentos, assistência jurídica, atenção a grupos especiais, atenção integral a adultos e idosos, atenção integral à criança e ao adolescente, capacitação de gerentes, capacitação de gestores de políticas de saúde, cidades sustentáveis, clínicas e hospitais universitários, cooperativismo, cultura e arte, cultura e memória social, cultura e mercado, cultura e sistema formal de ensino, desenvolvimento do sistema de saúde, desenvolvimento urbano, educação à distância, educação ambiental, educação básica, educação continuada, educação de jovens e adultos, educação e reforma agrária, educação e trabalho, educação especial, empreendedorismo, esporte, lazer e saúde, formação, capacitação e qualificação de recursos humanos, gestão de recursos naturais, incentivo à leitura, internacionalização da economia, marketing, modelos de desenvolvimento, movimentos sociais, novas endemias e epidemias, produção e distribuição de material didático-pedagógico, programa de saúde da família, qualificação do trabalhador, recepção e transmissão da informação, redução das desigualdades sociais, saúde e segurança no trabalho, sistemas integrados para bacias regionais, trabalho rural, trabalho (ocupação) infantil e do adolescente, transferência de tecnologia e universidade e empresa.

É sugerida, também, a definição de uma ementa ou um conjunto de palavras-chave para melhor conceituação do objeto de pesquisa-ensino-extensão relativa a cada uma delas. Observa-se que mais uma vez será questionado o princípio de indissociabilidade.

Fica decidido que as próximas reuniões do Fórum de Pró-Reitores da região sudeste deverão ser realizadas no Rio de Janeiro (abril de 1999), coincidindo com o II Congresso de Extensão da Região Sudeste, em Alfenas (agosto de 1999).

Essas datas são compatíveis com a próxima Reunião Nacional do Fórum de Pró-reitores, em Campo Grande, MS, a ser realizada em maio de 1999.

Constata-se, nesses fóruns, que o discurso disseminado pelos pró-reitores de Extensão se resume em termos e expressões tais como: universidade e sociedade, compromisso social, inserção social, interação social, renovação, transformação social, integração, prática, teoria e prática, indissociável, necessidades sociais, relação transformadora, paternalista, assistencialista, institucionalização, viabilização, sistema social, via de mão dupla, relação bidirecional, demanda, comunidade, instrumentalizadora, cidadania, inovação, legitimidade, resgate social, oxigenação, prestação de serviços, anseios sociais etc. Assim, evidencia-se a crise da Universidade Brasileira como um processo progressivo de descaracterização das funções do Ensino e da Pesquisa.

Observa-se que a Extensão Universitária é definida como o “coração” da Universidade, responsável por inúmeras atividades. Entretanto, permanecem as seguintes questões: as propostas de encaminhamento do Fórum Nacional, visando à implantação da Extensão, conforme os parâmetros definidos nos Encontros e no Plano Nacional, foram possíveis de serem colocadas em prática nas Instituições? Professores universitários estão cientes de tais propostas? Ou ainda, como pesquisadores e professores universitários avaliam e definem a Extensão Universitária?

Os dois capítulos seguintes seguem na direção de análise e contextualização da Extensão Universitária a partir de pesquisas de pós-graduação; pensadores - intelectuais acadêmicos e professores universitários de Educação Física.

Acredita-se que as ações dos professores no cotidiano universitário e comunitário é que revelarão as mudanças de conceitos no que se refere às funções do ensino, da pesquisa e da extensão. Para tanto, é necessário compreender como pensam, agem e se conceituam os professores universitários na Extensão Universitária. Nesse sentido, no último capítulo, objetiva-se chegar o mais próximo possível dessa realidade.

3. O ESTADO ATUAL DA QUESTÃO

O presente capítulo aborda primeiramente a Extensão Universitária como tema de Pesquisas de dissertações de mestrado e teses de doutorado, que começa a se projetar como uma questão de discussão no final da década de 80, evidenciando uma certa preocupação na comunidade acadêmica. Posteriormente, examina a ênfase dada na atualidade sobre o novo pensar da Extensão Universitária e a sua relação com o Ensino e a Pesquisa, nas proximidades do ano 2000, por intelectuais que retomam a concepção do papel fundamental que cabe à Universidade na sociedade.

A Extensão Universitária, como objeto de pesquisa, justifica-se por uma Universidade em crise, que começa a discutir, de modo cada vez mais enfático, a avaliação de suas funções universitárias. As atividades-fins denominadas de Ensino, Pesquisa e Extensão constituem-se questões - chaves, já que professores universitários e pesquisadores se propõem a aprofundar a reflexão centrada no papel da Universidade na contemporaneidade da sociedade brasileira.

Luiz Antônio Cunha¹ já afirmava, em 1989, que a crise da Universidade está na sua identidade e a Extensão é uma das funções mais importantes para definição dessa identidade no contexto da inserção social da Universidade. Destaca que em nome dessa confusa atividade, a Instituição Universitária tende a ser confundida com outras instituições sociais, inclusive partidos políticos e sindicatos.

Por essa razão, objetiva-se resgatar o que tem sido publicado no País sobre este tema. Principalmente, ao considerar-se a Universidade como uma rede de relações - interdependências - entre os intelectuais que a compõem e que, em última instância, caracteriza esta instituição e seus objetivos.

¹ CUNHA, L. A. *A universidade nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional*, pp. 3-9.

Assim, acredita-se que poderá ser obtida uma orientação esclarecedora dos determinantes que levam ao pensar da Extensão Universitária na área de Educação Física. Esses estudos sedimentarão, no último tópico deste capítulo, a discussão de como a Extensão Universitária em Educação Física vem se apresentando no pensamento de professores universitários.

3.1. AS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Estabelecer a identidade da Universidade na sua relação com a Sociedade significa em primeiro plano apontar como se articulam as idéias do pensar Extensão Universitária. Tais idéias, resultantes da ação coletiva, no funcionamento efetivo da vida acadêmica definem, a Instituição, que não é um mero objeto, mas sim constituída de uma rede de interdependências entre professores, pesquisadores, alunos, funcionários, pais, políticos etc. São intelectuais que elaboram pensamentos de acordo com os interesses característicos de suas posições, como indivíduos que se encontram numa situação herdada dos modos de pensamentos. Assim, procuram mantê-los, aperfeiçoá-los ou substituí-los por outros, de acordo com as suas concepções.

Partindo do princípio de que os modos de pensamento não serão adequadamente compreendidos enquanto permanecerem obscuras as suas origens e que, para se compreender uma Instituição, no caso a Universidade, é necessário estudar a produção do conhecimento a respeito do seu papel na sociedade, optou-se pelo estudo das pesquisas de pós - graduação que tratam do assunto. Retratar o conceito de Extensão à luz do conhecimento científico produzido pode também auxiliar no processo de entendimento da administração universitária.

Constata-se inicialmente que a definição de Extensão apresenta um discurso “vago” e “salvacionista”. Inicia-se tal comprovação com Reinaldo Matias Fleuri, que na sua tese de doutorado², preocupado especificamente em analisar os trabalhos de educação popular desenvolvidos pela Universidade Metodista de Piracicaba, conclui que a Extensão tem sido um meio pelo qual a Universidade Brasileira se desincumbe de seu compromisso social de maneira assistencialista, apresentando-se numa perspectiva ‘conservadora’ e ‘domesticadora’. Verifica que os projetos comunitários da UNIMEP foram inspirados na doutrina social metodista e respaldados pelo reitor empossado em 1978. Assim, essa Universidade criou o Pronto Atendimento Integrado à Comunidade (PAIC), que oferece assistência médica e social à comunidade universitária e o Projeto Periferia, que instalou pré-

² FLEURI, R. M. *Educação popular e universidade*.

escolas em bairros da periferia piracicabana, a partir de 1980. Contesta que são projetos de caráter assistencialista, principalmente porque toda a iniciativa e direção fica por conta de setores universitários, sem nenhuma participação ativa da comunidade beneficiária.

Observa-se que a delimitação do papel da Extensão Universitária está em administradores universitários responderem às demandas sociais que lhes chegam nas suas rotinas acadêmicas.

Indignado com o caráter assistencialista da Extensão Universitária e, ao mesmo tempo, preocupado em superar tal estado, elabora o autor 4 questões:

- 1) sendo a Universidade uma Instituição historicamente comprometida com os interesses da burguesia, como pode se aliar às classes populares?
- 2) mesmo quando grupos afinados política e ideologicamente com os interesses populares conquistam a hegemonia em certas Universidades, como superar as contradições entre o saber - poder acadêmico e o saber - poder popular?
- 3) como pode a Universidade, uma Instituição burocrática, promover a educação popular que favoreça a construção do poder popular, o qual pressupõe uma dinâmica essencialmente democrática?
- 4) se a Universidade vem sendo condicionada a transmitir uma ciência fragmentada e desvinculada da práxis social, como podem o Ensino, a Pesquisa e a Extensão acadêmica promover o saber popular, elaborado pelas classes subalternas a partir e em função de suas lutas de resistência ou de sua práxis revolucionária?

Apesar de suas indagações e dúvidas serem bastante contundentes, limita-se a responder que acredita que as experiências analisadas na UNIMEP, indicam que os trabalhos de Extensão Universitária em educação popular podem também ser um dos fatores de transformação da Universidade e de avanço do movimento popular, na medida em que se inserirem num processo mais amplo de criação de um novo projeto de Universidade Popular, capaz de contribuir para que

as classes populares se reapropriem dos meios técnicos e científicos necessários à construção de sua hegemonia.

Enfim, para o autor, nas atividades de Extensão Universitária em Educação Popular, confrontam-se, de um lado, a Universidade (com sua estrutura burocrática) e, de outro, os Movimentos Populares (com sua dinâmica espontânea e democrática, constantemente ameaçada pela burocratização). Nas suas palavras, “essa situação contraditória abre a possibilidade de que tais atividades sirvam, de acordo com o contexto histórico, tanto para a consolidação do poder da classe dominante, quanto para apoiar a construção da hegemonia das classes populares”.³

O autor critica a concepção assistencialista, mas acaba por acentuá-la, ao definir as atividades de Extensão como meio para apoiar as classes populares. Em que se diferencia do modo conservador de pensar tal função? Será essa a função social da Universidade?

Maria Zeneide Carneiro Magalhães Almeida, na sua dissertação de mestrado⁴, ao retratar especificamente a Universidade Federal de Goiás, considera que os programas assistencialistas e de cunho filantrópico como os que deram origem à Extensão Universitária não apresentam diferenças ideológicas entre si. Diferem-se simplesmente na modalidade de atuação, na vinculação a órgãos, nas instituições que as patrocinam e/ou as financiam. Concorde com uma certa ingenuidade que, a partir do final da década de 60 e pelas décadas seguintes, as autoridades educacionais do País vêm tentando convencer a comunidade universitária das vantagens dessa sua *terceira função*. E, assim, professores e estudantes universitários sintonizados com os problemas de seu tempo, buscam viabilizar propostas para *sair fora dos muros* e lançarem-se ao desafio da modernização, da democratização, abrindo os recintos da Instituição à comunidade, à vida e, enfim, à realidade.

Em seguida, conclui que os cursos de graduação implantados nessa Universidade representam um avanço no significado da abordagem do trabalho de Extensão, ou seja, apontam para a democratização, por meio de uma das funções primordiais da Universidade - o Ensino. Entretanto, enfatiza que se deve

³ Idem, p. 46.

⁴ ALMEIDA, M. Z. C. M. *Extensão Universitária: uma terceira função*.

reconhecer que diante dos grandes desafios que as potencialidades regionais (e nacionais) impõem às Instituições, representam eles um esforço ínfimo em relação a um projeto de Universidade e/ou uma política educacional que tem ainda um longo caminho a percorrer na direção das transformações sociais e culturais em benefício das camadas populares do País.

Contudo, não percebe a autora a incoerência do pensamento que se propaga nos meios universitários: substituir o Ensino de graduação pela Extensão; um procedimento que compromete a função do Ensino e contribui para o processo de descaracterização progressiva da identidade institucional.

João dos Santos Filho, no seu trabalho de doutorado⁵, preocupou-se em demonstrar as relações de produção do mercado capitalista e a consequente influência no conceito de Extensão. Inicia sua argumentação afirmando que essa função, enquanto componente acadêmico, nunca esteve desvinculada das relações entre Ensino e Pesquisa, seja em maior ou menor grau, acentuando que por mais tímida que seja a relação entre esses três níveis de ações que compõem o chamado *modus operandis* dos centros educacionais, sua presença sempre existiu, com maior ou menor intensidade. Para o autor, a Extensão é decorrência do Ensino e da Pesquisa e não se explica por si só enquanto categoria conceitual. Sua função básica será sempre possibilitar a relação da Universidade com a Sociedade civil. Dessa forma, estará colocando à disposição da humanidade o progresso técnico e científico.

Afirma ainda que a Extensão sempre existiu, porém, relegada a uma colocação secundária no meio universitário, pois “sua essência não é totalmente aceita dentro dos princípios acadêmicos, por não ser em si produtora de conhecimento, e sim veiculadora do que produz o Ensino e a Pesquisa”.⁶ Ou ainda, é caracterizada como sendo um meio, e não um fim.

Contesta que o Estado se serviu da Extensão para fins propagandísticos, mascarando, assim, seus interesses políticos assistencialistas-corporativistas, garantindo ao capital uma mão-de-obra barata e adestrada para sua reprodução.

⁵ SANTOS FILHO, J. *Reflexões sobre a evolução histórica dos fundamentos teóricos da Extensão*.

⁶ Idem, p. 5.

Evidencia que a Extensão, até então, não conseguiu parâmetros teóricos para ser conceituada, por ser um instrumento que busca a socialização do conhecimento, a ação coletiva e comunitária, a promoção dos indivíduos dentro da sociedade, a aglutinação de esforços para atingir objetivos comuns e, o desenvolvimento de ações multidisciplinares. Não é uma ciência, mas sim uma técnica capaz de incorporar uma série de atividades. Nesse sentido, afirma que ela pode vir a ser colocada *ingenuamente* como salvadora da crise em que as Universidades se encontram hoje, fantasiando uma saída de um *vir a ser* do princípio hegeliano.

Para o autor a ação extensionista, enquanto integrada ao Ensino e à Pesquisa, sofre a determinação do capital, cujo desenvolvimento das relações de produção vai pressionar para que a Universidade esteja voltada para os interesses do empresariado nacional e internacional, seja através de Pesquisas conjuntas ou demandas de cunho meramente curricular, através de campo para estágio. Portanto, acredita que a luta agora, não é mais contra o controle direto ou indireto imposto pela escola francesa ou americana, mas, primordialmente, ultrapassar a visão privatista que setores ligados ao processo educacional brasileiro estão querendo impor. Parte do princípio de que todo movimento sobre o papel da Universidade está dirigido, hoje, para ampliar a discussão em favor do Ensino Privado, portanto contra o Ensino Público. Tal discussão cruza com dois aspectos relevantes para o autor:

1. o capital impõe condições para a Universidade subsistir, obrigando-a a criar um processo de avaliação de sua produção;
2. a Universidade deve vender serviços, como lógica imposta pelo próprio capital, que transforma os centros de saber em mercadorias.

Sua avaliação é que tanto uma como outra obedecem ao mesmo princípio: entendem a educação como mercadoria que deve estar à disposição dos empresários. Portanto, usam o patrimônio público em benefício particular, ou transformam a Universidade numa grande entidade social. As duas formas de vir a ser da Universidade pressionam para transformá-la em prestadora de serviços na área empresarial e beneficente. A ação extensionista é, assim, o instrumento que o capital utiliza para impor a lógica do empresariamento educacional, vendendo,

agenciando ou alugando o saber por ela produzido. Por outro lado, exige-se que a Extensão atue junto às populações pobres, como se a mesma fosse uma estrutura de assistência e promoção, colocando-a na mesma referência de entidades de cunho religioso e caritativo.

Impõe-se a seguinte questão: Não seria esta a lógica imposta pelo capital?

Enfim, sua conclusão é que para conceituar a Extensão nada mais resta a fazer, a não ser reafirmá-la como um instrumento a serviço do Ensino e da Pesquisa, passível, portanto, de ser utilizada em benefício do Estado, do Capital, do Populismo, da Ditadura e dos Movimentos Populares. Essa plasticidade e fraqueza demonstram que pode ser usurpada para atender a interesses diversos.

Acredita-se que reafirmar tal posicionamento significa acomodar-se e permitir a perpetuação das controvérsias da Extensão, no que se refere a um comportamento dúbio, obscurecido por discursos políticos acadêmicos que se interessam por garantir a concepção redentora dessa função. Observa-se, também, que o autor não questiona por quê o Ensino e a Pesquisa precisam da Extensão para serem veiculados.

Em sua dissertação de mestrado⁷, Zilá Nepomuceno objetivou, por meio de estudo histórico, analisar as instituições Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista (UNESP) e suas respectivas políticas de Extensão.

Ao reunir instituições oficiais e particulares com referenciais distintos, estruturais e organizacionais, buscou a autora proceder a um exame dos fatores endógenos e exógenos, a fim de apresentar o perfil extensionista, as tendências dessa vocação e à análise das expectativas sobre a Extensão sob a ótica de seu compromisso com a sociedade, com o Ensino e com a Pesquisa nessas Instituições. Para tanto, realizou revisão bibliográfica e documental, aplicou entrevistas e

⁷ NEPOMUCENO, Z. *Universidade/sociedade: identidade, tendências e perspectivas da Extensão universitária na região de Campinas*.

questionários junto aos órgãos responsáveis pela Extensão, às unidades e/ou departamentos e aos seus docentes.

No segundo capítulo da dissertação retrata, de forma descritiva, os resultados de sua investigação documental. Sua análise ingênua ficou obscurecida pelos discursos dos intelectuais interessados em transparecer uma determinada concepção que garantisse e justificasse a importância da função Extensão Universitária. Assim, inicia a descrição da PUCCAMP, colocando que os projetos de Extensão, inicialmente, eram voltados para as áreas da educação, psicologia e saúde, e hoje, têm prestado *inestimável* ajuda à comunidade interna e à população. Destaca que, a partir de 1992, a PUCCAMP propôs assumir novas linhas de Pesquisa e novas práticas no campo da Extensão, definindo uma política para si, metodologicamente fundada na articulação das práticas de Ensino e Pesquisa com o meio social mais abrangente. Nesse sentido, a Extensão deixaria de ser definida apenas por demandas sociais mais imediatas e passaria a ser entendida como articuladora do Ensino e da Pesquisa, comprometidos com a transformação e o desenvolvimento da sociedade.

Relata a autora que, atualmente, a PUCCAMP estende seu trabalho a inúmeras empresas (nacionais e multinacionais) e conta com vários convênios que ajudam nas propostas de Extensão da Universidade. Entre eles, refere-se à Fundação Aplub de Crédito Educativo, cujo objetivo é conceder bolsas rotativas de estudo a estudantes carentes. Outros atendem às necessidades da comunidade, como o contrato feito entre a Universidade e o Hospital Municipal Dr. Mário Gatti, que trabalha conjuntamente com o Núcleo de Saúde da PUCCAMP. Os convênios abrangem áreas bastante diversificadas, impulsionadas pelo Núcleo da Saúde e Núcleo da Educação do setor de estágios convencionados e pelo Centro Interdisciplinar de Atenção ao Deficiente (CIAD), um projeto que atende Campinas e região, criado em 1991, com o objetivo de possibilitar ao portador de deficiência uma melhor adaptação social (na família, na escola), envolvendo diversas áreas.

Conclui, segundo análise documental, que a PUCCAMP, hoje, se encontra em fase de transição, em busca de qualidade e de um maior compromisso com o social, definindo suas prioridades e seu plano de ação, com a intenção de se

tornar uma Universidade mais justa e de qualidade excelente, valendo-se de suas funções do Ensino, da Pesquisa e Extensão.

Questiona-se então: qual tem sido concretamente o compromisso maior com o social, a justiça e a qualidade?

Ainda segundo Nepomuceno, com a gestão do reitor Prof. Elias Boaventura (1979), começou a ser delineado na UNIMEP um projeto universitário voltado para as classes populares, atendendo à cultura e às necessidades do povo, por meio de programas de educação popular, discussão de temas de interesse comunitário, desde que estes comungassem com a ideologia da Igreja Metodista. Assim, basicamente, os projetos de Extensão eram realizados junto à população carente, que não tinha acesso aos conhecimentos científicos, funcionando na maioria das vezes como estágios curriculares, com a supervisão de um professor responsável.

Em 1979, foi criado o Programa de Atendimento Integrado à Comunidade (PAIC), trabalho que mantinha vínculos estritos com a Pastoral Universitária, prestando atendimento médico e social à comunidade universitária, bem como à população carente de Piracicaba. O Projeto Periferia tinha como principal objetivo cuidar de crianças cujos pais trabalhassem fora; atender as famílias e a comunidade (gestantes e mães de recém - nascidos) e fornecer refeições durante o período escolar. O Projeto Ação Cultural e Tecnologia Apropriada (ACTA) nasceu em 1983, após avaliação do Projeto Periferia, que começou a ser criticado por setores acadêmicos da Universidade como meramente assistencialista. O ACTA objetivava valorizar a cultura e a tecnologia popular, contando com áreas de assessoria às associações comunitárias.

Nesse sentido avalia a autora que, na atualidade, a UNIMEP é uma Universidade que traz a referência extensionista no bojo de sua política acadêmica, mas não consegue demonstrar a pesquisadora o quanto. Identifica que o conceito de Extensão da UNIMEP tem uma dimensão ético – valorativa, que se dá por intermédio da própria Instituição, em seus cursos em sala de aula, por estágios ou por meio de projetos - programas de intervenção na comunidade, desenvolvidos na direção do compromisso com as lutas de transformação social, centrados na construção da cidadania. Portanto, para a citada autora, a UNIMEP procura

solucionar todos os seus problemas, desenvolvendo a criticidade em seus cursos e criando uma nova política de Extensão condizente com seu crescimento na ciência da educação. Cita o Documento da Política Acadêmica da Universidade Metodista de Piracicaba (1992) para justificar tal afirmação:

Na vertente da produção do conhecimento, a Extensão deve constituir-se em intervenção/investigação por meio de metodologias que transformem o conhecimento em um bem social e, como tal, apropriado pela sociedade, no contexto da construção da cidadania. Os objetivos e metodologias destes programas/projetos devem garantir que o saber novo não seja expropriado do objeto que lhe deu origem. Sua socialização deve dar-se por meio de mecanismos que respeitem o 'ethos' cultural da população envolvida. Igualmente a socialização do novo saber deve ocorrer na comunidade universitária, onde passará ser avaliado sob a ótica de princípios da contemporaneidade e da relevância e de métodos científicos. Nesta vertente da produção do saber novo, a Extensão, será, necessariamente, uma via de mão dupla, na qual a comunidade acadêmica encontrará a possibilidade para o exercício da práxis, tecendo relações com agentes sociais que compartilham a ética da construção da cidadania. Nestas relações deverá haver a convivência com a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade regional ou nacional.⁸

Referindo-se à UNICAMP, salienta que esta foi criada com a finalidade de atender aos anseios da sociedade, ao desenvolvimento do país e da expansão incontrolada das indústrias. Para responder aos seus objetivos, diz que esta Universidade criou uma estrutura de integração de seus cursos, para atender às necessidades básicas da sociedade, bem como possibilitar a integração dos diversos cursos oferecidos pela Universidade. Essa *interdisciplinaridade* entre os cursos gerou os Núcleos e Centros de estudo em 1983, cuja finalidade era encontrar a solução para os problemas sociais, pela integração de disciplinas afins.

Segundo a autora, de acordo com o documento sobre Cursos de Extensão (1992) da UNICAMP, são oferecidos cursos pelas várias unidades de Ensino e Pesquisa, com o objetivo de atender às demandas dos setores público, empresarial e universitário. Abrangem as áreas de Ciências e Saúde, Educação,

⁸ Idem, p. 26.

Tecnologia, Planejamento, Artes e Esportes. Dessa forma, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários vêm promovendo o relacionamento entre a Universidade e a Sociedade, preservando a autonomia dos cursos que promovem a Extensão, desde que atendam às necessidades da comunidade externa e prestem serviços também à comunidade interna, através de programas como SOS - ação mulher; pré - escola, primário, curso supletivo e serviço de apoio ao estudante.

Observa a autora que a Escola de Extensão, criada em 1989, subordinada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, coordena os projetos de Extensão elaborados pelos docentes em suas respectivas unidades, que são oferecidos por meio de cursos de aperfeiçoamento, treinamento, reciclagem, atualização, ciclos de palestras, minicursos em reuniões científicas, oficinas e jornadas de atualização. Atende à demanda dos setores públicos, empresarial e universitário e conta com convênios de empresas de pequena a grande porte e prefeituras.

Destaca Nepomuceno que a Pró-Reitoria de Extensão criou o Escritório de Transferência de Tecnologia, em outubro de 1990, com a finalidade de transferir mais rapidamente os conhecimentos que a Universidade tem elaborado, colocando em contato Pesquisadores e empresários, divulgando informações tecnológicas e prestando a necessária assistência técnica e jurídica. Aponta ainda o projeto de criação da Empresa - Júnior, instalada no final de 1989, com a finalidade de atender problemas específicos de algumas empresas; a existência do Núcleo Interdisciplinar para melhoria do Ensino de Ciências (NIMEC), cujas principais atividades estão centralizadas no Planetário e no Museu Dinâmico de Ciências. Menciona, ainda, a Academia de Ciências do Estado de São Paulo. Por fim, aborda a criação (1990) do FAEP (Fundo de Apoio ao Ensino e Pesquisa), que tem como objetivo principal auxiliar pesquisadores com recursos resultantes dos projetos de Extensão praticados na Instituição.

Com relação à Instituição UNESP, sua Pesquisa foi realizada no campus de Rio Claro e descreve que, de acordo com Buschinelli, (1988), a Extensão e os Assuntos Comunitários, por intermédio da Comissão de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários (CEUAC – o presidente é o vice-diretor da Unidade), são feitos através de acessorias científicas, análise de impactos

ambientais, análise e prospecção de recursos naturais, estudos de foto - interpretação, identificação de materiais biológicos e minerais, orientação didática e científica, orientação técnica e acadêmica, realização de cursos de Extensão Universitária, reciclagem e palestras, convênios nacionais e internacionais para Ensino e Pesquisa, projetos em pólos avançados, projetos de interesse social, econômico, agrícola e industrial, saneamento básico etc.⁹

Identifica que a UNESP tem como objetivo principal preservar e desenvolver o saber em todos os aspectos, promovendo a Extensão de serviços à comunidade, *totalmente* relacionada ao Ensino e à Pesquisa e aponta para o fato de que a UNESP, por ter seus cursos distribuídos em quinze campi, apresenta dificuldades na definição de sua política institucional de Extensão.

Entretanto, observa que, somente em 1986, a UNESP iniciou um estudo amplo para discutir a Extensão de serviço à comunidade, elaborado pela Câmara de Extensão e Serviços Comunitários, que redundou no documento *A Política da UNESP para a Extensão de Serviços à Comunidade - diagnóstico, estratégias de ação e proposta*. Esse documento destaca, como conclusão, que as atividades de Extensão, de serviços à comunidade, não contaram com uma política para nortear seus trabalhos extensionistas e muito menos com órgãos que avaliassem seus resultados, desde 1976.

A autora relata que a Pró-Reitoria de Extensão da UNESP, criada em 1989 e coordenada pelo Prof.Dr. Carlos Ruggiero, iniciou suas atividades embasadas nas disposições estatutárias que definem a função de integração da Universidade com a comunidade, mediante desenvolvimento das atividades de Ensino e Pesquisa que lhe sejam inerentes. No início de sua gestão foi apresentado um documento voltado para *Uma política de Extensão de Serviços à Comunidade na UNESP, elementos para discussão coletiva*. Segundo o relatório de 1991 da pró-reitoria, as atividades foram sempre embasados para a busca da:

(...) Extensão, articulando o Ensino e a Pesquisa, e viabilizando a relação transformadora da Universidade com a sociedade, que deve ser uma via de mão dupla: a Universidade encontrando na sociedade a possibilidade de

⁹ Idem, p. 99.

aplicar e reelaborar seus conhecimentos e a sociedade encontrando soluções para seus problemas, junto com a primeira; a Extensão busca respeitar o compromisso social da Universidade.¹⁰

Na gestão seguinte, com a Pró-Reitoria do Prof. Dr. Vagner José Oliva (1993 - 1996), verifica que é acentuado o papel da Extensão como a função que articula o Ensino e a Pesquisa com a Comunidade. Esta é o canal privilegiado do que mais eficaz e rapidamente pode trazer para o âmbito interno o indispensável e renovado feed-back da sociedade e, portanto, a avaliação contínua sobre a relevância e adequação sociais do conhecimento produzido. Como a busca da qualidade passa necessariamente pela existência desse canal sempre aberto e eficiente de realimentação, na Universidade, a Extensão é o caminho da qualidade. Salienta, ainda, que o plano de ação dessa gestão (PROEX 1993-1996) se voltou para o estabelecimento de uma linguagem única na UNESP, no que se refere ao significado da Extensão. Objetivou-se a definição de uma conduta para as atividades de Extensão, tendo sempre como parâmetro sua indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa, a regulamentação das atividades de Extensão, a normatização das ações definidas na política de Extensão e a captação de recursos externos.

Destaca o I Seminário de Extensão Universitária, realizado no período de 25 a 27 de maio de 1995, que teve por objetivo *discutir as políticas e temas básicos referentes às atividades extensionistas, e buscar caminhos mais sólidos para a articulação com o Ensino e a Pesquisa.*

Contradizendo o plano de ação dessa gestão, descreve a autora que esta reunião permitiu à Pró-Reitoria concluir que não há, na maioria das vezes, consolidação dos programas de Extensão na Universidade, ocorrendo, inclusive, falta de consenso sobre o conceito de Extensão à comunidade. Existe dificuldade em definir a questão da qualidade das atividades de Extensão, falta uma maior conscientização de professores, alunos e funcionários sobre o que seja uma atividade de Extensão e sua importância e, além disso, muitas vezes os docentes não sabem se determinada atividade é Extensão ou não.

¹⁰ Idem, p. 101.

Finalizada esta parte descritiva, Nepomuceno prossegue com a análise dos questionários e das entrevistas aplicadas aos pró-reitores e docentes, a fim de responder aos três questionamentos apontados na dissertação: identidade, tendências e perspectivas da Extensão Universitária nas Instituições em questão.

A seguir, os principais pontos que podem ser destacados de sua análise:

- as quatro Instituições pesquisadas têm diferentes órgãos para coordenar a Extensão, que apresentam certo comprometimento em nível de reitoria em função do organograma da Instituição e, com isso, depende a autonomia de suas ações;
- a maioria dos órgãos responsáveis, independentemente da Instituição, considera Extensão diferente de Prestação de Serviço, mas não esclarece o que as distingue. Os próprios professores declaram que as Pró-Reitorias não apresentam diferenciação nos conceitos. Colocam que a diferenciação está no fato de que a Extensão integrada às atividades permite troca de experiências entre a Universidade e a Sociedade, enquanto que os Serviços de Extensão não englobam essa reciprocidade;
- a Puccamp (particular) e a Unesp (pública) fornecem conceitos semelhantes no tocante ao que seja Extensão: atividades que promovem troca de experiências didáticas - pedagógicas entre Universidade e Sociedade;
- a tendência das Instituições é priorizar atividades de Extensão que apresentem, de alguma maneira, vínculo ao Ensino e à Pesquisa. Mas, consideram que o maior desafio é saber articular tais atividades;
- as Universidades pesquisadas direcionam a responsabilidade do entrosamento entre a Extensão, o Ensino e a Pesquisa à interdisciplinariedade, que deve ser promovida pelas unidades e/ou departamentos e ao interesse dos alunos. Porém, não existe uma sistematização integrada no entrosamento da Extensão com as demais funções da Universidade e não há garantia de que todos os alunos, de todas as disciplinas, dos diferentes cursos oferecidos pelas unidades e/ou departamentos, participem de alguma forma de projetos e/ou serviços de Extensão;

- foi verificado que para se dar o entrosamento do Ensino e da Extensão nas unidades e/ou departamentos, consideram importante o envolvimento dos alunos nos projetos de Extensão e do professor na prática pedagógica;
- com relação à política acadêmica adotada para o entrosamento de Pesquisa e Extensão, as três Universidades (com exceção da Puccamp, de forma menos incisiva), no nível de unidades e/ou departamentos, consideram importante o envolvimento do professor com o aluno para entrosamento da Pesquisa e Extensão;
- uma parte dos docentes entende que o entrosamento entre Extensão e Ensino pode ser feito com o envolvimento dos alunos nos projetos de Extensão e com a realização de projetos que sejam compatíveis com a disciplina ministrada pelo docente. Com relação ao entrosamento entre Extensão e Pesquisa, docentes consideram que o retorno dos resultados da Pesquisa ao meio acadêmico pode proporcionar este entrosamento. Uma alta porcentagem de docentes não fornece informação alguma a respeito dos conceitos de entrosamento;
- nas Universidades Públicas é destacado o acúmulo de tarefas inerentes à proreitoria de Extensão, que trata também dos assuntos comunitários, um obstáculo a mais para um desempenho a contento de suas atividades;
- as Universidades pesquisadas ressaltam a necessidade de maior dotação de verba para as atividades de Extensão;
- os órgãos responsáveis pela Extensão utilizam mais os recursos da própria Instituição para realizar as atividades de Extensão;
- quanto às dificuldades das unidades e/ou departamentos para exercer as atividades de Extensão, as três mais frequentes foram a falta de financiamento, a falta de infra - estrutura e o padrão de regime dos docentes, inadequado para as atividades de Extensão;
- a inexistência de infra-estrutura apropriada para a prática de Extensão dentro da Universidade, a falta de apoio financeiro e/ou didático/pedagógico para as atividades de Extensão e, ainda, a falta de divulgação das atividades de Extensão, foram as dificuldades mais sentidas pelos docentes das Universidades pesquisadas;

- ausência de informação pelas unidades e/ou departamentos das quatro Universidades quanto às perspectivas nas atividades de Extensão para os dois próximos anos (95 e 96);
- com relação à identidade, os resultados dos dados levantados indicam a falta de uma política de Extensão articulada com as outras funções (Ensino, Pesquisa). Isso significa que a terceira função está longe dessa qualificação, ficando ainda como uma grande pretensão o princípio de indissociabilidade.

Nepomuceno avalia que, muito embora o discurso universitário aponte para projetos, cursos e/ou serviços com base na indissociabilidade entre o Ensino e a Pesquisa, o que se vive no cotidiano das Universidades são projetos de cursos para profissionais de diferentes áreas e/ou serviços de assessoria e coordenação para profissionais e empresas diferenciadas, mostrando que as atividades de Extensão tendem para serviços que tragam um retorno financeiro às Instituições, às unidades e/ou departamentos ou aos docentes envolvidos com o trabalho.

Observa em documentos que as Universidades pesquisadas objetivam a indissociabilidade entre o Ensino e a Pesquisa por meio de atividades acadêmicas que favoreçam a via de mão dupla entre a Universidade e a Sociedade, interagindo para um real comprometimento. As unidades e os departamentos pesquisados também apontam para essa mesma política. Entretanto, uma porcentagem bem significativa (26,3%) deixou de fornecer essa informação, levando a autora a interrogar-se a Política de Extensão não seria meramente Documental.

Os próprios docentes (28,1%) declaram inexistir uma política em sua unidade ou departamento e, se a tem, desconhecem-na, como bem enfatizam alguns docentes da Unesp e Unicamp, ao dizerem que são suas próprias iniciativas que geram a política das unidades e/ou departamentos.

De acordo com a pesquisadora, a política acadêmica das Instituições ainda está baseada no abstrato e a busca da concretização do artigo n.º 207 da Constituição Federal (indissociabilidade entre Ensino e Pesquisa) e o comprometimento da Extensão, como forma de compromisso social com a sociedade é um mero pano de fundo para encobrir as verdadeiras intenções dessa terceira função nas universidades.

Conclui assim a autora que há necessidade de um melhor entendimento da política acadêmica para a Extensão Universitária, de apoio financeiro e regimes de trabalho compatíveis com a dedicação dessa prática, bem como sua autonomia. Defende que é urgente repensar a aproximação entre as pró-reitorias, as assessorias, coordenações e comissões e a aproximação dessas instâncias administrativas com as unidades e/ou departamentos e desses últimos com os docentes, de modo a confirmar uma postura filosófica e política para o entendimento sobre o seu compromisso social e da relação Universidade - Sociedade interagindo e transformando-se, com a atividade de Extensão como um mecanismo de retroalimentação do Ensino e da Pesquisa. Acredita que somente com uma atuação nessa perspectiva é que será possível imprimir uma nova dimensão à Extensão.

Observa-se que a pesquisadora, apesar de constatar a ineficiência e/ou contradições das ações extensionistas nessas Instituições, acredita na Extensão como função imprescindível. Na ânsia de garantir a relação Universidade e Sociedade, da mesma forma que os pesquisadores apresentados anteriormente, deixa de questionar até que ponto tal atividade-fim, não está descaracterizando o Ensino e a Pesquisa. A questão crucial é a seguinte: por que a Universidade para se relacionar com a Sociedade precisa de uma função chamada Extensão? Universidade não significa Sociedade? Se se diz que a Universidade precisa ser estendida à Sociedade, logo se identifica a deficiência das funções do Ensino e da Pesquisa e, portanto, tais atividades é que precisam ser avaliadas e não ficarem sob a dependência de uma caracterizada “3ª função”.

Maria das Graças Medeiros Tavares, em sua tese de doutorado¹¹, objetivou analisar os desdobramentos de uma “nova política” da Extensão nas IES Públicas, evidenciada a partir do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão. Verifica que, em termos de discurso, principalmente, no final da década de 70 e durante os anos 80, a Extensão Universitária apresenta outra dimensão na política global da Instituição. Retirado o caráter de prestação de serviços assistencialista, passa a ser vista agora como indissociável ao Ensino e à Pesquisa e encarada como trabalho social que visa interferir no processo de transformação da

¹¹ TAVARES, M. G. M. *Extensão universitária: novo paradigma de universidade?*

Sociedade. Além disso, a Extensão se transforma em instrumento de democratização veiculador do saber produzido nessas Instituições às necessidades da maioria da população, que atua como redimensionadora do próprio conhecimento. A Extensão passa a articular a Pesquisa e o Ensino com as demandas e as necessidades de setores populares da sociedade, comprometendo e confrontando a comunidade acadêmica com a realidade. O Ensino se transforma em educação superior crítica e a Pesquisa é direcionada ao estudo dos grandes problemas sociais, utilizando metodologias que proporcionam a participação da população.

As principais definições do Fórum de caráter interno às IES foram:

- 1) a Pesquisa deveria ser vinculada à criação e à recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, na medida em que a questão política identificasse o que seria pesquisado e para que fins e interesses se buscariam novos conhecimentos;
- 2) o Ensino deveria buscar uma nova concepção de sala de aula, entendendo-a como todos os espaços dentro e fora da Universidade onde se realiza o processo histórico-social com as suas múltiplas determinações;
- 3) a Extensão se transformaria em prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de Ensino e Pesquisa, com as demandas da maioria da população;
- 4) o estágio curricular deveria estar integrado aos projetos decorrentes dos departamentos e à temática curricular, sendo obrigatório para todos os cursos, desde o primeiro semestre, e
- 5) a prestação de serviços não deveria ser assistencialista, mas assumida em plano institucional e inserida em uma proposta pedagógica global.

Constatado o discurso do Fórum Nacional, Tavares procurou analisar o pensamento predominante sobre a Extensão, as práticas desenvolvidas, as parcerias feitas com organizações e instituições da sociedade civil, a articulação

com programações do Estado, o relacionamento com o Ensino e a Pesquisa, segundo documento publicado pelo Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Educação Superior (MEC/SESu), em 1994, em que se apresenta o Perfil da Extensão Universitária no Brasil. A base de dados utilizada para realizar a análise circunscreveu-se aos resultados contidos nos 62 questionários elaborados e aplicados pelo MEC/SESu e trabalhados pelo Programa Interuniversitário de Pesquisa de Demandas Sociais (PRODEMAN) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, contendo especialmente opiniões das pró-reitorias das universidades públicas, federais e estaduais do país.

Para o aprofundamento de sua análise, recorreu a uma outra fonte de dados, ou seja, aos projetos elaborados pelas Universidades do país e enviados ao Comitê Assessor de Extensão do MEC, visando à obtenção de recursos financeiros para o ano de 1995. Buscou identificar, primeiramente, se constituíam uma proposta institucional globalizante que privilegiasse ações integradas com as administrações públicas, entidades da sociedade civil organizada e os movimentos sociais, e, em seguida, caracterizar de que forma se dá, ou não, a articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Tal elo reflete a característica do novo modelo de Universidade, em que a relação Ensino e Extensão supõe transformações substantivas no processo pedagógico e a relação Pesquisa e Extensão supõe a produção de conhecimento capaz de contribuir para a transformação da sociedade.

Ao analisar o documento Perfil da Extensão Universitária no Brasil, Tavares verificou que o pensamento predominante sobre Extensão Universitária, nas IES Públicas, caracteriza-a como uma função de articulação entre Universidade e Sociedade, ou ainda, permite a esta instituição cumprir com a sua missão social, através da prestação de serviços. No entanto, sente que a prática nas IES Públicas ainda não consegue ultrapassar as concepções dominantes sobre a Extensão universitária, apesar de se ter avançado na construção de um novo discurso, de novas diretrizes políticas para a Extensão, chegando-se à formulação de um novo paradigma de Universidade que diverge da concepção assistencialista. Mas, ao ser considerada responsável pela missão social da universidade, cai num idealismo exacerbado.

A análise do documento indicou-lhe que as prioridades das IES são o compromisso social e a realimentação do Ensino e da Pesquisa, ou seja, todas as regiões do país possuem o consenso de que, através do Ensino e da Pesquisa, voltados às necessidades e interesses da maioria da população, é que se dá a efetivação do compromisso social da Universidade com a Sociedade. Em sua avaliação esse discurso é rompido quando se observa que a forma pela qual se desenvolve a Extensão Universitária ainda é a da prestação de serviços, especificamente nas regiões nordeste e sudeste, em que a maioria dos projetos encaminhados para financiamento circunscreve-se a treinamento na área de recursos humanos e ao atendimento assistencialista na área de educação e saúde.

Apresenta a autora um dado bastante interessante de que a Prestação de Serviços à empresa ocupa, na região sudeste, 25% de indicações e na região norte, 14,3%, sendo que a única região a registrar parcerias com sindicatos, na ordem de 10%, foi a sudeste, confirmando, dessa maneira, a existência de uma interrelação entre a universidade, o setor produtivo e organismos de representação dos trabalhadores, diferentemente do restante do país. Mesmo assim, denota-se uma insuficiência de ações de Extensão existentes nas IES Públicas, uma total desarticulação entre o pretendido e o efetivado e falta de compromisso por parte das Universidades para o desenvolvimento da democratização do conhecimento produzido. A direção das ações desenvolvidas pela Extensão Universitária é diferenciada nas regiões do Brasil e resulta do nível de organização política de cada um para influenciar a Universidade quanto à escolha do que e para que Ensinar e Pesquisar.

Para justificar a insuficiência das ações da Extensão Universitária, ainda presente na maioria das Universidades Brasileiras, a principal dificuldade apontada pelas IES foi a limitação de recursos financeiros. Não se pode deixar mencionar que o Programa de Fomento à Extensão Universitária foi criado em 1993, ano em que os questionários foram respondidos, não havendo, até então, uma prática de financiamento pelo Governo federal para as ações de Extensão.

Outro aspecto limitante que Tavares analisa a partir dos questionários e que se contrapõe ao discurso das IES, com relação a uma das dimensões indicadas como primeira prioridade - a realimentação do Ensino e da Pesquisa - é a

desvinculação das atividades de Extensão com a estrutura curricular dos cursos ministrados. Considera esse aspecto preocupante porque se refere ao que existe de essencial na *nova política* de Extensão defendida pelo Fórum Nacional e assumida pelas IES Públicas, que é a Extensão como processo que articula o Ensino e a Pesquisa.

O que chama ainda mais a atenção de Tavares na análise dos dados apresentados é a comprovação da falta de interesse da comunidade interna em participar das atividades de Extensão, a baixa prioridade dada a essa atividade nas Universidades e a indisponibilidade de docentes para a realização da Extensão, com destaque para as regiões nordeste e centro-oeste (esta última é a que mais sente o problema da indisponibilidade de docentes).

Enfatiza que os resultados apontam para uma realidade contraditória, dentro das Universidades, no que se refere ao discurso assumido pelas Pró-Reitorias de Extensão, comparando com a prática desenvolvida pelos professores, alunos e funcionários dessas instituições no tocante às atividades de Extensão. Apesar de hegemônica, a política traçada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão parece-lhe que não consegue avançar por essas novas diretrizes, de forma a se estabelecer um redimensionamento das atividades de Extensão até então existentes. Concorde que essa dificuldade é compreensível dentro de um processo de construção de uma nova hegemonia, em que a correlação de forças continua desigual. A principal forma de operacionalização das ações de Extensão são projetos isolados, quando se sabe que, na política traçada pelo Fórum, essas ações devem ser desenvolvidas através de programas globais que possuam um caráter orgânico - institucional e que sejam voltadas a um objetivo comum. Além disso, a maioria das atividades apresenta a duração de 7 a 30 dias, sinalizando para uma concentração de iniciativas do tipo cursos, fóruns, congressos, seminários, ou seja, prestação de serviços etc., caracterizando uma Extensão marcada por ações pontuais, sem continuidade, em que não existe autonomia universitária para internamente e, junto à sociedade organizada, se definir as prioridades a serem alcançadas.

Apresenta a autora outro dado interessante ao destacar que os docentes (apesar da minoria), atualmente, constituem o segmento universitário mais

envolvido com as atividades de Extensão, alcançando um percentual de 84,2%, quando comparado com os discentes, 13,8%; o servidor técnico, 1,8% e o servidor administrativo, 1,8%. Isso demonstra uma inversão da situação existente no regime militar, quando os alunos eram majoritários.

Por outro lado, a clientela atendida pelas ações de Extensão está concentrada no próprio setor universitário, composta por estudantes, que passam de agentes para público - alvo da Extensão. Numa segunda escala de atendimento estão os próprios professores universitários, profissionais de nível superior e funcionários técnico-administrativos universitários, perfazendo um percentual de 45,7% do total. É a chamada "Extensão para dentro", já detectada como problema pelo Fórum Nacional que parece se desenvolver de forma assistencialista, como prestação de serviços ou simplesmente para responder ao preenchimento de lacunas nos planos departamentais dos docentes e na carga horária dos alunos.

Constata Tavares que a predominância de eventos de curta duração das ações de Extensão Universitária, que não se vinculam a um programa institucional mais amplo, acaba por priorizar estudantes, docentes e professores de 1º e 2º graus, como clientela - alvo de seminários, cursos, palestras e relegam a um segundo plano, grupos comunitários e trabalhadores rurais que, teoricamente, necessitam de ações mais duradouras e voltadas às suas necessidades concretas que, muitas vezes, não são objetos de estudo nas Universidades. Levanta, então, a autora a seguinte questão: então para que serve a produção científica sem uma utilização concreta de seus resultados, principalmente quando a proposta política é fortalecer um paradigma de Universidade cuja produção de conhecimentos esteja em consonância com os anseios e necessidades da maioria da população?

Diante disso, fica com uma resposta negativa ao comprovar, mais uma vez, a existência de contradições entre o discurso elaborado sobre Extensão Universitária e a prática desenvolvida nas IES. Ao analisar os projetos de Extensão enviados pelas IES, no ano de 1994, ao Comitê Assessor, para avaliação e posterior aprovação pela Comissão de Extensão, formada pelos coordenadores nacional e regionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das IES Públicas, pelo Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior da SESu e pelo Chefe da Divisão de Extensão e Graduação – DIEG, para destinação de recursos financeiros

para execução dos projetos no ano de 1995, novamente o destaque foi para a prestação de serviços. Apesar de negada, esta constitui, ainda hoje, a forma mais comum de atividades de Extensão que se materializa através de cursos, consultorias, eventos e palestras, dificultando a vinculação processual - orgânica da Extensão com a estrutura curricular dos cursos ministrados e com a pesquisa realizada nas Universidades.

Tavares considera que, a partir de 1993, a institucionalização da Extensão Universitária foi reforçada com a criação do programa de Extensão-PROEXTE, que viria a se constituir na forma de apoio institucional - financeiro do MEC e abrangeria Bolsas de Extensão, Apoio a Produção de Informação e a Divulgação das Atividades de Extensão e Apoio a Projetos Institucionais de Extensão e também a SESu (Secretaria de Educação Superior – MEC), o PROEXTE e o Fórum Nacional conseguiram articular e sedimentar uma política de Extensão com propostas concretas cujas características se voltam para a priorização de ações integradas com as administrações públicas e com entidades da sociedade civil.

Mediante análise dos fatos ocorridos durante o período pesquisado (1987 a 1996), acredita poder afirmar, ainda, que o novo paradigma de Universidade aponta, também, para uma Universidade cidadã, concretização que dependerá de uma efetiva articulação com instituições e organizações da sociedade civil e política, igualmente comprometidos com a transformação do atual quadro de exclusão social. Além disso, o próprio repensar sobre as relações que se estabelecem internamente nas IES estimula processos que visam à eliminação das distorções existentes tanto no Ensino como na Pesquisa, redimensionando a atuação junto ao sistema de Ensino Público, que constitui uma das diretrizes prioritárias dentro do novo projeto político de Universidade Pública.

Entretanto, julga extremamente problemático que na atualidade exista ainda, por parte do governo, uma tentativa de recriar projetos que, historicamente, se vinculam às concepções já ultrapassadas de Extensão Universitária, marcada por eventos, descontextualizados da exigência curricular acadêmica, assistencialistas, sem relação direta com os interesses e com as necessidades das comunidades atendidas. Estas sequer foram ouvidas, as prefeituras das cidades

não foram chamadas para o desenvolvimento das ações. Nega, assim, o governo, toda a política articulada pelo Fórum Nacional de Pró - Reitores de Extensão. Nesse sentido, cita como um grande exemplo o “Projeto Universidade Solidária”, em que a concepção de Extensão veiculada é a de que a Universidade, detentora do saber, transmite um conhecimento escolhido por organismos externos para uma comunidade dita carente - um conhecimento que foi definido como de divulgação necessária e que se reveste de um caráter de favor, de prestação de serviços e que, portanto, não pode ser questionado por aqueles que se colocam como seus beneficiários.

Diante da adesão ao projeto por 22 IES públicas federais, 11 estaduais e municipais, 18 comunitárias e 10 particulares, muitas delas pertencentes ao Fórum Nacional, mostra a autora sua indignação pelo fato de que ao aceitarem participar deste trabalho, sem grandes questionamentos, demonstraram a subserviência ainda presente dos dirigentes das IES públicas aos interesses governamentais, adotando, assim, uma postura equivocada quanto à política de intervenção da Universidade nas regiões carentes, confundindo a práxis transformadora (ação - reflexão - ação), que necessita de ações mais permanentes, organicamente vinculadas tanto à academia como ao público ao qual se destinam, com a ocupação de espaços sem critérios e sem maiores comprometimentos.

Aponta que o delineamento político do governo atual para financiamento de ações de Extensão Universitária se volta para uma tentativa de diminuição da área de atuação das Universidades com relação à forma de intervenção na realidade. Ao obter recursos para desenvolver suas atividades de Extensão, as Universidades voltam a ser meras executoras de ações propostas por agentes externos, submetendo-se às diretrizes traçadas pelo Governo que, praticamente, priorizam a prestação de serviço através do oferecimento de cursos para capacitar recursos humanos.

A autora critica que as finalidades da Educação Superior, contidas no Parecer n.º 72/96 (Senado Federal, 1996, art.º 41 - IV, VI, VII, p.14), o qual incorpora as diretrizes do governo para a educação brasileira, não deixam clara a concepção sobre Extensão Universitária que tanto pode estar vinculada ao Ensino como transmissão - quando trata de “divulgação de conhecimentos culturais,

científicos e técnicos (...) e comunicar o saber" -, como à prestação de serviços - quando se refere a "prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade", ou ainda, com a educação continuada - quando trata da "Extensão Cultural". Entretanto, é visível a vinculação da Extensão Universitária à sua tradicional forma de cursos "abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de Ensino" (art.º 42 - IV, p. 16) e "como forma de financiamento público às escolas privadas ao possibilitar apoio financeiro sob modo de bolsas de estudo" (art.º 79 & 2º, p. 25).

A autora sente toda a problemática e concretamente vê-se limitada a ter que concluir que nos anos 80 e, mais especificamente, na segunda metade, pró-reitores de Extensão, somente em "discurso", possibilitaram a construção de um paradigma de Universidade em que a Extensão Universitária deixaria de ser mais uma função desarticulada do projeto acadêmico global desenvolvido nas IES públicas para se transformar em instrumento de autonomia e democratização dessa mesma Universidade. Por fim, resta-lhe os dizeres de que:

(...) se o momento presente parece não apontar para o fortalecimento desse paradigma de universidade a solução, segundo Gramsci, é lutar quotidianamente pela conquista de espaços e posições envolvendo cada vez mais toda a comunidade acadêmica e os organismos da sociedade civil comprometidos com a transformação social, para que continue a existir um intenso trabalho de crítica, de penetração cultural e de difusão de idéias a serviço da maioria da população.¹²

Tavares, como a maioria dos pesquisadores aqui apresentados, não conseguiu compreender que a Extensão Universitária por si só não garantirá essa articulação entre o Ensino e a Pesquisa, enquanto não se reavaliar essas duas funções no âmbito da relação Universidade e Sociedade. Criticam os discursos, as políticas, as práticas de Extensão etc., mas acabam defendendo-a como uma função indispensável à Universidade. Fortalecem, assim, a manutenção do "*status quo*" da Universidade, ao caírem na armadilha que encobrem os "reais" problemas no que se refere às relações entre Universidade e Sociedade, ou seja, a desarticulação entre o Ensino, a Pesquisa, a formação de profissionais, de

¹² Idem, p. 196.

pesquisadores e Sociedade. Deixam ainda de considerar que, ao valorizarem a Extensão, podem estar invertendo os papéis e redimindo o Ensino e a Pesquisa de uma séria avaliação das funções docentes, ou até mesmo, descaracterizando-as. Tais colocações possibilitam o seguinte questionamento: por que a Extensão é imprescindível? Significa que sem esta função a Universidade não chega à Sociedade com o Ensino e a Pesquisa?

Enfim, ao dimensionarem a Extensão como responsável por articular o Ensino e a Pesquisa na sociedade, evidenciam a ausência de identidade da Universidade Brasileira, no que diz respeito à sua função social. Isto constituirá o ponto de reflexão do próximo tópico.

3.2. A EXTENSÃO NA RELAÇÃO ENSINO E PESQUISA: UMA DEFINIÇÃO QUE EVIDENCIA A AUSÊNCIA DE IDENTIDADE DA UNIVERSIDADE

O principal objetivo do presente tópico é mostrar o quanto intelectuais acadêmicos defendem a Extensão Universitária como redentora dos problemas acadêmicos da Universidade. Observa-se que, em nenhum momento, questiona-se se a Extensão Universitária, da forma como vem sendo conceituada, não estaria perpetuando uma inversão de valores atribuídos a essa função pelo Fórum de Pró-Reitores. Constatamos, também, que sem a Extensão, o Ensino e a Pesquisa se anulam, ou melhor, tais funções ficam na dependência dessa 3ª função??

Olindo Antônio Toaldo¹³ defende que, através das atividades de Extensão, a Universidade sairia das suas instalações formais ou de seu campus para ir ao encontro de seu meio circundante, ampliando assim sua área de penetração, aumentando sua clientela e envolvendo a comunidade com seus organismos e sua população.

Segundo o autor em referência, a Extensão realiza como que um movimento de ida e volta. Através dessa interação - dá e recebe - leva ou estende suas atividades de Ensino e os resultados de suas Pesquisas, oferecendo-as a essa nova clientela, trazendo, em retorno, subsídios, informações, dados novos e novas motivações ou projetos que irão alimentar seu programa de Pesquisa e renovar, dinamizar, revitalizar e enriquecer o conteúdo do seu Ensino. Defende que o principal papel da Extensão Universitária está na sua capacidade de alimentar o Ensino e a Pesquisa que, sem dúvida, são as duas funções essenciais de qualquer Universidade.

Diante dessa posição, coloca-se a questão: por que o Ensino e a Pesquisa precisam da Extensão para que as suas funções sejam desempenhadas? Para a Universidade não se tornar (se já não é) "isolada" e "inoperante"? De acordo com o autor, a Extensão é o veículo através do qual a Instituição de Ensino se relaciona com o seu Distrito geo-educacional e exerce nele o seu papel de liderança no processo de desenvolvimento, mantendo atuantes e atualizadas suas funções de

¹³ TOALDO, O. A. *A Extensão universitária: a dimensão humana na Universidade*.

Ensino e Pesquisa, evitando, por via de consequência, tornar-se uma entidade isolada e inoperante.

Paulo Freire¹⁴, no seu livro *Extensão ou Comunicação?*, critica as universidades que preparam os alunos que trabalharão com a comunidade rural, uma vez que levam ou estendem seus conhecimentos, muitas vezes fundamentados, somente na teoria e impondo a forma de pensar dos camponeses, negando suas histórias de vida, a cultura popular. Para o autor fica estabelecido que o papel da:

Extensão - transmissão ... sujeito ativo (o que estende) ... conteúdo (que é escolhido por quem estende) ... recipiente (do conteúdo) ... entrega (de algo que é levado por aqueles que se encontram 'além do muro', 'fora do muro'. Daí que se fale em atividades extra muros) ... messianismo (por parte de quem estende) ... superioridade (do conteúdo de quem entrega) ... inferioridade (dos que recebem) ... mecanismo (na ação de quem estende). - invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam que se supõem à daqueles que passivamente recebem).¹⁵

Acredita Freire que a ação da Extensão se dá no domínio do humano e não do natural, o que equivale dizer que a Extensão de conhecimentos e de técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão.

Também de acordo com Roberto Mauro Gurgel¹⁶, a Extensão Universitária, em uma dimensão de mudança social na direção de uma sociedade mais justa e igualitária, tem de ser, obrigatoriamente, uma função de comunicação da universidade com o seu meio, o que possibilitará, assim, a sua realimentação face à problemática da sociedade, propiciando uma reflexão crítica e revisão permanente de suas funções de Ensino e Pesquisa (...); deve representar igualmente um serviço às populações, com as quais os segmentos mais conscientes da universidade estabelecem uma relação de troca ou confronto de saberes.

¹⁴ FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?*

¹⁵ Idem, p. 22.

¹⁶ GURGEL, R. M. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação?*

José Fagundes¹⁷ acredita que a Extensão pode desempenhar papel análogo ao da política social, quando pensada como uma forma de acobertar as desigualdades sociais, para assegurar a estabilidade do sistema. Entretanto, pode também apresentar virtualidades capazes de inverter os objetivos para os quais foi instituída. Para ele, embora toda a política predominante imponha uma perspectiva “conservadora e domesticadora de Extensão universitária, esta é considerada um espaço contraditório onde se pode gestar um novo projeto de universidade articulado com o processo de transformação social”.¹⁸ Considera, ainda, que a função verdadeira da Extensão é fazer com que a universidade assuma uma nova postura e reoriente o Ensino e Pesquisa, socializando os seus benefícios, razão por que a Extensão deve negar-se como função perene e inerente à universidade. Enquanto persistir nesse caminho ela se vê impedida de vislumbrar uma nova universidade.

Dermeval Saviani¹⁹ entende que a sociedade deve colocar os problemas e o contato com os seus problemas efetivos permitirá à universidade transformar os objetivos de suas Pesquisas em algo relevante para a sociedade e adequar o Ensino às necessidades dessa sociedade.

Silvino Santin²⁰ considera que a Extensão, de imediato, revela uma preocupação de unir ou aproximar duas realidades separadas: a universidade e a sociedade. Surge como um novo elemento do Ensino Superior, algo indefinido, que passa a ser considerado como um mecanismo de “assistencialismo”.

No entendimento de Carlos Alberto Freire Resende²¹, a Extensão pode ser conceituada, em termos gerais, como um processo pedagógico de ação sobre dada realidade, de reciprocidade e participação crítica dos sujeitos da ação, capaz de modificar ou transformar essa realidade, inclusive o comportamento dos atores envolvidos no processo.

¹⁷ FAGUNDES, J. *A função social da universidade medida pela Extensão*.

¹⁸ Idem, p. 44.

¹⁹ SAVIANI, D. *Ensino público e algumas falas sobre universidade*.

²⁰ SANTIN, S. *Pelos caminhos do pensamento crítico; universidade e sociedade*.

²¹ RESENDE, C. A. F. *Mudança organizacional – análise de um programa de Extensão universitária*.

Bruno Pucci²² apresenta uma perspectiva positiva da Extensão, considerando que, embora tenha demorado mais tempo para ganhar espaço entre as funções nobres da academia, chegou a tempo para enfatizar o compromisso social da universidade com a comunidade em que se insere. Acredita, ainda, que na medida em que a comunidade acadêmica começar a deixar os seus muros e se abrir para o mundo maior das necessidades humanas e sociais, a Extensão, assumida de forma crítica e construtiva, começará a se fazer presente como um chamamento, como um convite insistente para o real. Ela apresenta e aponta o sinal de contradição no interior da academia e só se constitui e se recria na articulação de suas atividades, com as funções do Ensino e da Pesquisa.

Também para Zilá Nepomuceno²³, a Universidade deve investir na sua terceira função, pois poderia ser mediante esta que o Ensino se tornaria mais participante, real, efetivo e rico. Fechada dentro de seus muros, isolada dos problemas enfrentados pela sua comunidade, a Universidade acaba por formar exclusivamente mão-de-obra desqualificada para o mercado de trabalho.

Tais idéias favoráveis à Extensão Universitária são sistematizadas e fortalecidas com a publicação do Caderno de Extensão Universitária²⁴, pelo Fórum de Pró - Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Nesse Caderno são apresentados quatro artigos, sendo: "Extensão: Função Vital" de Arnon A. M. de Andrade; "Impacto da Atividade de Extensão na Universidade" de Ana Mariza Ribeiro Filipouski; "Universidade - Empresa: Razões e Ilusões da Parceria" de Marco Antônio Tourinho Furtado e "Estágios Numa Perspectiva Investigadora: Ensaando Uma Resposta" de João de Deus dos Santos.

Arnon A. M. de Andrade - Pró-Reitor de Extensão da UFRN e coordenador da Regional Nordeste do Fórum de Pró-Reitores de Extensão - considera que as atividades de Extensão são o elo entre a Universidade e a Sociedade, ou ainda, atua como mão dupla de ligação, a razão de sua existência. É através das atividades de Extensão que a Universidade se situa historicamente, que dá a seu aluno a dimensão política de sua formação. Se, como Instituição, a

²² PUCCI, B. *A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão*.

²³ NEPOMUCENO, Z., *op. cit.*.

²⁴ **Cadernos de Extensão Universitária**. São Carlos – UFSCar – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas.

Universidade transcende a sociedade e exerce um papel crítico decorrente de sua natureza inquiridora, é através da Extensão que ela guarda a sua imanência na Sociedade, valida suas construções teóricas, recupera a referência do mercado e objetiva sua historicidade. Dessa forma, é preciso manter um fluxo permanente de informação em direção à sociedade organizada, empresas, instituições públicas e, em sentido contrário, manter a Universidade permanentemente informada sobre as expectativas, anseios, carências e necessidades.

Afirma ainda o autor que nenhuma Universidade deixa de fazer Extensão. Uma a fazem conscientemente e, portanto, prestigiam os seus extensionistas, buscam o envolvimento planejado dos alunos e formam sua competência política, devolvem, para a sanção do consumo, o conhecimento produzido e recebem parte do desenvolvimento econômico que induzem, comunicam-se com outras instituições e renovam seus temas, seus métodos e seus produtos. Outras a consideram uma atividade menor e dificultam sua ação, encerram seus alunos nas salas de aula e formam profissionais alienados, escondem os serviços que prestam e se ressentem da ignorância e da indiferença da população a seu respeito.

Segundo o autor, a Extensão deve se impor, não como forma de financiamento das Universidades, como substituto do Estado na área social ou como instrumento paternalista de manutenção do *"status quo"*, mas como uma mudança de rumo, como construção de uma nova política educacional para o Ensino Superior no Brasil. Esta redefinição deverá conduzir as comunidades acadêmicas para mudanças radicais de organização, criando novas estruturas, baseadas na institucionalização de grupos interdisciplinares capazes de abordar a realidade de um modo novo, de produzir um novo conhecimento e de formar um novo homem.

Em sua conclusão, diz que hoje pode ser constatada a capacidade de projetos de Extensão em modificar currículos, inovar a prática pedagógica, buscar temas para novas Pesquisas, formar politicamente os alunos, despertar a comunidade universitária para uma nova maneira de ver o mundo e a sociedade que a rodeia. Enfim, acredita ser preciso tornar a Extensão contínua, sistemática, avaliada e institucionalizada como uma prática corrente dentro da Universidade.

De acordo com Ana Mariza Ribeiro Filipouski - Professora da UFRGS - a Extensão Universitária, além de instrumentalizar a relação entre a teoria e a prática, possibilita emergir a produção de um novo tipo de conhecimento, síntese dos saberes acadêmico e popular. A Extensão mostra-se muito mais que um veículo de difusão do conhecimento produzido pela Universidade, mas sobretudo um fator de interação social. É neste caminho da relação Universidade e Sociedade que o Programa UNIAÇÃO - Projeto Trabalhadores Rurais - vem sendo desenvolvido pela UFRGS desde 1993, junto ao grupo de trabalhadores sem terra, em acampamentos e assentamentos.

Para a autora é dessa forma que se estabelece um processo vivo e a Universidade se engaja numa ação social efetiva e cidadã que, entre outros efeitos, flexibiliza a rígida distinção bipolar entre Pesquisa pura e aplicada. E, ainda, a vivência multidisciplinar pelo contato direto com a realidade dá um novo significado ao conceito de cidadania aos que dela participam, amplia os muros da Universidade e, pelo exercício do compromisso social, flexibiliza os seus papéis.

Marco Antônio Tourinho Furtado - professor da UFOP – discute o papel da Extensão Universitária na sua relação com a Empresa. Salaria que a primeira razão que visualiza para a interação entre Universidade e Empresa é que a universidade, dentro de seus próprios objetivos, produz profissionais, novos conhecimentos e os dissemina, e isso interfere nas organizações. Portanto, a universidade não pode desconhecer o que se passa nas empresas. Nelas, os profissionais, formados pela universidade, estão sendo recebidos e desempenham suas funções. A interação, nesse campo, é “feed-back” obrigatório para a avaliação da própria formação das gerações e para a introdução de mudanças nos cursos, visando à atualização e melhor inserção do profissional no universo social e no trabalho.

Por outro lado, considera o autor interessante, também, a interação que ocorre através de cursos que são gerados a partir de apoio empresarial e o desejo de empresas em formação de pessoal, para atendimento às necessidades específicas de determinados segmentos de empresas, que têm levado à criação de novos cursos de graduação e pós-graduação no país. Iniciativas como as da VARIG, apoiando cursos de graduação para formação de mão de obra de nível

superior para empresas aéreas, da PETROBRÁS, em vários campos da geologia e do petróleo, da RBS, para a formação de técnicos e profissionais de televisão na universidade, indicam que a cooperação é necessária. Ao agirem dessa forma as empresas desobrigam-se de formar pessoal para si, transferem conhecimentos das empresas às universidades, cedendo parte de pessoal docente e reduzindo seus custos de formação. Ao mesmo tempo, possibilitam a ampliação e modernizam o campo de formação profissional abrangido por universidades.

De acordo com o autor, as universidades, ao assumirem esses cursos, desempenham o papel de consolidação e disseminação de conhecimentos em determinadas áreas que não se originaram entre seus muros, mas sim no universo empresarial. Essa consolidação se torna importante para a própria institucionalização das áreas do conhecimento técnico-científico e profissional que se abrem à sociedade e à comunidade acadêmica. Entende, ainda, que a universidade precisa do universo empresarial/organizacional para disseminar, entre seus diferentes corpos, os conhecimentos e tecnologias desenvolvidos por empresas. Novos equipamentos e técnicas surgem nas empresas; conhecer e dominar essas técnicas e equipamentos é imposição da realidade. Nesse caso, é a universidade que precisa da cooperação e disposição das empresas para disseminar conhecimentos. A cooperação compartilhada por diferentes parceiros como empresas, universidades e governos pode viabilizar estudos e laboratórios que exigem grande montante de recursos.

Um problema considerado pelo autor é o fato de que quando buscam produzir novos conhecimentos, as empresas o fazem motivadas por desejo de lucro, de antecipação à concorrência, domínio de mercado etc. e é evidente que essa não pode ser a motivação da Universidade. Sua busca é a produção de novos conhecimentos para obtenção de temas e resultados de teses, prestígio na comunidade, recursos para melhores laboratórios, complementação salarial de pesquisadores e bolsa para pós - graduandos, com o objetivo de atender à necessidade social e humana de maior conhecimento sobre diferentes assuntos ou até mesmo por simples curiosidade intelectual, sem aparente objetivo prático - instrumental. A transformação da Universidade em simples balcão de prestação de serviços às empresas não conduz a resultados de melhoria acadêmica.

Aborda também o autor que o quadro de falta de regulamentação da interação e prestação de serviços às empresas por parte da comunidade universitária, muito comum no país, como é o caso da UFOP, tem favorecido a informalidade desse tipo de interação, bem como a realização de trabalhos com recursos da universidade, sem nenhum conhecimento de instâncias das instituições. Muitas vezes isso tem dado origem a conflitos, como o que o autor conta em seu trabalho de doutoramento sobre incubadoras, em que um serviço encomendado informalmente por uma empresa não foi pago, o que gerou restrições por parte de um laboratório de Universidade a novos trabalhos com empresas incubadas.

O autor finaliza o artigo deixando claro a sua convicção da necessidade e até obrigatoriedade da parceria Universidade – Empresa, para o desenvolvimento tecnológico do país e para toda a sociedade. Entende que é preciso superar os desafios da manutenção, das identidades e missões específicas de cada instituição, ou seja, necessita-se de uma organização institucional que preserve as características fundamentais das universidades até aqui. E isso não pode ser feito com ilusões enganosas a respeito da interação universidade - empresa. Precisa-se de uma paciente e demorada construção de parceria.

João de Deus dos Santos, professor de Prática de Ensino no Curso de Pedagogia da UNEMAT, realizou um trabalho em equipe com os demais Supervisores de Estágios, com o objetivo de contribuir para a discussão de um projeto que, apoiado em sólidos pressupostos, oferecesse suporte e garantisse unicidade ao desenvolvimento da prática didático – pedagógica daquela instituição.

Considera ele que a ação de coordenação do Estágio deve ser desenvolvida de forma a garantir que esta seja uma atividade conjunta entre universidade e escola, garantindo-se a participação da escola em todas as etapas - planejamento, execução e avaliação. E, para que se efetive a participação da Escola e a co - responsabilidade, deve se ir além dos atos e correspondências formais e buscar-se, efetivamente, no diálogo entre Departamento (chefia, professores e estagiários) e Escolas (direção, equipe técnica e docentes), a criação do espaço para ação/reflexão conjunta, a partir da relevância do que é comum a ambos: a busca da efetivação de uma prática educativa que garanta a formação de pessoas capazes de pensar/agir com relativa segurança numa realidade que é

dinâmica, mutável, construída e reconstruída pelos próprios homens, no processo histórico.

A Extensão Universitária quando conceituada por esses professores universitários na relação Ensino e Pesquisa, evidencia intelectuais que assumem culpas pela Universidade não responder ao seu compromisso social. Assim, compensam o Ensino e a Pesquisa, substituindo-os pela Extensão. O próprio estágio curricular que deveria ter uma característica eminentemente de Ensino, passa a ter uma dimensão de Extensão.

Constata-se uma certa incoerência entre os conceitos formulados a respeito da Extensão. O que se verifica é uma ausência de identidade universitária. Discursos oficiais e até mesmo o discurso cotidiano entre professores e alunos colocam o problema da relação Universidade – Sociedade no âmbito da Extensão Universitária. Acredita-se que a Pesquisa, tanto quanto a Extensão, podem estabelecer a relação entre a Sociedade e a Universidade. Da mesma forma, o Ensino Superior pode construir essa relação independentemente das chamadas atividades de Extensão. Diante disso, Botomé²⁵ interroga: será que isso não pode ser feito? Cabe, então, à Extensão Universitária esse papel que o Ensino e a Pesquisa Universitária, sem ela, não conseguem realizar? Qual é enfim o papel da Extensão Universitária naquilo que foi convencionado chamar de compromisso social da Universidade?

A partir do momento em que se tem questionamentos de tal natureza, elaborados por um intelectual, ex - Pró-Reitor da Universidade Federal de São Carlos, pode-se pensar que a Universidade não tem sido clara em determinar a função da Extensão. Talvez a resposta a tais indagações do autor em referência signifique romper com o mito da Extensão Universitária como o responsável pela garantia das transformações sociais, ou seja, da própria Universidade nessa missão. O próprio intelectual acadêmico não tem uma avaliação/posição hegemônica e dificilmente consegue demonstrar, de modo efetivo, para a sociedade como um todo, numa linguagem de comunicação compreensível, quanto e quais mudanças são geradas pelas suas ações docentes e responder para esta mesma

²⁵ BOTOMÉ, S. *op. cit.*

sociedade às questões: O que é ciência? O que é ensino? O que é pesquisar? Quais transformações sociais a Universidade têm propiciado? Até que ponto a Universidade têm sido pública?

Parece que as reflexões “críticas” sobre a função Extensão Universitária, especialmente elaboradas na transição da década de 80 para a de 90, não respondem tais questionamentos. A tônica pauta-se na relação Universidade e Sociedade e nada mais. É, também, nesse contexto histórico que a Educação Física no Ensino Superior quer discutir – definir qual o seu papel efetivo na sociedade. Assim, no próximo tópico, buscar-se-ão compreender as interferências de tais pensamentos apresentados aqui, num campo específico e propício em que se dão as práticas de atividades físicas junto à comunidade – a Educação Física.

3.3. CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Analisar a Extensão Universitária na área de Educação Física, especificamente no que se refere a sua concepção é extremamente difícil, uma vez que há poucas publicações de textos, artigos e não foram localizadas pesquisas de mestrado e doutorado voltadas para a temática em questão.

O livro intitulado *Educação Física e Esportes na Universidade* (1988), organizado por Solange de Cássia Elias Passos²⁶, entre os temas abordados por um grupo de intelectuais acadêmicos, traz uma discussão sobre a Extensão Universitária em Educação Física. A partir dele, surge a possibilidade de se averiguar o pensar Extensão Universitária em Educação Física e até que ponto os professores universitários reproduzem as concepções verificadas nos tópicos anteriores.

Os intelectuais convidados para abordarem esta problemática foram: Silvino Santin: *Universidade, comunidade e tempo livre (aspectos filosóficos e antropológicos)*; Micheli Ortega Escobar, Roberto Burkhardt e Celi Nilza Zülke Taffarel: *Extensão da educação física/esporte: realidade e necessidades*; Kátia Brandão Cavalcanti: *Lazer e atividade física comunitária: uma perspectiva de autogestão social*; Lamartine Pereira da Costa: *Atividades físicas de lazer para a comunidade: um marco teórico para uso da universidade* e Lénea Gáelzer: *A educação física em projetos de extensão universitária*.

Para o filósofo Santin, a Extensão deve ser compreendida em relação ao Ensino e à Pesquisa. Ele parte da premissa de que cabe ao Ensino, através da transmissão de um conjunto de conhecimentos e de técnicas, produzir os trabalhadores que vão sustentar e acionar os mecanismos do sistema produtivo; à Pesquisa cabe fazer avançar os conhecimentos e aperfeiçoar as técnicas para garantir novas máquinas e novos produtos, ao mesmo tempo que “realimenta” o

²⁶ PASSOS, S. C. E. (organizadora). *Educação física e esporte na universidade*, pp. 279-378.

Este livro foi publicado num momento histórico (década de 80) em que os intelectuais de Educação Física, não mais satisfeitos com a concepção tradicional “tecnicista”, buscavam definir a identidade da área, o seu objeto de estudo e o status acadêmico – científico do professor universitário.

Ensino para formar novos e atualizados trabalhadores. Assim, a Extensão tem o encargo de ocupar-se com o espaço do cidadão que não está direta ou indiretamente vinculado com o Ensino e a Pesquisa, ou mais simplesmente, com a influência da Universidade, no seu papel de mantenedora dos valores culturais.

O autor acredita na Extensão como uma “tentativa” de aproximação com a comunidade, ou seja, tomando-se por base a Extensão, como um “esforço” de “reaproximação” da Universidade com a Sociedade, estarão garantidas as possibilidades de atuação no tempo livre, no lazer ou na recreação das pessoas. Justifica ele que os grandes avanços científicos e tecnológicos contribuíram para o distanciamento da Universidade em relação às situações dos indivíduos e das comunidades. Assim, a Extensão poderia ser essa ponte que tenta “reaproximá-las”. Citando Hilton Japiassu, Santin enfatiza que a Universidade precisa ser entendida como um lugar de comunidade e de comunicação.

A preocupação do autor volta-se para o entendimento de que as atividades de Extensão, junto ao tempo livre dos indivíduos, podem ser inspiradas em diferentes filosofias, ideologias ou em estratégias políticas. Assim, convida o leitor para observar duas alternativas opostas:

- a primeira alternativa, num primeiro momento, segue o paradigma científico e tecnológico. O tempo livre seria sinônimo de um espaço liberado das ocupações produtivas, ou seja, um momento livre das preocupações relativas às necessidades de sobrevivência. A Extensão interviria com atividades programadas, simplesmente com o objetivo de superar os indivíduos dos desgastes, tanto físico quanto psíquico, sofridos nas horas de trabalho. Assim, o trabalhador, refeito e reequilibrado, retorna ao trabalho mais ajustado, o que equivale dizer, mais produtivo. Num segundo momento, a Extensão estaria voltada para todos aqueles que estão fora do sistema produtivo. O principal objetivo seria manter tais indivíduos ocupados com atividades capazes de garantir a ordem social já estabelecida e, conseqüentemente, evitar possíveis atitudes que venham prejudicar o ritmo da produção ou do trabalho.

- a segunda alternativa, defendida pelo autor, é inspirada na imagem de uma Universidade crítica e transformadora. A Extensão terá que respeitar o tempo livre, isto é, um tempo que está inteiramente sob o controle de cada pessoa,

sem compromisso de ter que fazer alguma coisa. Portanto, em nenhum momento, as atividades de Extensão poderão guiar-se por objetivos de intervenção ou de preenchimento, uma vez já estabelecidos. Diante do fato de que qualquer presença externa significa, de alguma maneira, um procedimento intervencionista, a cautela em ouvir e sentir os anseios, os valores e as aspirações do grupo ou de cada um é imprescindível.

Santin conclui seu texto afirmando que é preciso reinventar e reviver o tempo livre, que não existe, o que existe é o homem livre na vivência do tempo. Acredita que é a Universidade que precisa ajudar a recriar o tempo livre, pois, ser livre no tempo não significa fazer o que se quer, mas “existencializar” significados. De uma forma poética, escreve que tempo livre é tempo de emoções, sonhos, criação, arte e poesia, de brincar e de alegria. Assim, a prática da Extensão precisa deixar espaço para que a imaginação do homem crie paisagens e manifestações desvinculadas dos interesses do trabalho e do mercado.

O autor apresenta uma visão “romântica” da Extensão Universitária. Suas idéias não respondem especificamente como seria na área da Educação Física. Seria um espaço para sonhar, criar e brincar? Mas, qual seria o procedimento no cotidiano da atual Universidade em crise, nas relações entre professores, alunos, comunidade e práticas corporais? Qual é a concepção da Extensão Universitária em Educação Física? É a Extensão Universitária a salvadora da falácia do Ensino e da Pesquisa na Universidade ou, como ele próprio diz, a responsável pela “tentativa de reaproximação” com a sociedade!?

Escobar, com a colaboração de Burkhardt e Taffarel, acentua a relação ensino e pesquisa na extensão. Afirma que o professor de Educação Física tem a tarefa de resgatar para o interior da sua prática o compromisso social, atuando, no contexto de uma pedagogia social crítica, tendo os componentes Ensino e Pesquisa orientados e “realimentados” pela Extensão no seu constante convívio e interação com a comunidade.

Essa concepção de Educação Física, na opinião da autora, aparece em oposição à que se concretiza especialmente nas Instituições de formação de professores de Educação Física (no ensino superior e básico), em que corpos de

conhecimentos técnicos, táticos e de caráter ginástico - desportivo - recreativo, são desenvolvidos de formas estanques e estáticas. O autor critica a forma como as questões de forte caráter sócio - político, como o lazer, o tempo livre e a recreação nesta sociedade são analisadas com tratamento superficial e ingênuo pelos professores de Educação Física. Nesse sentido, coloca que deve ser uma exigência ética a revisão do referencial teórico dessa área, para que as práticas corporais possam ocupar, legitimamente, um espaço na realidade de qualquer comunidade brasileira.

Para ela, além da própria lei tomar a função de Extensão como algo opcional, os próprios professores limitam-se a organizar unicamente o seu ensino “academicista”, eminentemente técnico das modalidades esportivas, restrito às salas e laboratórios, ou seja, a Educação Física/Esporte na Universidade tem-se reduzido ao Ensino, desvinculado da Pesquisa e da Extensão. Professores demonstram total falta de comprometimento com essa questão. Conteúdos programáticos e metodologias de ensino refletem somente preocupação intra - muros e traduzem a visão de uma Universidade fechada. Critica as Universidades que se dedicam ao Ensino acadêmico da Educação Física/Esporte ou que pesquisam essas áreas desvinculando os problemas das grandes questões sociais, ou então, desenvolvem programas “extensionistas” restritos, com eventos esporádicos e assistemáticos.

Diante dessas idéias, advoga que a reforma curricular dos cursos superiores de Educação Física é absolutamente imprescindível. A Educação Física deverá reestruturar com rigor científico a formação de profissionais da área e a Pesquisa, especialmente na pós-graduação e na ação comunitária, procurará fortalecer, assim, a massa crítica e, conseqüentemente, garantir as transformações sociais.

Enfim, define a Extensão Universitária em Educação Física, segundo as palavras de Roberto Mauro Gurgel (1986), que a defende como a função de comunicação da Universidade com o seu meio, que possibilita retroalimentação, face à problemática da Sociedade e propicia reflexão crítica - revisão permanente de suas funções próprias, o Ensino e a Pesquisa. A Extensão deve representar igualmente um significado de busca ou libertação da personalidade de docentes,

discentes, ou quadro administrativo, já que deve, obrigatoriamente, representar uma formulação educacional mais viva, coerente e aplicada. Deve preocupar-se com o momento histórico em que se vive e com o devir da história, com o particular e com o universal.

As críticas elaboradas por Escobar acabam por denunciar e evidenciar a crise da Universidade com relação às suas funções docentes (Ensino e Pesquisa). Limitam-se a alimentar, com as palavras de Gurgel, uma concepção de Extensão Universitária, como a principal responsável por transformar o processo histórico da Universidade perante a Sociedade.

Kátia Brandão Cavalcanti parte para uma discussão sobre o Lazer. Ao analisar o tempo livre na atual sociedade, advoga que não é o lazer que se tem estruturado nesse tempo, mas ao contrário, é a sua negação que cada vez mais se tem tornado presente. Afirma que a prática das atividades físicas no tempo livre tem sido, portanto, uma prática alienada, caracterizada como “antilazer”. Essa prática está mais vinculada aos interesses econômicos e políticos da atual sociedade do que aos interesses do indivíduo que luta por sua própria humanização, pois este já não consegue escolher a atividade física mais adequada às suas condições orgânicas. Essa escolha é determinada de fora para dentro, gerando uma considerável ansiedade no indivíduo, à medida que a pressão externa para buscar a forma física e adequar-se aos padrões estéticos estabelecidos para o corpo é determinante. Exercendo o mínimo de autonomia sobre o seu tempo livre, o indivíduo torna-se impotente para se defender do “consumismo” esportivo.

A autora parece desenvolver o texto sob um profundo espírito político - partidário. Observa-se que suas afirmações são extremamente fortes e que deixam dúvidas quanto à veracidade, inclusive por não apresentar evidências e exemplos claros dessas afirmações. Como diria Ademir Gebara²⁷: *afirmações não substituem provas!*. E, ainda, no texto da referida autora, não são apresentadas as referências

²⁷ O Prof. Dr. Ademir Gebara é professor e orientador nos cursos de graduação e pós – graduação, da Faculdade de Educação Física - UNICAMP. Em suas aulas e reuniões de orientação, sempre chama a atenção de que não se deve expor e escrever pensamentos sem ter provas de evidência.

bibliográficas, deixando uma certa incógnita de qual é o referencial teórico de suas afirmações.

Segundo ainda Cavalcanti, o lazer significa participação social e a exigência fundamental para que se torne uma realidade para o indivíduo na atual sociedade é a possibilidade concreta de sua participação no tempo livre e nos demais setores da vida social. O lazer, como fenômeno social implica, portanto, na concretização do processo de participação social no tempo livre. A autora avalia dois aspectos distintos quanto à forma de participação do indivíduo na sociedade: participação como estado ou situação e participação como ação ou compromisso. No primeiro caso, considera-se o fato do indivíduo participar de, ou seja, o fato de o indivíduo pertencer a um determinado grupo social. No segundo caso, considera-se o ato do indivíduo participar em, ou seja, o ato do indivíduo tomar parte ativa num grupo, tendo em vista a atividade social exercida.

Considera a autora que o caráter comunitário da prática das atividades físicas pressupõe a realização dos interesses de uma determinada comunidade. Esses interesses não são a mera soma dos interesses dos indivíduos que a constituem. Os interesses de uma comunidade existem objetivamente e estão ligados às condições econômicas e sócio - políticas da vida e ao desenvolvimento de toda a comunidade, tendo em vista satisfazer suas necessidades materiais e espirituais.

Atualmente, menciona a autora, que as atividades físicas comunitárias podem ser desenvolvidas no tempo comprometido com obrigações sociais, quer na escola, quer na empresa, como também durante o tempo livre nas entidades sócio - culturais, nos clubes esportivos ou em espaços urbanos abertos. Entretanto, há uma grande dificuldade para que as atividades físicas, na atual sociedade, possam adquirir, de fato, caráter comunitário, quando realizadas no nível institucional. Questiona então a autora: sendo as instituições sociais aparelhos do Estado, que desempenham funções repressivas e ideológicas a serviço da classe economicamente dominante, como poderão essas mesmas instituições sociais permitir a uma determinada comunidade que se organize para satisfazer as suas reais necessidades materiais e espirituais, quando esse processo implica na apropriação coletiva dos meios de produção, tendo em vista construir um novo

homem, uma nova cultura, uma nova sociedade? Se a transformação do tempo livre em lazer pressupõe a satisfação de necessidades materiais e espirituais básicas do indivíduo e, sabendo-se que a ideologia burguesa atua encobrindo a verdadeira realidade social do indivíduo, como então conquistar o lazer?

Argumenta que na sociedade capitalista, o espaço político do tempo livre é o palco onde se trava a luta ideológica a favor ou contra o lazer, ou seja, a favor ou contra a formação de um novo homem. Nesse sentido, acredita que ao se defender o lazer, em consequência, a formação de um novo homem para uma nova sociedade, o conteúdo cultural do tempo livre deve caracterizar-se como um instrumento de autodefesa, no qual o indivíduo poderá compreender sua própria realidade e se organizar coletivamente para buscar alternativas de satisfação para as suas necessidades. A partir daí, será então possível a conquista do lazer, como desenvolvimento individual e social, através das relações que o indivíduo possa estabelecer com a sociedade como um todo.

Para a autora, nesse contexto de luta ideológica que ela aborda, as atividades físicas de caráter comunitário devem orientar-se pela ideologia socialista, cujo valor fundamental é a igualdade entre os homens. As sociedades devem ter como organização a autogestão social, na qual os indivíduos participam da produção, da gestão e do usufruto das atividades físicas e; devem também se caracterizar pela presença constante do valor coletivo nas relações estabelecidas entre os participantes. A concretização das atividades físicas comunitárias como conteúdo cultural do tempo livre está inserida no processo de luta ideológica, na qual a comunidade envolvida deve lutar contra o conservadorismo da classe burguesa e a espontaneidade do movimento comunitário. As atividades físicas de caráter comunitário devem fundamentar-se sobre uma base ideológica inteiramente nova, na qual a consciência deve estar livre de idéias mitológicas, religiosas, utópicas, conservadoras e reacionárias que têm impregnado a concepção e a explicação científica do mundo. Assim, acredita que o conteúdo do tempo livre, cria por sua vez um novo tipo de consciência, relacionada diretamente com os interesses práticos da comunidade, com suas necessidades reais e com as tarefas do desenvolvimento social.

A autora apresenta um discurso partidário político extremamente voltado para o lazer e as atividades físicas comunitárias e não discute em si Extensão Universitária, Ensino, Pesquisa, Universidade e Sociedade, mas deixa transparecer que tem uma certa concepção assistencialista, ao defender as atividades físicas comunitárias como responsáveis por garantir as necessidades “reais” da comunidade. Entretanto, não dá indicativos objetivos de como proceder nesse compromisso social.

Lamartine Pereira da Costa afirma que o problema das atividades físicas praticadas por grupos comunitários sob o enfoque do tempo livre, lazer e recreação refere-se basicamente a questões contraditórias, não - equacionadas ou solucionadas suficientemente, tanto na teoria como na prática da Universidade. Entretanto, não deixa claro tal afirmação.

O autor acredita que a integração comunitária, cada vez mais rara, pode ser fundamentada na valorização de atividades culturais, políticas e físico – recreativas por meio da Extensão Universitária. Dessa forma, minimizar-se-á o aspecto esportivo - pelo menos na sua feição tradicional, excessivamente competitiva.

Mais uma vez a Extensão Universitária tomada como salvadora. Aqui, nesse caso com a função de amenizar o esporte de competição.

Lénea Gáelser, ao refletir sobre a Extensão Universitária, impõe a necessidade do debate sobre a Universidade como um todo: sua autonomia, sua função, seus métodos e sobretudo a sua finalidade. Entende que ou a Universidade se volta para o social e se torna um centro de avaliação crítica, em relação às transformações sociais e aos valores que estão sendo legitimados pelas suas ações ou se fecha no intelectualismo, como o último escalão da cultura e passa a ser desacreditada. Avalia que o conhecimento “compartmentalizado” na Universidade gera inúmeras dificuldades ao trabalho interdisciplinar na comunidade, sendo que as necessidades sociais exigem a participação integrada de esforços de profissionais diversos. Entretanto, existe um desencontro no ajustamento do sistema universitário com a complexidade do trabalho comunitário e, ainda, o despreparo dos corpos discentes e docente para enfrentarem as diferenças

culturais da população, na integração com a comunidade, têm ocasionado o descrédito em relação aos resultados dos projetos comunitários.

Na sua concepção, a Extensão Universitária tem como função integrar a Universidade à Sociedade de maneira a retirar elementos informativos que sirvam à renovação do sistema universitário, enquanto busca elevar os padrões culturais do meio.

Ao considerar a Educação Física integrada aos projetos de lazer como Extensão Universitária, avalia que três podem ser as dimensões de um referencial teórico, analisadas pelo planejador: 1) o plano de ação universitária (prioridades de ensino); 2) a preparação profissional (qualidade curricular) e 3) a complexidade social comunitária (análise da realidade). Em outras palavras, o projeto comunitário de educação física, relacionado ao lazer e à recreação integrado à Extensão Universitária, deve considerar os rumos nos quais a Universidade se empenha, as habilidades, o conhecimento e as atitudes daqueles que assumem a proposta da ação universitária na comunidade e a complexidade sócio - econômico - cultural do contexto no qual a Universidade está inserida.

Concluindo, entende que nesse processo educativo o papel do profissional do lazer, como educador, é estabelecer um ambiente pensado e crítico, em que todos buscam juntos, na comunidade, “o que”, “porque” e “como” aprender, considerando o indivíduo como um “todo”, inserido em sua cultura original. Dessa forma, o conhecimento se revela na seleção de valores que devem ser legitimados em uma sociedade em transformação.

Aqui, é preciso que sejam retomados os questionamentos de Santin: a situação da Universidade parece irreversível? Será irreversível? Será possível pensar uma Universidade que se proponha a criar uma nova ordem social ou projetar um novo sistema de significações? Torna-se viável uma Universidade transformadora via Extensão Universitária?

Parece que Santin acredita nessa *Universidade transformadora*, quando afirma que a Universidade não quer mais exercer a função de “domesticação”, de modelagem e de formação dos indivíduos para a manutenção de uma ordem vigente, em nome do Estado ou do poder dominante, mas quer ser

transformadora, intérprete e participante das mudanças sócio - culturais. Será?! Como?!

As leituras permitem concluir que os autores, ao procurarem definir a Extensão Universitária em Educação Física, fundamentaram suas definições na concepção da Extensão Universitária como a principal responsável pela transformações das relações entre Universidade e Sociedade, conforme já questionado nos tópicos e capítulos anteriores. A Universidade e principalmente a sua função de Extensão Universitária teria como missão-fim a transformação e superação dos problemas sociais brasileiros.

Para uma reflexão sobre a Universidade, deve-se partir de que o compromisso dessa Instituição é formar profissionais competentes, preparados para desempenharem suas funções, respondendo às necessidades do cotidiano - do que é viver em sociedade. As transformações sociais serão conseqüências da atuação profissional.

É uma controvérsia pensar que a Extensão Universitária em Educação Física estará propiciando transformações sociais, diante da falácia do Ensino e da Pesquisa na formação do graduando, na relação Universidade e Sociedade. Quando muito, poderá ela propiciar que alguns docentes vislumbrem a possibilidade da relação entre a teoria e a prática na formação profissional e que se sintam mais aliviados pelos seus atos assistenciais a uma comunidade carente.

Para compreender esta terceira função no campo da Educação Física é interessante, também, relevar a própria história do Curso Superior dessa área. Ou melhor, as funções do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na atuação docente.²⁸

A formação de profissionais de Educação Física esteve até a primeira década de 80, praticamente voltada para o curso de Licenciatura, que preparava para o ensino de 1º e 2º graus. O aluno graduava-se como um profissional tecnicamente competente, ou seja, instrumentalizado com técnicas desportivas. Os

²⁸ Deve ser esclarecido que a presente análise refere-se especificamente às Universidades Estaduais Públicas do Estado de São Paulo: UNESP, UNICAMP e USP, as quais estabelecem como exigência estatutária a titulação (mestre e doutor) e o princípio de indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. E, porque professores universitários de tais Instituições (UNESP e UNICAMP) compõem o estudo empírico dessa tese.

cursos eram eminentemente práticos, com extensa carga horária de conteúdos esportivos. A atuação docente voltava-se para o ensino e transmissão dos fundamentos, das técnicas e táticas dos esportes tradicionais (futebol, voleibol, basquetebol, handebol, natação etc.). As disciplinas teóricas ficavam a cargo de profissionais formados nas áreas de conhecimento das ciências biológicas e humanas, mas que não tinham interesse em si e, raramente, desenvolviam pesquisas relacionadas com a atividade física.

A partir de meados da década de 70, houve um certo progresso na titulação dos docentes, seja pela procura isolada no início de cursos de mestrado no exterior, seja por áreas afins no Brasil. Os cursos de pós-graduação *“stricto sensu”* em Educação Física surgiram no país, a partir de 1977, com a implantação do curso de mestrado em Educação Física da Universidade de São Paulo (USP), seguido pelo curso de mestrado em Ciência do Movimento da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 1979), do curso de mestrado em Didática da Educação Física e Bases Biomédicas da Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 1980), e curso de mestrado em Pedagogia do Movimento e Administração da Educação Física na Universidade Gama Filho (UGF, 1984).

Assim, no final da década de 70 e início dos anos 80, com o oferecimento de cursos de pós-graduação em Educação Física e a chegada de professores que realizaram mestrado no exterior, foi proporcionado o início da construção de um corpo de conhecimento que lhe seria específico.

Na década de 80, iniciou-se uma profunda crise de identidade entre intelectuais acadêmicos dessa área sobre o papel social, *“status”* profissional, os pressupostos teóricos e o objeto de estudo da Educação Física.

Não pode deixar de ser observado que a exigência estatutária para a titulação docente nas Universidades Públicas Estaduais provocou nos professores de Educação Física pressões quanto a sua formação técnica original, gerando assim uma série de mudanças quanto à formação dos docentes que, em sua maioria, ministravam aulas no ensino superior, segundo as respectivas formações profissionais que tiveram há 10/20 anos atrás.

As primeiras pesquisas surgidas na área apresentavam uma valorização excessiva do aspecto biológico do movimento humano. Acreditava-se que, fundamentada na fisiologia do exercício, desenvolvimento, aprendizagem e controle motor, como área aplicada do conhecimento, seria estabelecido o “*status*” científico da Educação Física. Advogavam também uma educação física voltada para a manutenção e o aprimoramento da condição física do ser humano que, conseqüentemente, proporcionaria melhoria da saúde.

Em virtude da diversidade de ação no campo profissional da área, dada a expansão do mercado de trabalho na década de 80, além da escola (clubes desportivos, academias, clínicas, centros de lazer), a ausência da delimitação clara do objeto do conhecimento da Educação Física e, devido à necessidade de estabelecer o “*status*” acadêmico e científico, surge o Parecer do Conselho Federal da Educação n.º 215/87, que reestrutura a formação profissional e possibilita a opção para o curso de bacharelado na área. A formação do bacharel volta-se, especificamente, para a atuação profissional no campo “não - escolar”.

A pesquisa sobre o movimento humano, na busca do objeto de estudo da Educação Física para defini-la como ciência passa a ser primordial. O argumento maior é que a Educação Física necessitava definir o seu campo de conhecimento teórico.

Somente a partir da segunda metade da década de 80, é que a Universidade Estadual de Campinas, Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Estadual Paulista – Rio Claro criam cursos de bacharelados e pós-graduação na área. As justificativas são: necessidade de responder à amplitude do mercado de trabalho, superar as críticas de que em 50 anos dedicados à Licenciatura os cursos de ensino superior de educação física não conseguiram formar profissionais competentes para o trabalho na escola, alunos que cursam a licenciatura, sem interesse em trabalhar no ensino escolar, mais interessados no mercado não escolar (clubes, academias, etc.), a produção de novos conhecimentos para caracterizar a Educação Física como disciplina acadêmica e, especialmente, responder à função prioritária e primordial da Universidade: a Pesquisa.

No estado de São Paulo, o corpo docente das Universidades Públicas da UNICAMP, UNESP e USP redimensionam seus cursos de graduação e implantam cursos de pós-graduação, enfatizando a necessidade de uma formação crítica, estimulando seus alunos aos estudos teóricos da área, como requisito imprescindível para diferenciá-los do leigo. Assim, ao adquirirem uma fundamentação teórica estariam garantido a competência profissional na área. A titulação, a publicação científica e a orientação em projetos de iniciação científica/pós-graduação passam a ser prioridade do corpo docente dos Cursos de Educação Física dessas Universidades. O que se constata na formação dos profissionais é o extremo de quando se apresentava um curso superior eminentemente prático. Tal fato permite a seguinte reflexão: o que ocorreu no Ensino Superior da Educação Física, nessas Instituições em específico, parece refletir o sistema universitário brasileiro que, em termos de valorização das funções docentes, define a pesquisa em primeiro lugar, o ensino como obrigação do professor e a extensão quando for possível.

Em síntese, foi exposto neste tópico um breve histórico do processo que vem se dando na área de Educação Física no Ensino Superior.²⁹ Abordou-se, também, a Extensão na sua relação com o Ensino e a Pesquisa, bem como o conceito dessa função nessa área específica de conhecimento. Objetiva-se no próximo capítulo identificar o pensar Extensão Universitária na ação cotidiana do professor universitário de Educação Física.

²⁹ Para melhores esclarecimentos ler HUNGER, D. *Educação física e hegemonia*; CARMO, A. A. *Licenciado e/ou bacharelado - alguns entendimentos possíveis*; CASTELLANI, L. *Projeto FEF/UNICAMP - proposta curricular*; CAVALCANTI, K. B. *Pesquisa no planejamento curricular*; TAFFAREL, C. N. Z. *Reestruturação dos cursos de graduação em educação física: elementos para uma avaliação do processo* e; PASSOS, S. C. E., *op. cit.*

4. VISÃO DE UMA REALIDADE: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA ANALISADA NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO

4.1. INTRODUÇÃO

A história da Extensão Universitária nas Universidades Brasileiras, apresentada nos dois primeiros capítulos da tese, possibilitou identificar o seguinte processo dessa função:

- a Universidade Popular da Universidade Livre de São Paulo (1914 a 1917) representa a primeira experiência de Extensão, surgida por iniciativa de uma instituição de educação superior. Intelectuais desenvolviam palestras e cursos de pequena duração sobre os assuntos mais variados possíveis, direcionados especialmente às camadas populares, mas que pouco tinham a ver com os temas ali apresentados;
- as Escolas de Agronomia de Lavras e Viçosa (1926), seguindo o modelo de extensão norte - americana, desenvolvem projetos direcionados aos produtores rurais, dando assistência técnica aos fazendeiros, difundindo resultados de pesquisas, promovendo seminários, cursos e semanas de estudos. A Universidade Federal de Viçosa sistematizou a Extensão na linha de Prestação de Serviços ao meio rural;
- nos anos 30, signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação” retratam a Extensão como função imprescindível na relação Universidade e Sociedade. Cursos Noturnos para trabalhadores são realizados por iniciativa de Anísio Teixeira na Universidade do Distrito Federal. Em 1931, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras – através do Decreto n.º 19.851; foi dada grande ênfase à Extensão por parte do governo, como forma de difusão de conhecimentos úteis à vida individual ou coletiva e à solução de problemas sociais;

- a partir de 1938, quando se cria a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Extensão toma força, sendo uma atividade eminentemente de alunos. Os universitários brasileiros lutam por um projeto de Reforma Universitária mais condizente com a realidade social existente. Assim, a Extensão foi definida como uma das prioridades da Educação Superior, que iria garantir a integração da Universidade com a Sociedade;
- nos anos 60 tem-se a afirmação da Extensão, por meio do movimento estudantil, quando a UNE cria o Centro Popular de Cultura (CPC), mediante uma aliança entre universitários e intelectuais progressistas, que visavam a uma maior aproximação com as classes populares, através do cinema, da música, do teatro, da literatura etc. A UNE estabeleceu um programa de apoio às ações do Governo Federal no setor da saúde, mobilizando os estudantes para atuação em campanhas sanitárias na zona rural. São criados, também, o Movimento de Cultura Popular (MCP's) e o Movimento de Educação de Base (MEB's);
- através da liderança de Paulo Freire e do Serviço de Extensão Cultural da Universidade Federal de Pernambuco, que articulava esforços com governos estaduais e mobilizando universitários, começou a disseminação de uma das mais conhecidas metodologias de alfabetização, especialmente de adultos: o "Sistema Paulo Freire";
- o governo Tecnocrático - Militar, que assumiu o poder no Brasil, no ano de 1964, promoveu a desarticulação do Movimento Estudantil, através de programações governamentais que foram efetivadas por iniciativa de algumas universidades, as quais tinham como objetivo não declarado a retirada dos universitários dos movimentos de rua, deslocando-os para zonas estratégicas do país, distantes dos grandes centros urbanos ou para áreas rurais. São criados os seguintes programas: a Universidade Volante da Universidade Federal do Paraná (1960); o Projeto Rondon – cuja primeira operação foi realizada em 1967, constituindo o maior movimento de mobilização de estudantes da América Latina; o CRUTAC (1965), criado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte; o CINCRUTAC (1969), instituído pelo comando das Forças Armadas, os Campi Avançados – surgidos a partir de 1969, por influência do Projeto Rondon e o Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social – MUDES (1964);

- a função Extensão Universitária foi vinculada pela primeira vez ao Ensino e à Pesquisa no ato institucional n.º2, decreto lei n.º 252,1967, artigo 10: “a universidade, em sua missão educativa, deveria estender sob a forma de cursos e serviços, as atividades do ensino e pesquisa que lhe seriam inerentes”. E, pela lei da Reforma Universitária, 5.540/68, artigo 40, letra a, as instituições de ensino superior, “por meio de suas atividades de extensão propiciam aos alunos oportunidade de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento do país”;
- o MEC constitui em 1975, uma Coordenação de Atividades de Extensão – CODAE, que estabeleceu um Plano de Trabalho da Extensão Universitária. Esta foi definida como a forma através da qual a instituição de ensino “estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa” e a extensão se processa sob a forma de “cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisa, projetos de ação comunitária, de difusão cultural e outras fontes de atuação exigidos pela realidade da área onde a instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégicas” . A CODAE é extinta em 1979;
- o CRUB (entidade de direito privado, criado em 1966) orientava as atividades de Extensão para prestação de serviços à comunidade, como forma de realimentação da universidade e, em decorrência, da integração de ambos. Em 1972, foi reconhecido como entidade de utilidade pública. Nos anos 80, reitores discursavam por uma Universidade que deveria ser conhecedora dos problemas nacionais e que propusesse soluções;
- para a ANDES (criada em 1981), a Extensão se tornaria o instrumento da democratização e da autonomia universitária, como meio de formação acadêmica para o desenvolvimento de pesquisas e apoio à comunidade;
- na Nova República (marc/85 a jan/90), governo de José Sarney, são criadas comissões de trabalho para proporem a reestruturação do Ensino Superior. Em maio de 1985, foi criada a Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior (CNRES). A Extensão se apresentou como uma das atividades essenciais da universidade, numa sociedade que se propunha moderna. Foi

reforçada a necessidade de fortalecimento da Extensão, como dever de transferir conhecimentos à sociedade que investe na Universidade. O Programa Nova Universidade - PNU (1985) concebe a Extensão como um instrumento privilegiado que possibilitaria a integração da universidade com seu contexto social. O Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES) constitui a Extensão como um instrumento de privatização do conhecimento produzido pela universidade, como um mecanismo de captação de recursos financeiros para manutenção do ensino superior, através da prestação de serviços;

- o MEC elabora a Portaria n.º 742, em 20 de setembro de 1985, evidenciando que a estrutura da carreira do magistério superior deveria observar o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. E, em 1988, a nova Constituição incorpora tal princípio entre as três funções do Ensino Superior;
- a partir de 1985, ocorre a realização de encontros entre pró – reitores de Extensão, sob o compromisso de conceber universidades mais próximas dos interesses e necessidades da maioria da população;
- em novembro de 1987, na Universidade de Brasília, com a presença de professores – representantes de 33 Universidades Públicas, foi criado o Fórum Nacional. Assim, foi definida a “Extensão como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade”. A Extensão é identificada como uma via de mão dupla. A relação com a população passa a ser encarada como a oxigenação necessária à vida acadêmica. Desde sua constituição, o Fórum já realizou 14 encontros e o próximo será realizado em Campo Grande - MS, em maio de 1999;
- atualmente, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras apresenta, via Internet, a Rede Nacional de Extensão (<http://renex.org.br/>), objetivando divulgar as ações extensionistas universitárias e promover uma lista de discussão sobre extensão universitária. Apresenta, ainda, os seguintes links: Universidade/Extensão, Notícias, o Crub, a Comunidade Solidária e, o Ministério da Educação;

- via Internet é apresentado o Plano Nacional de Extensão Universitária. A Extensão é entendida como prática acadêmica que interliga a Universidade nas suas atividades de Ensino e de Pesquisa. É defendido que essa função, de acordo com as demandas da maioria da população, possibilita a formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes ;
- na atualidade, o Fórum possui cinco coordenadorias regionais: norte, nordeste, centro - oeste, sudeste e sul. As Universidades Públicas do sudeste discutiram as Políticas de Extensão Universitária no 17º encontro regional do fórum nacional de pró-reitores, realizado em Diamantina, de 26 a 28 de agosto de 1988. O encontro abordou como tema central: "Universidade e Desenvolvimento Regional - Planejamento e Avaliação". Nesse encontro, pretendeu-se uniformizar as ações extensionistas (cursos, eventos, publicações e projetos) dentro das nove áreas definidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, no programa Universidade Cidadã.

Finalizado o estudo do contexto histórico da Extensão Universitária, objetivou-se estudar o estado atual da questão (Capítulo III), especificamente no que se refere às pesquisas de pós-graduação, a fim de averiguar como tal temática estava sendo discutida cientificamente. Constatou-se que a maioria dos pesquisadores que se propuseram a analisar a Extensão Universitária nas Universidades Brasileiras, efetuaram suas discussões, prioritariamente, no âmbito da produção histórica da literatura documental já existente e no discurso oficial dos pró-reitores e da comunidade docente em geral, utilizando-se das técnicas metodológicas de revisão de literatura e questionário.

Os pesquisadores constataram os limites da Extensão Universitária nas Universidades brasileiras, especialmente no que refere aos discursos disseminados pelas administrações políticas universitárias e sua prática efetiva. Conclui-se que somente em documentos as Universidades objetivam a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa, por meio de atividades acadêmicas que favoreçam a via de mão dupla entre a Universidade e a Sociedade. Avalia-se que a política de extensão é meramente documental. Os pesquisadores, observam que em termos de discurso, principalmente, no final da década de 70 e durante os anos 80, a Extensão

Universitária apresenta uma outra dimensão na política global da Instituição, com o objetivo de superar a sua característica assistencial. Passa a ser discursada como indissociável ao Ensino e à Pesquisa e conceituada como trabalho social que visa interferir no processo de transformação da sociedade.

Os pesquisadores apresentam as seguintes conclusões:

1. a Extensão tem sido um meio pelo qual a Universidade se desincumbe de seu compromisso social de maneira assistencialista,
2. os trabalhos de Extensão Universitária em educação popular podem também ser um dos fatores de transformação da Universidade e de avanço do movimento popular, na medida em que contribui para que as classes populares se reapropriem dos meios técnicos e científicos necessários à construção de sua hegemonia,
3. a Extensão Universitária é uma função imprescindível para a garantia da relação Universidade e Sociedade,
4. o compromisso social da Universidade para com a maioria da população será viabilizado pela função da extensão,
5. a ação extensionista é o instrumento que o capital utiliza para impor a lógica do empresariado educacional, vendendo, agenciando ou alugando o saber por ela produzido,
6. a extensão é passível de ser utilizada em benefício do estado, do capital, do populismo, da ditadura e dos movimentos populares, ou seja, pode ser usurpada para atender a interesses diversos,
7. as atividades de extensão tendem para serviços que tragam um retorno financeiro às instituições, às unidades e/ou departamentos ou aos docentes envolvidos com o trabalho,
8. a extensão, como um mecanismo de retroalimentação do ensino e da pesquisa, imprimirá uma nova dimensão à Universidade, e
9. O Fórum Nacional de Pró-Reitores retrocedeu na caminhada de construção de uma universidade democrática e comprometida com os interesses da maioria da população, ao assumir as ações assistencialistas previstas no Projeto Universidade Solidária.

Constatou-se que, não obstante criticarem as ações políticas extensionistas, ainda, advogam a Extensão como uma função primordial no exercício acadêmico. Observou-se, também, que os pesquisadores envolvidos obtiveram uma orientação geral do que tem sido a função Extensão Universitária nas Universidades Brasileiras. Circunscrita à área de Educação Física, questionou-se como tal atividade - fim estaria sendo retratada especificamente por esses profissionais. Entretanto, não foi localizado nenhum trabalho de pesquisa de pós-graduação que discutisse em específico o problema em pauta.

Diante desse fato, sentiu-se a necessidade de verificar, constatar e registrar como a Extensão Universitária seria analisada por um grupo de professores universitários da área de Educação Física de duas Universidades Públicas do interior do Estado de São Paulo: a Universidade Estadual Paulista (UNESP - Departamento de Educação Física - Rio Claro) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - Faculdade de Educação Física). Procurou-se centrar a análise em depoimentos de professores que convivem e atuam com essa função no cotidiano universitário, tendo em vista o que é estabelecido no Estatuto¹ de suas respectivas Universidades e o histórico conceitual da Extensão Universitária. Para tanto, optou-se pela aplicação de entrevistas semi - estruturadas com cinco docentes de cada Universidade, que constituiriam uma fonte oral de análise. Esta legitima-se como uma fonte histórica, dado seu valor informativo e por incorporar perspectivas ausentes na literatura. São depoimentos de professores que vivem o cotidiano de duas Universidades e que, uma vez registrados, permitem novas análises, suscitam novos objetos de estudos e uma nova documentação.

¹ A UNESP estabelece: no Capítulo I – Dos Objetivos – item III: Articular-se com a comunidade no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, inclusive mediante prestação de serviços; Capítulo II – Da Organização – Artigo 3: A organização da UNESP obedece às seguintes diretrizes: item IV – indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; Capítulo III – Da Extensão Universitária – Artigo 73: A extensão universitária visa à integração da Universidade com a comunidade mediante desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa que lhe sejam inerentes e Artigo 74: A extensão universitária, diretamente voltada para a comunidade, poderá com esta articular-se por intermédio de instituições públicas e particulares, no cumprimento de programas específicos. São Paulo, 1989.

A UNICAMP estabelece: Título I – Da Universidade e seus Fins - Artigo 2 – item III: estudar os problemas sócio econômicos da comunidade, com o propósito de apresentar soluções corretas, sob a inspiração dos princípios da democracia; item IV: pôr ao alcance da comunidade, sob a forma de cursos e serviços, a técnica, a cultura e o resultado das pesquisas que realizar. Campinas, 1985.

Le Goff², ao discutir “o século XX: do triunfo do documento à revolução documental”, cita os fundadores da revista “Annales d’ histoire économique et sociale” (1929), para destacar como esses pioneiros de uma história nova insistiam sobre a necessidade de ampliar a noção de documentos ao argumentarem que “a história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem”.

Portanto, a realização, descrição e discussão das entrevistas, proporcionará novos documentos e registrará o período histórico de um grupo social de professores universitários em Educação Física que os produziu. São pontos de vista individuais, referentes ao pensar Extensão Universitária, expressos em depoimentos e que no todo permitem aproximar-se de uma dada realidade histórica e social - nessa área do conhecimento - em busca de sua melhor compreensão. Os depoimentos podem ser entendidos, também, como um discurso universitário relacionado a uma Instituição social – a Universidade, o local de trabalho a partir do qual os professores articulam as suas idéias.

Ao estudar o trabalho de tese de Souza³, conheceu-se Michel Pêcheux, um teórico da análise do discurso. Ele explica que “o suporte do discurso ou o meio pelo qual se concentram ou se materializam vários discursos” se dá pelo indivíduo, do grupo ao qual representa. E ainda, a análise do discurso possibilita ao investigador “descobrir os meandros do pensamento expresso por um determinado indivíduo ou grupo social”, no momento em que estiver reorganizando o “corpus em que se apresentam os traços empíricos do discurso” e constatar que “a produção desses traços foi, efetivamente, dominada por uma, e apenas uma, máquina discursiva (por exemplo um mito, uma ideologia, uma episteme)”. Enfim, “é papel do

² LE GOFF, J. *História e memória*, pp. 535-53.

³ SOUZA, E. F. *Práticas de Batuques e o controle das emoções – a espetacularização dos mitos e a dança afro no Rio de Janeiro*, p. 43.

Deve ser esclarecido que o Prof.Dr. Ademir Gebara orienta aproximadamente 15 alunos de pós – graduação (mestrado e doutorado) que compõem o Grupo de Estudos em História da Educação Física, Esporte e Lazer da Faculdade de Educação Física – UNICAMP, na qual é professor e orientador. Dentre as atividades de doutorado, em cada semestre são organizados seminários de tese, em que se discute criticamente cada trabalho de mestrado e doutorado. Assim sendo, teve-se a oportunidade de conhecer o trabalho de Souza e, conseqüentemente, Michel Pêcheux, um teórico da análise do discurso. Acreditou-se ser desnecessário realizar a leitura de Pêcheux (*Por uma análise automática do discurso*), dado o rigor da referida tese, que esclarece muito bem a importância de tal método e portanto, o suficiente para esta tese, que tem por interesse científico complementar a fundamentação da análise das entrevistas – depoimentos coletados.

investigador compreender a 'máquina discursiva' que de alguma maneira produziu o discurso".

A análise das entrevistas - dos depoimentos, de acordo com Rémond⁴, dará à história do tempo presente um bom remédio contra as ilusões de ótica que a distância e o afastamento poderão gerar, no que se refere ao pensar da Extensão Universitária em Educação Física; daquilo que é vivenciado no cotidiano universitário por um grupo de professores (as) em comparação ao discurso oficial e à publicação documental. Possibilitará, especialmente, avaliar até que ponto o pensar e a prática da Extensão Universitária dessa área do conhecimento no cotidiano universitário tem contribuído, persistido, reproduzido ou não a hipótese que se explicitou no decorrer dos capítulos anteriores, ou seja, de que essa função vem comprometendo a identidade da Universidade na sociedade contemporânea, ou ainda, favorecendo o processo de descaracterização das funções do ensino e da pesquisa.

Partindo desses pressupostos, realizaram-se as entrevistas com os professores universitários⁵, apresentando-lhes quatro temáticas – questões como ponto de partida para suas respectivas análises e posicionamentos:

- 1) a Função Extensão Universitária na Instituição UNESP/UNICAMP: sua política universitária, concepção, objetivos, prioridades, fontes de recursos, o estatuto e o princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- 2) a Extensão Universitária da Instituição UNESP/UNICAMP e o Departamento/Faculdade de Educação Física, considerando-se os

⁴ RÉMOND, R. *Pensar o tempo presente*.

⁵ Os professores (as) que compõem esse quadro de entrevistas não se opuseram em que posteriormente seus depoimentos fizessem parte da tese, seja nesse capítulo de análise, seja no apêndice, em que são apresentados na íntegra. Omitiu-se seus respectivos nomes por uma questão de ética profissional e porque o que interessa é o conteúdo de suas falas. Todas as entrevistas foram realizadas em seus respectivos locais universitários de trabalho, no segundo semestre de 1996, gravadas em aparelho profissional – Panasonic, com mini fitas cassetes que estão arquivadas. Para se ter um âmbito maior de discussão e melhor abrangência do fenômeno estudado, diversificou-se as entrevistas optando por trabalhar com professores (as) que só desenvolvem a prática de extensão e que na atualidade não ocupam cargo administrativo na Universidade; professor–diretor de unidade; professor (a) –coordenador de unidade; professor (a) que não desenvolve prática de extensão; professor (a) que trabalha com a extensão e ocupa cargo de coordenação e professor (a) que já trabalhou com a prática de extensão.

itens da primeira temática - questão e mais a infra-estrutura física e material disponível.

3) a origem e desenvolvimento das Atividades de Extensão no Departamento/Faculdade de Educação Física.

4) o que é Extensão Universitária em Educação Física?

Finalizadas as 10 entrevistas com os professores, transcreveram-se as gravações na íntegra, que são apresentadas no Anexo A (Da fonte oral ao documento escrito: o pensar da Extensão Universitária em Educação Física). Concluída essa fase, elaboraram-se mais três etapas: descrições das entrevistas, em que se seguiram à risca, as análises, conceitos, expressões, interpretações, manifestações etc. dos professores (as); destaque dos principais apontamentos dos professores (as) e análise das contradições, constatações, limitações e/ou indefinições... apresentadas pelos professores (as).

Ao finalizar tais etapas, verificou-se que totalizaram mais de 200 páginas. Imaginou-se que, apesar da riqueza de conteúdo, tornar-se-ia para o leitor uma leitura extremamente exaustiva. Assim sendo, optou-se por apresentar no corpo do trabalho primeiro uma síntese do conteúdo resultante das entrevistas com os professores da UNESP e UNICAMP, de acordo com as quatro temáticas - questões propostas. Posteriormente, apresentam-se os pontos chaves que se destacaram nos depoimentos e em seguida uma análise comparativa entre os depoimentos dos professores das duas Instituições.

Finalmente, procedeu-se a uma análise dos depoimentos, discutidos com base nas teorias Sociológicas de Mannheim e Elias. Nas considerações finais da tese, apoiou-se, em especial, no referencial teórico de Gramsci, para as conclusões da pesquisadora sobre a Extensão Universitária em Educação Física.

4.2. APRESENTANDO AS ENTREVISTAS

4.2.1. A função Extensão Universitária na Instituição UNESP/UNICAMP: sua política universitária, concepção, os objetivos, as prioridades; fontes de recursos; o estatuto e o princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A1) Na UNESP

Os depoimentos dos professores deixam transparecer a falta de clareza sobre a política, a concepção, os objetivos e as prioridades da Extensão Universitária na UNESP.

O professor 1 afirma que o “conceito de Extensão Universitária é uma questão de muita controvérsia” na UNESP. E, apesar de considerar que na atualidade tem uma assessoria que está procurando dimensionar melhor tal problemática, avalia que ainda é o “primo pobre da tríade de toda a Universidade”. Considera que a Instituição deve estabelecer um conceito que defina os limites da Extensão, os seus objetivos, o papel da Universidade e do professor nessa questão.

O professor 2 diz que a UNESP é uma Instituição que exige em seu regime contratual dedicação do docente na Extensão, mas que não vê apoio para essa questão.

Para o professor 1 a Universidade está começando a valorizar a Extensão, pois nos formulários de relatórios do docente e departamental é apresentada “uma página para discriminar os trabalhos de extensão”. Já o professor 5 acha que “não existe uma política ainda de Extensão Universitária dentro da UNESP”. Segundo o professor 4, a “extensão é mais um acessório” e ele não percebe essa discussão na Instituição. Avalia que nenhum dos três reitores se preocupou muito com a Extensão e que as pró – reitorias responsáveis pela Extensão não foram muito atuantes: “faziam atividades muito mais cartoriais do que realmente tentar impor uma política ou estabelecer diretrizes”.

Portanto, ao abordarem essa temática, enfatizam muito mais o fato da UNESP valorizar em termos hierárquicos 1. a pesquisa, 2. o ensino e, 3. a extensão.

De acordo com o professor 1, a Universidade “valoriza muito a pesquisa e um pouco menos o ensino”, ou melhor, “pesquisa, ensina mais ou menos, mas extensão nada”. Contesta que a Comissão Permanente de Regime de Trabalho (CPRT) julga prioritariamente a produção científica do docente e chama a atenção de professores que não correspondem a esse critério, uma vez que eles não estariam contribuindo para uma determinada pontuação da produção científica da UNESP, o que contribuiria para destacá-la em relação às outras Universidades do Estado.

O professor 2 critica que um projeto de extensão não tenha ressonância na Instituição: “vale muito mais sentar no gabinete, escrever um texto e publicar, do que tocar um projeto de Extensão. Segundo ele, a publicação melhora o “status” acadêmico.

Nesse sentido, o professor 3 salienta que “atualmente, na Universidade, se tem uma avaliação quantitativa do docente em termos de produção acadêmica e científica, no sentido de publicação”, pois “o que interessa na Universidade é a publicação, o importante é produzir pesquisas” e “a Universidade prima pela formação de docentes - titulação.

Ao analisarem a fonte de recursos para os trabalhos de Extensão, os professores declaram que a Universidade não viabiliza recursos financeiros para as atividades extensionistas. O professor 3 diz que a UNESP “não tem condições de manter toda a sobrecarga que a Extensão causa a um departamento, pois “o departamento de educação física se torna caro para manter”. Para o professor 4 “não existe uma fonte organizada para a Extensão pela Universidade”. Avalia, ainda, que a UNESP tem-se preocupado em sair para captar recursos, mas não sabe bem o que pode ser dado de contrapartida. O professor 5 não sabe se a UNESP tem priorizado isso, não observa na fala da reitoria “olha, vamos ter (a UNESP) uma fonte de recursos direcionada à Extensão”.

Para o professor 1, a Universidade não descobriu o valor financeiro da Extensão. Considera que ela poderia com isso melhorar as instalações físicas, os recursos materiais e, portanto, o trabalho dos docentes.

A questão sobre o estatuto e o princípio de indissociabilidade, entre as três funções docentes, foi abordada no sentido de ser mais um discurso. O

professor 4 avalia que o estatuto é “muito vago”. O professor 3 diz que a “indissociabilidade do ensino e da pesquisa é obscura e oculta” e que o “estatuto é a grande prisão do docente”. O professor 4 diz que esse discurso da indissociabilidade “é uma forma de tentar dar uma certa identidade por coisas muito distintas, só existe no papel”. O professor 2 avalia que a Extensão na Instituição funciona de maneira complicada e que não sente a ligação que a pró – reitoria de Graduação diz existir entre sua proposta técnica pedagógica e a pró – reitoria de Extensão. Critica o Caderno de Extensão Universitário divulgado pela pró – reitoria de Extensão por apresentar apenas propostas “maravilhosas”, mas sente que isso não seja realidade no campus.

B1) Na UNICAMP

A política dessa Universidade para a Extensão Universitária não é apresentada claramente, mas fica evidenciado que o mais importante na Instituição é a titulação. Conforme os professores, professor 6: “você, primeiro de tudo tem que ser doutor e depois que você é doutor, tem que ser um pesquisador, com trabalhos publicados e, principalmente, em revistas estrangeiras”; professor 7: “o que é valorizado é a pesquisa, a publicação e o ensino de pós - graduação” e professor 9: “na UNICAMP, eu vejo a questão da Extensão menos valorizada”.

O professor 8 avalia que a concepção da Instituição tem mudado um pouco, em virtude da criação da Escola de Extensão. Entretanto, segundo o professor 10 ela se propõe a uma idéia maravilhosa, mas não tem funcionado na prática.

Contesta o professor 7 que a Extensão não tem na Universidade o mesmo peso que tem a pós – graduação e a graduação, enfatizando que só atualmente as propostas de trabalho de extensão estão tendo mais peso em termos de formação profissional (talvez porque a política da Unicamp esteja priorizando agora o ensino de graduação).

Na abordagem dessa primeira temática, é citado o CODEX (Coordenadoria de Extensão), o órgão maior da Universidade, representado pelos Diretores das Unidades. O professor 8 considera “que a partir desse Conselho, as

coisas na Universidade, no âmbito da Extensão começaram a acontecer, há aproximadamente uns seis anos para cá”.

No que se refere às fontes de recursos, os depoimentos estiveram voltados para criticar que a Universidade não investe financeiramente na Extensão. O professor 6 diz que “os recursos que a Universidade repassa para as Unidades não são suficientes”. Segundo o professor 7 “não existe um recurso específico destinado para esse assunto”. E, de acordo com o professor 9, “no FAEP (Fundo de apoio para o Ensino e a Pesquisa), existe a área de pesquisa e a de ensino para você pedir recursos, não existe a área de extensão. Tem bastante dinheiro para a pesquisa, um tanto menor para o ensino, mas para a Extensão não tem. Eu vinculei à pesquisa e aí eu consegui”.

Avaliou-se, também, que a Universidade tem que ir buscar recursos externos, “pois o orçamento está estrangulado já com as atividades de ensino e pesquisa” (professor 8).

Por outro lado, o professor 10 salienta que “as Engenharias têm a Extensão como um apêndice, sendo uma forma de docentes ganharem dinheiro, serem mais bem remunerados e é uma forma de captação de recursos para a própria Unidade”. O mesmo professor discorda em perder 40% dos cursos para a FUNCAMP.

4.2.2. A Extensão Universitária da Instituição UNESP/UNICAMP e o Departamento/Faculdade de Educação Física, considerando-se os itens da primeira temática – questão, mais a infra-estrutura física e material disponível.

A2) Na UNESP

Esperava-se, especialmente, que nessa temática, os professores apresentassem o projeto de Extensão Universitária do Departamento, de acordo com as diretrizes políticas, a concepção e os objetivos da Universidade. Como foi verificado na primeira temática, não é apresentado com clareza qual é a concepção dessa função definida pela Instituição (pró – reitoria de extensão). Assim, observa-se, também, que não existe um direcionamento no departamento.

É mencionado que não se tem um projeto único de Extensão Universitária nem metas definidas do departamento. “Não existe um projeto de Extensão do Departamento como um todo; a extensão não tem ainda alguma identidade” (professor 4). Ou se tem, “a existência é uma incógnita” e está “capengando” (professor 1). Ainda, segundo o professor 1, “não se tem um objetivo claro e definitivo por parte de todo o corpo docente para a prática da Extensão”. Para ele, há necessidade de um estudo maior no Departamento. O professor 2 avalia que “há necessidade de um trabalho que acompanhe realmente a proposta pedagógica do departamento”. Considera, também, que o departamento não tem um projeto único “porque não é estimulante trabalhar com projeto de extensão e os envolvimento, com a docência e a pesquisa são mais gratificantes para o docente universitário”. O professor 3 diz que existe uma comissão que está conquistando mais professores, mas “é uma Comissão que não se tem muito interesse”.

Com relação ao princípio de indissociabilidade, o professor 4 diz que “havia a preocupação de tentar seguir a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão”; mas a Extensão acabou tomando o rumo de trabalhar diretamente com o beneficiário” e “o discurso é atender à população, no sentido de ser mais assistencialista e tentar colocar alunos para adquirir experiências, o ensino viria em segundo plano e eventualmente fazer pesquisa”. Já o professor 5 entende que “seria ótimo o professor conseguir unir a pesquisa, a extensão e o ensino, mas é praticamente impossível”.

Nesta questão – temática, os entrevistados enfatizaram muito mais o desempenho do docente com relação à Extensão Universitária.

O professor 1 diz que “os professores desenvolvem pesquisas individualmente ou em pequenos grupos e que se os trabalhos abrangessem mais áreas e professores, teriam melhores chances de sobrevivência na Universidade”.

O professor 2 “não sente engajamento dos docentes na Extensão Universitária; os professores usam de saída burocráticas como paliativos para não assumir a Extensão e descartar o compromisso”.

Criticou-se, também, que muitas vezes o professor está ausente na prática dos projetos e que esta “é tocada por alunos bolsistas” (professor 2). Ou ainda, “acho que os serviços de extensão da forma como são oferecidos não é

correto, porque as pessoas abrem serviços, mas quem trabalha com a extensão são os alunos, os alunos trabalham sozinhos” (professor 5).

Para o professor 3, “o docente tem que compreender o direcionamento que dá para as suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, para que se torne cada vez mais próximo da realidade” e “à medida que o docente começar a se preocupar com o retorno social da Universidade, da Extensão, podemos começar pensar em novos rumos da Universidade, desenvolvendo pesquisas e pensando na comunidade, não só como possibilidade de coleta de dados, mas em como participar do mundo real da vida, não ficar isolado”; pois “o docente somente está preocupado com a Extensão em termos desta gerar estágios”.

O professor 4 avalia que “o professor não consegue deixar um pouco esse vício do pesquisador, de gabinete, que tem que produzir um caminhão de artigos”; entende que “é um discurso que vai muito bem dentro da Universidade, mas não serve para a sociedade”; pois, “a forma como o professor produz o conhecimento é uma forma voltada para nós mesmos, para a Universidade e não para o profissional”.

Com relação à infra-estrutura física e material para a prática de extensão os professores dizem que “é precária” (professor 1); faltam recursos materiais, o aparato administrativo para dar suporte aos projetos de extensão é muito pequeno e só conta com um médico no campus (professor 2); o docente precisa recorrer a outras agências de fomento (professor 3); “a infra – estrutura até hoje nunca aconteceu” (professor 5).

B2) Na UNICAMP

Não foram especificados, também, a concepção e os objetivos da Extensão Universitária da Faculdade de acordo com as diretrizes políticas da Universidade. Entretanto, foi mencionado que na Faculdade existe uma Coordenadoria de Desenvolvimento de Eventos e Esportes. Criticou-se que oficialmente não pode ser identificada como uma Coordenadoria de Extensão, pois na UNICAMP não existe a função do coordenador de Extensão, como se verifica no ensino de graduação e de pós – graduação. Portanto, a Extensão está ligada à direção da Faculdade; “o coordenador de extensão é o diretor” (professor 6).

Não existe um projeto único de Extensão Universitária da Faculdade. Como diz o professor 6 “nós não temos, os projetos são apresentados pelos professores”. E, o professor 7 “a gente não tem claro uma política maior para englobar isto; os projetos eles são individuais, por conta da própria estrutura, que é uma estrutura departamental; não existe uma linha; existe o projeto de Escola dos Esportes; a gente está tentando se organizar, mas a própria estrutura e o próprio trâmite dos cursos e dos projetos não facilitam isto”. Segundo o professor 9 “eu não vejo projeto estruturado mais amplo, é uma coisa assim, o que já se fazia de uma forma mais organizada”. Enfim, de acordo com o professor 10 “tentou-se criar um grande projeto da FEF como um todo”.

No que se refere à indissociabilidade, o professor 7 relata que tem “percebido que nem todos os professores, pela própria formação que o corpo docente tem, conseguem ver esta dimensão da extensão junto com o ensino e a pesquisa”. Diz, ainda, “a gente tenta é direcionar para esse tripé”. E segundo o professor 10 “na FEF, eu acho que alguns projetos de Extensão, ainda não têm a cara de Extensão, no que eu vejo que a Universidade tentou passar, eu acho que a visão da Universidade é esta vinculação, que você chama aqui de princípio de indissociabilidade”.

A infra – estrutura física e material na Faculdade “é um problema” (professor 8). O espaço físico é utilizado tanto para atividades de extensão como para o ensino de graduação. Diz, ainda, “eu acho que esta questão do espaço físico, a questão da estrutura física, de funcionários, a Universidade vai ter que se reestruturar”. Segundo o professor 6 “o espaço físico criado pela Faculdade de Educação Física em 1985, praticamente é o mesmo; o material é limitado; são 5000 pessoas circulando e não há mais espaço físico para aumentar as atividades de extensão”. Para o professor 9 o problema maior é que não vê “muita vontade política de se efetivar”, ou seja, não sente por parte da administração da Unicamp interesse em viabilizar verba para a infra – estrutura. Já, o professor 10 avalia “que o problema de espaço físico na FEF maior, é em função de uma certa comodidade, é muito mais fácil desenvolver uma atividade de basquete dentro de um ginásio do que numa quadra externa. Aí é que eu acho que a gente está se deparando com um problema sério, nós não estamos desenvolvendo a criatividade do aluno”.

4.2.3. A origem e o desenvolvimento das Atividades de Extensão no Departamento/Faculdade de Educação Física.

A3) Na UNESP

É relatado pelos professores que no início (1986) ocorreram muitas discussões para se desenvolver projetos de Extensão e que se originaram por iniciativas isoladas de alguns professores. Avaliava-se que não existiam condições físicas no campus para se desenvolver trabalhos dessa natureza. E, ainda, como diz o professor 1 era um momento em que o “departamento estava preocupado em definir a teoria da Educação Física e em formar o professor teórico; não se podia falar em esporte”.

Entretanto, hoje é mais valorizada e “é um ponto forte do departamento, serve de modelo para os demais”; “existem normas e uma assessoria”; mas, “não se tem a grande maioria dos professores interessados na Extensão e nem dos alunos” (professor 1).

A maioria dos trabalhos desenvolvidos está voltado para a prática esportiva, de iniciação e treinamento. São atendidas pessoas de todas as idades, objetivando o bem – estar (a saúde). São, também, desenvolvidos trabalhos como forma de terapia.

O professor 2 relata que “inicialmente, os docentes se envolviam com projetos de Extensão vinculados ao interesse da Prefeitura Municipal em manter escolinhas de esporte; professores alimentavam os times e as equipes competitivas da cidade”. Diz, ainda, que os projetos não eram vinculados à pesquisa e que a prática do esporte era treinada numa “repetição altamente mecanicista; só há cinco anos é que teve o primeiro projeto interdisciplinar, envolvendo professores responsáveis pelas disciplinas de cinesiologia, fisiologia, psicologia do esporte, didática e prática de ensino e, mais o fisioterapeuta”.

O professor 3 diz que os projetos mais consagrados são a natação, a ginástica artística, a capoeira e a musculação e que, na maioria, são desenvolvidos numa perspectiva lúdica.

Para o professor 4 “acaba se tendo um departamento com embasamento muito forte para modalidades, não diria nem a competição, a prática desportiva, isso é bem perceptível”.

B3) Na UNICAMP

Ao abordarem essa questão, os professores referem-se primeiro à origem da Faculdade, relatando que ela se originou por iniciativa de um grupo de professores que eram responsáveis pela prática obrigatória da Educação Física no 3º grau. No início da FEF, existiam duas Coordenações: “uma que tratava de esportes universitários e outra que era responsável pela Educação Física oferecida aos alunos de outras unidades de ensino” (professor 8). E “a grande tônica no início da FEF (87 – 88) era implantar um bom curso de pós – graduação”. Assim, “a pós – graduação tomou um corpo e uma densidade muito mais rápida e muito mais intensa do que a graduação; nós estamos acertando a graduação, agora, em 1997”. E “a extensão ela tem ocorrido de forma paralela e estava ocorrendo de uma forma desorganizada” (professor 7). Entretanto, hoje, há uma Coordenadoria de Extensão de Esportes e Eventos. O professor 6 observa que a Extensão vem crescendo de uns dois ou três anos para cá. “De 4 cursos, hoje, são 13”. E, que “no fundo, o carro forte é a atividade esportiva” (professor 6).

Para o professor 8 a FEF foi uma das primeiras Escola na UNICAMP em estar preocupada com essa questão da Extensão e hoje é uma das Faculdades que mais oferece programas. “A FEF tem várias escolas de iniciação esportiva, vários programas de oferecimento de atendimento à comunidade, clínicas de cursos, clínicas de arbitragem, eventos, semana de estudos” (professor 8).

4.2.4. O que é Extensão Universitária em Educação Física?

A4) Na UNESP

A definição de Extensão Universitária em Educação Física pautou-se na articulação com o ensino de graduação e a pesquisa do docente. Para o aluno de graduação seria a oportunidade para vivenciar e aplicar na prática os conteúdos

teóricos apreendidos; para o professor estaria sendo viabilizada a realização de pesquisas.

O professor 1 diz que “a Extensão Universitária tem a função de contribuir para o aprofundamento dos estudos do graduando e garantir uma melhor formação profissional. O aluno pode sair com uma boa bagagem de experiência prática. E, ainda é um reforço para alunos já formados”. Com relação à pesquisa, diz que “o professor pode estar realizando seus estudos”. Para o professor 5 “o serviço de extensão à comunidade no caso da Educação Física é uma complementação curricular”.

B4) Na UNICAMP

Observa-se que nessa Instituição, também é colocada a relação da extensão com o ensino de graduação, com a pesquisa docente e com a pesquisa do pós – graduando; é também a oportunidade que se dá para a comunidade, bem como para os professores formados retornarem à Universidade.

Para o professor 6 a Extensão Universitária em Educação Física “é um tipo de laboratório, que dá suporte às disciplinas e aos alunos para atuarem”. E, “dentro da Extensão, pode ser sistematizada a produção do conhecimento, através da pesquisa e dar à sociedade oportunidade de ela vir à Universidade”.

O professor 7 avalia que “passa a ser extensão, a partir do momento que você tenha aluno de graduação e de pós – graduação fazendo a intervenção com esta população e a partir daí você está gerando pesquisa, formando profissional”. O professor 8 entende que a Extensão “pode contribuir, não só para a formação do aluno, mas para os professores e os cursos de extensão têm que atuar numa perspectiva dentro da formação permanente; é uma possibilidade de os professores formados retornarem à Instituição, não pela pós – graduação, mas pela Extensão”.

Para o professor 10, a Extensão significa “dar ao graduando a oportunidade dele vivenciar, dele conseguir detectar falhas e tentar saná-las até durante o processo de graduação dele” e, ainda considera que “é importante para o graduando, porque ele está aprendendo; é importante para a área de Educação Física, porque nem todo mundo conhece esta diversificação que ela possui de

trabalho e é importante também porque ela dá sustentação à pesquisa, ao próprio crescimento da Educação Física como ciência”.

4.3. PONTOS QUE SE DESTACARAM NOS DEPOIMENTOS

A) Na UNESP

1) A Relação Teoria e Prática da Educação Física na Extensão Universitária

Professores destacam a importância das atividades de Extensão Universitária, como uma possibilidade que os alunos de graduação têm para aplicar conhecimentos teóricos da área de Educação Física.

O professor 1 entende que “a teoria é muito importante, mas não se faz Educação Física sem a prática; princípios teóricos são compreendidos de forma melhor quando aplicados à prática”. E, segundo mais dois professores:

“Com o projeto de Extensão pode mostrar para os alunos de graduação (licenciatura e bacharelado) qual é o trabalho que pode ser realizado no processo ensino – aprendizagem. Na Universidade é possível mostrar o inter – relacionamento entre teoria e vida” (professor 2).

“A Extensão à comunidade é uma forma de você estar trabalhando tanto a Licenciatura como o Bacharelado, com a prática. É quase uma prática de Ensino. É uma oportunidade de você ter o professor ao lado, tirando dúvidas, o aluno vivenciando aquela parte prática da coisa, não é só teoria. Seria a união da teoria com a prática, muito possível dentro dos serviços de extensão à comunidade. Eu acho que isso para a graduação é extremamente importante. Alunos dizem que o primeiro contato que tiveram com a prática, foi com o serviço de extensão. Os alunos se utilizam das práticas que são oferecidas para ter uma vivência prática das coisas conseguindo unir teoria e prática” (professor 5).

2) Extensão Universitária e a Pesquisa Aplicada

Ao procurarem conceituar a Extensão Universitária, três professores mostram sua importância, valorizando e defendendo a necessidade de pesquisa aplicada no país.

Para o professor 1 “no Brasil é necessário se preocupar com o desenvolvimento de pesquisas aplicadas, pois não se pode perder dinheiro e tempo; possibilitaria o desenvolvimento indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão e esta seria melhor estruturada e valorizada”.

Já, o professor 4 critica que “ pesquisa, essa de natureza mais aplicada é considerada pesquisa de segunda classe. Se você fizer a pesquisa básica é melhor. Ninguém faz pesquisa aplicada como linha prioritária”.

E, o professor 5 avalia que “a pesquisa não pode ser apenas básica; ela tem que ser uma pesquisa aplicada. Se o professor faz pesquisa e não consegue voltar nem para o ensino e nem para a extensão, não vê sentido”.

3) A Extensão Universitária como fonte de Captação de Recursos

Como a infra – estrutura física para o desenvolvimento de atividades físicas é precária, professores associaram a possibilidade de captação de recursos à cobrança de taxa de inscrição dos programas oferecidos para a comunidade.

De acordo com o professor 1 “com a elaboração de um projeto sério de programas de atividades físicas, poderia ser cobrada uma taxa mínima e, assim, resolveria determinados problemas de infra – estrutura física do campus”. Segundo o professor 2 “os projetos de extensão têm resultado numa fonte de renda gigantesca para o departamento. Tem sido comprado muito material com o dinheiro dos projetos de extensão. É uma fonte brilhante de recursos”.

O professor 3 destaca que “a Extensão rendeu, no primeiro semestre de 1996, muito mais que a própria Universidade poderia bancar em termos de departamento”.

Enfim, para o professor 5 “a infra – estrutura começou a acontecer na medida em que pode cobrar alguma coisa da comunidade, por oferecer os cursos”.

4) Extensão Universitária e Prestação de Serviços

Observa-se uma certa indefinição com relação a esses conceitos. Professores confessam que não sabem apontar claramente a diferenciação.

Para o professor 1 “a Prestação de Serviços à Comunidade garante a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão e a Extensão Universitária complementa a formação profissional. Na Prestação de Serviços, o professor pode pesquisar junto com a Extensão”.

O professor 4 avalia que “a Extensão, dentro da Educação Física, seria realmente ter acesso dos profissionais”, pois entende que “uma coisa é a gente fazer Extensão ao aluno, outra coisa é prestar serviço diretamente ao beneficiário, à sociedade”.

O professor 5 diz categoricamente que “existe ainda uma confusão muito grande. As pessoas, às vezes, confundem a Extensão com Serviço à Comunidade, que você presta para uma comunidade, que não é profissional, com essa comunidade, digamos assim, licenciandos, graduandos ou graduados”.

B) Na UNICAMP

1) A Relação Teoria e Prática da Educação Física na Extensão Universitária

Nos depoimentos dos professores da UNICAMP, também, observa-se a importância dada à Extensão, no que se refere à oportunidade que o graduando tem de aplicar seus conhecimentos teóricos. O professor 6 diz que “nós tentamos ver com a Extensão de você colocar pelo menos ele ter a parte de vivência prática dele na iniciação dentro da Universidade”.

Para o professor 7 “a Extensão Universitária, em Educação Física, (...) certas formas que estão acontecendo de trazer a comunidade para a Universidade, do aluno ir para a comunidade e aplicar dentro da formação dele, vinculado com o

professor, é aplicar o que ele está aprendendo aqui dentro na teoria, na sua prática pedagógica, aplicar isto na comunidade”.

O professor 8 relata: “consigo conduzir as minhas disciplinas de pedagogia de esporte, possibilitando aos meus alunos, através do oferecimento de Extensão, uma participação prática das questões discutidas na disciplina”.

Por outro lado, critica-se também a excessiva carga teórica do currículo de graduação. Assim, de acordo com o professor 9 “é muito bonito tudo o que se fala, a teoria toda que envolve a Educação Física, principalmente aqui na FEF e a gente tem a limitação a nível de prática, o nosso aluno, se ele não passar por essa experiência de Extensão, isso eu acho que é um ponto legal, ele vai ser um aluno muito teórico, ele vai ser um profissional muito teórico, ele não vive muito a prática aqui, o nosso currículo está até sendo mudado, mas ele chegou a um ponto que ele privilegiou muito a questão teórica. Eu acho que a Extensão é o espaço para eles ampliar as questões práticas”.

E, segundo o professor 10, “é a experiência da aplicação prática, da prática pedagógica deles, extremamente relevante, a gente não consegue, em nossas disciplinas formar o graduando apenas com conteúdo teórico, eu acho que a gente tem que ir lá na prática, aplicar, desenvolver e trazer de retorno. Eu acho que tem que ser durante a graduação. É imprescindível que durante a graduação ele tenha possibilidade de aplicação da prática pedagógica, desenvolvida em sala de aula”.

2) Extensão Universitária e a Pesquisa Aplicada

Nesta questão os professores enfatizam as possibilidades de pesquisas que são geradas com os trabalhos de Extensão, ou seja, eles descobriram um campo para aplicação e desenvolvimento de suas pesquisas.

Diz o professor 6 “eu, por exemplo, vou utilizar as equipes de treinamento para uma pesquisa”. De acordo com o professor 7 “o próprio projeto de Extensão se sustenta por conta das pesquisas que estão sendo geradas”.

Esta questão é vinculada também à orientação de alunos de graduação (iniciação científica) e pós – graduação. Relata o professor 10: “nós já temos uma

monografia e dois projetos de iniciação científica que saíram deste projeto de Extensão. Eu tenho uma orientanda de doutorado que desenvolveu um curso de Extensão aos professores, está trabalhando com eles agora nas Escolas e analisando a resposta de tudo isto deste curso de Extensão”. Por fim, avalia que “enquanto você tem um projeto de Extensão, você tem possibilidade de dinamizar mais a sua pesquisa. Eu tenho três vídeos que a gente editou para apresentar em Congressos, palestras e os próprios alunos tem se utilizado dos vídeos”.

3) A Extensão Universitária como fonte de Captação de Recursos

Professores enfatizam categoricamente a Extensão como uma fonte de captação de recursos. O professor 6 defende que “a Extensão é um órgão que tem que ser muito trabalhado, porque é uma coisa que capta recursos. É uma forma de se captar recursos para a Universidade. É uma forma de você captar recursos para desenvolver mais pesquisas, utilizar mais o ensino com recursos que nem sempre são suficientes através do Estado”. E o professor 8 entende que “a Extensão é um mecanismo de buscar, através de convênios, através de patrocínios, de cursos, para se buscar recursos”.

Para o professor 7 “a Universidade deve manter projetos de Extensão e deve cobrar uma taxa mínima. Esses cursos de Extensão, em relação a fontes, eles geram recursos para a Universidade, que a graduação não gera e a pós – graduação gera pelos órgãos de fomento”.

Enfim, esses professores confirmam o pensamento do professor 10 de que “na verdade, aquilo que a gente acreditava, deu certo, quer dizer, cobrar uma taxa funcionou, funcionou e o que eu vejo hoje na FEF, quase todas as atividades estão cobrando uma taxa”.

4) Extensão Universitária e Prestação de Serviços

Na UNICAMP constata-se, também, uma certa indefinição ao empregarem tais conceitos. Observa-se que só dois professores procuraram caracterizá-las. Segundo o professor 6 “a Extensão era como se dissesse assim: é

uma prestação de serviço. Hoje, que se coloca mais a palavra Extensão em todas as prestações de serviço". E de acordo com o professor 7 "hoje nós estamos definindo bem o que é prestação de serviço e o que é Extensão. A prestação de serviço está sendo encarada como uma atividade à parte na Universidade com contratos e a atividade de extensão está sendo uma atividade mais ligada à Educação".

4.4. UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DEPOIMENTOS

Constata-se que os dois grupos de professores criticam:

- a valorização excessiva à Pesquisa e à publicação de artigos científicos em detrimento da Extensão Universitária;
- "inexistência" de uma política de Extensão Universitária;
- estatuto "vago";
- o princípio de indissociabilidade enquanto discurso;
- o currículo de graduação com ênfase na carga teórica;
- a exigência primeira da titulação acadêmica;
- desinteresse dos professores no que refere à função Extensão Universitária;
- espaço físico precário; falta de material; ausência de recursos financeiros, e
- o isolamento da Universidade em relação aos problemas sociais.

Acreditam que a Extensão Universitária estabelece a relação teoria e prática necessária à formação do profissional de Educação Física, e ainda possibilita aproximação com a comunidade e seus respectivos problemas sociais. Enfatizam a possibilidade de benefícios gerados pela Extensão Universitária para aplicação e desenvolvimento de pesquisas de docentes e alunos. Valorizam a Extensão Universitária como uma fonte de captação de recursos financeiros. Observa-se, que nessa temática, professores da UNICAMP deixam transparecer ser esta a política da Universidade, o que não fica tão nítido nos depoimentos dos professores da UNESP.

Os dois grupos confessam a inexistência de uma política de Extensão Universitária em suas respectivas Unidades de trabalho e apresentam dificuldades para definir o que diferencia a Extensão Universitária da Prestação de Serviços.

Ambos os grupos apontam problemas de espaço físico e, apesar da Faculdade de Educação Física da UNICAMP apresentar melhores condições de

instalações físicas e disponibilidade de material, não consegue corresponder ao elevado número de pessoas que solicitam os espaços: alunos da graduação e pós – graduação/FEF, de outros cursos, funcionários, professores, comunidade etc. Como relata o professor 6 “são 5000 pessoas circulando”.

Observa-se que na UNICAMP os Cursos de graduação e pós-graduação em Educação Física, Lazer e Esporte são institucionalizados numa Faculdade específica. Já na UNESP, os Cursos se encontram num Departamento do Instituto de Biociências.

Enfim, a UNICAMP apresenta uma Coordenadoria responsável pelas atividades de Extensão Universitária da Faculdade, portanto, aparentemente melhor estruturada quando comparada à UNESP, que diz existir uma Comissão. Entretanto, ambos os grupos de professores confessam que necessitam de uma melhor regulamentação e organização das atividades de Extensão.

4.5. OS DEPOIMENTOS À LUZ DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS: MANNHEIM E ELIAS

Mannheim⁶ advoga que o conhecimento não é só historicamente relativo, mas é também socialmente relativo, em relação a certas condições do ser social. Tal princípio permite compreender que o pensar dos professores universitários em Educação Física, expressado nas entrevistas, referentes à função Extensão Universitária, está intimamente relacionado com o contexto social crítico que a Universidade se apresenta nos dias atuais. Os professores apresentam evidente preocupação de que suas Instituições devam-se aproximar da comunidade, para que sejam reconhecidas. E, ainda demonstram que, devido à falta de recursos financeiros, a extensão é uma alternativa para superar (amenizar) o estado atual econômico.

“A Extensão pode ajudar a sair do ‘Castelo’ Universidade”.
(professor 1 – Unesp)

“A Universidade tem que se reciclar, talvez pela Extensão, para que ela vá junto com a sociedade”.
(professor 6 – Unicamp)

“A gente é uma Instituição Pública, a gente teria que fazer essa ponte com a comunidade”.
(professor 9 – Unicamp)

“Com a elaboração de um projeto sério de programas de atividades físicas, poderia ser cobrado uma taxa mínima e, assim, resolveria determinados problemas de infra – estrutura física do campus”.
(professor 1 – Unesp)

“Recursos, na verdade, com os rumos que a Universidade vêm tomando, não dá para desprezar a Extensão”.⁷
(professor 4 – Unesp)

“A Extensão é um órgão que tem que ser muito trabalhado, porque é uma coisa que capta recursos”.
(professor 6 – Unicamp)

⁶ MANNHEIM, K., *Ideologia e utopia – introdução à sociologia do conhecimento*.

⁷ Pode ser também questionado se a falta de recursos para a infra – estrutura física e material para a área de Educação Física, Esporte e Dança, não se dá porque a Universidade ainda não valoriza a cultura corporal e, portanto, não tem interesse em investir neste campo.

Procurou-se descobrir no processo histórico da Extensão, o papel, o sentido e o significado da Extensão, a fim de permitir que se evidenciassem os determinantes que levaram às práticas e concepções atuais na área de Educação Física. Com isso, foi possível entender as considerações dos professores entrevistados, pois, como grupo representativo do meio universitário, concebem essa função no seu cotidiano, no seu funcionamento efetivo na vida acadêmica, como resultado da ação coletiva que vem se dando no processo histórico – social da Universidade.

Isso significa dizer que os professores deram depoimentos de acordo com determinados grupos de intelectuais que vêm elaborando um estilo peculiar de pensar a Extensão, segundo discursos, evidenciados nos capítulos anteriores, que defendem o problema da relação entre a Universidade e a Sociedade no âmbito da Extensão Universitária, cabendo a esta o papel de responder ao compromisso social da Universidade. Deixam transparecer que sem a Extensão não se consegue realizar o ensino – formação profissional e a pesquisa. No pensamento dos professores, a Extensão é a principal responsável para resolver a crise universitária. Na área da Educação Física, a Extensão Universitária passa a suprir as falhas do ensino e da pesquisa. Ao invés de se pensar em aprimorar o Ensino e a Pesquisa nas suas relações entre Professores, Alunos, Comunidade, Universidade, Sociedade, Educação, Ciência e Tecnologia, a prática da Extensão efetuada por um pequeno grupo de professores e alunos apresenta-se, majoritariamente, como um rol de atividades esportivas para a comunidade, justificando suas pesquisas.

“A Extensão Universitária tem a função de contribuir para o aprofundamento dos estudos do graduando e garantir uma melhor formação profissional. E, ainda, é um reforço para alunos já formados”.
(professor 1 – Unesp)

“Possibilitar melhores condições para a realização de pesquisas e favorecer para um ambiente de ensino, em que este fosse possível de ser experimentado na prática”.(professor 1 – Unesp)

“Acho que o serviço de Extensão à comunidade no caso da Educação Física é uma complementação curricular”.
(professor 5 – Unesp)

“A Educação física é uma atividade que está muito ligada as atividades esportivas, tanto de desempenho como de participação”.
(professor 3 – Unesp)

“É um tipo de laboratório”.
(professor 6 – Unicamp)

“Dar suporte às disciplinas, dar suporte aos alunos para atuarem”.
(professor 6 – Unicamp)

“Dentro da Extensão pode sistematizar a produção do conhecimento através da pesquisa e pela Extensão dar à sociedade oportunidade dela vir à Universidade”.
(professor 6 – Unicamp)

“Passa a ser extensão a partir do momento que você tenha aluno de graduação e de pós-graduação fazendo a intervenção com esta população e a partir daí você está gerando pesquisa, formando profissional”.
(professor 7 – Unicamp)

“Eu acho que é importante para o graduando, porque ele está aprendendo, é importante para a área de Educação Física, porque nem todo mundo conhece esta diversificação que ela possui de trabalho e é importante, também, porque ela dá sustentação à pesquisa, ao próprio crescimento da Educação Física enquanto ciência”.
(professor 10 – Unicamp)

“Aqui, atualmente, a gente tem uma área muito forte de esportes, eu diria que a área de pedagogia do movimento mesmo, que é a questão da ginástica, escolinha de futebol, escolinha do basquete”.
(professor 7 – Unicamp)

“No fundo, o carro forte é a atividade esportiva”.
(professor 6 – Unicamp)

Os professores entrevistados são componentes de um grupo que cooperam entre si e competem com os demais, diversamente organizados, contrários à Extensão. Esses criticam a Extensão na área da Educação Física, principalmente, pela sua vinculação à prática esportiva, sem envolvimento com pesquisa, posto que o câmpus não oferece estrutura física adequada. Os professores entrevistados, favoráveis à Extensão, segundo o discurso do grupo a que pertencem, propõem a modificação do mundo circundante através da Extensão, defendendo-a por estar garantindo melhor formação profissional. A relação teoria e prática, o desenvolvimento de pesquisas, melhor estrutura física e o oferecimento à comunidade de uma atividade física diferenciada, bem como, a possibilidade de

reconhecimento da Universidade, são outros argumentos utilizados. Não percebem que ao defender a Extensão, estão indicando a própria falta de identidade da Universidade, pois está sendo privilegiada a Extensão em detrimento de um compromisso social que deve se dar nas relações entre ensino, pesquisa e sociedade, portanto mais amplo.⁸

“Criticava que a Extensão pela Extensão era sinônimo de esporte pelo esporte, sem relação com a pesquisa. O departamento estava preocupado em definir a teoria da Educação Física e, em formar o professor teórico. Não se podia falar em esporte”.
(professor 1 – Unesp)

“Acho que a pesquisa não pode ser apenas básica, ela tem que ser uma pesquisa aplicada. Se o professor faz pesquisa e não consegue voltar nem para o ensino e nem para a extensão, não vejo sentido”.
(professor 5 – Unesp)

“A chefia do departamento dizia: não tem infra – estrutura, não vamos oferecer o curso. Nós colocávamos: não existe a infra – estrutura porque não existe o serviço de Extensão, se ele nunca for criado, a infra – estrutura, também, nunca vai acontecer”.
(professor 5 – Unesp)

“Eu, por exemplo, vou utilizar as equipes de treinamento para uma pesquisa”.
(professor 6 – Unicamp)

Denota-se uma certa competição na construção do pensamento, em prol da Extensão, evidente ao estudar os Encontros Nacionais dos Pró-Reitores de Extensão (capítulo II) que, por terem uma determinada concepção de Universidade, revelam-se como expressões intelectuais de grupos em luta pelo poder, ou melhor, por um determinado espaço – “status” acadêmico.

Como bem identifica Botomé⁹, tal competição tem influenciado no sentido em que estes desenvolvem e defendem pensamentos que, em última instância, têm contribuído para a descaracterização do Ensino e da Pesquisa. Por

⁸ Explicita-se que em nenhum momento está se negando ou desmerecendo a prática de extensão em si desenvolvida pelos professores de Educação Física, que se empenham por acreditarem no seu valor comunitário. O principal objetivo é detectar e analisar o pensar dessa função e seus implicadores no cotidiano da Universidade.

⁹ BOTOMÉ, S. P., *op. cit.*, pp. 83 - 99.

exemplo, ao afirmarem que a “Extensão é o processo que articula Pesquisa e Ensino de forma indissociável, que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade e é uma via de mão dupla”, ignoram que são o Ensino e a Pesquisa aspectos fundamentais no processo de formação profissional do graduando, que possibilitarão a observação criteriosa da realidade social e o conseqüente agir perante determinadas circunstâncias. E, mais, o poder mágico atribuído à Extensão de redentora dos problemas da relação Universidade e Sociedade, redime o Ensino e a Pesquisa de uma avaliação na Instituição, ou seja, do que tem sido a formação profissional e atuação do aluno na sociedade conforme o Ensino e a Pesquisa que lhe são transmitidos (a que são submetidos ?) em sua Universidade, bem como o ensino de pós-graduação, na orientação de pesquisas, o que leva os pesquisadores a questionarem a relevância de suas pesquisas, relacionadas aos problemas sociais do contexto em que a Universidade está inserida. Ou seja, a Extensão pode estar desviando o foco da questão essencial relativa à formação profissional.

É nessa trama de forças sociais - intelectuais de discursos disseminados historicamente no âmbito universitário, que se originam os modos de observar e pensar a Extensão na Educação Física, ou seja, os professores entrevistados incorporaram o papel milagroso atribuído à Extensão. Na prática da Extensão estaria sendo recuperada a função social da Universidade e seu reconhecimento, transparecendo que a Extensão seria responsável por tudo, independente de se avaliar em primeiro plano o que tem sido o Ensino e a Pesquisa nessa área de conhecimento.

“Acho que o papel da Universidade é o ensino, pesquisa e extensão. Com a extensão tem condições de passar conhecimento e voltar para a sociedade esse conhecimento”.
(professor 6 – Unicamp)

“Dar ao nosso graduando esta oportunidade dele vivenciando isto, dele conseguir detectar estas falhas e tentar saná-las até durante o processo de graduação dele”.
(professor 10 – Unicamp)

“Seria a união da teoria com a prática, muito possível dentro dos serviços de Extensão à Comunidade”.
(professor 5 – Unesp)

“É uma forma da Universidade estar sendo bem vista pela comunidade. Vire e mexe tem reportagem no jornal, televisão”.
(professor 5 – Unesp)

ANEXO A

DA FONTE ORAL AO DOCUMENTO ESCRITO: O PENSAR DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

AS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNESP

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RIO CLARO

Professor 1

"O conceito de Extensão Universitária é uma questão de muita controvérsia, inclusive na UNESP. Apesar de, hoje, nós termos uma assessoria que está envolvida, que está querendo melhorar esta questão da Extensão Universitária. Existe a questão da Extensão Universitária e, também, a questão da Prestação de Serviço, que para mim é um pouco diferente. Talvez, possa ser colocado como Extensão Universitária uma coisa generalizada. Mas, para mim, a Extensão Universitária seria algo que viesse em favor de um aprofundamento dos estudos; por exemplo, daquilo que um graduando está tendo na graduação. Nós sabemos que todos os currículos nossos não são sempre fiéis aquilo que nós pretendemos, os objetivos são alcançados, mas, não são muito bem alcançados, sempre fica faltando alguma coisa; nós não temos muito tempo para dar e, eu, também, não acho que na graduação nós temos que dar tudo; o aluno tem que sair com uma base para poder aproveitar lá fora, porque a Extensão Universitária neste sentido, ela entraria para melhorar a formação da graduação. Não é um curso de especialização e nem é de mestrado, seria uma melhoria da formação do graduando e aí são 30 horas, 40 horas, que seria alguma coisa que estivesse faltando; vamos supor, no currículo aquilo que nós não tivéssemos tempo de dar e aí uma Extensão Universitária para os alunos da graduação, mas também, no sentido de fazer um trabalho com aqueles que já formados, que não tiveram chance de entrar em qualquer outro curso de especialização, também, com vistas a esta melhoria. Seria um reforço de formação para os formados e para aqueles que iniciassem a graduação. Eu acho muito difícil até hoje os profissionais, alunos entrarem em um curso de pós-graduação. E, aí é a questão da Prestação de Serviço, que seria no caso que nós chamamos de também de Extensão, é um trabalho que, seria a Prestação de Serviço à comunidade, que é o que nós fazemos aqui. Pelo menos faz na grande maioria. É aquela que a meu ver, também, serve para ajudar na

graduação. Ela, também, vai melhorar a parte prática ou seria a aplicação da teoria na prática, que eu acho que é importante para o aluno ter esta prática aqui dentro da Universidade e, ainda, sob nossa orientação. Eu acho que isto é importante. Então, o conceito, ele fica meio, ainda, filosoficamente, eu não saberia te dar um conceito mais preciso, mas eu acho que tem, ainda, uma certa diferença. E, aí tem as outras Extensões Universitária que aí passa para o próprio professor fazendo cursos fora; prestando serviços lá fora, a nível de mestrado, doutorado ou mesmo só de consultoria; assessoria; isto, também, faz parte, isto, também, é Extensão Universitária. Acho que sim, faz parte desse bolo. O que eu acho realmente é que nós precisamos estabelecer um conceito, talvez até para cada parte dessa Extensão, para verificar até onde uma vai; para que serve; quais são os objetivos; se deve ser feito mesmo ou não deve; qual o papel da Universidade nessa questão; o papel do professor. Eu acho que sobre isto, não tem muito mais a acrescentar. A Prestação de Serviço ela diferencia, porque ela, também, é uma complementação ou talvez não a complementação, mas ela deveria estar no bojo do currículo, então não seria uma complementação, ela deveria estar no bojo, porque aí vem a questão da Pesquisa, do Ensino, da Extensão, porque ela se completa não complementa, de fato completa, e a Prestação de Serviço à comunidade você traz um indivíduo de fora, o aluno faz a sua prática, quer dizer, ele vai aplicar a teoria tida em todo o bojo do currículo, nessa prática, sob a nossa orientação, sob a nossa supervisão e é Prestação de Serviço porque você atende a comunidade, seja ela a que comunidade for. Mas, aí o que muda um pouquinho talvez da outra Extensão Universitária, que eu digo para você que é a complementação de formação, é que aqui o professor pode estar fazendo a sua Pesquisa, junto com a Extensão. Como no meu caso; eu faço uma Pesquisa junto com a Extensão; eu pego minhas alunas de natação e ali eu tenho a minha Pesquisa; estou divulgando a minha Pesquisa dentro da Extensão e, aí eu preciso não da Extensão e, sim, da Prestação de Serviço, eu preciso dela para fazer a minha Pesquisa. Então, elas se diferenciam em parte, nesta questão. Ela não é uma complementação, ela deveria estar no bojo e aí garante a insociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. O professor está treinando, está tendo experiência, o professor pode estar fazendo a sua pesquisa ali e a comunidade está se beneficiando destas questões. Por exemplo, na natação eu recebo gente de todos os cursinhos de natação que existem em Rio Claro e, a maioria vêm e fala mesmo: teu curso é o melhor, nós não queremos outro, porque, você sabe como ensinar, conhecemos, sabemos que você está fazendo um trabalho de competência e, não tem nada como muito gente chama, de ajudar a comunidade; tem um pouco de assistência, porque se você verificar a comunidade que vem aqui, meu interesse então seria muito maior que viesse a comunidade mais pobre, que é a comunidade que não tem chance e aí sim ela poderia ser chamada de assistencialista, mas não é, pode até ser, mas ela não é somente isto, eu acho que ela abraça toda esta questão. Eu acho que é importante. Com relação a Instituição, a Extensão, ainda, é o primo pobre da tríade de toda a Universidade. A Universidade valoriza muito a Pesquisa, valoriza um pouco menos o Ensino que, a meu ver; porque eu acho que a valorização do Ensino, principalmente hoje está pecando. Eles estão valorizando demais a Pesquisa e a Extensão, ainda, é o primo pobre, porque não se valoriza, haja visto nos próprios relatórios que nós mandamos para a CPRT. Pode ter quantos projetos de Extensão que tiver, mas se você não tiver, por exemplo, uma Pesquisa feita, concluída, ou alguma coisa publicada, você é chamada atenção, não é valorizada, você não ganha pontos, aqueles pontos que

contam com relação a própria Instituição, você verifica com relação a Pesquisa, a Universidade tem um ponto e vírgula não sei o que, da produção científica do Estado, a Pesquisa vem em primeiro ponto. Eu acho que, a Universidade, ainda, não descobriu, inclusive, o valor financeiro da Extensão. Eu acho que nós poderíamos estar tirando muito o pé da lama com relação as condições financeiras, se nós tivéssemos olhando um pouquinho mais de perto isso aí, tivesse aproveitado um pouquinho mais. Então, eu acho que não valoriza, agora que eu acho, que com esta nova concepção de Extensão e, principalmente, voltada para a necessidade que nós temos hoje, me parece que estão tentando levar. Mas, pelo que eu tenho visto, uma ou duas reuniões que eu participei da Comissão Especial de Extensão da Reitoria, a coisa está muito assim: venha conhecer a Universidade; então, eu acho muito superficial, eles não estão entendendo, ainda, a Extensão, como uma coisa que realmente pode vir a se fixar em pé de igualdade ou pelo menos em relação ao Ensino e a Pesquisa. Eu acho que se alguém levasse isso a sério e, começasse ver um valor um pouco mais profundamente, nós teríamos uma Extensão mais bem feita. O papel da Extensão eu acho que seria dar condições ou mais condições para que nós fizéssemos a Pesquisa e, que o Ensino fosse possível de experimentar mais de perto. Eu acho que através dessa Extensão, esse serviço de Prestação de Serviço; não estou falando das outras, porque tem outros sentidos de Extensão. Mesmo os outros sentidos, então, por exemplo: o aluno ele poderia sair daqui com uma bagagem muito boa de experiência prática na Extensão. O professor poderia estar fazendo seus estudos. A Pesquisa aplicada, que eu acho que o Brasil precisa é isso e nós não podemos perder tempo e dinheiro; não estou dizendo que não tem valor, eu acho que a Pesquisa básica, a Pesquisa de ponta ela tem que ser feita e nós precisamos, mas, existem as Pesquisas aplicadas que nós precisamos agora, tem que aplicar agora, porque o Brasil está precisando das coisas muito mais aplicadas, do que realmente uma coisa mais vamos dizer, assim, de elucubração; se nós estivéssemos criando, desenvolvendo a ciência na sua expressão, na sua completa expressão, tudo bem, mas, eu acho que nós não temos dinheiro para isso, não temos tempo para isso. Então, dê o valor para esta parte, se tem alguém que possa fazer, vamos deixar fazer, mas, eu acho que a Universidade não tem que esperar que todos façam o mesmo tipo de Pesquisa. Eu acho que nós não somos iguais, nós vamos ter professores que vão ser excelentes pesquisadores e, vamos ter professores que fazem Pesquisas por obrigação. Toda essa coisa deveria ser um pouco melhor explicada. Eu acho que a Extensão poderia servir muito bem esse papel, porque você estaria complementando, você teria a sua Extensão, o seu Ensino, a sua Pesquisa, você teria tudo ali para fazer. Acho, também, que nós teríamos que ter grupos maiores, acho que nós dentro da Universidade somos muito segregados, cada um fazendo o seu trabalho, sem pensar na grandiosidade que é isto, se nós tivéssemos um grupo maior em cada uma dessas áreas, eu acho que nós teríamos muito maiores condições até de sobrevivência mesmo. Acho que um deles pode ser este. O Departamento de Educação Física daqui de Rio Claro, quando eu cheguei, não tinha isto em 1986 e eu me lembro que conversando com alguns professores, eu coloquei toda a minha posição em relação ao meu trabalho. Eu vou fazer Pesquisa, vou Ensinar, mas o meu preferido, o meu primo rico é a Extensão, eu adoro Extensão, a Extensão me dá uma riqueza de recursos, inclusive para continuar estudando, para continuar fazendo um monte de coisas. Eles acharam ótima a idéia porque aqui não tinha; então, só que no momento em que eu comecei a falar sobre isso, um professor que na época era o chefe, ele foi contra.

Ele tinha argumento. A verdade é a seguinte, que as nossas discussões sempre foram num nível profissional, brigava com ele naquele corredor ali, mas saía dali, ia conversar, tomar uma cervejinha, porque realmente ele tinha os argumentos dele e eu tinha os meu. Os argumentos dele eram que a Universidade não tinha condições físicas, que ela não tinha lugar, principalmente, para colocar crianças e, ele tinha razão, não temos condições para receber as crianças, não tínhamos piscina na época; tinha, aliás está discussão foi depois que foi quando a piscina foi construída. E, ele falava que nós não tínhamos condição de trazer criança para cá, porque não tem segurança, nem isso ou aquilo. Ele lembrava de como a Escola de 1° e 2° graus era nos Estados Unidos, porque ele tinha acabado de chegar de lá e, então, ele achava que nós não tínhamos condição. Então, aí o argumento dele era esse e eu acatava, dizia: você tem toda a razão, nós não temos condição, mas por outro lado, se nós formos esperar as condições, nós nunca vamos ter Extensão. E, a minha Extensão não é pelo simples prazer da Extensão, de pegar as crianças, trabalhar com elas, que eu gosto muito, não é só isso. Eu acho que os alunos, para que eles possam praticar. Até acharam egoísmo meu, você quer fazer porque gosta. Não, não é egoísmo meu, eu tenho um objetivo. E, é um objetivo muito sério, é dar para os alunos condições aqui dentro, experimentar o que eles vão experimentar lá fora. Porque, eu já tive esta discussão antes em Viçosa, que um professor falava assim: a realidade dele lá fora vai ser diferente. Vai ser na natação, lá fora ele não vai ter piscina na Escola. Bom, mas, se ele não tiver experiência aqui, aonde que ele vai ter e se ele tiver lá, se ele for um daqueles que vai trabalhar num clube, aonde tenha piscina, numa escola aonde tenha piscina, e aí? Então, nós perdemos tempo, perdemos a chance de dar a ele uma oportunidade de experimentar o real, porque ele vai trabalhar com criança e tal. Então, houve realmente muita discussão, mais aí quando chegou uma nova professora e ela era, também, realmente era a favor e nós começamos o primeiro programa. E, realmente o Conselho discutiu muito, tinha uma professora que, também, era muito contra, porque ela achava que nós só fazíamos Extensão pela Extensão, nada de Pesquisa. E, esta Extensão pela Extensão seria o esporte pelo esporte. Porque se você fosse falar em esporte aqui, eles, também, não queriam. Você que estudou aqui, sabe que o grande objetivo aqui era fazer a teoria da Educação Física, era ter o professor teórico, que eu nunca fui a favor. Eu acho que ele tem que ter a teoria, porque é muito importante, você não faz a Educação Física sem a teoria, mas, eu, também, acho que você não faz a Educação Física sem a prática. Então, a briga minha com eles era essa. Eu acho que tem a teoria e a prática e, nós não podemos dispensar uma da outra. Onde você pode encontrar e, principalmente, aonde vai trabalhar um professor, um pesquisador de Educação Física sem a prática, então, eu acho que é muito mais fácil ele pesquisar com essa experiência mínima que seja e, ter uma boa base teórica, aí vem a questão da realidade, por isso eu acho que hoje a questão do crítico social, eu acho que é por aí mesmo, não estou por dentro destas questões, nós não estamos estudando mais, eu não estou lá fora, aqui dentro nós não temos muito esta discussão. Mas, o que eu acho que pode acontecer até com a própria Extensão, é que nós podemos ir de encontro a esta questão. Sabe porque, eu acabei de dar um curso agora de fundamentos da natação e uma das questões era: a natação é ou não um esporte de elite? Pedi aos alunos para fazerem um trabalho, quem acha que é e quem não acha que é, e não pude fazer muita prática com eles neste primeiro momento que foi de fundamentos de natação, porque o 3° ano está por aqui de serviço, não tenho janela, não teve jeito, de jeito nenhum. Eu pedi a

eles para que neste 2º semestre me procurasse para ter a prática um pouquinho, pois não pude dar a prática. Mas aí fiz este trabalho, e foi, assim, formidável por ver como é que os meninos se situam para saber se é ou não é um esporte de elite, se é, porque é. Então, houve uma discussão em cima daquilo e todos foram unânimes em dizer que na base, na aprendizagem e aonde tem a natação é uma coisa para todo mundo. Então, quando você vai aprender a nadar você entra na prefeitura, então, todo mundo tem a chance de aprender, mas isso não acontece em toda a idade. Agora, passou daquele nível, aí ela já se torna um esporte elite, porque só atinge camadas mais financiadas da sociedade. Aí, então, foi decidido que é um esporte de elite. Aí, então, você começa a entender, compreender como é que eles estão preocupados com a questão da sociedade, com o social. E, a Extensão, pode ajudar, porque quem vêm é a parte da sociedade, então, nós saímos um pouco daquele castelo que a gente fica dentro da Universidade, porque nós ficamos dentro da Universidade, para mostrar um pouquinho como é a realidade lá fora. Tanto é que os jovens encontram aqui crianças ricas, pobres, vêem a diferença de atitudes, de educação, de vontade etc. Então, eu acho que ela, também, pode ajudar nisso e consegue sim, mas como eu te falei, ela não tem valor, então, nem todos os alunos tem interesse, são pouquíssimos que tem a experiência. A origem foi esta, nós tivemos dificuldades, mas aos pouco com a chegada da professora nova; até que o departamento resolveu mudar a atitude de ficar contra e não aceitar, aceitou, colocou algumas normas, e aí sim, nós começamos a fazer uma coisa mais organizada. Existia um projeto. Agora o que acontece é que, hoje, todos os professores podem fazer o projeto. Hoje, nós temos uma assessoria de Extensão. Nós partimos de 0 para 23 projetos diferentes de Extensão. A Extensão, hoje, eu diria que é um ponte forte no Departamento, pelo menos para uma grande maioria dos professores. Mas, ainda, tem uma grande maioria que não faz. O chefe que criticava, hoje, ainda, critica e tal, mas ele valoriza, ele aceita, acha que, ainda, tem uns defeitos e tal, mas, nós, ainda, precisamos fazer um estudo maior, porque nós vamos chegar nesse ponto, porque eu acho, você falou de fazer esporte por esporte, porque aqui em Rio Claro já deveria ter um Centro de Pesquisa de esporte. O departamento não quis, ainda, mesma coisa que não quis a Extensão, a questão do Centro de Pesquisa, também, é uma coisa que não se tocaram, não querem pensar, está guardado na gaveta e, quem sabe daqui uns cinco anos e, não se toca no assunto. Então, é assim, hoje eu diria que o nosso forte, além do Ensino, da Pesquisa, a Extensão está indo muito bem. Eu acho que ela é uma questão que, realmente, agora, temos umas arestas, ainda, há muita Pesquisa, o trabalho de formatura, os alunos, eles usam da Extensão para fazer os trabalhos, então, eu acho que ela está enraizada. Os trabalhos, a maioria são voltados para a prática desportiva, porque você tem a iniciação, o treinamento, mas tem, também, a questão do laboratório lá, aí já é uma outra Extensão onde, eles abrem as portas para as crianças das Escolas virem. Então, eles tem, também, aquela questão teórica de ensinar, trazer a criançada, de mostrar, de ver o que é que está acontecendo. E, tem uma outra, que apesar de ser Extensão e já ter usado para Pesquisa, é assistencial, também, é a questão da Educação Física Adaptada, é a questão do Controle Motor. Mas, tem a Educação, que tem um trabalho junto conosco que é, também, adaptado, mais voltado para a psicologia. Então, eu acho que está bem diversificado, bem diferente de quando eu cheguei. Mas, o grande bojo da coisa, é a prática desportiva. Sobre Ensino, Pesquisa, Extensão, eu acho que é possível como já te falei, ainda, nós temos que trabalhar mais em cima disso,

dá para fazer mais alguma coisa e aí vem a questão da Pesquisa aplicada. Eu acho que se nós tivéssemos um pouquinho mais de visão para este lado, nós teríamos a Extensão um pouquinho mais estruturada, valorizada e tal. É preciso que alguém tenha realmente uma força, uma liderança para levar isso aí. O projeto de Extensão, ele existe, ele começou variado, até que o próprio Conselho resolveu colocar suas próprias normas da Extensão. Tem uma assessoria de Extensão; agora, se você falar: está escrito? Não está, porque isto já foi a mais tempo atrás. Ele é levado como um projeto, mas não tem avaliação, cada professor faz o seu programa, mas faz parte, inclusive, quando você tem que fazer o relatório do Departamento, o projeto de Extensão vai todo dentro daquele, inclusive, hoje, você sabe que a Universidade tem uma página que mostra quais são todos os projetos de Extensão e eu acho que a própria Universidade, hoje, está valorizando um pouco mais, mas, eu acho que ainda é pouco, mas eu acho que ainda chega lá. Então, existe, é um projeto, é um programa, faz parte do todo do Departamento. Mas, ainda, está capengando, nós precisamos fazer um pouco mais. Sobre a estrutura física é o que nós temos, não tem muito, precisamos ampliar esse Departamento, nós não temos ginásio. Agora, por exemplo, de manhã vêm muita gente de fora, entra aqui na Universidade, e está caminhando. Há pouco tempo fiz um questionário e levantamos um pouco, de quem são essas pessoas que vêm para cá, porque é que elas vêm, porque é que elas estão fazendo Educação Física. Foi muita surpresa verificar que a maioria não tem orientação médica, nem profissional, estão andando aí na rua, dentro da Universidade, porque o diretor permite, então, sugeriram como eu já estava fazendo isso no curso de condicionamento físico na minha disciplina, eu já tinha feito um levantamento com os alunos sobre uma pista de saúde dentro da Universidade, então, a gente, combinou, agora, eu tenho o mapa de uma pista para ver se eles aceitam. Com isto e, é Extensão, também eu vou colocar os alunos para fazerem cada estação como um exercício, os alunos vão estar lá para ajudarem, quando eles não estiverem, vão ter cartazes, mostrando, orientando. Para as pessoas vamos pedir que eles façam exame médico, tem gente velha, gente idosa, acima de 60 anos. Então, isto mostra um pouco da mudança que está existindo. E, o próprio diretor e vice-diretor me pediram para fazer isso. Eles estão preocupados com a situação. Muita gente andando aí. Sobre recursos, a Universidade não tem recursos, a não ser aquelas manutenções de sempre que nós precisamos que seria necessário até para o Ensino. Se acontece alguma coisa na piscina, concerta, você tem que mandar consertar, eles tem que pagar, mas, isso é manutenção, a questão não é por causa da Extensão. Mas, hoje, nós cobramos. Quando começamos nós não cobrávamos taxa nenhuma. Hoje, nós temos cobrado. E é um bom dinheiro. Estava, entrando um bom dinheiro, só que não vem em geral para o Departamento. É recebido na diretoria e parece que, hoje, tem uma certa resistência da diretoria de trazer esse dinheiro para cá. Pode ser uma saída até para resolver algumas questões, não precisa ser muita coisa não, nós cobramos pouco e aí que está, se nós pudéssemos realmente bolar um projeto que fosse uma coisa muito séria, levar isso em frente, talvez nós tivéssemos melhores condições até físicas com esse dinheiro que entra. Nós temos uma idéia que entre uns R\$ 15.000,00 por ano. É dinheiro. Quanto aos objetivos, hoje, eu diria que todo o trabalho de Prestação de Serviço nesta Extensão, eles são variados. Você tem a clientela de todos os tipos, adultos, terceira idade, crianças, jovens e até os deficientes. Você tem várias idades, você tem iniciação esportiva, voltada para a saúde, você tem voltada para a terapia, são diversas, então, eu diria

que é um leque mesmo, nós não temos um objetivo certo. Como depende de cada professor, então, esta variação acontece até cultural, é de saúde, é de esportivo. A Educação Física é que mais se destaca, é a que mais tem trabalhos de Extensão de todos os Departamentos no Campus e, serviu, inclusive, de exemplo para outros, muita gente começou a fazer Extensão Universitária ou Prestação de Serviço moldados aqui no nosso Campus, no nosso Departamento, porque não existia. Sobre o crítico social já falei, eu acho que nós não estamos voltados para isso, não tem objetivo, mas eu acho que é fácil você dirigir para esse tipo de conceito, muito fácil. Isso, porque primeiro você trabalha com o pessoal aqui dentro, ou trabalha aqui dentro, ou vai lá fora que você pode, também, fazer o trabalho lá fora, no caso da Prefeitura, por exemplo, que nós temos o programa de vôlei, o programa de natação, como o treinamento é feito lá na prefeitura, mas, no inverno é feito aqui; então, nosso aluno, ele tem essa possibilidade de trabalhar um pouco com uma experiência real e tem a experiência aqui. Agora, eu acho que de acordo como o nosso curso, com o nosso programa no conteúdo total, aí já não sei se isso está sendo realmente sendo levado, implantado. Eu acho que ela poderia ser possível, está desmistificando, porque nós trabalhamos com aqueles objetivos que eu te falei. É prática esportiva, sim, mas, não é esporte de alto nível. É da iniciação, da saúde, então, do que nós podemos trazer para o público, eu acho que nós temos conseguido muito bem, eu não tenho uma pesquisa nisso, mas, a observação que nós fazemos nestes 10 anos, é que você vê até a diferença de atitude das pessoas que vêm aqui. O programa de master de natação, por exemplo, eu tenho uma equipe de master de natação, ninguém foi atleta de natação, no entanto, eles adoram competir, adoram participar e não interessa para eles se estão ganhando ou não, porque? Por que o objetivo do master nosso é o exercício voltado para a saúde. Então, nós competimos, porque já faz parte do social, é gostoso, é uma coisa estimulante. Mas, nós competimos para treinar e não treina para competir, que é diferente, não é a questão. O jovem tem que treinar para competir, porque é o que ele quer. Agora, o que falta no Brasil seria realmente e, aí, sim, um conceito do que é esporte de alto nível e o que é conceito de esporte para todo mundo. Todo mundo deve fazer esporte, todo mundo deve competir, deve, mas, nem todo mundo faz esporte de alto nível. Então, como aconteceu agora nestas Olimpíadas, a mídia fez tanta propaganda que nós íamos trazer milhões de medalhas e olha o que acontece, nos esporte que nós não esperávamos o ouro veio, e que esportes são esses? Só esporte de nível financeiro elevado, cavalo, iatismo, o próprio vôlei de praia, que as meninas ganham um dinheirão, então, aí não é nem esporte, é uma profissão e, o povo será que não percebe, será que o povo ficou chateado? Já que nós temos está condição, porque nós conversamos, toca-se muito não só a pessoa que vêm, mas o aluno. Aí é que está, a orientação que nós passamos não é bem aquela orientação de sala de aula, porque agora estamos falando de uma outra coisa, por isso eu acho que ela não complementa, ela completa o negócio, porque você, muitas vezes, você deixa de fazer em sala de aula, pode fazer aqui, porque aqui você está com a mão na massa. Você tem pessoas de fora, as pessoas que vêm de fora com diversas atitudes, diversos pensamentos, diversas teorias e aí você consegue trazer isso e o aluno sente. O aluno te procura para pedir explicações. Então, é por isso que eu acho que a Extensão na Universidade deveria ser um pouco melhor trabalhada, para nós tirarmos realmente dela aquilo que é ideal para que possamos complementar isso tudo aí. Se não a Universidade fica muito capenga; Pesquisa; Ensina, mais ou menos; Extensão, nada. Esse

trabalho deve ser melhor ainda quando temos as crianças. Muito interessante, veja um caso que eu vou te contar: eu ensino nadar, adoro, pego as crianças de toda a idade, 6, 7, 8, 9, 10 anos para ensinar. Então, eu tenho que falar sobre a flutuação, tenho que falar sobre o princípio de Arquimedes, você pega uma criança de 6 anos e mostra para ela como que você pode conseguir isso, manda fazer um exercício e tal e ela descobre; há, flutuei; aí você fala que é porque tem água aqui embaixo que te segura, então, você usa uma questão muito tranqüila para ela entender, ela tem 6 anos. Quando a idade vai crescendo, aí você começa a ensinar um pouquinho mais, pega um menino de 12-13 anos e fala no princípio de Arquimedes, na força de baixo para cima, no empuxo e, aí eles já estão tendo isso na escola e aí eles dizem: há, você está falando desse princípio, assim, assim? Eu estudei isso lá. E, aquele que não estudou ainda, a hora que chegar na Escola, ele vai associar, porque no meu caso, quando eu aprendi a nadar, estas informações não me foram passadas, quando eu fui para a Escola, tudo o que era de Física, não me era muito prático e, como eu sou uma pessoa muito prática, eu ficava muito na questão abstrata e eu não entendia muito. Eu só vim a concatenar as idéias muito tempo depois, quando eu comecei a fazer pesquisas. Eu, hoje, eu acho que essas crianças que passam pelo nosso curso, elas vão lá fora e vão ter uma informação melhorada, elas vão absorver melhor as informações, porque elas já tiveram aquela prática ali neste sentido, eu acho que isto acontece, agora é lógico que com uma estrutura melhorada isso poderia acontecer muito mais. Eu acho que é importante a Extensão neste sentido que, também, auxilia muito na formação”

Professor 2

“Dagmar, eu fico bastante surpreso de verificar que, na grande realidade, a UNESP é uma Instituição que exige de nós em nosso regime contratual uma dedicação na Extensão Universitária. Mas, por outro lado, eu não vejo o apoio para esta questão universitária; assim, como eu não sinto engajamento dos docentes na Extensão Universitária. Porque, a grosso modo e o que nós chamamos de Extensão Universitária, na realidade, não é uma Extensão Universitária. Ela funciona de uma maneira complicada, em que nem todos estão ligados àquilo que nós acreditamos ser a Extensão Universitária e, que fica um pouco distante das determinações ou das funções que esta Extensão deveria ter. Por exemplo: nós acreditamos e sabemos que a Extensão Universitária deve realmente chegar a comunidade, certo? E, qual comunidade? Pode ser até a comunidade Universitária, mas, de preferência que nós extrapolemos os muros da Universidade. Na grande realidade, aqui dentro do nosso Campus, quais são os projetos que atingem esta comunidade. Bem, supondo que nós temos 10 projetos e que 5 atinja a comunidade externa à própria Universidade. Quando eu digo externa à Universidade, eu estou dizendo as crianças do bairro, a população vizinha e; quando digo a comunidade interna, seria os alunos, os que participam dos nossos projetos, professores e funcionários. Funcionários, nenhum, se você for procurar, pelo menos no meu departamento, posso dizer por ele, eu desconheço uma atividade com funcionários. Docentes, nós temos alguns engajados em um ou outro projeto mais; eles vem procurar o projeto, eles buscam as questões que são pertinentes às necessidades deles no momento, exemplo: musculação, temos 3 ou 4 docentes da Geologia, que por uma necessidade de fisioterapia, vieram parar na musculação. Então, veja bem, a Extensão não atingiu seu objetivo enquanto o objetivo dela própria, ela foi procurada pela necessidade de uma pessoa de fora, por um problema pessoal que se encaminhou, mas nós não estávamos oferecendo este tipo de trabalho. O nosso trabalho não era terapêutico, não era e não é. E, daí, nos demais outros projetos que existem, que estão denominados como projeto de Extensão, no caso, no nosso departamento de Educação Física, eles atingem uma clientela de Escolas próximas com projetos de ensino de aprendizagem em determinadas modalidades, certo? É a minha dúvida quando eu te digo e não acredito que isto seja Extensão, é que nem sempre os professores responsáveis pelas disciplinas, estão engajados nessa Extensão. Então, essa Extensão é tocada por alunos bolsistas, que para cumprir um determinado período de tempo a que eles são obrigados, eles se fazem funcionários, se fazem trabalhadores de uma determinada modalidade. Um aspecto: o docente da disciplina não está engajado e; outro segundo aspecto: se o docente estiver engajado, aquele projeto de Extensão, aquela Extensão à comunidade, não está vinculado ao seu projeto de Pesquisa. Então, fica um pouco complicado, as coisas não seriam amarradas, quando eu acredito para que o trabalho seja mais coerente, seja mais produtivo, mais eficaz, existisse a necessidade que tivesse uma amarração entre todas as coisas. Desta maneira, Dagmar, eu fico surpreso, indignado, eu não sei bem o que é que eu fico; mas eu posso te dizer que eu fico insatisfeito com algumas coisas. Por exemplo: no início do departamento, os projetos existiam isoladamente. Então, o departamento, ainda, não tinha uma linha mestra, um projeto pedagógico; então, é aceitável e até viável que as coisas acontecessem disparatadas, que você tivesse a sua prática docente numa disciplina ou um projeto de Pesquisa; como quase todos nós estávamos,

ainda, no processo de formação e tomando por base que eu fui o terceiro docente contratado no departamento e, que eu tinha acabado de sair do mestrado, então, estava iniciando o meu doutorado, eu tinha um projeto de Pesquisa que, na época, no doutorado, ele começava com um perfil social do atleta brasileiro e no fim foi acabar em outra coisa; então, era até viável que eu desse aula de voleibol e fizesse uma Pesquisa no perfil social e tivesse uma prática em Extensão numa outra área. Mas, a medida que o departamento vai amadurecendo, eu quero acreditar que as coisas comecem a se ajeitar como um jogo de encaixe e que estas coisas comecem a ter um perfil melhor delineado. Então, se nós formos pensar em origem, eu até acredito que a origem é justificável pelo fato de todos estarmos num processo de formação, pelo próprio departamento, ainda, não ter a sua imagem concretizada, ainda, não ter o seu projeto pedagógico concretizado, mas, eu, também, quero acreditar e, também, sei que isto é uma verdade, que com o amadurecimento dos docentes, com a formação dos docentes, já mais solidificada e com as questões sendo melhores resolvidas, há necessidade que nós partamos daqueles trabalhos ou que nós cortemos o trabalho de origem e passemos para um trabalho um pouco mais estruturado, eu até diria melhor, um trabalho que acompanha realmente a proposta pedagógica do departamento, porque senão não justifica ter uma proposta pedagógica. Veja só uma coisa; eu acredito inclusive que deveria se chegar, não sei se é o ideal, mas na minha concepção é o ideal chegar o momento em que as Pesquisas estejam realmente voltadas às questões inerentes ao curso que o departamento propõe, então, você anota a questão aí, Educação Física na sua visão ou na sua sectarização do licenciado e do bacharel e as pessoas que estejam envolvidas com o curso estejam pesquisando assuntos, temas, subtemas, áreas, subáreas própria naquilo que fazem no curso em que estejam lecionando. Agora, quando você vê que, o docente responde bem ao seu projeto de Pesquisa, individual, as vezes, por força da própria natureza do contrato, porque nem sempre o projeto é uma coisa bem encarada, bem dirigida, as vezes, pela própria intencionalidade da Pesquisa, porque alguns realmente são pesquisadores natos e ao mesmo tempo que os docentes estão bem envolvidos com a questão didática pedagógica é de se estranhar que o envolvimento com a Extensão Universitária seja tão diminuta, tão reduzida. E, isto é o que nós sentimos pelo menos no nosso Campus e eu vejo que são pouquíssimos os docentes que tem um envolvimento com o projeto da Extensão ou com a vida na Extensão, tendo em vista o número de projetos que o departamento de Educação Física oferece para a comunidade. Bom, Dagmar, com relação, ainda, a origem, nós temos duas possibilidades de interpretação, eu diria duas possibilidades de interpretação, porque eu não queria julgar, assim, determinadamente as questões. Eu diria sim para você, que eu não acredito que ninguém tenha se envolvido na Extensão Universitária, meramente por força institucional, porque nós, ainda, vemos docentes que não tem esta vinculação. Tanto é, que se você estiver lembrada quando nós apresentamos o nosso plano trienal, tem aquela parte em que, eu não me lembro como vem escrito, mas é qualquer coisa assim: determinações do departamento? Prioridades do departamento. Então, ali vem se vai ser Pesquisa, Docência e Extensão e, se você reparar bem, a Extensão vem sempre no fim, é sempre a terceira. Não conheço nenhum relatório trienal em que a Extensão vem em primeiro lugar, mesmo porque ninguém vai ser contratado para tocar a Extensão, mas, também, não vem em segundo, seria até interessante, é que eu não tenho tempo no momento para fazer uma checagem sobre isso, mas, não aparece nem em segundo plano. Agora, veja

bem, eu não acredito que seja por força institucional, porque por força institucional eu posso ter um plano de trabalho e não colocá-lo em ação. Eu poderia deixar o plano de trabalho suspenso, não deu tempo neste semestre em função da minha carga horária, não deu tempo e você sabe que nós temos saídas para isso, burocrática. Mas, tem e as vezes são paliativos para que nós não assumamos a Extensão, mas, nós conseguimos descartar um compromisso. Agora, eu me lembro que inicialmente os docentes começaram a se envolver com o projeto de Extensão vinculados ao interesse da própria Prefeitura Municipal, em manter Escolinhas de Esportes. Eu me lembro bem que quando eu cheguei em Rio Claro, inclusive eu vim com uma equipe de voleibol e em função desta equipe ter sido tricampeã paulista e bi campeã brasileira, ela atraía a atenção de meninos que faziam voleibol. Então, com isso, como eu tinha que cumprir 40 horas dentro do Campus, eu abri projetos em voleibol em duas turmas. Uma turma de iniciação e uma turma de treinamento. Dag, eu poderia dizer que sim, porque se você me perguntar se eu me lembro de mais alguém que trabalhava com Extensão Universitária, eu me lembro de uma pessoa que você teve ligação, que era o Prof. X, que mantinha uma Escolinha com alunas do curso, que eram atletas também da cidade. Então, isso fica muito claro, que logo em seguida, com a chegada da Profa. Y no departamento, também, em função da mesma questão, então, nós alimentávamos os times, as equipes competitivas da cidade, evidentemente nas categorias menores, mas alimentávamos, então, esta origem, eu acho significativa, certo, significativa assim: a nível de peso, de porcentagem, quando nós verificamos que ela não esteve vinculada a um projeto inicial de Pesquisa. Porque, veja bem Dagmar, eu posso responder por mim, quando eu comecei, o meu projeto de Extensão, talvez por uma inexperiência e por uma falta de conhecimento, o meu projeto não tinha uma abrangência interdisciplinar, ele era fechado no voleibol, então, eu ensinava voleibol, o que eu fazia: ensinava voleibol, prática pela prática. No segundo momento, treinamento, o que eu fazia era: treinava voleibol. Era aquela repetição de um treinamento altamente mecanicista, que na época já destoava do que eu acreditava a nível teórico, porque a minha abordagem atualmente é uma abordagem bastante humanista, em que a prática pela prática está desfeita, ela tem que ser repensada, reconceituada, mas, naquela época que era o meu início desses pensamentos, de eu, ainda, assumir a prática pela prática, a técnica pela técnica e eu volto a dizer: nesta época o meu projeto de pesquisa individual era o perfil social, veja, tem a distância no que eu pesquisava teoricamente, com aquilo que eu fazia na prática a nível de projeto de Extensão. Esse hiato, ele caminhou por um longo tempo, eu não posso me furtar de me criticar, porque chega num momento em que nós caímos na real, e vê que as coisas tem que mudar, porque muito posteriormente, as coisas assim de (eu fiz doze anos de UNESP, agora dia doze de agosto) uns cinco anos atrás é que eu fiz o primeiro projeto interdisciplinar e que eu vi envolvida a fisiologia através da profa. Z, a cinesiologia, através do nosso fisioterapeuta, os meus trabalhos em psicologia do esporte, um trabalho de didática junto com o professor de prática de ensino, então, os alunos tinham conhecimento e, nós fizemos um projeto que nós tínhamos uma idéia macro e que os micros iam trabalhando e iam sendo desenvolvido a medida em que os alunos fossem tendo um avanço a complemento dos docentes. Então, a questão interdisciplinar, posso responder por mim, demorou para acontecer, e eu demorei, talvez seis ou sete anos para conseguir enxergar que isso era viável. Você enxerga isso enquanto a, enquanto ao departamento. É, enquanto ao departamento, veja bem, um negócio,

hoje, por exemplo, eu e a professora W tocamos um projeto que nós por falta de um nome melhor demos o nome de Interação Natação-Voleibol, então, as nossas crianças, fazem natação e voleibol ou voleibol e natação. Porque, um número de pessoas, nós dividimos a turma em dois, metade começa uma modalidade e metade outra e troca. Porque isso, em primeiro lugar, porque se nós vamos tão contra a mono cultura esportiva, com é que eu posso querer que uma criança se enfie em uma quadra de voleibol e passe três dias da semana, uma hora e meia por dia, dando apenas uma modalidade e a outra ou outras. Eu e a Profa. W fizemos junto, mais o Prof. K, mas, que agora está afastado para o doutorado, mas nós fazíamos voleibol, handebol e natação. Aí, eu vejo assim: aonde entra a interdisciplinariedade disso, eu diria que não poderíamos dizer interdisciplinariedade, mas, nós poderíamos dizer que estamos trabalhando habilidades motoras diferenciadas, mas, dando o mesmo cunho, a mesma ação, a mesma estrutura psico-pedagógico, que já é menos desgastante, menos perigosa, do que uma única cultura, trabalhar uma única modalidade, encontro um apoio muito grande por parte do fisioterapeuta a nível de cinesiologia, sempre acompanhando, inclusive o fisioterapeuta Q tem dois projetos de Pesquisas financiados em que os sujeitos da pesquisa são os nossos atletas e nós temos, também, sempre um interesse muito grande da professora Z de Fisiologia. Então, até que nós consigamos, nós mantemos, mas, eu não tenho conhecimento de muitos projetos que tenham envolvimento. Dagmar, aí o negócio fica complicado, porque veja bem: nós temos alguns projetos como por exemplo: a dança de salão, até aonde eu tenho conhecimento, a professora S trabalha com um grupo que participou do experimento, do instrumento que ela está usando na tese de doutorado dela. Se você me perguntar se quando ela acabar essa tese, esse grupo vai ter continuidade, eu não saberia te responder, eu gostaria de acreditar que sim, porque eu acredito que a Extensão é uma questão atemporal e sem um espaço físico pré-determinado, principalmente porque a Educação Física que eu acredito, é a Educação Física permanente e se ela é permanente o que eu aprendi hoje vai ser melhorado amanhã, depois de amanhã e até o fim da minha vida ela é permanente, se não for desse jeito, alguma coisa está desencaminhado no meio do processo. Então, e tenho certeza que a Profa. S tem atenção a isso, ela trabalha com emoções, então, poderia se falar a nível de saúde mental e a nível de saúde física, por exemplo, o projeto do fisioterapeuta é com relação a postura, são as crianças, são os problemas posturais das crianças, podem evitar e que os professores de Educação Física poderiam orientar os professores em sala de aula ou mesmo orientar os pais em reuniões que é o que nós fazemos com a ajuda deles e nós vimos tentando fazer esse trabalho a quatro anos, eu acredito quando eu digo, nós estamos fazendo este trabalho, eu digo, eu, o professor Q, a professora W, na época o Prof. Y, também, fazia o mesmo trabalho e os estagiários que estão conosco. Acontece que os estagiários que estão conosco não são estagiários bolsistas, então, são estagiários que nós brincamos de estagiários avulsos, que é pior do que ser voluntário, porque o voluntário, por uma certa questão de princípio moral, o voluntariado se agrega a situação, o avulso, ele está agregado com a questão da nota do docente, que é o responsável pelo projeto, que no caso é o professor dele no semestre, há proximidade com a disciplina, então, nós nem temos como cobrar muito o empenho deles. Por exemplo: nas reuniões de pais, é explicar para eles as questões de lordose, escoliose, sífores, porque acontecem, como acontecem, como cuidar, o que evitar, então, nós não vemos muita preocupação em

fazer um trabalho (decente) se é uma boa palavra para ser usada, mas eu acho que é porque o trabalho as vezes sai indecente. E, correr atrás do prejuízo é pior. Agora, o que eu sinto é que, infelizmente, é um trabalho muito pequeno para a multuosidade de um departamento como o nosso. São 33 docentes e nós vemos que estão agregados em alguns poucos projetos e que esses poucos projetos chegam acanhadamente à sociedade, inclusive a sociedade não conhece o trabalho. Eu poderia te dar uma outra colocação quando você falou das questões de saúde, veja bem, a professora T, desenvolve um projeto brilhante que é o projeto com crianças asmáticas. Então, é impressionante o número de procura de vagas para o projeto e as vagas são esgotadas, porque os alunos que trabalham com ela, são dois ou três, eles se envolvem um ou dois semestres e, no próximo semestre, eles não retornam e o projeto é continuado, de saúde, física, olha, ignora a questão saúde, vamos voltar a falar da Educação Física, da permanência da Educação Física, se ele parar é um trabalho que foi improdutivo, não atingiu o seu ponto final, e ela fica amarrada porque o projeto não pode crescer. Por mais que a professora M tenha dito para nós coordenadores de curso, até que eu fui o ano passado, até agosto do ano passado, que existia realmente uma ligação entre a proposta técnica pedagógica dela com a proposta da pró-reitoria de Extensão, eu não sinto esta ligação, não vejo isto. Se você pegar por curiosidade ou por estudo realmente o caderno de Extensões Universitária, ele é lindo, as propostas são maravilhosas, eu só não sinto que no nosso Campus isso seja uma realidade, pode ser realidade em outros Campus, no nosso Campus, eu não vejo assim. Olha Dagmar, complexo, eu diria assim: porque que o projeto do professor A não caminha melhor, por que o professor A não se empenha tanto, de certa forma, infelizmente, enquanto o docente que venha a ser a pessoa que deve tocar o projeto, que deve gerenciar o projeto, não, num resta a dúvida que a falha humana é a maior falha. Você pode me dizer assim: mas, Afonso, o seu projeto não está furado porque faltam recursos materiais? Faltam recursos materiais, mas se você tiver um pouco mais de empenho em procurar uma agência financiadora ou fazer uma proposta à FUNDUNESP ou uma coisa do tipo, evidentemente que o projeto vai sair com uma cara melhorada, com uma feição melhorada, certo? Uma outra coisa que eu te diria, é o seguinte: os meios de comunicação na cidade de Rio Claro, eles são muito receptivos. Então, eu me lembro que todas as vezes que eu procurei os jornais, rádios, eu tive espaço para fazer propaganda do meu projeto, então, quando eu digo assim: o projeto do professor A é que na hora de apontar o erro, eu quero apontar o erro do meu, então, o que falta, falta assim, eu tenho um serviço burocrático muito grande para cumprir na Universidade. Por exemplo: eu estou terminando, como eu comentei com você agora pouco, terminando o parecer de um projeto trienal e eu sei que tem um outro esperando um relator, se eu entregar esse projeto hoje, eu sou o próximo relator. Então, em uma semana eu faço dois relatórios, dois pareceres, dois processos de contratação de docente, é uma coisa muito grande, um trabalho burocrático bem detalhado, você tem que entrar fundo no que está acontecendo, além disso, tem o meu projeto de Pesquisa individual, além disso, tem o meu processo de preparação da minha própria formação, tem a preparação das minhas aulas. Então, se você pensar como docente é muita coisa para você desenvolver e o aparato administrativo é muito pequeno para te dar suporte. Veja bem, a secretaria encaminha as crianças ou quem venha para o projeto de Extensão diretamente para o docente, o docente tem que controlar o pagamento ou não das mensalidades, o docente tem que ter o cartãozinho, a

fichinha, e você poderia me dizer: mas, Afonso, isso realmente é uma obrigação de quem está tocando o projeto? É, isso é obrigação de quem está tocando o projeto, mas, também, é obrigação de dar aulas, corrigir trabalhos, ler, se aprofundar, preparar a sua próxima tese, participar de banca, preparar cursos, e aí vai, e aí, chega uma hora que você vai ter que optar por prioridades. Talvez, aí é quando você me perguntou, você vê o erro? E, o erro, eu via, mas achava que era uma forma primária de apontar no meu ponto de vista o problema realmente está em nós, porque veja bem um negócio, um projeto de Extensão, isto é o mais triste, não melhora a minha vida acadêmica, um projeto de Extensão, se eu fiz quinze projetos de Extensão, se atingi mil crianças do Campus de Rio Claro, não quer dizer nada. Agora, se eu publiquei um artigo qualquer, numa revista brasileira, mas de preferência, se a revista tiver um título em inglês ou francês, ou espanhol, é muito melhor para a Instituição. E, eu pergunto para você quem é que se sente encorajado de abraçar um projeto de Extensão tão grande, sendo que ele não é valorizado na sua vida acadêmica. Por exemplo: eu estou envolvido com o processo do meu concurso de livre docente, então, eu estou tendo que comprovar tudo o que eu já publiquei, mas não me perguntaram nem uma vez, tudo o que eu já trabalhei, você fez um projeto de Extensão, você coordenou um projeto de Extensão e isto vai ficar somente em palavras, como aquele quadro do Chico Anísio, palavras são palavras e vão ficar em apenas palavras. Agora, veja bem o negócio, quem é que vai se sentir motivado para se envolver em um projeto de Extensão com toda a burocracia, com todos os riscos que se corre dentro do departamento, se uma criança se machucar aqui dentro, você vai ter que correr com isto. Os projetos de Extensão tem resultado numa fonte de renda gigantesca para o departamento. Nós temos comprado muito material com o dinheiro dos projetos de Extensão, segundo o professor N, ele é uma fonte brilhante de recursos, no entanto, a administração do Instituto acredita que estas fontes deva ir diretamente para o Campus e no meu ponto de vista e de mais alguns colegas fica um pouco incompatível você trabalhar com uma determinada coisa e, o dinheiro ser socializado, enquanto outros não trabalham. Então, se todos trabalharem, se todos os 100 docentes trabalharem e conseguirem verter os lucros do projeto, os lucros financeiros do projeto para o mesmo caixa e este caixa vier a ser socializado, isto aí, eu entendo socializar. Agora, se poucos trabalham para socializar o lucro financeiro, no meu ponto de vista tem coisa errada. Mas, como o meu ponto de vista não é o que conta, fica somente uma observação. Evidentemente, que em reuniões que precisam ser decididas coisas desse tipo e que das quais eu faço parte, é evidente que eu coloco o meu ponto de vista, então, eu não deixo as coisas acontecerem tão passivamente e quando eu percebo que não há condições realmente de nós lutarmos quanto a essa situação, eu prefiro optar por dispensar os meus atendidos do projeto da taxa de manutenção, porque não acho justo que eles venham a custear uma Pesquisa que não tem nada a ver com o projeto do qual eles estão participando. A nível de recursos, eu vou te falar como o professor A da disciplina de voleibol, semestre passado eu dei aula e tinha dez bolas em péssimo estado. Estas dez bolas tinham que atender as minhas duas turmas da graduação e o projeto de Extensão. Não sei se já respondi essa pergunta. Terceira coisa, quando nós falamos de recursos humanos, você perguntou e eu digo assim para você. Nós temos a questão do docente que está envolvido com o projeto, envolvido com as suas questões e alguns alunos que eu acredito que a palavra seja voluntários, mas não é a melhor palavra, porque o voluntário exige uma certa paixão pelo que se faz, mas alguns alunos

abnegados que se envolvem com alguns projetos, por outro lado já se tentou uma proposta de um casamento em departamento, não em Campus, mas de departamento e Prefeitura, mas, infelizmente não deu certo, porque a Prefeitura pensa assim: que ela manda um docente da Prefeitura para o Campus e o funcionário da Prefeitura tem que cumprir vinte horas semanais, mas, aqui não tem quadra ociosa na hora em que o docente da prefeitura quer trabalhar, porque o departamento tem as suas atividades. Então, este casamento não foi bem feito, pelo menos o contrato de risco não foi bem lido pelos cônjuges e o casamento não saiu direito porque a Prefeitura envia o docente para trabalhar nos horários em que ele pode trabalhar, ele chega e a quadra está ocupada por uma disciplina ou por outra e isso causa um mal estar, as crianças já ficam sobrando no campo, é criança passeando pelo campo, um problema complicado por uma série de motivos: exemplo, nós temos piscina, temos jacarés, temos locais distantes que nós não temos controle total e um eventual acidente é complicado para nós, apesar de nós contarmos com um médico no campo. Um médico com um consultório de uma clínica geral, mas por exemplo, no caso de um acidente grave, nós realmente teremos que fazer o transporte para a Santa Casa, como deveria ser e eu acredito que seja como em qualquer outro Campus, desde que não tenha um curso de Medicina. Mas é complicado, agora a nível de um acidente normal em aula, um acidente que pode acontecer comigo, com você, com uma criança, um adulto, uma torção, uma luxação, um acidente nunca é normal, mas, um acidente que não tenha proporção tão graves pelo nosso próprio conhecimento e pelos docentes que nós temos no departamento, nós temos meios para solucionar e um encaminhamento imediato. Agora, eu vejo, ainda, como uma questão precária, principalmente, se você se lembrar que há dois ou três anos nós tivemos uma morte na nossa piscina, de uma garota convulsiva que gerou uma certa polêmica no Campus, na própria UNESP e na própria cidade. Então, é complicado. Dagmar, quando você me perguntou sobre o parecer, da formação dos futuros profissionais, veja só que complicado. Com o curso que nós temos, nós teríamos condições de ter projetos de Extensão para atender a bacharéis em todos os campos de trabalho que o bacharel pudesse vir atuar e, em todos os campos de trabalho que o licenciado pudesse vir atuar. Quer nós tivéssemos falando a nível acadêmico ou a nível profissional, é um negócio muito extenso, nós teríamos condição de suportar nossos projetos, de bancar nossos projetos, porque nós temos pessoas qualificadas para isso. Eu volto a te dizer que eu acredito que o projeto da Extensão Universitária não aconteça com uma outra visão, com uma outra feição, realmente, porque os envolvimento com a Docência e com a Pesquisa são mais gratificantes para o docente universitário da maneira como a Instituição lê o currículo e lê os programas trienais e, somente, por isso, porque se a leitura fosse feita de uma outra forma, eu tenho certeza que todo mundo voltaria ao projeto de Extensão Universitária e te digo mais, simplesmente pelo fato de que na Extensão Universitária poderiam estar sendo desenvolvidos as Pesquisas que os próprios docentes fazem. Eu vejo, eu entendo que nós poderíamos ter um projeto, macro projeto de Extensão Universitária na Universidade, em que nós contemplamos docentes de, cada um caminhando com suas linhas de Pesquisas sem abandoná-las e de uma maneira tal, que eles pudessem trabalhar juntos aos alunos que se sentissem beneficiados, mas atraídos pelo assunto com o qual esse docente trabalha e esse projeto seria desenvolvido a nível de licenciatura ou a nível de bacharelado. Eu vejo essa possibilidade, você poderia me contra perguntar: se você vê, porque não acontece?

Não acontece, porque não é estimulante trabalhar com projeto de Extensão, porque não é estimulante, porque as dificuldades materiais são imensas. As dificuldades administrativas são grandes, não sei se você está lembrada, para se entrar precisa do crachá. O crachá é a coisa mais fácil, eu tenho que assinar uma fichinha. Veja, pensa isso em número de quantidades, em número de reciclagem da criança que entra e sai, da criança que entra e não vem para o seu local de trabalho, fica perambulando pelo Campus, isso é responsabilidade do docente, vez ou outra, nós somos chamados, eu não diria chamado atenção, mas, nos é dado um alerta de que foram vistos crianças brincando perto do campo de futebol e as crianças não estavam com crachá e o horário era o horário do seu trabalho de Extensão. Então, era a sua criança. Então, se você está aqui em cima, você não pode estar lá em baixo. Então, isto não estimula o trabalho; e olhe que eu estou te dando coisas mínimas, mas eu vou te dar outro detalhe, você já pensou que eu vou ter que colocar numa quadra com quarenta crianças as minhas únicas dez bolas que eu vou ter que trabalhar para os meus graduandos, agora, imagine isso a nível de fisiologia, tubos de ensaio ou qualquer outra coisa, imagine isso a nível de bioquímica e daí vai, então, quando eu digo que não é estimulante e estes, como estímulo, ou como motivadores para você tocar o seu projeto de Extensão. Uma última questão, é o que eu te disse: vale muito mais apenas eu sentar no meu gabinete e escrever um texto e publicar do que eu tocar este projeto de Extensão. Porque uma publicação vai melhorar a minha vida acadêmica, vai melhorar o meu status acadêmico que de uma certa forma chega na minha vida e o projeto de Extensão é só um projeto de Extensão, ele não ecoa, não tem ressonância a nível de Instituição. Eu acredito na Extensão, haja visto que eu acredito, que com todas as dificuldades, eu toco os meus projetos, para mim ela possibilita o desenvolvimento dos meus projetos de Pesquisas, porque eu desenvolvo, os meus últimos trienais é o que eu te disse, a minha virada foi realmente mais ou menos há seis anos, agora, com certeza, eu estou te dando a data porque os dois meus últimos projetos foram trabalhados com as crianças que participam com os adolescentes, que participam do projeto de Extensão e com o meu projeto de Extensão eu posso mostrar para os meus alunos do bacharelado qual é o trabalho que se pode realizar a nível de voleibol e psicologia do esporte, para ele bacharel numa visão do treinamento, ou até numa visão da iniciação e posso mostrar para os meus licenciados qual é o trabalho ideal e quais seriam as variações desse trabalho a nível de Ensino, aprendizagem do fundamento voleibol e as implicações psicológicas que isso poderia ter. Um projeto de Extensão para mim, quando eu consigo levá-lo a fundo, ele é um laboratório. Em primeiro lugar, no meu ponto de vista e daqueles que trabalham comigo, eles conseguem em primeiro lugar: entrar na UNESP; pode parecer uma coisa infantil demais, mas é muito importante eles saberem que eles sendo atendidos por uma classe diferenciada. A impressão que dá é que o voleibol que se ensina na UNESP é diferente do voleibol que se ensina em Moscou, porque? Há, por que eu treino na UNESP, então, qual é a implicação que isto tem, isto é uma divulgação do próprio nome, o fortalecimento do vínculo comunidade, Universidade e inclusive ajudar a baixar a altura do muro que separa a Universidade da comunidade. Em segundo lugar, nós queremos acreditar que trabalhamos nos nossos projetos com nível de padrão de excelência, se não ficaria até desagradável um futuro universitário tocar um projeto a meio gás e o negócio ficaria desagradável. Em terceiro lugar, quando pensamos na melhor condição, ainda que as bolas sejam precárias, ainda que as quadras não sejam as melhores,

as ideais, nós procuramos usar de outros recursos que a própria Universidade dispõe para conseguir atrair a atenção da criança para uma determinada prática ou para várias outras práticas e aqui dentro me é permitido mostrar o inter-relacionamento. Então, quando a professora de fisiologia vem explicar a respeito do batimento cardíaco e respiração, este é o tipo de trabalho que nós poderíamos fazer em uma Escola de 1º e 2º graus. Mas, aqui eu disponho de mais material, mais apetrecho e isso faz com que além da atenção da criança, além dela se sentir motivada, se sentir útil e de que realmente ela sai com uma bagagem maior do que meramente o voleibol. Eu acredito nisso e é o que tem acontecido”

Professor 3

“Bom Dagmar, foi bom você colocar alguns itens que possam dirigir o meu pensamento, porque eu não sou muito didático, algumas concepções que eu venho estudando a respeito de todo esse assunto, de forma que eu vejo todos esses seus itens interligados, de forma a deixar a coisa bem mais a vontade se eu fosse falando a respeito da minha experiência. Eu venho de duas experiências bastante enriquecedoras que são: a minha tese de doutorado e nela eu trabalho o que é ser educador, o que é ser educador na Universidade, esse é o título da minha tese de doutorado, de forma de que todas essas conceituações que você coloca em termos de prioridades, recursos, atividades, dificuldades, então, eu trabalhei bastante nisso, na minha tese de doutorado, porque de uma forma ou de outra, quando você vai procurar o ser do educador na Universidade, você acaba se deparando com uma estrutura que é essa Instituição bem formada na nossa sociedade, que já está bem caracterizada. Então, de forma que eu vejo que essa questão da Extensão Universitária que eu vejo que você se preocupa muito, ela está intimamente relacionada com as prioridades estipuladas de uma forma canônica, uma forma já tradicional dentro da Universidade e ela está estipulada, também, pela questão da avaliação docente que se faz na Universidade. De forma que aí você já estipula prioridade. Então, se você for ver bem o que é que a Universidade tem se transformado desde o regime militar, que aí estipulou uma relação inclusive em termos de lei que é a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa, Extensão, isso se forma através de lei e você vê que uma lei, ela por ser generalista, ela acaba abarcando todas as possibilidades que o mundo coloca, então, ela acaba sendo específica e, as vezes, ela acaba sendo contraditória com sua própria Instituição, com a sua própria forma de ser planejada e de ser colocada, porque essa indissociabilidade de Ensino e Pesquisa, na verdade era uma proteção do Ensino, quando ela se torna, hoje, uma moeda de dois lados. Como é que eu posso dizer isso: pela minha experiência diante de discursos de educadores e que eu procurei compreendê-los, a medida em que eu fui analisando a fala dos educadores e eu vi que esta questão educacional da Universidade ela está cada vez mais ameaçada, porque atualmente na universidade você tem uma avaliação quantitativa do docente em termos de produção acadêmica, em termos de produção científica, no sentido de publicação. Então, hoje, o que interessa na Universidade é a publicação. A partir daí, desse foco, acho que nós podemos ver já toda uma concepção de Instituição, de ideologia, quais são as prioridades, as dificuldades. Veja, mesmo que você possua quarenta horas à disposição da Universidade a necessidade premente, cada vez maior de você realizar a Pesquisa e mostrar os resultados de Pesquisa em termos de publicação, ela acaba tendo um valor mais radical, no sentido de que o importante é produzir pesquisas, o importante é produzir resultados de Pesquisa. Então, você vê que toda essa indissociabilidade do Ensino, Pesquisa, ela é obscura, ela é oculta, as pessoas não tem claramente o que é que seria essa indissociabilidade, o que é que ela significa realmente, se ela é necessária ou não e as vezes não, as vezes existem Pesquisas que não se liga no Ensino e existe Ensino que não requer Pesquisa. Porque já foi assumido um certo conteúdo experiencial da vida do professor, então, de forma que, quando você coloca essas coisas estanques assim, essa tríade entre Pesquisa, Ensino, Extensão, elas estão camufladas em uma atmosfera em que o professor, acredita em certas posturas, mas o que acaba sempre pesando é a preocupação do professor ao ser avaliado.

Não há recursos ainda ou pelo menos não se tentaram fazer avaliações de Ensino e mesmo avaliação de Extensão, mas, avaliação de Pesquisa existe, ainda, de forma que estando colocados os pontos bem claros e isso é estatutário, está dentro do Estatuto já, você vê que a Extensão, ela é relegada ao último plano pelo docente que muitas vezes, já tem todo um planejamento voltado para a sua produção e ele não consegue ver ou não consegue perceber a que ponto que essa produção pode ser socializada não só a nível acadêmico, é mais a nível de divulgação, a nível de sociedade e a nível de transformar em ação, porque você tem a Pesquisa, e você tem a ação do pesquisador, e isto difere positivamente e você, eu diria que está ligado a uma certa política de ação. A ação, ela é muito mais política do que a própria Pesquisa, porque requer posturas mais simples. Então, de forma que o professor, ele fica no meio do caminho, então ele cumpre com todo um ritual que é estipulado pelo Estatuto, que parece estar claro, quando fala Ensino, Pesquisa, Extensão, mas que novamente eu volta a repetir, é algo bastante obscuro que você não sabe aonde o professor realmente se situa nesse ponto todo, então, você vê que no caso da Educação Física, então, agora eu vou entrar mais dentro da nossa área, você tem aí uma série de possibilidades de estender o conhecimento de Extensão que são essas formas de estender a produção, a nível de conhecimento. E, como que você vai colocar à disposição isso? Então, no caso da Educação Física e entrando dentro da questão do Estatuto, dentro da questão que o Estatuto determina em termos de Extensão, você tem cursos regulamentados, no caso da Educação Física e, infelizmente, no caso da Educação Física, ainda, você sofre o preconceito em relação as atividades que elas podem ser denominadas de atividades programadas, mas elas não tem o poder de curso, elas não podem ser registradas pelo menos na UNESP, elas não são registradas como curso. Mas, são programas de atividades, então, dentro disso você já tem uma grande diferença da Educação Física. Uma é você estipular o planejamento da Extensão em termos de cursos, registrados e oficializados e esses cursos dão direitos a certificados. Já, no caso dos programas de atividades, não, porque são atividades diárias, então, veja, você pensando a nossa profissão, a nossa profissão em termos de Prestação de Serviço e, aí eu vou entrar com esse termo: Prestação de Serviço que, é como eu consegui recentemente, a partir de 95 - 96, consegui enquadrar todos esses programas de atividade dentro dessa denominação que a Universidade coloca em termos de Prestação de Serviço. Apesar de todas essas atividades programadas, ela acaba sendo uma Prestação de Serviço à comunidade. Tudo bem, até aí nós estamos no caminho de fazer uma possibilidade social da nossa atividade aqui dentro como docente e estamos colocando à disposição da sociedade. No caso da Educação Física, Dagmar, o que ocorre é que ela é uma atividade que está muito ligada ao esporte, as atividades esportivas, as atividades tanto de desempenho como de participação. Só que acontece o seguinte: o esporte, ele é caro, ele é bastante caro para manter, você vê que o nosso departamento de Educação Física, ele se torna caro, tanto para a Universidade como para a própria sociedade. Ele não chega a ser tão caro como o departamento de Biologia, por exemplo, vamos supor que o departamento de Biologia eles gastem um dinheiro razoável dentro de um equipamento eletrônico. Mas, esse equipamento eletrônico, ele não vai ter o mesmo uso que se tem na Educação Física, porque a vida útil desse equipamento vai ser muito maior. Realmente, é uma coisa mais controlada, é só um ou dois funcionários que mexem com o aparelho, de forma que o investimento, é um investimento bom e, que justifica. Mas, no caso da Educação Física, o consumo é

diário, para você manter um gramado num campo de futebol, uma piscina, manter quadras cobertas, quadras externas, isso requer um movimento. De forma que essa preocupação financeira, eu vou colocar um ponto histórico, eu assumi uma Comissão que foi designada Comissão de Extensão pelo departamento em 1992, a entrada da chefia do Professor L. De forma que para essa Comissão de Extensão, ele designou dois professores, sendo um técnico esportivo e que ele não tem a necessidade de estar aqui quarenta horas, ele é mais, assim, para fazer uma contribuição, mas ele não tem responsabilidade nenhuma, a não ser pelas horas de atividades físicas ou seja, as atividades de Educação Física para o terceiro grau que é o professor JM, então ele não tem essa responsabilidade do departamento. Foi colocado mais uma outra professora, que começou a fazer o mestrado e então ela se viu bastante comprometida com isso e eu, também, estava fazendo a minha pós-graduação, de forma que é uma atividade desgastante, então, aí eu volto a citar a questão da prioridade, que é uma outra questão, a Universidade, ela prima pela formação de docentes, em primeiro lugar a formação. Então, quando você realmente consegue terminar o doutorado, você já está há mais de dez anos dentro da Universidade, de dez a quinze anos e aí que você vai poder pensar com mais tranquilidade, porque é uma sobrecarga muito forte a de pós-graduação, é uma coisa que você está trabalhando e estudando junto, é diferente de você estar só trabalhando ou estudando, geralmente você estuda em locais diferentes, cidades diferentes, isso acarreta muito desgaste. De forma que nestes três anos, 93, 94 e 95, eu resolvi fazer além da minha tese de doutorado, projetar uma Pesquisa, a respeito da Extensão no departamento de Educação Física, eu estou publicando, publicando não digo, publicar, porque a dificuldade de publicação neste país é muito grande, mas, estou pelo menos emitindo os resultados, já está à disposição, já está no meu relatório trienal, e isso, de forma que o pessoal tem acesso e eu resolvi fazer esta Pesquisa buscando o discurso de vários professores, exatamente doze professores que estavam mais ligados aos trabalhos de Extensão a respeito do que eles pensavam, quais eram as dificuldades, o que era a Extensão para eles. De forma que dentro disso aí eu projetei as minhas atividades voltando aquela questão que você colocou sobre a infra-estrutura, eu me concentrei nestes três anos nestas questões mais amplas, as diretrizes, de tentar compreender, de tentar ter mais maleabilidade para tratar desta Extensão, com estas questões, que nós estávamos muito crua há quatro anos atrás. E, graças a Deus, tanto que a gente, decorreu na minha tese de doutorado, como nessa minha Pesquisa, somado a minha experiência de vida, eu hoje tenho mais claramente, pelo menos eu, melhor a questão da Extensão. Agora, existiu uma dificuldade, a professora N saiu da Comissão de Extensão e entrou o professor B que estava afastado. Então, essa Comissão ficou assim, porque o andamento das coisas estavam tranquilo, estava bem encaminhado em termos de andamento, é lógico que precisava dar uma série de apertadas em alguns parafusos, em algumas coisinhas soltas para o funcionamento dela melhorar cada vez mais. Mas, não foi nunca preocupação esta questão de estrutura, porque nós tínhamos há três anos atrás, uma mentalidade de que a Universidade, ela tinha que ser a responsável em termos de Instituição. A universidade ela tinha que ser responsável por tudo. Tudo é culpa da diretoria, reitoria, até nós amadurecermos essa idéia no sentido de que nós realmente, hoje, nós temos a sensibilidade que o que acontece em termos de reitoria e a informação que nós temos, é que a Universidade ela está comprometida com folha de pagamento, qualquer nível de investimento demora muito acontecer pela

Universidade, então você tem que recorrer a outras agências de fomento, no estado de São Paulo, a Fapesp, pelo menos ela tem ajudado bastante na questão da infraestrutura, nós conseguimos aqui, graças a professora C, G e S, que fizeram um projeto junto a FAPESP (Infra II) e conseguiram uma verba, e nós estamos já ampliando, com a possibilidade de fazer mais um laboratório de rítmica. De forma que os investimentos em Educação Física, eles são muito altos, não adianta nós pensarmos pequeno, se a gente quiser pensar em melhoria. Então, veja bem, você pegando o meu trabalho, e vendo os discursos das pessoas, esses discursos foram coletados em 1992. De forma que lá aparece uma série de necessidades de infraestrutura, mas ninguém conseguiu pensar aonde é que nós poderíamos conseguir estas melhorias. Eram mais a nível de lamentações do que propostas. Houve, uma série de lamentações, os discursos são repletos em termos de dificuldades de infraestrutura, de você trabalhar melhor a questão da Extensão. Então, de um mil, novecentos e noventa e seis para cá, no início deste ano praticamente, é que foi realmente definido uma política de Extensão, a partir de toda uma conversa que eu tive com o ex. chefe de departamento, professor L, e que sempre se mostrou, aberta e possível de conversa e graças a Deus, na chefia dele sempre possibilitou essa questão da gerência participativa, trabalhando, participando, de forma que foi possível uma certa harmonia entre comissão, que é uma coisa muito difícil você fazer uma comissão funcionar dentro de uma Universidade. Uma comissão e uma chefia. De forma que as coisas foram feitas assim: eu pensei bem e disse assim: nós temos que pegar de algum lugar, e a questão financeira é a que mais incomoda as pessoas. É aonde realmente as pessoas vão parar e vão paralisar aquilo que estão fazendo, quando a questão que lhe afligem mais, é a questão financeira. De forma que nós chegamos num ponto, que nós não tínhamos mais condições, pela Universidade de manter toda essa sobrecarga que a Extensão causa a um departamento, quer dizer, há um uso constante e nós tentamos fazer então fazer o seguinte: pensamos em uma co-participação entre comunidade e Universidade. A comunidade usa e a comunidade contribui pelo menos para nós mantermos as atividades. A partir de 1996 nós resolvemos cobrar uma taxa mínima, com possibilidade de descontos daquelas pessoas, isso ainda está meio obscuro, precisaria uma série de reajustes, uns estudos mais aprofundados em termos de saber quem realmente carece e ficaria isento da taxa de inscrição, isto ainda está em estudo. O departamento de Educação Física ele é o maior departamento em número de docentes, o consumo dele, é muito alto, se for pensar em nível de melhoria nas instalações, ela tem que ser eternas. Bom, eu estou aqui no departamento, Dagmar, desde 1987, de forma que eu entrei na Universidade para trabalhar, com licença para estudar, completamente cru e naquela época nós tínhamos as determinações daquilo que nos colocavam, já tinham mais experiência. Então, a solicitação era, ter que desenvolver Ensino, então vamos lá, Ensino na graduação. Tem que desenvolver Pesquisa, então vamos lá, vamos desenvolver Pesquisa, então você tem que desenvolver Extensão, mas o que é Extensão? Não você tem que vir aí a tardinha, você trabalha aí e, no meu caso Dagmar, graças a Deus eu estou ligado a uma atividade que ela é extremamente extensiva, na verdade para ser mais claro, ela não é nem extensiva, ela é de fora, estão tentando colocar ela para dentro, no caso a capoeira, ela já é do povo, já está fora. Então, veja a amplitude que você consegue atingir. De forma que o trabalho aqui, Dagmar, ele começou bem em 87, a ginástica estava começando com a Profa. M, estava começando a formar seus primeiros alunos, então, hoje, praticamente, é uma

atividade consagrada, não há quem não more em Rio Claro, que não tenha ouvido falar no nosso ginásio de ginástica artística e que tenha tentado colocar o filho para praticar; da dificuldade, hoje, em dia de você ter uma vaga. É uma atividade consagrada. Começamos todos esse trabalho em 87, com a capoeira aqui dentro, já, um trabalho bem interno. Logo depois veio a Profa. C e aí já começou com a atividade de aeróbica e aí aumentou mais. A Profa. V entrou com os projetos de natação e começou a surgir muitos participantes. Então, os projetos mais consagrados que nós tivemos aqui, são a natação, a ginástica artística, a capoeira, a musculação e, esses projetos estão aí sendo desenvolvidos, diversas formas diferentes, agora com mais flexibilidade, com perspectivas lúdicas, eles estão aí até hoje. São projetos de iniciativas individuais. Não foi pensado num projeto único de departamento, talvez, hoje, isso possa sair, porque você colocar um projeto só no papel, ele não tem sentido, ele precisa ser amadurecido. Eu acredito até que o projeto de Extensão neste sentido mais amplo, um projeto educacional mesmo da Extensão, ele está até acontecendo, falta experiência, porque é muito difícil, passa a ser uma perspectiva muito longe da realidade, e, acaba se tornando simplesmente alguma coisa escrita, mas não concretizada. Eu acredito, e eu continuando nesta Comissão, eu estou querendo estar estudando a comunidade e ao estar estudando-a, nós, também, estamos projetando o interesse dessa comunidade e, também, nós estaremos mais coerentes, pelo menos no discurso da nossa atividade. Nós vamos começar um trabalho de retorno agora daquilo que foi pesquisado. Nós vamos agora tentar programar isso juntos, os professores. Eu acho que num ponto existe uma série de dificuldades no nosso departamento, uma série de coisas que são próprias da Universidade, é um departamento muito novo e em busca da titulação, a grande maioria das pessoas em formação. Então, essa formação, ela vai interferir positivamente, porque na medida em que você está preocupado com a sua formação, você não está preocupado em fazer trabalhos com a comunidade e você está mais preocupado com a sua formação e isto é visível. Mas, isto passa. Chega um certo ponto que isto se estabiliza, eu acho que este é o momento que nós estamos agora e que é muito interessante no nosso departamento. Em que é um momento em que ele está mais amadurecido, está mais lapidado, já tomou muita lambada. Estamos mais experientes e podemos agora começar a pensar numa convergência de esforços para pelo menos tudo que está aí cada vez mais estar respaldado, estar dentro de uma coerência realmente dentro de um registro. Então, nós temos uma série de dificuldades, mas, estamos caminhando. Esta questão financeira, agora, está muito mais clara. Nós deparamos, ainda, com toda a questão burocrática da Universidade, que é uma coisa bastante difícil de você lidar e você não pode romper com isso. De forma que nós precisamos estar com um planejamento muito bem estruturado, em termos de um plano diretor ou de um planejamento, colocar bem claramente o que é as diretrizes de melhoria do departamento em termos de ampliação e o que é manutenção. Isto, a Comissão de Extensão, está realizando, o primeiro semestre de 96 foi dedicado a isso. Nós estamos conquistando mais professores dentro dessa Comissão, para que, ela realmente funcione, de mais auxílio, de mais ajuda, porque, você vê que é uma Comissão que não se tem muito interesse. Mas, as pessoas estão se interessando no momento em que está vendo resultado. Por exemplo, a nossa Extensão aqui no departamento, ela rendeu neste primeiro semestre de 96 muito mais que a própria Universidade pode bancar em termos de departamento. Na verdade, você pensar em extensão, você está pensando constantemente no docente enquanto prestador

de serviços e isso é que é o desafio da Universidade para o próximo século. É o professor se tocar e ele ter claramente, então, o que se diz hoje, a moda hoje, a grande questão hoje, é a questão do ensino público gratuito. A medida que o professor, ele é, na verdade, vou falar especificamente da Educação Física, é lógico que cada área tem seu aprofundamento, seu conhecimento, mas, eu só posso falar da minha área e se falando da minha área, ele é um professor extremamente útil para a sociedade e o que vai acontecer, se nós não começamos a pensar nesta possibilidade do docente, o que vai acontecer é o que já acontece em muitos departamentos, o docente fechado em sua sala, mas, é a questão do docente começar a prestar o seu serviço de forma particular, então, é pensar nisto em termos de bem comum, é lógico que você não vai poder proibir, eu, se eu quiser trabalhar durante a noite, eu não estou em regime de dedicação exclusiva, 40 horas, eu cumpro com todas as atividades aqui dentro; mas, acontece, pode acontecer e isso tinha que ser cada vez mais pensado, é esse o grande desafio e se você for pensar bem, pensar a nível nacional, a nível de país, a nível de visão empresarial, eu não sei se, ainda, é alguma coisa, porque as coisas acontece na Universidade, você ouve o passarinho cantando e sabe muito bem onde ele piou, mas, todo mundo começa a falar: não, o negócio é iniciativa privada, o negócio é co-participação; eu acho isso muito delicado, porque o ritmo da empresa, não é o ritmo da Universidade, em se tratando do ponto básico dela: o Ensino. Eu vejo, assim, eu acho que a Universidade, ela precisa, a Universidade, quem que é a Universidade? Nós, os docentes, que são extremamente complicados, talvez a psicanálise explicasse os docentes, primeiro a “tripla” personalidade que ele tem, ele é pesquisador, ele é professor de assuntos comunitários e, ele é docente de terceiro grau e ao mesmo tempo que ele sofre desta “tripla” personalidade, ele sofre uma pressão assustadora, eu digo assim, que a vida de um docente é muito triste na Universidade, acaba sendo solitária e frustrante, mas, é uma coisa que ele tem que conviver, a exigência é muito grande. O professor precisa se tocar do que ele representa dentro da Universidade e ele começa a atacar que o movimento da sociedade, ele não consegue acompanhar realmente, a pesquisa não consegue acompanhar, a tecnologia é muito mais adiantada que a própria ciência, já e, nas questões educacionais nossas, por exemplo, eu diria que hoje está cada vez mais difícil você chegar numa comunidade dizendo que você é pesquisador, eu até, hoje em dia, penso mil vezes antes de me apresentar, porque a sociedade está cansada disto, ela não quer mais saber disto, ela quer alguma coisa mais a nível de contribuição mesmo, de forma que, voltando a nossa questão da Extensão, veja: deveria ser tudo do governo, tudo o governo tem que ser o culpado, tudo o governo tem que bancar, não sei, muitas coisas são discutíveis, eu acho que precisa de muitas reformas e reformas, para que um dia isso passa ser pelo menos algo. Nós temos que ter bem claramente onde que a sociedade pode contribuir e onde que a Universidade pode se organizar, para que isto aconteça da melhor forma possível, a gente pensar que a gente só paga imposto, olha: eu pago imposto e agora eles se virem, é uma coisa muito complicada, porque isso é uma das questões mais utópicas, de achar que pagar imposto, resolve alguma coisa. O que resolve mesmo é essa consciência crescente de que o bem público, é um bem realmente público e que ele precisa ser cuidado, sim, pelo social. Então, o que a gente está tentando fazer aqui, é essa nova visão de pensar um pouco, hoje em dia, numa estrutura que seja mais coerente. É lógico que outra possibilidade que surge, por exemplo, agora e que foi, também, uma coisa que surgiu, assim, que vem entrar em choque um

pouco com todas essas questões colocadas, que é a questão de você jogar para a iniciativa privada e montar aqui um Centro de Prática Desportiva. Bom, para te dizer bem a verdade, historicamente, este pensamento surge em 92, já, aqui na UNESP. Só que ele não foi para frente e agora ele retorna novamente. Eu não sei, ainda, está bem obscuro essa idéia, porque você vê que em 92, existe um único discurso que cogita essa idéia do Centro de Prática Esportiva, mas, lembrando o CEPEUSP, que é da USP, uma relação direta, não, nós aqui deveríamos ter um CEPEUSP, mas, eu não sei, é lógico que tem que ter um Centro de Prática Esportiva, mas, a gente já tem isso, talvez a gente não ponha esse nome, talvez, a gente já faça isso, é que no caso da USP, é bem diferente a relação da Cidade Universitária, ou como que o Campus é, então, você pensar numa Unidade isolada dentro do Campus, cercada, como um clube, isso aqui é inviável aqui dentro, nós estamos aqui, veja bem, Rio Claro é um Campus amplo, grande e tal que não se dá para comparar com uma Cidade Universitária, de forma que nós temos esses desempenhos aqui de prática desportiva, ele só tem um gerenciamento próprio, nosso mesmo, ele não é alguma coisa externa, e se você pensar em alguma coisa externa, você pensa, também, não mais em Extensão, porque já não é mais o departamento de Educação Física que está estendendo aquilo que é gerado no departamento de Educação Física, é uma outra realidade, o CEPEUSP, pelo menos você tem uma coisa que é uma Unidade completamente isolada da Escola de Educação Física, não é um trabalho, a gente pode, não sei, desculpa a minha petulância, mas, pode até acontecer de muitos professores da Educação Física desenvolverem trabalhos de prática esportiva da USP, mas a célula mais forte deste trabalho de um Centro de Práticas Esportivas, ali é você ter profissionais especializados que atendam a comunidade universitária e ao mesmo tempo, a comunidade não universitária, e aqui nós fazemos um trabalho, assim, heróico, que é fazer isto aí sem nenhuma estrutura desse porte, de forma que por isso que surge uma série de problemas, mas, que com o tempo eu acredito que a gente vá, pelo menos, acertando, os ponteiros, fazendo a coisa funcionar de uma maneira mais tranqüila. Você tem um fechamento, como eu já coloquei anteriormente, em termos de prioridades, agora, veja bem, eu ainda, e aí você cogitou, não existe nenhum projeto e tal, existe sim, um projeto, mas, ele ainda, está na fase que eu diria assim: primeiro existe a imaginação, a fantasia, o sonho e o projeto de pesquisa, eu estaria, mais ou menos, já na parte de sonhos, já tive uma série de imaginações, uma fantasia, estou passando para a parte de sonho, para depois, então, esta subjetividade se tornar objetiva em termos de projeto mesmo, só que eu vejo muitas lacunas, ainda, dos próprios docentes da Educação Física em termos de dirigir suas atividades, de forma que ao mesmo tempo, que ele esteja desenvolvendo o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, de forma que ele tem que sacar, tem que saber, tem que compreender o direcionamento que ele dá para as suas atividades, para que isso se torne cada vez mais próximo a realidade que ele existe, senão ele fica absorvido no mundo das idéias e, quando ele se vê, ele se depara ao redor e se vê sozinho. Está fechado em si mesmo. Então, eu acho que na medida em que as pessoas começam a se preocupar com este retorno social da Universidade, da Extensão, podemos começar a pensar em novos rumos da Universidade, já, desenvolvendo Pesquisas, pensando na comunidade de forma diferente, não só como uma possibilidade de coleta de dados, mas, a nível de, como que eu vou poder participar desse mundo real de vida? Não ficar isolado. Isso aí, eu acho que é o ponto primordial, eu acho que quando nós, docentes da Universidade, tivermos bastante

clareza o que estamos objetivando e o que nós precisamos fazer, dentro das nossas possibilidades humanas, aí, eu acho que a gente entra num meio termo e, consegue produzir muito mais. Mas, eu acho que é difícil, é difícil. As pesquisas estão longe da realidade. O que nós trabalhamos representa a nível social, eu acho que precisa estar bem claro, de que ser humano que você está mexendo, mas, esta análise é profunda e, eu acho que nós estamos muito longe. A gente está, assim, muito preocupado, em termos de Extensão: gerar estágios e só. Eu acho que o Estatuto é a nossa grande prisão. Na verdade, nós temos que conhecer muito bem a nossa prisão para sabermos mudarmos. Não podemos só negar o Estatuto, ele está aí, também, para dar ordens as coisas, ele tem um grande papel dentro da Universidade, que é manter as coisas funcionando, é conhecê-lo, nós trabalhamos sem conhecer este Estatuto e ver a possibilidade que ele propicia para que você não se equivoque e, acaba, então, se perdendo, ainda, mais. Não adianta, simplesmente, você negar o Estatuto, você tem que saber como interagir ”

Professor 4

“Em relação a Extensão na UNESP, em qualquer Universidade, a indissociabilidade entre o Ensino, Pesquisa e Extensão existe. Mas, na verdade, eu acho pelo menos nas Universidades ou no meio onde eu vivo, a Extensão é mais um acessório do que propriamente, não existe uma convicção de que a Extensão realmente seja importante no ponto de vista da atividade acadêmica. É minha opinião pessoal, quando se fala em Extensão de uma forma geral, as pessoas vêem a Extensão como que, aquilo como uma coisa que não tem ligação com a Universidade. Então, as pessoas entende como Extensão aquilo que se faz voltada para a população, ou à comunidade que não pertence a Universidade. É dessa forma que se vê. Em Unidades ou em Institutos onde você tem atividades tecnológicas ou de Prestação de Serviço ou de assessoria isto fica mais claro. Na USP, onde eu peguei um bocado dessas discussões. A USP, historicamente, ela vem da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, vem da Faculdade de Direito, da Poli, da Politécnica e da Medicina, desses quatro, três, que seria Medicina, a Poli e Direito são cursos, ou são áreas que são eminentemente voltadas para a sociedade e a Filosofia, Ciências e Letras eram uma Instituição ou uma unidade voltada para o debate intelectual. Existe uma certa divisão na forma de ver sobre os Institutos da Universidade, sobre o tipo de serviço que o pessoal faz, é diferente. A USP cresceu, os chamados cursos básicos, Filosofia, Ciências e Letras, foram desmembrados em outras Unidades ditas básicas, vou colocar de uma forma bastante simplificada. Se lembrar, tem outras Unidades ditas básicas, Poli, São Francisco e a Medicina continuaram mantendo-se como se fossem Unidades praticamente autônoma. Na USP a grande discussão com relação a Extensão vem dessa divisão, do que seria a atividade acadêmica, seria assim uma posição mais defendida pelas ditas áreas básicas e essas três outras áreas, sempre ignoraram o que é a USP, eles sempre fizeram aquilo que achavam que era mais interessante. Então, a impressão que eu tenho é que esses discursos da indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão é uma forma de tentar dar uma certa identidade por coisas muito distintas. Na UNESP, eu não percebo essa discussão, mesmo porque as áreas ditas tecnológicas não são muito fortes. Nós temos a Engenharia em Guará e, que não tem a tradição, evidentemente, que a Poli tem. Nós temos as áreas de saúde, Medicina, mas, que, também, não tem grande envolvimento e a UNESP tem esse problema todo. Ela é muito grande, é muito dividida, então, eu acho que essas discussões não aparece tão claramente quanto aparecia lá na USP. O que quero dizer é que a comparação é inevitável. Então, a Extensão, o modelo que a UNESP adotou seria um modelo mais parecido com essa de áreas básicas, ciências básicas e a Extensão é assim, é uma coisa que a gente deveria fazer, mas, o mais importante seria o Ensino, a Pesquisa; a Pesquisa, o Ensino, dependendo do local que a gente vai, a verdade muda. Mas, a gente vê que a UNESP tende a valorizar em primeiro plano a Pesquisa, em segundo o Ensino e com a Extensão se você puder fazer você faz. Eu acho que a indissociabilidade só existe no papel. Assim, na UNESP, assim como em outras Universidades. Eu acho que a Extensão é valorizada por aqueles que, por aquelas Unidades que tem características eminentemente tecnológica. Essa é a impressão que eu tenho. Isso é uma opinião muito minha. Uma coisa que atrapalha bastante essa indissociabilidade dentro da UNESP, isso é opinião minha, não estou desmerecendo ninguém. A percepção desde que eu estou aqui, foram o reitor N, o L e, atualmente, o A. Nenhum desses três preocupou-se muito com a

Extensão. Não que eu discorde da posição, eu estou tentando fazer leituras. Eu acho que sempre foi colocado num segundo plano. As pró-reitorias, ou as instâncias que cuidavam da Extensão não foram muito atuantes. Faziam atividades muito mais cartoriais, do que realmente tentar impor uma política ou estabelecer diretrizes. Essa é a leitura que eu faço. Também, eu não estou muito por dentro, mas pelo volume de documentos que a gente recebe, a gente percebe que, essa tendência. Existe uma tendência forte de tentar conseguir recursos para o Ensino, recursos para a Pesquisa, incentiva-se muito isso, mas para a Extensão nada. Ninguém diz de onde a gente pode tirar os recursos. É um círculo vicioso. Ninguém dá importância, ninguém dá muita, ninguém dá os caminhos e por isso mesmo fica assim. E, na hora de cobrar, também, ninguém cobra. Eu acho que é dessa forma que está ocorrendo na UNESP. O nosso caso é a cobrança no departamento, a cobrança individual, onde a pressão maior é a cobrança individual. A cobrança nos relatórios anuais do departamento, não tem o peso que tem o relatório individual. O relatório individual você pode aprovar ou não. Do departamento não. Simplesmente, você coloca no anuário da Universidade, olha o departamento tal produziu isso e cada um tende a olhar só o seu departamento e nem faz comparações. Por trás disso, existe aquele princípio de que existe as especificidades de área. A tendência é essa: se você estiver muito bem, você fala estamos bem. Se você estiver ruim, você fala, existe especificidades de área. A gente tem uma torre de babel por aí. E, com relação a cobrança individual, é aquela história, você sozinha é uma corda muito fraca, arrebenta para o seu lado. É um instrumento muito forte de coerção, de vigilância, é aonde você tem que se cuidar. Nos nossos relatórios, a gente não. Por exemplo, eu nos meus três relatórios, eu não coloquei uma linha sobre Extensão. Porque? Não existe um programa, um documento que você possa fazer. Você faz a atividade no dia-a-dia. Você presta serviços, assessora, sei lá como possa ser chamado, e isso não é documentado. Seria a mesma coisa que eu ficar colocando no papel que eu estou concebendo esta entrevista para você. Não dá para fazer isso. Isso não dá para documentar. Com relação as dificuldades, eu acho, que por trás, uma das razões para as dificuldades de Extensão na UNESP, seria justamente essa falta de definição do que se pretende. Isso é redundante. Todo mundo diz isso. Mas, eu acho que fica claro. Não é dada a prioridade, consciente ou inconscientemente, não há discussão e assim vai. Recursos, na verdade, com os rumos que a Universidade vêm tomando, não dá para desprezar a Extensão. Está muito claro que por mais que a gente obtenha recursos oficiais, garantidos com parcelas do ICMS, a gente não vai conseguir avançar, então, existe uma lógica de que se a gente começar fazer o trabalho de Extensão, nós poderíamos captar recursos e trazer dentro da Universidade. Só que eu acho que essa forma de pensar tem um problema. Se você pensar, a Extensão não pode ser vista só como fonte de recurso, precisa ser bem distribuído para a Universidade. A gente precisa saber efetivamente o que a gente pode oferecer. Então, esses regimes de parcerias que estão aparecendo por aí, ou, hoje, a gente houve falar muito em parceria. E, a parceria o que é? Nada mais, nada menos, é você pegar dois interesses distintos que complementam. Dois ou mais. E, a Universidade, ou a UNESP tem se preocupado muito em sair para captar recursos, mas a gente não sabe exatamente bem o que a gente pode dar de contrapartida. Então, é difícil encontrar parceiro assim. Não existe troca, não é? Então, eu acho a UNESP, em particular, a gente tem percebido assim: vamos tentar captar recursos através da Extensão, mas nós não sabemos exatamente o que

oferecer. Então, a gente pode bater em quantas portas forem possíveis, a gente titubeia na hora de responder a pergunta. Bom, tudo bem, o que vocês podem oferecer para a gente? Não existe a locação de recursos, também, orçamentaria para isso e não existe fonte externa para obtenção desse tipo de recurso. Não existe pelo menos uma fonte organizada. Se a gente fosse tentar seguir o caminho da Pesquisa, seria o caso de constituir uma fundação, sei lá, alguém que financiasse esses trabalhos. Mas, aí a gente teria o problema de onde buscar esses recursos. Aí ficaria aquele bolo de novo. Na hora de alguém buscar o recurso de uma forma organizada a gente tem que saber exatamente o que você pode oferecer. Falando em mercado, o mercado, não existe mais um, são poucas, o mercado, negócios. Ninguém faz negócios através de um órgão que centralize os negócios. São trocas. Então, eu tenho uma Instituição, uma empresa, que produz determinada coisa, ou que presta determinado serviço, que se procuram e aí tentam chegar a um acordo empresarial, comercial. Se a UNESP criasse um órgão, ou se as Universidades criassem um órgão que gerenciassem esta tramitação de recursos, de serviços, eu acho que não daria muito certo, não. Esse tipo de centralização não daria muito certo não. Eu acho que o que a gente precisa é a consciência de que a gente pode fazer alguma coisa pela sociedade. Com relação ao Estatuto, o Estatuto é muito vago. Ele fala da indissociabilidade, muita pouca coisa além disso. Talvez nada mais, eu não lembro de cabeça. Eu acho que essas são as dificuldades que nós temos. A pergunta seria: será que a Extensão é importante para a Universidade? Na verdade, a gente tem que ter consciência de que a Universidade, quer seja pública ou privada, tem uma missão com a sociedade. E, essa missão seria justamente formar pessoas para colocar no mercado de trabalho, preservar o patrimônio cultural. Mas, a gente tem missões definidas da sociedade, ou pelo menos existe aquela expectativa da sociedade com relação à Universidade. Ninguém incentiva os filhos a entrarem na Universidade se não tiverem alguma percepção, ainda que, inconsciente, de que a Universidade pode fazer alguma coisa pelos filhos etc. E, a Universidade não consegue, ainda, enxergar muito bem o que a sociedade espera da gente. É que o sistema, quando a gente dá ênfase à atividade acadêmica, eminentemente de Pesquisa básica, o critério para julgamento são os próprios pares. Então, a gente julga a competência da Universidade através do julgamento dos próprios pares. Não existe um, o mecanismo mais corporativista do que isto. A gente está pouco sujeito a avaliação externa. Tanto é que a gente questiona: o que este cara entende de Universidade para criticar a Universidade. Então, eu acho que existe este problema. E, a Extensão seria o ponto onde a gente conseguiria, estar exposto a esta avaliação externa. Talvez, por isso mesmo, que a Universidade prefira manter a Extensão de lado. O argumento que existe atrás da, se a gente expuser a Universidade de começar a Extensão, de começar a captar recursos, seria uma forma de a gente prostituir a Universidade, tem um indício. Não dá para ser tão radical assim. Seria até um momento de gente pegar e vê se o que a gente faz presta para alguma coisa. E, como a gente não tem essa abertura ou como nós nos fechamos dentro da própria Universidade, a gente não consegue enxergar o que a sociedade está precisando, a gente não está exposto a avaliação pela sociedade. Daí o sistema vai se fechando cada vez mais. Essa é a minha opinião. Então, eu acho que a Extensão seria uma forma de a gente tentar deixar de ser um sistema tão fechado e estar sujeito, também, a trocas. E, normalmente, quando a gente vai para o programa de Extensão, a Universidade pensa, nós temos isso e nós vamos oferecer

isso, está corretíssimo. E, a gente não chega e se der alguma coisa errada não somos nós que erramos e, sim, a sociedade. A sociedade não está preparada para aquilo que nós estamos oferecendo. Mas, se a gente botar o pé para fora, começar a escutar um pouco o que dizem sobre a Universidade, ninguém sabe nada. As mudanças estão ocorrendo lá fora, a sociedade como um todo, as transformações são muito rápidas e essas transformações não chegam a entrar aqui. Com exceção de algumas poucas áreas, mais tecnológicas, mais de ponta. Mas, ainda, sim, eu acho que a contribuição da Universidade tem a oferecer está muito pouco. Talvez hospitais, escolas, ofereçam alguma coisa mais. Mas, neste caso, eu acredito que seja muito caro. E, a Universidade seria um lugar que você não se preocupa com quanto custa um tratamento longo. Eu acho que a Extensão teria esse papel, qualquer que seja a área. Evidentemente, que a gente tem áreas que são mais facilmente suscetíveis a essa abertura. E, existem outras que são mais difíceis. Mas, ela como um todo deveria ser assim. Com relação a Educação Física e o Esporte, primeiro que a Educação Física na Universidade é muito recente, é de setenta para cá que a gente tem essa invasão enorme. Até lá, três, quatro, cinco Cursos, em São Paulo. Eram muito poucas. Depois do diagnóstico de Lamartine que teve essa explosão enorme. Eram cursos de segunda classe e que eram cursos mais voltados para o Ensino, para a formação profissional. Não havia essa preocupação acadêmica, com a Pesquisa. O acadêmico, eu estou usando nos dois sentidos. O próprio diagnóstico levanta esse problema da ausência de Pesquisa. E, algumas Instituições começaram a se movimentar para tentar preencher essa lacuna. Aí ocorreu o fenômeno inverso, as Instituições começaram a se tornar muito, Instituições de Pesquisa e a Extensão, esse contato, digamos assim com a sociedade, foi sendo negligenciado. Então, nós começamos como, voltando aquela história, como a Poli, a Medicina, a Faculdade de Direito e de repente, a gente passou a ser Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a gente, eu acho que a gente, ainda, está sofrendo a acomodação disso. Muita gente já percebeu que não é um caminho correto, mas pelo menos tem limitações. Existe muita gente já preocupado em começar a voltar os olhos para a sociedade. Parte por influências dessa Pesquisa de cunho mais social, humanística, ideológica e parte, também, quer dizer, em parte por isso, as críticas que vem por aí são violentas e em, parte, também, porque, percebeu-se que existe um limite para essa Pesquisa, fechada. Então, a Educação Física está começando a se preocupar com isso. Mas, acho que a gente, ainda, está em fase de acomodação. Estas coisas não estão, muito claras ainda. Sabe-se que a gente não pode ser só profissional. Sabe-se que a gente não pode ser só acadêmico, no sentido restrito. Bom, eu acho que isso é o que tem ocorrido com a Educação Física. Agora, a gente não consegue deixar um pouco esse vício do pesquisador, de gabinete, que tem que produzir um caminhão de papers, de artigos. Na verdade, é um discurso que vai muito bem dentro da Universidade. Mas, não serve para a sociedade. Então, quando você vai, quer dizer, as pessoas que nós atendemos, diretamente, seriam os próprios profissionais de Educação Física, que se formam. Os profissionais que estão no mercado, eles não tem acesso ao trabalho que a gente produz. Não digo meios. Mas, é que a forma como a gente produz o conhecimento, é uma forma voltada para nós mesmos, para a Universidade e não para o profissional. Profissionais tem questões, perguntas muito objetivas, do cotidiano. Ele necessita de respostas rápidas. Não adianta nós chegarmos para ele e dizer assim: olha nós vamos pesquisar isso e daí daqui a quatro anos nós, quando terminar o meu RIDP eu vou responder. Ele quer

para aquele momento. Então, a lógica que permeia o trabalho científico, a Pesquisa dentro da Universidade e a lógica que permeia o profissional são diferentes. A gente não habituou a pensar desta forma. Nós recebemos um treinamento para sermos acadêmicos, no sentido mais restrito e a gente não está conseguindo enxergar isso. Bom, um critério para dizer se um trabalho da gente é bom: a primeira coisa é olhar o volume. Se você pega um trabalho fininho, você fala: ah, esse não serve, a gente nem vê, ou a gente já tem até o preconceito para não ler. No entanto, para quem precisa de respostas rápidas, um documento com quatrocentas, quinhentas, seiscentas páginas ele nem vai olhar. Ele vai preferir três páginas e onde você coloca em negrito as coisas mais importantes e pronto. A gente não aprendeu a fazer isso. Então, nós recebemos o treino para ser acadêmico, no sentido restrito e, estamos tomando consciência de que a gente precisa devolver alguma coisa para a sociedade, mas a gente usa meios que são os acadêmicos. Vou falar um pouco da minha experiência. Eu vinha fazendo Pesquisa de caráter mais básico. Embora para muitos o que eu ainda faço hoje não seja muito básico, mas, certamente é muito menos básico do que era antes. Aí eu tenho tentado fazer essa Pesquisa mais voltada para o dia-a-dia. Na verdade, foi por acidente que eu cheguei aí. Existe um problema teórico-acadêmico em fisiologia do exercício que de medição, que é uma mera medição de capacidade aeróbica, o que é limiar anaeróbico. Aí você vai ler e você percebe que aquilo ali é um ovo de Colombo, sei lá. É alguma coisa que pode revolucionar os procedimentos profissionais. Aí eu fui a campo para tentar estudar isso. Aí eu sentei com vários técnicos para tentar ver, utilizar os atletas deles como sujeitos e assim foi. Aí eu consegui convencer alguns. A gente vai lá, faz o experimento e depois a gente senta com os técnicos e começa a conversar. Daí a gente vê, quer dizer, eu fui literalmente acuado. Porque, as convicções que a gente tem academicamente não são suficientes para convencê-los que aquela idéia é correta ou não. E, mais ainda, existe muitas coisas que os profissionais fazem que contrariam o que está nos livros-textos, ou a teoria consagrada. Aí, eles querem saber. Porque quando ele fez tal coisa funcionou e, porque quando ele fez tal coisa não funcionou. Ou, então, o que é melhor, fazer desse ou daquele jeito. Então, esse tipo de contato, para mim foi mostrando que o discurso que a gente aborda dentro da Universidade é muito diferente, do que é feito lá fora e o tipo de conhecimentos que eles tem que ter. A gente até se contradiz, eu estou me posicionando no lugar de quem está na Universidade. E, o tipo de conhecimento que eles querem não é o mesmo que nós temos. Eles precisam ter experiências, coisas, que talvez nem fiquem escrita. Então, o que foi dando para perceber é que existe um distanciamento muito grande. A gente tem que sentar com esse pessoal, tentar entender o que eles estão querendo dizer e a tendência nossa seria: se o cara usar um conceito errado, a gente corta o cara, não espera aí, você está falando coisa errada, não, isso não significa isso. Se a gente começar a agir dessa forma, simplesmente não tem conversa. Então, eu acho que o universo, é um outro tipo de conhecimento. Eu acho que não dá para a gente empurrar o que a gente tem para eles, assim, pura e simplesmente. Tem que ser digerido de alguma forma, de forma que seja mais, que entre um pouco mais na lógica deles. E, a gente tem que entender a lógica deles, e a gente tem que se preocupar em fazer alguma coisa mais voltada para a lógica deles. Eu acho que a gente contribuiria mais para a Educação Física, produzindo menos artigos e escrevendo mais livros. Porque o artigo, o que você consegue avançar com o artigo é muito pouco. Porque você pega um problema bastante

restrito e você se perde. O artigo, o que é, geralmente é uma análise. Você pega uma parte de um conjunto, você separa, faz comparações e você amarra logicamente. E, na profissão, você tem que ser mais arrojado, você tem que arriscar, você tem que especular mais. As situações são mais variáveis, são muito menos controláveis. O especialista da Universidade. Especialistas de Psicologia, Fisiologia etc. O cara que está no mercado ele quer resolver problemas, desde fisiológicos, biomecânicos, sociais, psicológicos, ele tem que lidar com tudo isso e aí ele é um cara que arrisca, especula. Eu acho que talvez uma contribuição que a gente possa dar é que eles saibam como saber se um risco que ele assumiu funcionou ou não. Quais são os critérios que eles poderiam utilizar para saber dizer se aquela especulação dele que usou está correta ou não. Tem que deixar especular, tem que deixar arriscar. E, a gente não consegue fazer esse exercício nem em artigos. A gente conseguiria fazer esse artigo em livros, mas não livros amarrados academicamente, com citações, a que você vai montando quebra-cabeça a partir das idéias e chutar e assumir claramente, olha, tem muita coisa que cientificamente, ou a nível de pesquisa não vai funcionar, ou não é possível controlar. Mas, eu vou arriscar. A Educação Física tem aquela divisão clássica entre os práticos e os teóricos. O problema é que são linguagens diferentes. E, não se intercomunicam. A gente atrai, nós acadêmicos atraímos os práticos, prometendo o paraíso. Ou eles se convertem, ou eles se decepcionam. Mas, felizmente as coisas tem mudado. Eu tenho visto muita gente que tem uma formação acadêmica, fundamentação acadêmica e que estão no dia-a-dia se dando muito bem. A Extensão nesse sentido, dentro da Educação Física, seria realmente ter acesso dos profissionais. Porque uma coisa é a gente fazer Extensão, prestando serviço diretamente à sociedade, diretamente, no caso, ao beneficiário, ao aluno. Eminentemente, o contato com o aluno, o atleta ajuda um pouco a ver o que funciona, o que não funciona. Mas, não é através desse tipo de trabalho assistencialista, que a gente vai atingir a sociedade. Nós lidamos diretamente com o profissional. Então, eu acho que a Extensão que a gente pode oferecer seria justamente dar esse suporte para os profissionais. E, não a Extensão como tem sido feita. Seria essa assistência direta. Eu acho isso. A assistência direta ajudaria a gente a descascar um pouco quais são os problemas reais que existem, com o beneficiário direto da atividade. Mas, a gente nunca vai ganhar experiência que alguém que, tendo uma pessoa que lida oito horas, dez horas por dia diretamente com a sociedade, com o beneficiário. Nós vamos trabalhar em condições muito controláveis, a tendência nossa é oferecermos aquilo que nós podemos e quem está no mercado de trabalho é aquela história: você vai oferecer isso, não importa se a gente tem condições ou não. As coisas são bastante diferentes. A gente trabalha em condições ideais. Então, eu não sei se a assistência direta ao beneficiário seria o caminho ou pelo menos eu diria assim: não deveria ser dada uma ênfase tão grande a assistência direta ao beneficiário como tem sido dado agora. A gente tem que começar a olhar o profissional, o usuário desse conhecimento que a gente supostamente acredita. Então, a Extensão não é isso: coloca mil crianças, duas mil crianças dentro da Universidade, colocar um monte de estagiários para trabalhar. Isso pode ser feito, mas a gente tem que pensar quem está usufruindo nosso conhecimento. Na verdade, o que a gente está tentando fazer é uma revolução. Nós da Universidade, estamos tentando formar pessoas que façam a revolução, que bote esse pessoal que está no mercado de trabalho para fora e coloque uma outra geração nova, com um perfil muito mais

acadêmico. Essa é a impressão que eu tenho. E, não é, tanto é que existe um universo todo dentro da Educação Física que ignora a Universidade. Os ENAEFS, por exemplos, os ENAEFS não tem nenhuma vinculação com a Universidade e eles movimentam, mil, dois mil, três mil pessoas em cada encontro. Então, algum impacto tem e o que acontece lá, trocas de experiências, alguém que tem um pouco mais de experiência, tem capacidade de comunicação e aquilo vai transformando nossos profissionais e quando a gente faz um encontro científico, nós vamos conseguir trezentas, se conseguir trezentas pessoas é muito. Com relação ao departamento, eu acompanhei não a criação, mas eu vim muito cedo para cá. Eu estou aqui desde 1986. Na verdade, o curso aqui foi engraçado. Porque veio uma leva de docentes, em dois anos renovou totalmente. Eu sou dessa segunda leva. Do renovado. Naquela época estava sendo feito a discussão. Na verdade, quem fazia isso era o professor ZM. E, havia a preocupação de manter, de a gente tentar seguir essa indissociabilidade: Ensino, Pesquisa e Extensão. Mas, a maioria de nós tinha muito mais preocupação com a Pesquisa, o Ensino e muito pouca coisa com relação aos demais. Aí, a contratação da professora V foi importante. Porque a professora vem de um sistema, vem de Viçosa, onde se trabalha com o beneficiário direto, é muito forte, ou pelo menos, era muito forte. E, ela trouxe essa, não digamos a idéia, mas o ímpeto de fazer isso e, evidentemente, os professores F, a M que tinham bastante preocupação em fazer esse tipo de trabalho. Então, a Extensão acabou tomando o rumo de trabalhar diretamente com o beneficiário. No caso do F e da M porque eles tem vasta experiência em lidar com a iniciação, com o atleta de ginástica e a V com a Natação. Com modalidades esportivas. Ah, essa questão de esporte. Aqui, existe eminentemente essa característica da modalidade esportiva mesmo. Isso é uma característica muito do departamento. Os docentes que lidam mais com; primeiro que os docentes que lidariam mais com a Escola, que se identificam melhor com essa concepção de Educação Física, ou tem uma orientação mais acadêmica, ou não estão alocados no departamento. Então, eu acho que isso foi bastante prejudicado para o departamento. O departamento ficou bastante prejudicado. Porque, a gente não consegue contratação de docentes que ajude a fortalecer o corpo de conhecimentos ou mais as humanidades. Então, e pelo número de disciplinas, aquela história toda, você acaba tendo um departamento com embasamento muito forte para modalidades, não diria nem a competição, modalidades, a prática desportiva. Isso é bem perceptível. Ainda, na atualidade. O departamento, assim, formalmente, tem uma preocupação muito grande com o beneficiário através dos esportes. Na verdade, parece, que se você olhar, a forma, o discurso, é atender a população. No sentido de ser mais assistencialista. E, tentar colocar alunos para adquirir experiências. O Ensino viria em segundo plano e eventualmente fazer Pesquisa. Esse é o discurso que aparece. Não há a preocupação em que setores atacar. Em que áreas atacar, se a saúde. Cada um. Não existe um projeto de Extensão do departamento como um todo. Aliás, o nosso departamento não tem projeto para muita coisa. Um projeto articulado para Ensino, para Pesquisa. É um departamento muito grande, de formação de natureza bastante heterogênea. Mas, também, com diferenças muito pequenas em degraus da carreira. Não que eu seja favorável as hierarquias. Não estou dizendo que isto seja melhor. Mas, se você tem alguém muito destacado dos demais, ele tenta dar uma certa personalidade. Se você tem duas pessoas destacadas pode dar duas personalidades. As iniciativas são mais individuais. É porque o grupo está muito heterogêneo na sua formação, mas ocupam em

hierarquia posições muito parecidas. De um recém doutor para um início de mestrado, a diferença em termos de carreira é muito pequena. A nossa pirâmide vem assim bem em bolacha. A gente tinha auxiliares de ensino, depois em determinado tempo a maioria mestres e agora está começando a inchar de doutores. Daqui a pouco começa a estourar os livre-docentes. Eu acho que isso é uma coisa que também ajuda a explicar a ausência de rumos. Não são muito articulados não. E como quem trabalha com modalidade. Quem mais sente mais a necessidade, está em contato com o dia-a-dia, as modalidades acabam tendo essa característica. Se fosse pensar, existe o programa de terceira idade, mas é, estritamente vinculado a disciplina. Acho que essas coisas são bastantes desarticuladas. Eu diria que a nossa Extensão não tem ainda alguma identidade, metas definidas. O departamento como um todo tem penetrações, coisas que eu consideraria como Extensão, trabalhar diretamente com os profissionais. Muitos de nós, eu não saberia dizer quantos, tem feitos palestras, ministrado cursos, mas é muito parecido, assim, a gente dá o ensino para alguém que não está na Universidade, na nossa Universidade. Ou especializações, ou delegacias de ensino. É isso que tem acontecido. Mas isso, não existe um esforço do departamento para isso. Isso depende muito mais, isso ocorre porque vem um convite externo. Do convite externo pode ser ou porque o docente tem um reconhecimento ou tem um tremendo amigo. Geralmente é as duas coisas. Você é reconhecido pelos amigos. A gente sabe isoladamente: olha, eu fui dar um curso em tal lugar ou então você olha num prospecto: olha esse cara está dando um curso aí. Mas, não existe um esforço organizado não, nem a gente tem um panorama muito bom do que ocorre por aí. Eu acho que é extremamente importante a gente ter essa experiência. Por exemplo, eu tinha escrito esse livro com os professores GT, E e L. Cada um tomou rumos mais ou menos diferentes. Mas, não porque. A gente recebeu vários convites para dar cursos sobre o conteúdo do livro. Dentre as quais, para a Prefeitura de São Paulo e aí a gente leva o primeiro choque: do que é a realidade, do que é a teoria. E, assim vai. Aquilo para mim, foi uma experiência fenomenal. Existe um jogo de interesses que aparecem nas perguntas. O acadêmico se confunde com os profissionais. E, a gente consegue perceber o quanto a gente está distante quando o cara pega e fala assim: quanto tempo você deu de aula e aí a gente se acaba e não adianta você responder que você leu e que você acredita, não adianta você dizer isso que não funciona. Eu tenho tentado fazer isso, ver se eu consigo ajudar a desenvolver ferramentas. Então, esse problema que eu falei: do ponto de vista teórico pode ser uma beleza. O que eu tenho tentado fazer é ver se a ferramenta funciona na prática. Se é viável ou não e se o conhecimento é digerido. Então, eu tenho mantido contato, justamente tentando fazer essa troca. Vou lá, faço alterações, olho os resultados, sento com eles, vejo se eles conseguem interpretar, se aquilo está difícil, se não está. Ou desenvolver técnicas alternativas e aí o que acontece? Eu tenho que produzir documentos para eles com uma linguagem acessível. São coisas que não daria para dizer que é um documento, é um artigo, você escreve dicas, olha, nessa situação isso pode ser assim, assado, tal e tudo mais e aí o universo é totalmente diferente, a linguagem é outra. Eu acho que isso é uma das coisas. Interesse há por parte de outros professores, existe a procura. Mas, ainda, é aquela história. Eu estou sentindo na pele. Quando eu faço isso, a pesquisa de caráter acadêmico, porque evidentemente, isso não resulta em paper, em artigo. Então, eu não tenho o que publicar e isso demanda muito tempo, sentar com as pessoas, conversar,

discutir, tentar entender a lógica, tentar entender a cabeça dele e muitas coisas não dá nem para a gente escrever. Então, eu tenho agido assim com modalidades, com vários técnicos. Isso gasta tempo e a parte acadêmica, a Pesquisa mesmo vai pro quiabo. Então, eu escrevo muito mais sobre temas genéricos, se a Educação Física é ciência ou não, em função disso, do que um artigo, olha este estudo foi isso, isso, isso. E, eu acho que a gente deveria escrever um livro. Eu estou mais preocupado com o livro que possa transmitir os conhecimentos. Então, existe este problema. Outra coisa, a gente não consegue financiamento para este tipo de trabalho. Várias vezes foram negados, simplesmente porque não atende o critério acadêmico. É muito difícil a gente conseguir financiamento para um trabalho onde a gente possa fazer esse tipo de coisa. Externo, já levei negativa da Fapesp, duas da Fapesp, duas da CNPq, e fica muito claro. Quando eu levo um problema básico, tudo bem, quando você coloca um problema de caráter mais aplicado, a resposta que vem é pelo menos três das quatro vezes foram: é, essa variável não está controlada, não tem jeito de controlar essa. Então, o que a gente acaba fazendo: eu escrevo um projeto básico, uso os recursos para fazer uma coisa mais aplicada. Eu acho que particularmente dentro da biológicas existe um espaço muito grande para a Escola que eu não tenho atacado, não tenho tentado pegar as ferramentas que a gente usa no esporte para levar no campo da escola. A motivação, a necessidade que o professor tem de resolver os problemas é muito diferente da necessidade do técnico. O técnico tem aquela meta bem definida e daquele resultado depende o emprego dele. E, é bem objetivo. Então, existe muita preocupação. Não estou dizendo que os professores da Escola sejam ruim. O professor da Escola é assim: olha se eu conseguir resolver isso, tudo bem, caso contrário. E, o técnico tem uma pressão enorme. É a coisa do tipo assim: Eduardo, eu estou com um problema, é assim, assim, assim. Quando é a sua competição? Daqui há três dias e você tem que resolver. Concretamente, a maior parte está preocupada com a Pesquisa. Concreto, concreto. O problema é que fazer este tipo de atividade é considerada atividade de segunda classe. Muita gente não admite. Embora faça de uma forma ou de outra, essa preocupação em prestar serviço ou aos beneficiários, aos profissionais não é assumido, não é muito bem assumida, essa relação com a Pesquisa. E, mesmo porque a Pesquisa, essa de natureza mais aplicada é considerada Pesquisa de segunda classe. Se você fizer a Pesquisa básica, é melhor. Existe, mas, é considerado em segundo plano. Ninguém faz isso como linha prioritária. Eu, atualmente, tenho considerado isso como linha prioritária. O pessoal tem feito em segundo plano. Embora o parecer seja meio confuso, a impressão é que o idealizador, pelo menos, tentou romper um pouco esse ciclo, essa distinção, essa dicotomia, essa distância enorme entre prática e teoria. É claro, é um parecer legal, não é um documento acadêmico. Se fosse um documento acadêmico a gente teria reprovado. Mas, ele passa essa preocupação. Tanto ele passa essa preocupação que foi um documento que vem sendo discutido. É uma percepção que a Educação Física vinha tendo. Eu acho que ele inova nesse sentido e inova em muitos outros. A autonomia com responsabilidade, isso eu acho que é um dos pontos altos. Com relação a esse profissional idealizado que a gente não consegue definir muito bem. Mas, é assim, olha, pelo menos não é só o prático, é teórico, eu acho que ele dá um grande avanço. Eu acho que os nossos cursos, ainda, eles são muito cursos de gabinete. A formação profissional é muito de gabinete. Fragmentado e de gabinete. Gabinete no sentido: eu dou uma coisa para você ler, você vai ler e depois você me traz o conhecimento de volta e eu vou

dizer se você aprendeu ou não. Não há experiências. E, quem dá aula, também, não tem experiência nenhuma. Esse RDIDP que a gente fica preso aqui dentro, a gente não ganha experiência. Eu acho que os nossos currículos, ainda, são os acadêmicos. Embora, o Parecer preveja um profissional um pouco mais crítico; eu acho que a gente não conseguiu fazer a reestruturação, de tal forma que a gente pudesse se contentar. Aí, não é o Parecer que vai resolver, não. Eu acho que aí é questão dos cursos tomarem consciência. Há um tempo atrás eu concordaria com essa sistemática do curso e diria assim: bom, quem tem conhecimento teórico consegue se virar. Hoje, eu não acredito nisso. Eu acho que você tem que ter experiências para poder fazer a triagem do conhecimento necessário. E, a gente ter que fazer o aluno passar pela experiência. Estimulá-lo a aprender a estudar, resolver problemas. Os cursos que a gente dá são assim: a gente estabelece os objetivos. Por mais que a gente negue isso, a gente é behaviorista no duro. Mesmo que eu seja para descer o pau no behaviorista, que eu faço, eu ajo exatamente como o behaviorista. Eu acredito mais em seleção de experiência. O curso deveria deixar o aluno experimentar um pouco e a gente dando uma mãozinha para a solução desses problemas. Então, ele teria que ter mais espaços, tentando resolver problemas, do que decorando para provas. Se houve essa tendência de mudar a Educação Física, eu acho que isso ainda não aconteceu, porque nós mesmo dentro da Universidade não conseguimos achar um meio termo para isso. Sinceramente, eu tenho tentado fazer isso. Eu radicalizei um pouco mais as minhas aulas. As minhas aulas são, eu não estou preocupado com conteúdo. Eu tento colocar situações problemas. Está certo que eu faço a triagem e espero que os alunos consigam adquirir as experiências de resolver estes tipos de problemas. No ensino eu abandonei a cobrança do conteúdo. Eu não sei, quer dizer, eu me acho assim. Eu já tinha essa tendência. Não sei. Por mim, se fosse possível, eu não marcaria aula em sala, preferiria e não teria tempo de encerrar um curso. Isso seria uma situação extrema, evidentemente. Mas, eu tenho tentado fazer dessa forma. Por exemplo: eu dou aulas, e mais ou menos metade do tempo dou atividades que dependam deles. E, não adianta, se você pega, você dá um monte de informações, essa experiência eu já tive. O cara termina dois semestres de cursos; e, aí você pega esses alunos que você formou, que foram bem na sua disciplina, você coloca numa situação, eles agem de uma forma totalmente diferente. Então, do que valeu o esforço que você teve, se na hora de colocarem em prática não conseguem colocar?"

Professor 5

“Então para dizer bem a verdade, eu me acho uma pessoa um tanto quanto por fora, apesar de trabalhar com a Extensão, no sentido da Extensão à comunidade, eu me sinto razoavelmente desligada da Extensão Universitária, da Universidade, porque eu nunca estive envolvida com a Extensão Universitária da Universidade, a não ser no começo da Casa Aberta, em que as pessoas foram mais chamadas, houve um incentivo para se trabalhar na Casa Aberta, muitos consideraram isso como uma coisa realmente necessária e depois ela foi caindo e eu acho que com isso, também, um pouco de desligamento do que seja mesmo a Extensão Universitária. Então, eu vejo assim, pelo o que eu acompanho dos jornais da UNESP, eu ainda acho a Extensão Universitária um pouco deslocada, eu acho que ela não conseguiu, ainda, não é deslocada, mas não existe uma união, não existe uma política ainda de Extensão Universitária dentro da UNESP. Tanto que as pessoas as vezes confundem a Extensão com serviço à comunidade, que você presta para uma comunidade, que não é profissional, com a Extensão, com essa comunidade, digamos assim, licenciandos, graduandos ou graduados no que cada Campus tem em nível específico. Então, existe ainda uma confusão muito grande. Eu acho que política, eu acho que, ainda, existe uma política de Extensão Universitária fraca. Porque eu acho que a Universidade, ela tem tantos objetivos, que fica difícil para um docente abraçar todos. Então, eu vejo assim: as pessoas que se direcionam para uma coisa, não consegue se direcionar para outra. Não é que há tanta cobrança, mas se você vai se envolver, a burocracia é tanta, tem que preencher tantos papéis, tantas coisas que se você abraça uma coisa, não há tempo de abraçar outra. Para você trabalhar com Ensino, Pesquisa e Extensão e, aí a Extensão, ainda, subdividida, eu acho que fica realmente difícil. Então, você acaba fazendo um pouquinho de cada coisa e não abraçando tudo. Eu vejo o seu exemplo: você está direcionada para a Extensão Universitária no sentido mesmo profissional, então, você abraça isso e é realmente aquilo que você está conseguindo fazer. Mas, principalmente, para quem está em formação, é muita coisa: Pesquisa, Ensino e Extensão. No meu caso eu acabo fazendo mal. A UNESP tem essa prioridade: Pesquisa, Ensino e Extensão. Não só a UNESP, eu acho que a USP e a UNICAMP, também, de uma forma geral. Não há uma preocupação com o Ensino e, principalmente, com a Extensão Universitária, muito menos. Ou talvez, não, eu colocaria no mesmo patamar o Ensino e a Extensão e, a Pesquisa está lá em cima. As pessoas se preocupam muito mais com a Pesquisa do que com o resto. Tanto que a Pesquisa acaba interferindo no Ensino de uma forma geral, então, as vezes a pessoa dá aula de uma coisa, faz Pesquisa em outra e acaba dando aula da sua própria Pesquisa. Então, acaba misturando as coisas. Agora, aqui eu já não sei aonde é que, já misturou tudo: ideologia, concepção. Isso, eu acho que estou um pouco por fora. Eu acho que recursos, quando você tem uma certa preocupação, eu acho que recursos você acaba conseguindo de uma forma ou de outra, você acaba conseguindo recursos, mas não sei se a UNESP tem priorizado isso. Se realmente existe essa preocupação; olha, vamos ter uma fonte de recursos direcionada à Extensão. Eu vejo mais o trabalho de Extensão como uma coisa, as vezes, mais uma cobrança da sociedade de fora para dentro, do que uma saída de dentro para fora. Então, você vê, mesmo as pessoas que dizem: eu faço Extensão Universitária, porque eu vou dar cursos, eu não acho que ela vai dar cursos, eu acho que ela é convidada para dar cursos fora, então, isso ela considera

como serviço de Extensão à comunidade. Mas, daqui da UNESP, essa preocupação, olha vamos oferecer cursos de Extensão, vamos trabalhar com a formação continuada, eu não vejo muito, eu acho que não acontece mesmo, mais uma cobrança da sociedade e, aí, sim, as pessoas saem para dar cursos fora e aí falam: olha, eu trabalho com Extensão Universitária. Bom, eu acho que não há problema algum, se você faz Pesquisa e se você deu aula, as suas aulas obrigatórias, se você ofereceu algum curso de Extensão ou não, tanto faz para a Universidade. É claro que normalmente, as pessoas acabam fazendo isso. Então, alguém sai para dar curso em algum lugar, oferece alguma coisa ou é convidado, isso também vem em decorrência do seu próprio campo de pesquisa, das pessoas, que você acaba conhecendo por fora. Eu estou fazendo o doutorado, eu conheço determinadas pessoas que sabem que eu pesquiso em tal área, ela acaba me convidando para dar um curso em algum lugar. Então, é em decorrência próprio da pesquisa que você faz. Agora, eu acho que não há problema nenhum. Eu não tenho visto, assim, pessoas que não oferecem nada em relação a Extensão Universitária serem cobradas por isso. Não vejo, pelo menos aqui no meu departamento eu não vejo isso não. Eu vejo uma certa dificuldade quando você tenta montar um curso para oferecer para a comunidade, a burocracia é muito grande, então ele tem que ser aprovado em umas cinco instâncias, para o curso começar. Exemplo: o curso de especialização, ele tem que ser aprovado no departamento, depois no Conselho Universitário, não sei aonde, aprovado em vários lugares. Tem que ser aprovado em muitos lugares, para você depois conseguir fazer uma propaganda e, aí você não tem recursos para essa propaganda, se ele não for aprovado tal lugar, você não pode soltar a propaganda, você tem que ter pensado muito tempo antes, você tem que estar sabendo se daqui dois anos você está podendo contar com o professor para oferecer o curso, então, você tem que programar, um ano meio antes para oferecer o curso, aí você não tem dinheiro para, então, eu acho que as dificuldades são muito burocráticas. Depois, se o próprio curso te dá alguma verba, você tem dificuldade para utilizar essa verba, para pagar o professor. Eu não, eu apenas auxilie as pessoas que coordenaram os dois cursos de especialização que fizemos aqui. Mas, eu percebi que é assim. O dinheiro sai hoje e, amanhã você tem que prestar conta do dinheiro e você não pode comprar livros, você só pode comprar papel para xerox, de repente coisas que você precisaria e não pode. Então, eu vejo que tem muito mais dificuldade, do que facilidade para se fazer um curso de Extensão Universitária, que aí nesse caso é de dentro para fora. Mas, eu acho que tem muita dificuldades. Os três primeiros cursos de Extensão à comunidade foram oferecidos pelo departamento, foram o meu, o da V e o da E. Então, o meu e o da E, estava relacionado à Pesquisa, daí nós fizemos o curso de Extensão que iriam se utilizar da pesquisa, agora, eu já tinha intenção de fazer esse curso de Extensão, porque eu já vinha com isso de outra Universidade. Então, as três pessoas que ofereceram o curso de Extensão aqui, já ofereciam isso fora, em outra Universidade. Primeiro, não havia acomodações legais para trazer a comunidade para dentro da Universidade, então, eu acho que isso é um problema. Você vai trazer crianças para dentro da Universidade, você não tem vestuário separado, você não pode usar os serviços da secretaria, deveria haver pelo menos uma secretária de serviços de Extensão à comunidade. Enfim, infra-estrutura não existia. A chefia do departamento dizia: olha, não tem infra-estrutura, nós não vamos fazer o curso de Extensão à comunidade, porque não tem infra-estrutura e aí nós colocávamos o seguinte: não

existe a infra-estrutura, porque não existe o serviço de Extensão, se ele nunca for criado, a infra-estrutura, também, nunca vai acontecer. Se as pessoas ficarem esperando acontecer, nunca vai acontecer. Então, nós vamos fazer, porque o que é preciso para a Pesquisa, houve muitos problemas, o pessoal do IB, não estavam acostumados. O primeiro projeto de Pesquisa quase foi barrado porque a pessoa achava que as crianças iam ter crises, o relator achou que as crianças iam ter crises no meio, que seria perigoso para a Universidade. Aí tive que informar que uma crise não acontece de uma hora para outra, informar que eu já trabalhava há dez anos com aquilo, pegar uma declaração do médico, dizendo que ele se responsabilizaria caso acontecesse alguma coisa com as crianças; se eu fosse desistir por causa dos empecilhos colocados pelo relator, eu teria desistido, nunca teria acontecido. Também, por causa da infra-estrutura eu teria desistido, porque ela nunca existiu, até hoje nunca aconteceu. Isto foi em 1990. Ainda, hoje, isso acontece, não tem infra-estrutura, dificuldades. Eu não uso os serviços da secretaria, mas tem muitos que usam, eu não acho que tem que sobrecarregar a secretaria com isso, mas muitos professores utilizam a secretaria. Eu acho que, ainda, que os serviços de Extensão da forma como são oferecidos não é correto, porque as pessoas abrem serviços de Extensão, mas, quem trabalha com a Extensão são os alunos e, as vezes, os alunos trabalham sozinhos, então, não é uma coisa que é oferecida para os alunos estarem progredindo, as vezes o aluno progride por tentativa e erro, é assim, o professor abre o curso de Extensão, seleciona alguns alunos, alunos do primeiro ano que não tiveram nenhuma experiência e aí os alunos começam a dar aula sozinho, as vezes o professor, já aconteceu comigo de eu socorrer crianças de professor que não está presente e o programa está acontecendo, então, tem uma série de dificuldades. Os trabalhos são, ainda, de iniciativa individual. Não, não existe nenhum projeto do departamento, nenhuma tentativa de interdisciplinariedade. Não, os projetos que acontecem, são assim: eu conheço um determinado assunto, então, eu ofereço um serviço de Extensão à comunidade, sobre aquele assunto. Ele, no meu modo de entender, não é contemplado no currículo e aí eu acho que eu não posso engavetar a coisa, então, eu pego e ofereço esse serviço de Extensão. Mas, não há nenhum vínculo com o Ensino, há um vínculo, as vezes, com a Pesquisa do docente, no meu caso eu não faço mais esse tipo de Pesquisa, então, não existe mais nenhum vínculo entre o serviço de Extensão que eu ofereço, com a minha Pesquisa ou com o Ensino daqui. Não existe nenhum projeto no departamento que pense nisso. Eu lembro, ficamos brigando com o ZM, porque ele não queria de jeito nenhum crianças aqui dentro. Bom, eu acredito que, Extensão à comunidade, ela é uma forma de você estar trabalhando com, tanto a Licenciatura como o bacharelado, com a prática. É quase uma prática de Ensino e, muitas vezes, não é ofertado em nenhum lugar e é uma oportunidade de você ter o professor ao lado, tirando dúvidas, o aluno vivenciando aquela parte prática da coisa, não é só teoria. Então, seria a união da teoria com a prática, possível, muito possível dentro dos serviços de Extensão à comunidade. Então, eu acho que isso para a graduação é extremamente importante. Eu já entrevistei alunos, aonde eles dizem que o primeiro contato que tiveram com a prática, foi com o serviço de Extensão e mesmo a prática de ensino não foi, porque na prática de ensino, os professores são dois e trinta alunos, da para ver esses alunos duas vezes por semestre e, aqui a supervisão, quer queira quer não, é mais direta, então, há possibilidade de tirar dúvidas do que está acontecendo, então, eu acho que o serviço de Extensão à comunidade no caso

da Educação Física é uma complementação curricular. Eu acho que, atualmente, o departamento realmente vê com bons olhos esse serviço de Extensão, apesar de dar muito trabalho, sobrecarregar a secretaria, a quantidade de telefonemas que a secretaria recebe é muito grande. Agora, por outro lado, é uma forma da Universidade estar sendo bem vista pela comunidade, eu acho que o departamento que mais oferece serviço de Extensão à comunidade e, mostra mais o que a Universidade está fazendo, é o departamento de Educação Física. Então, você vê aqui, desde pessoas normais que são atendidas em cursos desportivos, crianças, adolescentes e adultos até pessoas com problemas, deficiência respiratória, problemas nos órgãos auditivos, inclusive com a terceira idade, ele consegue abarcar toda a comunidade. Eu acho que se consegue pegar tudo, atualmente. Agora, foi uma forma até da Universidade ficar mais conhecida. Então, vire e mexe tem reportagem no jornal, televisão, está sempre tendo entrevistas pelos jornais e televisão. Isto, de uma certa forma, eleva a Universidade. Então, eu acho que, atualmente, até o departamento vê com bons olhos. Agora, a infra-estrutura, ela começou a acontecer na medida em que pode cobrar alguma coisa da comunidade, por oferecer os cursos. Então, você cobra uma porcentagem irrisória e isso reverte para o departamento, não é ainda, no meu modo de entender, a forma mais correta, a volta, esse retorno, porque cada professor faz o que quer com o seu dinheiro, quem não recebe não faz nada, até de repente vamos pegar esse dinheiro e reservar, quando alguém estiver precisando de alguma coisa, nós fazemos e agora parece que com a volta do professor L, olha, vamos ver de que jeito nós vamos utilizar essa verba. Estas coisas práticas, estão caminhando, mas, ainda, bem desvinculadas do Ensino. Eu acho que ela precisa acontecer, por duas formas. Uma forma seria: você trazer a comunidade para dentro da Universidade, e você então conseguir utilizar o conhecimento que é produzido aqui, com a comunidade. E, também, de uma certa forma, utilizar o próprio conhecimento da Universidade para dentro, porque nós não podemos achar que você está oferecendo alguma coisa, e não está recebendo nada em troca, muito pelo contrário, todas as pessoas que entram dentro do curso de Extensão, elas, também, tem uma contribuição e isto é aproveitável. Os nossos alunos que utilizam dessas práticas que são oferecidas para aumentar o veículo, para ter uma vivência prática da coisa, conseguindo unir a teoria e a prática, agora; a Extensão à comunidade você diz que é oferecido para fora, eu acho, também, que é uma forma de você mostrar que tipo de conhecimento que está sendo produzido aqui e ser levado para fora, porque não adianta você produzir um conhecimento dentro da Universidade e este conhecimento ficar engavetado, ou esse conhecimento fica passando de professor para professor. Eu acho que a Pesquisa ela não pode ser Pesquisa básica apenas, ela tem que ser uma Pesquisa aplicada, também, e aí se você faz Pesquisa e a Pesquisa não consegue voltar nem para o Ensino e nem para a Extensão, eu não vejo sentido. Você só vai conseguir receber alguma crítica, se você se expor. Se você não expor o seu trabalho, você não vai conseguir receber nenhuma crítica. E, você só vai conseguir, realmente, fazer alguma coisa de útil para a sociedade, se você, também, chegar até a sociedade. É claro que você formando pessoas, eu estou formando os meus alunos, então, eles estão saindo daqui, eles estão trabalhando com a comunidade, é claro que eu, também, atinjo desta forma. Mas, se eu conseguir trazer a comunidade para dentro da Universidade, eu acho que essa crítica vai acontecer mais rápido. Eu vou estar chegando antes à comunidade. Então, trazendo a comunidade para dentro da Universidade, eu consigo atingir

primeiro do que só esperar que os alunos saíam aí, da porta para fora da Universidade, é que eles vão trabalhar de uma forma mais crítica, vão trabalhar com a sociedade, vão conseguir levar alguma coisa. Então, o papel de trazer as pessoas para dentro da Universidade, também, é muito importante. Eu acho que, infelizmente, a gente não dá conta, eu acho que as pessoas não conseguem dá conta. Eu acho que acontece tanta coisa dentro da Universidade ao mesmo tempo que se você for tentar fazer um pouquinho de cada coisa, bom, primeiro que você fica doido, segundo que você acaba sabendo um pouquinho de cada um e não profundamente nenhum. Então, eu acho que dentro da Universidade, eu acho que as pessoas tem que ser valorizadas por algumas coisas. Eu acho que por enquanto a Universidade continua valorizando muito a Pesquisa, só que os professores são contratados para darem aula. Então, essa coisa acaba se perdendo. Você é contratado para dar aula, mas, depois você acaba visando muito mais a Pesquisa e aí é difícil você encontrar um professor que faça Pesquisa e utilize essa Pesquisa dentro da sua aula. Não, desculpa, não é isso o que eu quis dizer. O professor é contratado para dar determinada disciplina, só que aí depois ele acaba prestando muito mais atenção a Pesquisa e esquece da sua disciplina e aí, ainda, acaba trazendo as vezes que não tem nada haver a pesquisa que ele faz para dentro da sua aula e é difícil você encontrar um professor que consiga fazer essas duas coisas bem. Quanto mais as três funções. Seria ótimo eu conseguir unir a Pesquisa, a Extensão e o Ensino. Mas, é praticamente impossível. Há, muitas vezes, sim, a titulação prejudica o trabalho de Extensão. No meu caso, por exemplo, aconteceu isso direto, eu fui fazer o doutorado em outra cidade, como eu dou muito valor para a Extensão, a minha Extensão ela é assim: eu trabalho junto, eu pego os alunos antes do curso, daqui eu faço reuniões com eles explicando os conteúdos antes de começar, de chamar a comunidade, aí eu uso os alunos para fazer a inscrição da comunidade, eu não uso a secretaria, eu não dou o telefone da secretaria. Aí, eu começo a dar aula, os alunos assistem, depois é que os alunos começam a dar aula, eu assisto e aí a gente discute depois da aula. Eles não ficam abandonados de jeito nenhum. Então, como eu dou muito valor para isso e, a hora que eu vi que não poderia estar aqui e teria que pegar um aluno para fazer isto no meu lugar, eu não vou fazer. Então, o que aconteceu? Eu acabei fechando a minha Extensão porque não tinha tempo de fazer as três coisas. E, eu não quero fazer um negócio assim e, como eu lido com saúde, para você começar um trabalho com saúde, quando eu comecei na cidade e, eu tinha vindo de São Paulo, eu achei, que nossa, vou abrir um curso, quinhentas pessoas vão se inscrever. Não, trinta e seis pessoas, é um número ridículo. Daí, conforme o curso foi andando, os médicos foram dando importância, de repente, eu já tinha mais de cem e eu não conseguia atender cem. Só que o serviço de saúde é assim: se você trabalhar bem, ele cresce rápido, para cair, basta você errar uma vez. Então, eu não quero que isso aconteça. Eu prefiro parar do que fazer mal feito. A formação do professor, e tudo mais o que acontece, de repente você está em comissão, está em conselho departamental, está em conselho disso, daquilo, eu acho que a administração da UNESP, ela é ao mesmo tempo que dá oportunidade ao professor de estar sabendo tudo do que acontece, ela usa o professor em cargos que no meu modo de entender não deveria utilizar. Então, tem muitos cargos de administração que poderia estar na mão de um administrador e não na mão de um professor. Então, o professor sai de dentro da sala de aula para ir administrar alguma coisa. Quando isso poderia muito bem ser feito por um administrador. Inclusive, muitos cargos,

muitas coisas que acontece aqui na Universidade, no meu modo de entender, elas deveriam ter um gerenciamento de uma pessoa que não fosse um professor, porque um professor, ele está envolvido, sentimentalmente, psicologicamente, com um outro professor. E, ele está, temporariamente naquele cargo. Então, ele não pode fazer uma cobrança administrativa as vezes, porque a pessoa que ele está cobrando é amigo dele. Então, se fosse um administrador externo, eu acho que não aconteceria isso, até um administrador pedagógico que não estivesse envolvido tanto com os professores, ele teria mais condições de cobrar do que um coordenador de curso que está temporariamente, por dois anos ele está coordenando aquilo e ele vai ter que as vezes chamar a atenção do professor de uma determinada coisa. Isso vai interferir no seu próprio relacionamento de trabalho. Eu acho que muitas coisas da Universidade não deveriam estar nas mãos dos professores. Estando nas mãos dos professores você perde muito tempo com aquilo e não sobra tempo para outras coisas mais importante. Por outro lado, isso é uma forma de os professores estarem, também, sabendo e decidindo sobre as coisas da Universidade. Então, é uma faca de dois gumes”

AS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Professor 6

“Em relação a UNICAMP, eu estou na Coordenadoria que foi criada para atender a Extensão. Mas, oficialmente, ela não é uma Coordenadoria de Extensão, porque, ainda, dentro da Universidade, a Extensão está ligada à direção da Faculdade. Não existe, ainda, na UNICAMP um Coordenador de Extensão. O Coordenador de Extensão é o Diretor, é ligado ao Diretor e isto está ligado ao CODEX, que é o órgão maior da Universidade, que reúne todos os Coordenadores, que no fundo são os Diretores da Unidade; uma polêmica ainda, em relação em ter esta Coordenadoria descentralizada da Direção, porque isso requer uma pessoa num cargo específico e isto é uma polêmica entre o próprio CODEX e os próprios Diretores e que, isto deva ser uma gratificação ou não. Então, tem uma fração dizendo que deve ser, outros que não deve ser, então, ainda, não se criou a Coordenadoria específica nas Unidades. Existem as Unidades que representam estas Coordenadorias, que são os Diretores. A CODESP, até inclusive, precisou para ela não se caracterizar como uma Coordenação de Extensão, nós a chamamos de Coordenadoria de Extensão. Hoje, é Coordenadoria de Desenvolvimento de Eventos e Esportes, retirando a palavra Extensão, até isso ser regularizado na UNICAMP. Eu participo muito pouco, porque no fim é o Prof. E é que é o representante na CODEX da Extensão. No que eu participei e fui em algumas reuniões para aprovação de projetos de Extensão, eu vejo que para este grupo que está, eu vejo que eles entendem que é importante, a Extensão é um órgão que tem que ser muito trabalhado, porque é uma coisa que capta recursos, é uma forma de você captar recursos, porque Extensão através dos convênios, através dos cursos que você oferece e que podem ser remunerados, pode cobrar o oferecimento desses cursos. Então, é uma forma de se captar recursos para a Universidade. Então, a conotação maior que eu vejo, nos Institutos de Economia, que tem tecnologia, isso é muito amplo, gera muito dinheiro, gera muito recursos, para a Universidade, por ser ligado às empresas, como prestação de serviço, faz os convênios, assessorias técnicas, a troca de informações do conhecimento. A empresa investe para você fazer uma Pesquisa e isto retorna à empresa. Um dos pontos é por aí, é uma forma de você captar recursos para desenvolver mais Pesquisas, utilizar mais o Ensino com recursos que nem sempre são suficientes através do Estado. Então, é uma forma de você estar captando mais recursos. Mas, passar para a Educação Física, nós sempre trabalhamos aqui, antes dessa palavra Extensão, antes de criar a Extensão, eu acho que tudo que foge da graduação é Extensão. Tudo o que você faz fora do currículo, você está fazendo Extensão. Até uns tempos atrás, a própria Faculdade não tinha muito claro o que era esse trabalho de Extensão pelos próprios docentes, pela própria Direção da Escola, porque isso é mais recente aqui na UNICAMP. Então, eu acho que a

Faculdade demorou um pouco para dar esse passo para a Extensão. Tratava isso como um oferecimento de serviços à comunidade. Com a criação do Curso nada disso estava sendo envolvido, então, era mais o próprio Curso, a formação profissional dentro da área e esse atendimento até a prática da atividade física esportiva obrigatória dentro da Universidade, ficava como uma “prestação de serviços”, porque é uma coisa que não estava conectado, como sendo assim uma coisa de Ensino dentro da Universidade, era uma forma de você ter que cumprir uma legislação, para atender a uma legislação que é obrigatória, a prática da atividade física na Universidade e que conseqüentemente viria da Faculdade de Educação Física, porque ela foi criada em cima desta própria prática. A Faculdade de Educação Física nasceu em cima da prática de Educação Física aqui, por um trabalho mais organizado com um objetivo mais específico que nós fizemos em um determinado momento aqui na Educação Física. Acho que a partir daí, da criação desta Faculdade, essa parte depois ficou mesmo como um atendimento à comunidade. Quer dizer, num grau inferior à graduação, sempre num grau inferior à graduação. Eu como docente sempre senti isso na pele, porque logo que a Faculdade de Educação Física foi criada, não me envolvi diretamente na graduação. Era uma assessoria técnica que virou uma Faculdade de Educação Física, mudou para uma Faculdade de Educação Física e eu estava trabalhando na assessoria técnica, quer dizer, era parte da prática esportiva, então, eu fiquei mais voltada para a parte de titulação; nós, também, temos toda essa corrida da própria Universidade em termos de projeto de qualidade que foi implantado aí, onde nós tínhamos que buscar a titulação e foi nesse tempo que nós fizemos o mestrado e eu acho que com passar do crescimento dessa Extensão na Universidade é que a FEF, deu uma despertada, também, em relação à Extensão. Mas, mesmo assim, eu acho que a Extensão começou muito devagar, ela sendo vinculada ao Ensino que eu acho que, que é o papel da Universidade que é Ensino, Pesquisa, Extensão; ela é um dos pontos, que você não tem condições de você desligar, porque você dá a sua função, o seu papel de conhecimento, você produzir conhecimento aqui, passar conhecimento e voltar para a sociedade esse conhecimento de uma forma, da expectativa da própria sociedade tem que ser atingida. Então, eu vejo que isso cresceu, assim, dois ou três anos para cá em relação. Então, o que nós temos feito em relação à Extensão, veja bem, o ano passado nós tínhamos quatro cursos, projetos de Extensão e, hoje, nós temos treze, talvez quando eu assumi em setembro de 95, o Prof. R já vinha trabalhando com esse, para estimular que os docentes trabalhassem com a Extensão que até a pouco não se trabalhavam com a Extensão. São projetos ligados às próprias disciplinas de graduação. Diretamente, eles tem que estar ligados às disciplinas de graduação. O que nós passamos para os professores, é que tenham um vínculo com a disciplina para que possa o próprio Ensino da graduação ter um suporte prático para ter um acesso de aplicação. Por exemplo: você tem uma disciplina de artes marciais, mas, você as vezes não tem o domínio ou o conhecimento em todas as artes marciais, kung-fu, karatê, então, você pode passar para a parte de graduação a teoria de todas essas artes marciais. Mas, na prática, as vezes você tem mais tendência, mais habilidade, tem mais conhecimento em determinadas modalidades. Então, o que nós tentamos fazer, dava-se para fazer projetos de Extensão com estas modalidades e trazendo pessoas que tenham conhecimento mais aprofundado, específica daquela modalidade e que possa servir para a graduação. Então, é um tipo de laboratório. Estar dando aula de artes marciais e tem aonde você tem o tai chi chuan, você não

precisa ter o conhecimento na íntegra, mas, você tem um grupo que está praticando e, você pode trazer seus alunos para assistir, conhecer mais profundamente aquela prática. E, todos os outros cursos, e dar, também, oportunidade ao aluno de ele poder atuar nos projetos, nessa forma. Dar suporte às disciplinas, dar suporte aos alunos para atuarem. Até nas disciplinas, por exemplo, e como nós não tínhamos uma estrutura específica para que o aluno pudesse executar estágio, o estágio supervisionado na própria Universidade, que ele não pode ficar restrito só à aprendizagem, ao treinamento, nós tentamos ver com a Extensão de você colocar pelo menos ele ter a parte de vivência prática dele na iniciação dentro da Universidade. Já estou indo buscar, para poder estagiar, para poder uma atuação e sair da Faculdade com uma certa prática dentro da área em que ele escolher. Seria as modalidades, práticas esportivas, cursos de Extensão para reciclagem para os profissionais que já estão no mercado de trabalho, mas que se afastam da Universidade, muitas vezes pela própria prática, deixam de ter conhecimento das coisas mais recentes que estão surgindo. Então, esta reciclagem seria uma forma de reciclagem para o profissional através dos cursos, e a prestação de serviços que nós atuamos, não só na própria prática, mas, acho que seria uma Extensão, talvez assessorias que você dá em clubes, prestação de serviço que seria vinculado à Extensão. E, o que nós consideramos aqui como uma parte da Extensão são as equipes universitárias, formação de equipes universitárias, onde nós mantemos onze equipes universitárias, nas modalidades e que, também, dão suporte em relação à área de treinamento. Que você possa ter um laboratório, sem precisar ir a São Paulo ver um jogo de futebol, que você possa ter uma forma teórica de aplicar os conhecimentos teóricos da graduação em relação aos treinamentos numa equipe da própria Universidade. Eu acho que é um trabalho que faz parte da Extensão, estaria ligado à Extensão. Eu acho que a principal dela é teoria e prática, porque eu acho que não adianta você ficar passando conhecimento, passando uma teoria de uma Educação Física sem você poder vivenciar essa teoria. Em relação à sociedade nós temos que produzir o conhecimento aqui mesmo, é aqui que se produz o conhecimento e, dentro da Extensão você pode fazer essa produção, sistematizar essa produção através da Pesquisa e pela Extensão à sociedade de dar oportunidade de ela vir à Universidade, porque se você não faz isso, você está fora da sociedade, você produz um conhecimento, que não é repassado, que não é expandido, não é divulgado dentro da sociedade e mesmo a troca tem que ser feita. Porque, se você não fizer esta ponte, você não vai lá, não vê os anseios e não pode vir para cá para poder produzir coisas que é o que a sociedade está precisando. Às vezes o que você está fazendo aqui num grupo fechado sem esta Extensão, você vai estar produzindo um conhecimento ou produzindo alguma coisa, uma teoria, uma certa relação ao Ensino e a Pesquisa, que não é o que o mercado lá fora está querendo, portanto, eu acho que esta ponte tem que ser feita, então, eu acho que trazer pessoas para ver as atividades que nós fazemos, nós vemos muito as expectativas das pessoas. Pelas próprias atividades nós vemos que o pessoal quer buscar não só pela prática, por ser saúde, por ser saudável, por não ser uma pessoa inativa, mas, para saber o porquê da prática, também, dentro das aulas. Nós vemos, também, para que serve, o que é que eu devo fazer, como é que eu devo agir, qual é o meu biótipo físico, seria melhor eu fazer isso ou aquilo. Essa é a ponte que nós temos que fazer. O que está produzindo lá fora, fechado aqui. E, quando, pela Faculdade de Educação Física nossa aqui. Hoje, a Faculdade de Educação Física, talvez pelos problemas financeiros, está inserida dentro do

Estado, o que nós podemos oferecer aos alunos dentro da graduação em matéria do avanço tecnológico das próprias Pesquisas muito fortes e no treinamento, a própria Faculdade de Educação Física não tem. Quem tem lá fora, as academias tem e nós não temos aqui, nem uma sala de musculação, nós não temos aqui os equipamentos de última geração que as academias tem. Então, eu acho que, hoje em dia, a Faculdade de Educação Física perde muito no mercado lá fora. Então, está indo mais rápido do que a própria Faculdade. Então, eu vejo que a Universidade tem que se reciclar, não sei, talvez pela Extensão, não sei de que forma, para que ela vá junto com a sociedade. Porque, não é só na área da Educação Física, você vê que um monte de áreas aí como um consultório médico particular, um oftalmologista já tem aparelhos de última geração e aqui na Universidade nós não temos. Eu digo que é uma parcela, não é uma coisa muito que se pudesse generalizar para todo mundo. Eu vejo aqui na Faculdade que existem tendências, tem no bacharelado e a licenciatura, então, eu vejo que dentro do bacharelado não são todos os que estão preocupados em criar, que esse não é o problema do professor, eu acho que o problema é não ter estrutura para isso, para desenvolver mais condições aqui para a própria Pesquisa para sair lá fora. Então, eu vejo que muitos professores tem vontade de desenvolver mais Pesquisas em cima mais do trabalho para o próprio esporte, mas que encontra barreiras na própria estrutura universitária que é muito burocrática, a verba é muito restrita. Os recursos que a Universidade repassa para as Unidades não é o suficiente, então, o que a Universidade não, mas, a Universidade que tem vistas, é buscar captação de recursos próprios através de fontes de CNPq, financiadoras, empresas. Acontece o seguinte, a captação de recursos, tem uma barreira em relação ao docente porque ele tem que ser doutor. Como a Faculdade ela é praticamente nova, não vou dizer que ela é tão nova assim, mas ela é uma das mais recentes dentro da UNICAMP, o seu corpo docente, praticamente está se titulando. Eu estou num departamento em que hoje existem quatro doutores de um grupo de dezoito. E, todos mestres hoje, só tem um professor que vai se mestrar, os outros todos já são mestres e que estão para se doutorar, acredito que mais um ou dois anos esse grupo já será totalmente doutorado. Isso dificulta muito, porque são só quatro professores para captar recursos, fica mais complicado. Mas, a forma de buscar recursos é através dos órgãos de fomento, através da Pesquisa mesmo, não é o que acontece as vezes com outras Unidades, como a da Engenharia que pode captar diretamente com a empresa, os convênios que nós fazemos é mais com INDESP, CNPq, mais ligado à Pesquisa, os projetos para atender hoje o que nós estamos tentando fazer é parcerias com a prefeitura para poder oferecer atividades, mas isso tudo, também, requer ter um órgão que financie. Você faz a parceria, mas, as vezes a própria prefeitura é que ficou de captar recursos, o convênio está feito, mas, até que esses recursos venha para a prefeitura, podem não vir, o professor as vezes pode não conseguir, é uma dificuldade em relação ao trabalho de recursos. Eu, por exemplo, nesta coordenação, eu não tenho verba, eu não recebo verba, existe uma taxa de inscrição, existe, mas, nós só podemos fazer isso através da EXTECAMP. Então, entra as inscrições aqui e o dinheiro que você paga das inscrições aqui, 36%, quase 40%, fica para a Universidade, não fica para a FEF, 5% fica para a FEF, deste 36% e a EXTECAMP tem 6% e 5% vem para cá, então, não tem como você diminuir essa porcentagem. A partir daí, o que sobra nós estamos gerenciando uma forma de bolsa para os monitores. Então, todos os monitores, também, está cedendo uma bolsa, não é uma bolsa com valor específico, é mediante a própria

demanda do curso. Então, se você tem 20, vai pagando, tirando os 36%, vai ter uma sobra desses 20 que estão pagando, nós retemos uma parte do dinheiro para comprar material para as aulas práticas, é o que nós vamos trabalhando com ele, dessa forma é que nós conseguimos os recursos. Estes 5% é da Unidade, não é da Coordenação. Então, estes 5%, a Unidade pode gerenciar da forma que ela achar necessário. Exemplo: uma das fontes de recurso é para ajudar pagar a máquina de xerox, para poder termos mais uma máquina de xerox; são dessa forma, não posso chegar no departamento e: oh, preciso de tanto, não tem essa autonomia. Sobre a estrutura física; o espaço físico criado pela Faculdade de Educação Física em 1985, praticamente, é o mesmo. Exemplo: quando era uma assessoria, nós tínhamos o vestuário, as quadras e só. Mas, com o momento que surgiu a Unidade, nós conseguimos o ginásio, esse prédio, a piscina e a biblioteca. Isso não posso precisar para você em quanto tempo, mas é o que existiu depois de 2 anos dela criada e o que continua existindo até hoje. Então, você vê que do ano passado para este ano, de 4 cursos nós passamos para 13 de Extensão, onde a necessidade de um espaço físico aumenta. São 5.000 pessoas circulando. Nos projetos que precisam estar aqui, especificamente mesmo que fosse, entram 820 pessoas em um dia, que estão fazendo as atividades, mesmo que isso aconteça uma vez por semana, ou estão na piscina, na quadra, na quadra coberta. Então, a estrutura precisaria crescer para você poder continuar crescendo. Então, vai chegar o momento em que você vai dizer: a Extensão é muito boa, gera muitos "recursos", mas, gera muito recursos para a Universidade e muito bem e tal, só que eu vou ter que parar aqui, 13 é o meu limite máximo e eu não vou poder aceitar mais nada. E, também, isso fica presa a disponibilidade do professor, porque o professor, também, tem que estar nesta orientação do projeto, mesmo sendo os monitores que trabalham em cima do projeto, mas eles são coordenados pelo professor, que mantém encontros periódicos para o andamento do próprio projeto. Então, você vê que estruturalmente ele já precisa ser ampliado. Em matéria administrativa, por exemplo, se eu tenho um total de 820 só de um ramo da Extensão, que são projetos, então, eu tenho 2 secretárias que precisam cuidar de todos esses itens aqui, não tenho um contador. Que tudo isso hoje não é questão de você não utilizar máquina de escrever ou utilizar o computador como máquina de escrever, mas, hoje você precisa informatizar. Você vai pegar 820 pessoas, fazer listas, vão pagar aqui entre os dias 10 e 15 as mensalidades, que precisam serem atendidas, além, dos convênios que são ligados aqui. Todo o processo de convênio é feito por aqui. Mesmo tendo o executor, todo o processo do convênio tem que ser por aqui, a ocupação, o espaço físico, o próprio material, nós temos um material limitado, sem estes recursos, nós não teríamos como comprar o material. As dificuldades, são muitas atividades em uma coisa só e que demora um pouco para se agilizar, teria que ter uma estrutura maior, uma secretaria maior. Quando tem uma fila maior, fica congestionada a graduação, a pós - graduação, isso poderia ser mais separado da Faculdade. Bom, dentro dos projetos nós não temos nenhuma, os projetos são apresentados pelos professores com uma proposta teórica dentro destas próprias visões de Ensino, de você passar o conhecimento para o aluno, de uma forma mais integrada, que você venha à responder dos praticantes e tudo nós recebemos. Eu posso falar pelas atividades que eu coordeno, que é só ligado na natação, então, eu tento passar para os monitores que, não seja só a prática em si, mas a importância dessa prática. Isso eu acho que todo um embasamento teórico dado na Universidade, não sei se é bem trabalhado, na própria prática os anseios de quem

vem fazer, as vezes bem não são esses, uma teorização, então, o que falta é isso, pegar essa teoria com essa prática na hora em que você está. Não é questão de teorizar, mas, de você dar a prática passando todos aqueles conhecimentos que você teve na teoria de uma forma mais consciente, não só fazer por fazer, é o fazer por compreender. Isso eu tenho visto, porque os próprios alunos, meus monitores, como eles tem essa visão dentro das outras disciplinas, eles sentem esta necessidade de também estar passando para o pessoal, não a prática pela prática. No meu ver, elas não podem estar isoladas, uma depende da outra. Como eu já disse no começo. Há esses projetos de que nós fizemos força para que eles tenham de passar pelo departamento. O departamento tem que estar ciente de qual é o projeto, quais os objetivos, e ele só vem para cá se estiver realmente vinculado ao professor da FEF e a disciplina que o professor ministra. Então, eu acho que o Ensino vem daí, o trabalho em sala de aula, mas que o aluno possa ser um transmissor disso através da própria prática que você está articulando. A Pesquisa, dentro do próprio Conselho do Esporte, saíram duas Pesquisas, dentro das equipes universitárias. Dentro de outras modalidades, também, estão saindo Pesquisas, não em forma de tese, qualquer coisa nesse sentido, mas, existe pessoas trabalhando, tentando pegar o pessoal de treinamento, aplicar alguma coisa de avaliação física, então, eu vejo que hoje os professores estão vendo um campo para aplicar a própria Pesquisa. Eu, por exemplo, vou utilizar as equipes de treinamento para uma Pesquisa. Dentro da natação, j a estou querendo fazer alguma coisa para que n os tenhamos essa clientela aqui. O pessoal, então, eu posso fazer uma aplica o. Então, eu acho que ela não fica desassociada, que se ela ficar assim voc e tem um trabalho fechado dentro da sua disciplina, dentro do seu trabalho de Pesquisa, e que voc e vai passar para fora que   a Extensão. E, que todos os projetos, n os temos tentado que eles fiquem vinculados dessa forma aqui, que tenham essa indissociabilidade, que não se separam. A maioria, eu acho que   voltado para a atividade física, condicionamento físico, as pessoas não vem procurar são para querer emagrecer, hoje, também, temos grupos de dança, para desenvolver mais a dança. A saúde, a educa o, a inicia o esportiva, está procurando ser atendida, o próprio desenvolvimento da melhoria do treinamento específico, como hoje tem um pessoal trabalhando com dançarinos que está tentando trabalhar com treinamento específico para dançarinos. Fazer um projeto em cima, não são pegar e vou fazer muscula o, e vai nadar; ver o que para o dançarino seria melhor para se desenvolver com o treinamento. Então, eu vejo que não   são um esporte. Vamos dizer que o esporte   em maior,   o carro chefe. Eu acho que dentro da Educa o Física   o carro chefe. Não precisava ter uma Faculdade de Educa o Física e, sim, uma Faculdade de Esportes. Voc e vai na área do lazer, na área da saúde, na área social, qualquer área que voc e v  trabalhar com a Educa o Física voltada para essa área voc e não foge do esporte, voc e vai dar lazer, o que voc e vai usar: conteúdos do esporte de uma certa forma, vai usar os conteúdos do esporte. Vai na sociabiliza o, qual que   rela o socializar, a prática esportiva, porque no fundo o carro forte   a atividade esportiva. Por mais que voc e fala: eu dou lúdico, lazer, para fazer tudo isso voc e vai ter que por o esporte no meio, não vai poder ficar cantando "a galinha do vizinho bota ovo amarelinho", que voc e não vai conseguir atrair. Eu fiz uma Pesquisa, um levantamento com os alunos ingressantes na Universidade, 899 questionários eu passei. Dos 899, 500 e poucos são masculinos, 300 e poucos femininos, mas, d  uma média de 70% deles que entram na Universidade querendo praticar alguma atividade física desportiva ou então 70%

que nós oferecemos um leque de opções, optam por uma atividade física, se ele tiver condições, se o curso dele der uma brecha ele vem fazer uma atividade física. E, uma média de uns 50%-60% que antes de entrarem na Universidade foram ou participaram ou foram atletas de alguma forma em alguma modalidade esportiva. Eu acho que não tem nada a ver, mas naquele discurso que a Educação Física no terceiro grau deveria se acabar, eu acho que não, ela deveria ser pensada, repensada, mas, não acabada. Os alunos chegam com uma bagagem cultural esportiva na sua vida, eles já vêm com isso. Então, se você pesquisar, você vai ver que todos, uma grande maioria fez alguma atividade física, em algum momento da sua vida e que quando você entra na Faculdade, se você acabar com a Educação Física, você vai dizer que aqui nós vamos enterrar a Educação Física, que a Universidade é um cemitério da cultura, porque quem chega aqui, quem foi atleta, não é mais atleta, vão pensar que tinha um dom artístico qualquer, tocar violão ou qualquer coisa, ele tem que ir na Faculdade de artes, ele não poderia ser médico, tocar violino, ter um espaço para tocar violino como ele pode ser médico e ser um atleta? Continuar tendo uma forma de atender. Tem uma, enorme de pessoas que vem na Faculdade, que tiveram um passado, tiveram uma vivência que quando chega aqui, qual a vivência que ele vai ter, específica, porque tem que ser especificamente na área que ele escolheu, se ele tinha o dom da pintura, o dom da dança, o dom do canto ou o dom de ser um esportista. Então, eu acho que a Educação Física tem que pensar nisso. Ela não precisa especificamente ficar presa a atividade física, poderia criar um pouco mais, para dar continuidade, porque se você tirar a Educação Física do terceiro grau, o que vai acontecer? A Medicina vai por mais uma clínica naquele horário, a Matemática vai por mais uma aula de cálculo, a Educação vai por mais uma Filosofia. Então, porque tirar o espaço e não abrir esse espaço, para ele poder desenvolver o que ele já vinha desenvolvendo culturalmente. Porque quem chega aqui, não pode ser mais, tem é que criar espaços, não só pela Educação Física, mas, continuar com a cultura, não só esportiva. Eu vejo assim, como ela é mais recente, a Extensão, era como se dissesse assim: é uma prestação de serviço. Hoje, que se coloca mais a palavra Extensão em todas as prestações de serviço, então, eu vejo que dentro da função docente, o que eu vejo que é mais importante na Universidade, que nós somos mais cobrado é a titulação, você primeiro de tudo tem que ser doutor, e depois que você é doutor, tem que ser um pesquisador, com trabalhos publicados e, principalmente, ter trabalhos publicados em revistas estrangeiras. É isso que pesa mesmo na hora que você vai fazer o seu relatório de atividades, você tem aí, como no meu caso estou aí com essa coordenação desse projeto de Extensão, fazendo tudo isso aí, provavelmente não tenha muito peso, porque ainda não sou titular, no relatório deve ir em outubro, mas, eu ainda não sou titular, provavelmente essa titulação, não que ela vai ser cobrada, porque eu estou num curso de doutorado, mas, se eu não estivesse inscrita no doutorado, isso fatalmente seria cobrado e de uma forma bem taxativa. Ou você dá ou desce. Você vai entrar num curso de doutorado ou não. Tanto é que para o cargo de coordenações, qualquer tipo de coordenação, a exigência mínima é o título de doutor e eu não tenho. Mas, é uma coordenação que não está ligada à Extensão diretamente. Então, como eu sou do quadro de Extensão, eu tenho essa ponte que, ainda, eu posso ficar dentro de uma coordenação, sem ter o título de doutor. Mas, para as outras coordenações isso já não é possível mais, isso quando a Faculdade era mais recente você, ainda, teria como justificar a falta de doutores para cobrir as funções. Então, o importante é mesmo dentro da Universidade, que

você tenha a sua formação, titulação adquirida, porque isso barra você em tudo, barra para você, até para cargos administrativos, porque tem cargos administrativos aqui na UNICAMP que você não pode ter sem ser doutor, barra para você até captar recursos fora, para você fazer um projeto para o CNPq, a FAPESP, então, você tem que ser doutor; carga horária é diferenciada, o doutor é diferente de um mestre. Você não pode orientar, não pode aparecer como orientador, a não ser de monografia de curso e como é uma Faculdade recente, todos os Institutos, todos tem doutores, todo mundo é doutor para cima; a Faculdade como é recente não tem todo mundo e quem analisa nós lá em cima quanto as funções ao RDIDP, você tem que estar em tempo integral para a Universidade para o Ensino, Pesquisa e Extensão. Só que vai ser analisado Ensino, Pesquisa e Extensão; então, a Extensão que talvez tenha uma conotação maior, um grau maior, seria o curso de Extensão, então, estes projetos que nós fazemos aqui não tenham o peso hoje, mas, eu acho que eles tem que ter, acho que tem uma diferença ao conteúdo do que se vai abordar. No curso, eu vou passar, foi fazer uma reciclagem de professores, de conhecimentos mais teóricos, práticos, enquanto que aqui eu vou passar para a sociedade esses mesmos conhecimentos. É por causa disso, como nós temos até prazo, limite para você ter essa titulação mesmo. Então, a corrida é em cima dessa titulação; para isso, vamos supor, você tendo todas essas funções docentes e mais a titulação, você fica inviável, você abrir mais projetos, mais coisas para a Extensão, isso demora tempo, dedicação, você tem que estar dentro do processo, mesmo que tenha monitores para fazer, viabilizando esse processo, enquanto que se você tiver que se titular, fica mais difícil conciliar as duas coisas. Eu acho que dentro da Faculdade de Educação Física, acho que deu um "bum", na Extensão, a hora que todo mundo estiver titulado. Eu acho que do ano passado para cá, já foi esse "bum", de 4 para 13 projetos de Extensão. Eu estou com projeto de Extensão, só que eu não estou titulada ainda, mas eu como estou dentro aqui, estou vendo como isso é importante. Pode ser que isso não tenha um peso muito grande, mas está sendo importante para eu realizar. Eu vejo assim, que talvez seja o próprio corpo docente que está sentindo a necessidade de estar atuando, que está recebendo os recursos. Muito bem, eu vou lá e faço treinamento na minha aula, e agora como que eu faço, aonde que eu vou por isso, ou sai lá fora, é muito recente, encontra muito barreira em trabalhar lá fora, porque lá fora já está mais para a frente. Já, as academias são máquinas, falam por nós e, as vezes eu não sei nem mexer nas máquinas. Então, eu sinto isso, que o corpo docente está puxando esta Extensão, para ser o laboratório deles de aplicação. Foram os alunos que vieram, eu abri 11 turmas mediante até da procura dos alunos, eu tinha a intenção, mas eu não tinha quem fizesse. Hoje, as primeiras turmas de Educação Física, a prática não vale nada, eu sou pensador da Educação Física, sou crítico da Educação Física, não, sou prático, prática não tem importância, tem importância, tanto é que tem que voltar nela, você saiu lá fora e agora eu deparo e pronto, estou na academia, o que eu faço aqui, não sei nem para que serve esse negócio aí. Aí, eu estou teorizando, falando bonito na sala de aula, na hora h, professora como que eu faço para perder essa barriguinha aqui. Aí, eu vou falar: porque a teoria da Educação Física humanizante, des - humanizante, que é mecanicista. Oh! Fim de papo! Não adianta, eu quero saber como que eu faço para tirar essa barriga. Eu vejo que o corpo docente se conscientizou e o corpo discente exigiu. Então, há uma conscientização do corpo docente de que falavam, tanto dessa dicotomia, teoria e prática, mas não existe isso, porque não tem uma sem a outra, e nem outra sem

uma e que a própria acho que vem de fora para dentro também. Mas, o professor que está lá no dia - a - dia, ele quer saber o que ele vai fazer com aquelas 30 crianças que está na mão dele. Tudo bem, você fala em educar, através de, vou educar, tenho vontade de educar, não quero ser mecanicista, mas o que eu faço com eles, vou ficar falando o que com eles, nada, eu tenho que fazer. Eu vejo assim, que tudo está dentro, se eu der vôlei, porque eu estou deixando de educar, mas, para eu fazer o vôlei, o professor para se satisfazer ele tem que repetir, ele tem fazer o gesto, mas, isso não quer dizer que eu estou deixando de educar, nem estou deixando sociabilizar, não estou deixando de progredir o afetivo. Eu acho que mudou muito, foi para um lado, distanciou e agora chegou perto. Acho que tudo quanto é mudança é assim, tem que ser como um ímã, repelir e depois puxar. Ninguém queria saber de ninguém. Desse lado nem desse lado, agora, acho que as coisas estão começando a se encaixar”

Professor 7

“Em relação a primeira questão, a UNICAMP e sua Extensão Universitária, a concepção da Instituição, ela tem mudado um pouco, tanto é que a UNICAMP criou uma Escola de Extensão, talvez eu fale destes itens de uma forma mais genérica. Então, ela criou uma pró - reitoria de Extensão que, até então, não tinha, ela foi criada se não me engano, na reitoria do Prof. V ou do Prof. P e, hoje, a Extensão ela não tem na Universidade o mesmo peso que tem a pós - graduação e a graduação, isso é uma percepção minha, enquanto membro do Conselho de Extensão. Mas, ela está, assim, a dinâmica, as propostas de trabalho de Extensão, elas estão tendo mais peso em algumas decisões, em termos de formação profissional e captação de recursos. Em termos de formação profissional, eu vejo que, hoje, a Universidade, a concepção da reitoria, é uma concepção mais aberta, para abrir um pouco mais o Ensino para a comunidade de uma forma geral. Então, estão abrindo não só cursos fechados, como com empresas, com comunidades e mesmo existem cursos que os próprios sindicatos das indústrias pedem para a Universidade dar esses cursos para assistência sociais, economia, para líderes sindicais. Então, é um papel muito interessante este da Extensão, porque trabalha com a comunidade externa, nessa perspectiva de melhorar o nível de formação profissional. Então, por este ponto de vista, eu vejo que a Extensão ela é, paralelamente ao ensino de graduação e pós - graduação, ela pode contribuir muito para melhorar, para melhorar ou para dar uma reciclagem profissional que eles não encontrariam, esses profissionais não encontrariam espaço na pós - graduação, espaço formal na pós - graduação e, aí eles encontram na Extensão. Por outro lado, existe uma concepção de Extensão um pouco de prestação de serviços pela Universidade. Hoje, nós estamos definindo bem o que é prestação de serviços e o que é Extensão. A diferença entre prestação de serviços e Extensão, agora está ficando mais clara, porque a prestação de serviço está sendo encarada como uma atividade a parte na Universidade com contratos e tal e a atividade de Extensão, está sendo uma atividade mais ligada a educação. Então, as vezes, é até difícil para nós na Comissão de Extensão da Universidade saber se uma Pesquisa encomendada por um determinado laboratório, por exemplo, vai ser um trabalho de Extensão ou prestação de serviço. Então, quando que ele entra como Extensão? E, aí fica até difícil para quem relata o processo. No meu ponto de vista, ele vai entrar como Extensão, se você envolver estagiários, alunos e se aquela pesquisa gerar subsídios para outras pesquisas do departamento, isto tem acontecido com muita frequência na Imunologia, na Farmacologia que eu tenho relatado alguns projetos nessa área. Agora, se é, por exemplo, uma prestação de serviço em relação a testar o medicamento, isso não está gerando Pesquisa, é uma coisa que já está pronta e que a Universidade está se prestando a fazer uma checagem muitas vezes e, daí, então, é melhor ou é pior. Então, desse ponto de vista, existe esta dificuldade em saber até aonde é prestação de serviço, até onde é Pesquisa e até onde é os dois. Então, fica complicado. De qualquer forma, esses cursos de Extensão em relação a fontes, eles geram recursos para a Universidade, que a graduação não gera, e a pós - graduação agora gera pelos órgãos de fomento, mas, existe toda uma receita própria para os cursos de Extensão. Então, muitas Unidades, muitos docentes complementam o seu salário com os cursos de Extensão e no meu ponto de vista, a prioridade não é econômica, a prioridade é assim, você atender uma demanda que existe na Universidade e que você é solicitado para atender essa demanda e não como um complemento de

salário. Tanto é que os cursos de Extensão não são regulares. Por outro lado, eu vejo que a Universidade, ela deve manter projetos de Extensão e, nesses projetos de Extensão, no meu ponto de vista deve ser cobrado uma taxa mínima, ou não ser cobrado pela própria função social que nós temos e esse projeto ser utilizados como estágios de alunos; então, eu vou te dar um exemplo claro na área de Adaptada: nós mantemos o projeto aqui, os alunos não pagam absolutamente nada, eles vem toda segunda e quartas - feiras, eles estão aqui, nós temos um grupo na quarta - feira a tarde e você está prestando um serviço de Extensão, enquanto um atendimento para a comunidade, mas, no meu ponto de vista isto passa a ser Extensão a partir do momento que você tenha aluno de graduação e aluno de pós - graduação, fazendo a intervenção com esta população e a partir daí, você está gerando Pesquisa, formando profissional. Então, eu acho que isto é importante, assim, como o hospital é importante. Além de ser uma prestação de serviço à comunidade, você tem ali alunos, residente, interno, estagiando neste sentido. Então, eu vejo a Extensão muito ampla agora, em termos de princípio, embora nós falemos que a Universidade é um local para você ter Ensino, Pesquisa, Extensão, a política da UNICAMP, no meu ponto de vista, está priorizando agora, o Ensino de graduação, está começando a priorizar, não é prioridade, sempre priorizou Pesquisa e publicação, que eu acho que o perfil da Unicamp é esse. Agora, a briga para se dar algum valor para a Extensão é grande e a Extensão não tem o seu devido valor. Então, se nós não temos mais projetos de Extensão aqui dentro e eu acho que nós deveríamos ter, por conta dessa valorização que não existe no indivíduo que trabalha com projeto de Extensão e que, no meu ponto de vista, é tão importante quanto o Ensino e a Pesquisa. Existe uma discurso, mas, na prática esse discurso não é valorizado. O que é valorizado é a Pesquisa, a publicação, o que eu acho que tem que ser valorizado. Ensino de pós - graduação é muito valorizado, porque depende de conceitos e a CAPES dá conceitos. Ensino de graduação, agora, graças a deliberação sete e seiscentas e graças a política que foi implementada com a reitoria do Prof. V, o ex - reitor, é que a graduação está ocupando o seu devido lugar, porque a graduação, até então, não tinha a valorização que merecia. Agora, a duras penas, a gente está conseguindo isto e os coordenadores de graduação estão se empenhando para isto. Agora, a Extensão, infelizmente, a gente, ainda, não tem o mesmo status. Ainda, permanece, Ensino, Pesquisa e Extensão. Primeiro, é por uma razão histórica, porque quando a Universidade foi criada, eu creio que a grande tônica foi a Pesquisa, sem sombra de dúvidas. E, o modelo da UNICAMP, é um modelo americano. E, o modelo americano, prevê departamento e o departamento é avaliado pela produção. Então, eu particularmente, eu não gosto do modelo departamental, eu acho o departamento totalmente dispensável. Eu acho que nós deveríamos funcionar por cursos. Então, curso de graduação, de pós - graduação e um núcleo que fizesse Pesquisas e esse núcleo de Pesquisas, também, seria o núcleo para coordenar essas atividades de Extensão e o docente poderia se aproveitar das experiências do núcleo para o seu Ensino de graduação e pós - graduação. Mas, a visão é distorcida por aí. Então, você tem, por exemplo, eu vim de um Instituto de Biologia, eu tenho um perfil, de formação acadêmica na Biologia, em que todas as áreas estão departamentalizadas, pela própria especificidade da área. É muito difícil, por exemplo, no Instituto de Biologia que, tem um detalhamento tão grande, em termos de Pesquisa e tal, de você manter em algumas áreas, algum projeto de Extensão, entendendo-se Extensão enquanto prestação de serviços. Agora, se eu entender

Extensão enquanto reciclagem profissional para profissionais que estão no mercado, aí sim, eu posso ter constantemente isso. Mas, como isso não é valorizado na docência para o professor, então, ninguém vai por aí. Eu acho que existe uma questão de política, de direcionamento histórico da UNICAMP e fora isto a valorização do docente. Então, por exemplo, no meu relatório de Pesquisa, no meu relatório trienal, se eu não colocar um número x de publicações, eu estou desvalorizado. Eu posso fazer um trabalho magnífico de Extensão. Então, realmente, você sabe a dificuldade que a gente tem para pesquisar, publicar e tal. Então, você está muito mais preocupado com isto e para subir aqui na carreira universitária, a Extensão, ainda não é valorizada. Então, por isso que ainda se mantém essa estrutura. Agora, é uma estrutura histórica, que foi mantida com a criação da Universidade, porque a Universidade foi feita para ser uma Universidade de Pesquisa. Tanto é que o Hospital Universitário, ele não foi concebido, a área hospitalar para ser esse complexo que é hoje. A área hospitalar foi concebido para atender no máximo cem pacientes ou oitenta, para ser um modelo assim para se fazer Pesquisa. Então, o modelo é de fazer Pesquisa. Então, não adianta. E, foram se criando os cursos de graduação. Agora, nos relatórios antigos, eu lembro quando eu fiz relatório, o primeiro relatório que eu fiz foi em 81, quando eu entrei na UNICAMP, eu tinha no meu relatório, no relatório antigo, atividades na pós - graduação, trabalhos publicados, trabalhos apresentados em Congressos nacionais e internacionais e outras atividades. No item, outras atividades, você colocava as aulas que você dava para a graduação. Isto eu apresentei em 81, graças a Deus mudou, mas, a concepção era esta, eram outras atividades. Como que são outras atividades? Eu dava 12 aulas por semana, isto para mim não era valorizado. Então, eu tinha colegas que dava menos aula. Então, o que aconteceu com a graduação até um tempo atrás? Todo mundo que se doutorava, não queria mais dar aula na graduação. Então, quem ia dar aula? Ou mestre, ou mestrando, ou alguém que estava entrando na Universidade que ia dar aula. Porque quem era doutor, ia fazer Pesquisa, porque ia publicar, enfim, aí sim, ele iria ser valorizado no seu relatório. Então, isto é histórico na UNICAMP e a graduação, felizmente, nós já estamos conseguindo reverter o quadro e eu acho que vai a médio prazo e a longo prazo, talvez, a gente consiga reverter para a Extensão. Aqui, a Extensão na FEF, eu não sei direito como, a própria FEF, na sua concepção original era um órgão atrelado à reitoria para prestar, realizar a Educação Física no terceiro grau. Quer dizer, ela nasce, a própria Faculdade, ela nasce para tentar ter uma concepção diferente da Educação Física. Isto quando nasce em 85, 86. Bom, a partir daí, a FEF é criada, a grande tônica no início da FEF, em 87, quando eu vim para cá, em 88, era se implantar um bom curso de pós - graduação. Então, a tônica pós - graduação, veio, ainda, né, e quando se discutia questões da graduação, a nossa pós - graduação começou com especialização, já fez o mestrado, já ampliou o número de vagas para o mestrado, ou seja, ela tomou um corpo e uma densidade, do meu ponto de vista, muito mais rápida e muito mais intensa do que a graduação. Nós estamos acertando a nossa graduação, agora, em 1997. Depois de dez anos. Passamos por uma experiência de currículo de motricidade humana em 90, algumas coisas nós acertamos, muitas erramos e estamos modificando agora. Agora, a Extensão, ela tem ocorrido de forma paralela e ela estava ocorrendo de uma forma desorganizada. Então, nós tínhamos, na estrutura, até o Prof. A, nós tínhamos, graduação, pós, coordenadoria de desportos universitários e coordenadoria de Educação Física. E, não havia uma coordenadoria de Extensão. Então, quando eu

entrei em 94 é que eu incorporei a Coordenadoria de Esportes Universitários e a Coordenadoria de Educação Física eu passei para a coordenação de graduação, porque, até então, a própria disciplina obrigatória de Educação Física na Universidade era vista como uma atividade extra - curricular. Então, não existe isto. Isto tem que estar incorporado à graduação. Então, eu coloquei isso aí. E, fizemos uma estrutura para uma Coordenação de Extensão de Esportes e Eventos. Mas, na realidade, esta Coordenação, ela está funcionando com apoio dos projetos de Extensão daqui da FEF. Alguns projetos aqui estão relacionados ao Ensino e à Pesquisa, outros não. Outros são de atendimento à comunidade. O que a gente tem percebido é que nem todos os professores, pela própria formação que o corpo docente tem, conseguem ver esta dimensão da Extensão junto com o Ensino e junto com a Pesquisa. Na medida do possível, a gente está tentando fazer com que os professores articulem isto. Alguns não conseguem articular. Agora, em relação aos cursos de reciclagem profissional que são feitos na Extensão, nós temos uma demanda em determinadas áreas muito grande e em outras áreas menos e os cursos, eles não são regulares. São oferecidos de acordo com a demanda. Então, não dá para você criar uma política de cursos de Extensão, por exemplo. Você, tem lá na Escola de Extensão, eles tem os catálogos dos cursos que estão sendo oferecidos, e isto aí é centralizado na Universidade. Do meu ponto de vista, em alguns casos não funciona. Porque? Por que quem centraliza todos os cursos de Extensão, dificilmente conhece as demandas específicas da área. Então, a experiência que a gente está tendo, é que quando a Educação Física divulga os cursos de Extensão, nós temos uma clientela razoável. Quando a Escola de Extensão da Universidade divulga os cursos nós não temos. Por que eu acho impossível um órgão centralizador para todos os cursos de Extensão. Ora, eu sei muito bem onde eu vou ter minha clientela para fazer determinados cursos na área da Educação Física. Mas, eu jamais, eu vou saber onde vou buscar o pessoal da Engenharia para fazer cursos, o pessoal da Economia, da Medicina, quer dizer, quais são as sociedades e as Instituições interessadas em determinados cursos. Tanto que a gente percebe que, quando a gente faz um curso na Educação Física em determinado, por exemplo, lazer. Se eu fizer um curso de lazer, obrigatoriamente, eu vou ter que fazer contato com o pessoal do SESC, do SESI e tal, que é o pessoal que tem um envolvimento muito grande na área. Agora isto a Escola de Extensão não faz do meu ponto de vista, ela manda para as Instituições que ela tem mala direta, mas a intensidade da promoção e o oferecimento, marketing, ele não é feito. E, não é por limitação das pessoas que estão lá, não; é por limitação da estrutura mesmo. Então, os cursos regulares, eles não acontecem por causa disto. E, esses projetos a gente tenta é, direcionar para esse tripé. As vezes a gente consegue, as vezes não. Os projetos eles são individuais, por conta da própria estrutura, que é uma estrutura departamental. Então, é difícil você fazer um projetão maior se você tem as áreas departamentalizadas. Fica difícil trabalhar. Não existe uma linha. Não. Por que você aí tem na própria estrutura da Universidade, ela tem que ter um professor responsável e o professor está ligado ao departamento. Então, o curso, o projeto tem que ser aprovado pelo departamento. E, se não for aprovado pelo departamento, ele nem vai para a Congregação. Então, não tem como você desvincular isto. Eu posso até fazer um projetão maior para a FEF, mas para cada projeto vai ter que ter um coordenador, então, na realidade, você fica com micro - projetos. Existe o projeto de Escola dos Esportes. Mas, para este projeto, cada modalidade, tem que ter um professor, tem que ser aprovado

pelos departamentos e aqui, pela própria interdisciplinariedade da área, se a gente pegar, por exemplo, artes marciais, o professor de artes marciais, não é do departamento de ciências do esporte, é do meu departamento de adaptada. E, aí? Que departamento que aprova? O departamento que oferece ou o departamento que o professor está alotado? Agora, nós chegamos a uma conclusão, o departamento que oferece. Bom, o departamento que oferece, mas o professor tem que prestar conta para o departamento que ele está alotado. Então, fica confusa a coisa. Então, a gente está tentando se organizar, mas a própria estrutura e o próprio trâmite dos cursos e dos projetos não facilitam isto. O que eu vejo é o seguinte: a motivação dos docentes para os projetos de Extensão, eu acho que partiu, principalmente, da visão que esses projetos trazem para a gente. Então, por exemplo, é muito mais fácil. Eu vou te dar o exemplo, tem vários exemplos bem sucedidos. Mas, vamos, citar o da Profa. V, da ginástica, o brincando com o ritmo, crescendo com a ginástica, ele muda. Ele tem não só papel de caráter profissional, de formação de docentes aqui dentro, mas como ele está mudando a concepção de ginástica nas escolas o profissional que você está formando. Então, o nosso projeto de adaptada o que ele fez, de uma certa forma, ele abriu o mercado de trabalho. Por que a partir do momento que eu trago o deficiente para cá, alguns deficientes que estão em Escolas, eles começam a reivindicar isso nas escolas. A partir do momento que eu tenho um evento, que são os jogos especiais de Campinas, onde eu reúno mil e tanto deficientes, onde eu reúno quase trinta Instituições e eu trago os dirigentes, trago os pais para dentro. Enquanto um evento deste, um projeto de Extensão, eu estou no mínimo, sensibilizando a comunidade numa série de coisas. Então, os frutos que deram, que nós fizemos no projeto de Extensão, eu acho que foi por conta dessa mudança de mentalidade. Então, a partir daí, por exemplo, hoje, nós temos o pessoal que se organizou em Mogi - Guaçu que eram os deficientes que vinham aqui no nosso projeto. O pessoal que se organizou em Rio Preto, quando nós fomos dar o curso em Rio Preto, tem o pessoal de Piracicaba. O pessoal de Jundiaí está se organizando, a referência deles é a gente. E, se eu estivesse só na atuação na graduação e na pós - graduação, provavelmente, eu teria um resultado muito a longo prazo. E, esses projetos de Extensão, eles chamam muito o pessoal para a Universidade. E, você quebra um pouco essa mística da Universidade, que são esses muros da intelectualidade. Você quebra isso aí, trazendo gente para dentro. Então, neste sentido eu creio que a Extensão funciona. Agora, ela é muito diferente, dependendo da área. Se você pegar na Odontologia, por exemplo, a Extensão, ela vai funcionar, basicamente para a reciclagem profissional. Ela tem uma clínica que atende a comunidade, ajuda a formar os profissionais. Mas, a tônica dela, não é esta. Ela mantém todo um serviço de atendimento à comunidade enquanto Extensão para a formação de aluno de graduação. Isto, na área médica é feito muito isto. Agora, paralelo a isto, uma tônica muito forte, são os cursos de especialização e de Extensão que a Odontologia dá. Eu vejo, assim, que a Extensão aqui na FEF, ela está ganhando corpo e, ainda, por falta, eu creio que nossa ainda da administração. A gente não tem claro e, pela própria estrutura que se apresenta, a gente não tem claro uma política maior para englobar isto e trocar mais experiências. Por que são experiências muito ricas e que você na realidade acaba não trocando. Mas, aqui, atualmente, a gente tem uma área muito forte de esportes, eu diria que a área de pedagogia do movimento mesmo, que é a questão da ginástica, escolinha de futebol, escolinha do basquete. Eu não diria que não chega a ser um esporte por

esporte. Eu creio que seja mais a pedagogia do esporte e a forma que com que é levado isto. Na área de saúde, a gente tem alguns, os projetos eles são mais pontuais, então, você pega, por exemplo, o pessoal da Fisiologia, que tem um trabalho com sedentários, com menopausa, o trabalho está muito vinculado aos docentes e as Pesquisas desses docentes. Então, se hoje nós temos aí um grupo de menopausas, porque a Profa. V trabalha nessa área de Pesquisa, está fazendo doutorado nela, e tem mais pessoas que estão se integrando. O próprio projeto de Extensão se sustenta por conta das Pesquisas que estão sendo geradas. Na área da saúde, eu vejo assim. Na área de pedagogia, também. Eu vejo ainda mais, hoje, mais uma exigência até da comunidade universitária, por conta da coisa já se tornar meio que histórica na FEF. E, o mesmo acontece na área de deficiência. Se eu propor o fechamento do projeto, hoje, eu vou ter no mínimo um movimento dos deficientes para não fechar o projeto. Então, você começa a criar uma cultura histórica, a coisa começa a ser histórica, e que nem o projeto da Profa. V, se não acontecer no ano, você vai ver o que vai ter de pai reclamando aqui. Então, começa a se criar uma cultura em torno desses projetos. Eu diria que descontextualizar isto, a própria visão que eu tenho de lazer, por exemplo, nós temos aí, a própria Empresa Jr. de Lazer. E, eu vejo que a Empresa Jr. de Lazer, nasceu em parte de uma atividade acadêmica e de uma visão do Prof. M e do grupo de alunos sobre um projeto maior de Extensão. E, esse é um outro tipo de Extensão que nós temos aqui dentro. Que é um pouco diferente no caso de lazer, do meu ponto de vista, é um pouco diferente da concepção da área de esporte, de educação motora, de adaptada. O lazer partiu para uma outra concepção. Você não cria uma estrutura de atendimento para lazer aqui dentro. Mas, você mantém uma Empresa Jr. de Lazer que dá assessoria aí fora. Então, é um outro tipo de Extensão que eu acho extremamente interessante e já se coloca o aluno em formação, não só em contato com o mercado que está aí fora de lazer, mas, também, esse aluno questionando de forma de fazer monografias em cima deste trabalho que ele está fazendo aí fora. Dia de recreio para a comunidade da Vila 31 de março. Então, é um outro tipo de Extensão que vai à comunidade e não a comunidade vem à Universidade. Eu acho que funciona bem, a gente tem visto isto aí. O Prof. M é experto nisto. É uma pessoa que tem uma visão muito boa sobre isto. É uma outra forma, quer dizer, tem essa outra possibilidade. E, que você não desvincula em nenhum momento do Ensino e da Pesquisa. A Extensão Universitária em Educação Física, no meu ponto de vista, certas formas que estão acontecendo de trazer a comunidade para a Universidade, do aluno ir para a comunidade e aplicar dentro da formação dele e isso é lógico, vinculado com o professor é aplicar o que ele está aprendendo aqui dentro na teoria, na sua prática pedagógica, aplicar isto na comunidade. E, tentar aperfeiçoar esses mecanismos, aperfeiçoar a forma com que a Educação Física está sendo tratada, mudar um pouco a concepção da Educação Física. Desmistificar a questão da performance e eu vejo, hoje, a Educação Física, aqui da FEF, particularmente, eu vejo que o grande projeto nosso, eu creio que tenha sido este, não conscientemente; nós não sentamos em nenhum momento, para falar, olha o que nós queremos fazer na Extensão é isso, aquilo. Mas, como já está incorporado esta concepção, a mesma concepção, por exemplo, Empresa Jr. de Lazer, é a segunda Empresa Jr. de Lazer no mundo. É a única Empresa Jr. de Lazer na América Latina. Só para você ter uma idéia. Quando isto é colocado, é uma coisa nossa aqui. Então, o que esta Empresa está fazendo em termos de formação profissional é muito importante e com

o trabalho de Extensão Universitária. Quer dizer, de assessorias à Prefeitura e coisa e tal. São alunos de graduação. Departamento, embora eu não goste da estrutura, mas o departamento de Lazer, no Brasil, é a única Faculdade que tem. O departamento de estudos de atividade física de Adaptada, que nasceu praticamente de um projeto de Extensão, o nosso departamento, é o único departamento na América Latina. Não existe Faculdade na América Latina que tem um departamento específico para Educação Física Adaptada. E, de onde nasceu esse departamento? De um projeto de Extensão que eu e um outro professor começamos de oitenta e oito. Um projeto de Extensão com deficientes. Do projeto de Extensão nasceu o departamento. Então, foi ao contrário a coisa. Percebe?! O que aconteceu? Nós tínhamos um grupo de vinte e tantos deficientes e um corpo docente bastante interessado na área. E, nós estávamos reestruturando a Faculdade, os departamentos. Ora, porque não fazer isto? Aí, nós implantamos a disciplina, aumentamos o nosso projeto de Extensão e justificamos pelo nosso projeto de Extensão e pelo, na época foi assim: era a década da deficiência e coisa e tal, os caminhos e a Educação Física e por onde é que ela teria que passar, nós justificamos a criação do departamento. Nós não justificamos por Pesquisa e nem por grade curricular, nós justificamos por um projeto de Extensão. Aqui, foram criados alguns departamentos na redepartamentalização por conta de interesses na área e a partir daí eles criaram projetos de Extensão. A maioria dos departamentos foram assim, os três. E, o nosso não. E, por isso, agora eu estou puxando um pouco a sardinha para o meu lado. Mas, por isso que eu vejo que dá muita sustentação isso para o nosso departamento. Quer dizer, toda a sustentação da pós - graduação, especialização, nasceu desse projeto. Então, na realidade, quem sustenta esse departamento e quem sustentou no início, hoje não, mas quem sustentou no início foi o projeto de Extensão. Quer dizer, nós justificamos pelos eventos, pela demanda, pela procura e tal, justificamos a criação do departamento. Foi o caminho ao contrário. Eu creio que a Educação Física mudou muito, o profissional está mais crítico. Eu acho que essa recomendação do Parecer foi fundamental. Mas, não dá, eu vejo que você pode se afinar por esse perfil desde que você tenha na sua prática essa ação. Então, não adianta você ficar no discurso. Quer dizer, tudo bem. Se eu quero, eu vou te dar um exemplo, desculpas, vou voltar para a minha área. Se eu quero não discriminar o deficiente eu não posso teorizar só isso. Eu tenho que através do meu projeto de Extensão, trazer esse deficiente, trazer esse aluno para cá ou ir na comunidade, criar uma cultura para mostrar, olha a Educação Física funciona e isso vocês tem que exigir da Prefeitura. Hoje, nós temos praça prática de esportes adaptado aqui em Campinas. Aqui, porque que é Praça de Esportes. Eu, não fui eu com o meu perfil crítico de educador físico e não é o meu caso lá exigir. Não, eu tenho que através de uma sensibilização e, eu faço essa sensibilização aonde? No projeto de Extensão, no projeto de Extensão é que primeiro eu vou moldar o profissional, eu posso ter um profissional ter um profissional crítico? Posso e tenho que ter, só que ele só vai ser a partir que ele tenha uma prática. Não adianta só você pelanta só ó as mesmas mazelas do Ensino. E, já que não posso num momento emergencial mudar o ensino que está lá fora, eu vou criar projetos de Extensão para mostrar para o meu aluno como que é isto na prática. Agora, quando eu trago um evento e reuno aí mais de mil portadores de deficiências, eu estou mostrando na prática o que é essa competição, que não é essa competição doida, maluca que está aí sem pensar. Não, é uma competição que foi trabalhada, que foi estudada,

eu reuno antes os dirigentes das Instituições, eu explico, eu escuto, eu escuto os deficientes. Isso para mim é uma prática crítica. Eu não posso ficar só no discurso e achar que, não, eu tenho que antes de mais nada mudar uma cultura que está aí. Para mudar a cultura, eu não posso mudar, se eu não sensibilizar as pessoas para as coisas que eu acredito. Então, antes de eu pregar alguma coisa, eu tenho que sensibilizar, “seduzir as pessoas” para aquelas coisas que realmente acredito. Então, hoje, se a gente tem aí, um time de basquete, que disputa a segunda divisão, basquete de cadeiras de roda, e quando eles perdem o jogo, eles sabem porque eles perderam e, eu tenho um técnico e um aluno que foi formado, que é o técnico do time que não vai ser aquela paranóia de performance, não, olha, e por aí mesmo, tal, e por trás disso vem a questão crítica mesmo. Até os próprios atletas deficientes criticam outros técnicos. Então, isso, eu acho que a Extensão tem esse perfil e não dá para você mudar um perfil só com aluno em sala de aula. Para você ser crítico, você tem que mostrar porque que está sendo crítico, para você mostrar, você tem que sensibilizar as pessoas e falar: olha, o que eu estou falando, é por isso, isso e isso e as pessoas tem que passar a acreditar em você. A hora que você faz esse trabalho, assim você muda naturalmente a coisa. Eu acho que, infelizmente, muitos profissionais entenderam assim e, só escrevem criticando. Você tem que ser crítico e tem que mostrar o lado bom dessa coisa. Por que senão você pode ficar criticando a vida toda e você não vai mudar nada. Nós temos esse princípio no discurso, a indissociabilidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Na realidade, você tem, eu tenho essa percepção. Mas, infelizmente, eu te digo o seguinte: enquanto não me derem o devido valor na Extensão, eu ainda vou deixar um pouco a desejar. Por que eu sou valorizado aqui dentro para a Pesquisa e num segundo momento, no Ensino e se eles lembrarem para a Extensão. Então, queira ou não queira, existe isso no Estatuto, existe isso como princípio, existe isso no discurso, mas, na hora de você apresentar o seu relatório trienal, a primeira coisa que o relator vai ver, é bom, quantos trabalhos o professor publicou no período. É a primeira coisa. Ele não vai ver quantas aulas boas você deu, se a avaliação da graduação é boa. Hoje, eles estão se atinando. Mas, para a Extensão eles nem vão se atinar para isto. Por que isso é uma cultura da Universidade. Então, enquanto esse três itens não tiverem o mesmo peso, eu não acredito numa coisa conjunta, maravilhosa, não. Você tendo projeto de Extensão ou não, você pode fazer Pesquisa. Então, eu acredito nisso a partir do momento que a própria Instituição der o mesmo peso para as três atividades. Caso contrário, eu vou continuar fazendo Extensão porque acredito no Ensino, acredito nessas mudanças a médio e a longo prazo, mas, eu vou estar muito preocupado com o que eu estou pesquisando, com que eu estou publicando, infelizmente, a questão é essa”

Professor 8

"Bom, Extensão dentro da Universidade me parece que nos últimos anos que ela tem tido um desenvolvimento maior, na última administração da reitoria eu tive oportunidade de participar do Conselho de Extensão - Codex - e a partir deste Conselho é, as coisas na Universidade, no âmbito da Extensão começaram acontecer. Por exemplo, os cursos de Extensão, a partir desse Codex, tudo o que era atividade de Extensão passava por este Conselho, basicamente se concentrava inicialmente às questões ligadas relativas aos cursos de Extensão das diferentes Unidades e a partir daí houve uma evolução, também, com relação a convênios, enfim, toda a atividade que a Universidade faz ou que passou, teria que obrigatoriamente passar por este Conselho. Este Conselho era composto por um representante de cada Unidade de cada Unidade, pró-reitor de Extensão e, também, neste período, neste momento, aproximadamente há 6 anos atrás foi criada a Escola de Extensão na UNICAMP que, também, era assim, digamos, um braço executor dos cursos de Extensão da de Extensão do Prof. V, aproximadamente, por tanto há 6 anos atrás. Tinha durante esse primeiro momento da implantação dessa Escola de Extensão, o Prof. L como diretor e, até onde eu entendia que essa Escola de Extensão, a EXTECAMP, ela tratava de assuntos de Extensão relativo a cursos de Extensão. Mas, a Extensão não ficava limitada somente a cursos, existiam outras atividades, como convênio, administração de convênios, enfim, que também, estava vinculada no caso com a reitoria de Extensão. Eu acho que na UNICAMP, inicialmente, o momento indicava necessidade disso, sempre existiu, a Universidade foi sempre embasada nesse tripé de Ensino, Pesquisa e Extensão. Na verdade, minha opinião pessoal, é que, até um certo momento, a história da Universidade, existiu um valor maior, digamos, assim, com relação a Pesquisa, e ao Ensino. A Extensão, me parece que não foi muito, não teve muita preocupação com relação a Extensão, a não ser aproximadamente de 6 anos para cá. E, aí a necessidade, tendo em vista a importância da Extensão, o crescimento das possibilidades da Extensão, eu penso que isso é que foi indicando a necessidade de ter um órgão específico para tratar desses assuntos. Eu acho que o próprio crescimento da Extensão Universitária que sugeriu a criação de um órgão específico. Bom, na FEF, a FEF foi uma das primeiras Escola a estar preocupada com esta questão da Extensão. A época, também, paralela a esta criação do Conselho de Extensão na Universidade, existia na FEF duas Coordenações, uma Coordenação que tratava de Esportes Universitários e uma Coordenação que tratava da Educação Física oferecida aos alunos de outras Instituições, de outras Unidades de ensino, muito bem, paralelo a isso, a criação desse CODEX, eu era o representante da Unidade e Coordenador de um desses órgãos, no caso, a CODEU, que era a Coordenadoria de Desenvolvimento do Esporte Universitário e, também, em função da necessidade, da própria necessidade da Unidade, da Universidade, é que a Coordenadoria de Esportes Universitários passou a ser uma Coordenadoria de Extensão. Ou seja, ela deixou de ser CODEU e passou a ser CODEX, Coordenadoria de Desenvolvimento da Extensão. Isso no âmbito interno, até porque não existe até hoje uma regulamentação oficial da Universidade que permite a Unidade ter uma Coordenação específica de Extensão, isto não existe. Pelo menos no que me consta, ainda, não existe essa Coordenação. Mas, nós na FEF, há seis anos atrás, também, já saímos, praticamente, na direção, também, em função da necessidade,

porque a área de Educação Física, é uma área bastante rica nas questões de Extensão. Portanto, na FEF, também, em função da necessidade, há seis anos atrás, uma Coordenação que, inicialmente, tratava de Esporte Universitário passou a tratar dos assuntos de Extensão. Administrando eventos, administrando, também, alguns convênios, além dos cursos, também de Extensão. Portanto, o aparecimento da Extensão na FEF, ela se deu por esta Coordenação, que anteriormente era de Esportes Universitários. Eu acho que, também, se deu por aí, por que o esporte universitário ele acaba, também, sendo uma atividade de Extensão, por que ele atende todos os alunos da Universidade, ele atende funcionários da Universidade, atende o corpo docente da Universidade, oferecendo o esporte como uma possibilidade de Extensão. Então, me parece que a coisa aconteceu por aí, até porque pela própria facilidade em e, também, pelo esporte ser uma atividade de interesse de toda a comunidade universitária, o esporte praticado como uma opção de lazer, de ocupação do tempo livre. Eu acho que cresceu muito, o que era uma Coordenação que tratava simplesmente do esporte, com relação às atléticas, o CODEU basicamente tratava das atléticas, os alunos que através da atlética procuravam a Faculdade de Educação Física para fazer esporte, então essa transição, já foi uma transição bastante significativa do ponto de vista de crescimento e, agora, também, com a essa nova mudança, com a Prof. Enori assumindo a função, também, teve até uma mudança de nome, quer dizer, era CODEU passou a ser CODEX e agora passou a ser CODESP, Coordenadoria de Desenvolvimento de Eventos e Esportes, até porque o nome Extensão não se pode oficialmente ser utilizado e isso indica o crescimento, essas modificações, essas transformações, são indicativos de crescimento, seguramente, este crescimento, ele, ainda, não dá para nós percebermos até onde ele vai, porque, veja bem, a Educação Física, dentro da sua especificidade, de uma área de conhecimento, ela abre inúmeras possibilidades, eu acho que a FEF hoje é uma das Escolas dentro da UNICAMP que mais oferece programas de Extensão, ou de cursos, ou de clínicas, ou de simplesmente abrir o espaço para a utilização, do espaço da FEF, isso são possibilidades de Extensão, de forma organizada, hoje, a FEF, por exemplo, tem várias escolas de iniciação esportiva, tem vários programas de oferecimento de atendimento à comunidade, clínicas de cursos, clínicas de arbitragem, eventos, como por exemplo, semana de estudos, recentemente teve um evento de futebol, ou enfim, todos esses eventos, a rigor, teriam que ter a porta de entrada e de saída, a porta de Extensão. Isso é um problema, veja bem, com o crescimento da Extensão implica, também, em você dar uma estrutura melhor do ponto de vista até de espaço físico, de condições de funcionamento e isso é um problema, é um problema, porque o mesmo espaço físico utilizado para estas atividades de Extensão, oferecido a toda a Universidade ele também é o mesmo espaço físico da Unidade de Ensino em Educação Física. Então, isso acaba gerando alguns problemas de ordem administrativa, e se tornam fatores complicadores de um melhor oferecimento, tanto do ponto de vista da Extensão como também do ponto de vista do Ensino de graduação e pós - graduação. Em alguns momentos uma quadra que até um certo período era uma sala de aula, depois num outro período passa a ser um espaço para as pessoas se recrearem, praticarem e num terceiro momento ela volta a ser novamente uma sala de aula, isso gera problemas. Portanto, eu acho que esta questão do espaço físico, a questão da estrutura física, de funcionários, eu acho que com esse crescimento a curto prazo, a Universidade vai ter que se reestruturar para atender o crescimento

na área, principalmente, aqui na Educação Física, eu acho que aqui vai ter que se reestruturar, considerando esse crescimento que está tendo na área hoje de Extensão. Agora, o atendimento, hoje, que a Faculdade de Educação Física faz, ele é muito maior do que era. Mas, seguramente, muito menor do que poderá ser futuramente, pela necessidade, pela finalização que a gente está percebendo aí. Tendo em vista que a Extensão, não é um órgão oficial, oficializado, assim, não existe um recurso específico, não existe uma verba específica destinada para esse assunto, então, você tem que buscar, captar esses recursos e a FEF tem buscado através desses oferecimentos, dessas atividades, hoje, existe cobranças em algumas situações, cobrança para, por exemplo, escola de algumas modalidades esportivas existe uma taxa, enfim, os cursos de clínica oferecidos pela Unidade, existe uma verba que vem da Unidade, que é o Apoio Institucional, mas o recurso é pequeno. Mas, também, existe um indicativo de se buscar recursos externos à Universidade, para se ter mais condições de um oferecimento melhor, por exemplo, a questão do, a questão do patrocínio, isto é uma coisa que não é uma coisa que não vai ter possibilidades de a gente evitar por muito mais tempo. A Universidade tem que ir buscar recursos externos, isto, também, é uma opinião, é uma opinião política, financeiramente, então, aí a gente vai ter que se valer das questões de marketing e ir buscar mesmo recursos na empresa privada, para fora da Universidade. Eu não consigo perceber isto, se esta é a política da UNICAMP, mas existe muita dificuldade nesta questão de buscar recursos externo, por causa desta toda a parte burocrática que tem que ser respeitada e tem que se tomar muito cuidado, eu acho isso positivo, eu acho que o nome da Universidade não pode se associar a qualquer patrocinador, para se buscar qualquer tipo de recurso, acho que isto tem que ser feito de uma forma profissional, é evidente que a UNICAMP tem que preservar mesmo o seu nome, a sua marca, de uma Escola de vanguarda, não se associar a qualquer tipo de produto. Então, existe um rigor muito grande com relação a isso. Mas, eu também acho que é inevitável você buscar esses recursos, acho que o orçamento da Universidade é um orçamento estrangulado, já com atividades de Ensino, de Pesquisa, então, é muito pouco, da fatia do bolo orçamentário o que sobra para as coisas de Extensão. E, Extensão é um mecanismo de buscar, através de convênios, através de patrocínios, de cursos, para se buscar recursos. Eu acho que, e, se viabilizar através desta busca de cursos, eu acho que isto deve ser uma política não só da Unidade, mas, também, da Universidade. A Extensão, também, é uma das possibilidades na Extensão é de buscar recursos externos à Universidade, através de convênios, através de patrocínios, através de diferentes formas para trazer mesmo recursos para dentro da Escola e, dentro da Escola ser aplicado com essa perspectiva de Extensão. Bom, eu acho que, também, a gente, dentro deste processo da Extensão em Educação Física, a gente está engatinhando, está começando, é uma coisa muito nova, pelo menos o que eu tenho conhecimento, mas, também, eu vejo isto com uma possibilidade enorme para a Educação Física, porque o nosso campo, é um campo que permite você atuar em diferentes direções, buscando aí essa, contemplar este aspecto da Extensão, eu acho que é bom para a Escola, e é bom, também, para as pessoas que vão se beneficiar de uma atuação da Escola. Eu acho que Extensão em Educação Física é um campo rico, fértil, e que não está, ainda, vamos dizer sendo trabalhado da forma que deveria, até porque, penso que é por uma, é muito nova ainda e a experiência que a gente tem, ainda que pouca, de Escolas em outros países, nos Estados Unidos, especialmente, a Extensão em Educação Física é uma coisa muito, é enorme as possibilidades de

Extensão fora daqui, eu acho que isso a gente está começando agora. Mas, eu vejo assim, como um momento, um aspecto riquíssimo da nossa área dentro da Universidade, fora da Universidade, até mesmo nas Escolas, existe uma tendência nas Escolas, hoje, por exemplo, nas Escolas particulares de um oferecimento de atividades de Extensão, dentro da área de Educação Física, por exemplo, além da aula de Educação Física, você oferece atividades para os pais dos alunos, além da atividade de Educação Física, você oferece iniciação em natação, além da atividade de Educação Física, você oferece a possibilidade de você fazer parte de um time basquete dentro da Escola, então, há tendência, também, não só dentro da Universidade, mas, também, nas Escolas de primeiro e segundo graus é que a Educação Física possa através da Extensão abrir, tendo muito mais participação dentro da Escola. Eu acho importante, porque na medida que a Extensão cresce, também, abre possibilidades maiores de mercado de trabalho. Como eu falei para você, eu conheço Escolas aqui em Campinas, que já estão pensando, por exemplo, em além da aula de Educação Física, você ter treinamento em uma modalidade específica, aí, além do professor de Educação Física, evidentemente, há a necessidade da contratação de um técnico, ou seja, um bacharel em treinamento esportivo e, eu acho que é este tipo de atividade que vai diferenciar a Escola no futuro mais próximo, as Escolas que foram, a competição, ela acaba, no meu ver, obrigando as Escolas oferecerem mais possibilidades para os alunos. Eu, por exemplo, vou procurar uma Escola para os meus filhos que tenha alguma coisa a mais, e essa alguma coisa a mais, pode ir para o caminho da Extensão e, em indo para o caminho da Extensão, vai gerar mais mercado de trabalho, pode um bacharelado que, também, é uma coisa atual dentro da Educação Física, pode se valer dos nossos alunos na Extensão, então, eu vejo assim, com muito, assim, uma forma muito positiva, pensando que vai inclusive contribuir para o mercado de trabalho melhor, maior, e, conseqüentemente para nós da área da Educação Física passa a ser mais interessante. Bom, eu não digo que tem contribuído para a formação profissional, até porque, os cursos de Extensão ainda oferecidos, são cursos pequenos, em número pequeno, eu não diria que tem contribuído, mas eu, também, não tenho dúvidas que poderá futuramente contribuir, até porque quando você oferece um curso de Extensão, ain, xtensão, ainda, as pessoas não tem muito o hábito devido o hábito de procurar curso de Extensão, rso de E E, de alguns cursos que foram oferecidos, e que não tivemos procura, porque, por várias razões: os professores não tem interesse, são cursos, na maioria das vezes os cursos de Extensão são cursos pagos, então, a dificuldade dos profissionais buscar na nossa área, veja bem, os cursos de Extensão, ainda, não tem tido uma procura que deveria ter, mas isto, por causa de toda a parte histórica da Educação Física, eu acho que a gente vai caminhar para ter e aí, sim, quando tivermos, eu não tenho dúvidas que pode, também, contribuir para a formação do aluno, se eu ofereço um curso de Extensão para técnicos de basquetebol, eu posso ter os meus alunos participando de graduação juntos e obviamente que, essa participação contribuirá para a formação do aluno e, eu acho, também, que a Extensão, ela pode contribuir aí, não só para a formação do aluno, mas para os professores, os cursos de Extensão ele tem que se atuar numa perspectiva dentro da formação permanente, é uma possibilidade dos professores formados retornar à Instituição, à Universidade, não pela pós - graduação, mas pela Extensão, por opção, eu acho e isto, eu não gosto desta palavra de reciclagem, mas dentro de um processo de formação continuada, que pode contribuir, além, evidentemente, da especialização, do

mestrado, do doutorado, porque a Extensão ela pode atender uma forma mais direta, pode ser cursos de demanda específica, enfim, atender uma necessidade mais direta do profissional que está no mercado de trabalho, eu acho que quando isto acontecer, quando a gente tiver este hábito de vir e de retornar à Instituição, voltar à Universidade, nesta perspectiva de uma formação continuada, seguramente, a gente, também, vai estar contribuindo para a formação do graduando. A FEF, ela tem oferecido alguns cursos, atualmente, por exemplo, eu mesmo estou envolvido com um curso, com uma clínica de Extensão, que vai tratar de arbitragem, em basquetebol especificamente, então, é um curso específico que vai tratar de um assunto específico, e que a clientela para esse curso são professores de Educação Física, ou árbitros de basquetebol, mas, eu penso que, também, este oferecimento é muito rico, pela própria diversificação de caminhos que ele pode seguir, os próprios departamentos podem fornecer cursos, por exemplo, de lazer, de Educação Física adaptada, de treinamento, enfim, eu acho que a clientela para isto é uma clientela bastante ampla, que eu acho que isto é uma outra vantagem do curso de Extensão, você pode atingir vários seguimentos, de interesses diferentes, não há a necessidade de você fechar um assunto, existe, sim, a possibilidade de você atender vários assuntos, buscando profissionais da Educação Física ou não, que atuam em diferentes áreas, eu acho que a própria possibilidade de formação bastante diversificada que existe na Faculdade, permite também a abertura diversificada de possibilidades de cursos a serem oferecidos, conseqüentemente, poderá atender um segmento maior, mas, tudo isso é muito novo. Eu acho que o próprio crescimento da Coordenação de Eventos e Esportes, a CODEX, deve indicar para isto, por exemplo, alguns programas, hoje, ainda, alguns programas de iniciação esportiva, eles ainda atuam embasados em iniciativas isoladas, então, existe vários programas, mas que ao meu ver, eles não tem um eixo condutor, talvez seria essa questão que você está apontando da interdisciplinariedade, mas, eu vejo isso, também, como uma coisa com um futuro bem próximo, eu acho que não vai dar para se falar, por exemplo, em iniciação esportiva, se a gente não tiver um eixo, que conduz isto, ou seja, que vários profissionais no mesmo trabalho, porque aí, sim, isto vai fazer com que a gente cresça e fazer aquilo que nós acreditamos, porque se a gente não fizer isto, a gente vai estar reproduzindo as Escolinhas que tem fora daqui, então, para ser, eu penso, que uma atividade de Extensão, com o crescimento que está sendo aí indicado, que é um crescimento significativo, é cada vez mais caminhar na direção de diferentes profissionais dentro da Unidade trabalhando com a mesma meta, isto vai ser bastante interessante porque, a qualidade do serviço prestados de Extensão à comunidade é real e, também, o crescimento do próprio docente da Universidade, na medida que eu trabalho com você, eu vou ter acesso ao seu trabalho, você vai ter acesso ao meu trabalho, e aí também vai ter um crescimento dos docentes, com experiências, a minha experiência vai contribuir para um outro docente, um outro docente com a experiência vai contribuir para o meu crescimento e, assim, a gente vai trocando, então, eu acho, que a tendência, também, indicada pelo crescimento, é de criar um eixo condutor dos trabalhos e seguramente promover esta interdisciplinariedade que a Extensão, também, permite, mais essa possibilidade. Eu posso te dizer mais pela disciplina que hoje eu sou responsável, no caso, eu tenho sob minha responsabilidade, basicamente, duas disciplinas, que é a pedagogia do esporte e o basquetebol, a pedagogia é um curso básico no curso de graduação e o basquetebol como uma disciplina específica do bacharelado em

treinamento esportivo, eu tenho basicamente duas escolas de iniciação ao basquetebol, tenho hoje 6 estagiários envolvidos nisso, que foram alunos da pedagogia do esporte e atendo aproximadamente 70 crianças numa faixa de 10 a 14 anos. Muito bem, o que isso é importante? Importante, porque eu consigo conduzir as minhas disciplinas de pedagogia do esporte, possibilitando aos meus alunos, através do oferecimento de Extensão, uma participação prática das questões discutidas na disciplina, portanto, isso agora de Extensão que eu ofereço e eu enquanto responsável pela disciplina coordeno esse mesmo trabalho e consigo fazer esses dois trabalhos de Ensino e de Extensão, caminhar juntos, com relação a parte de Pesquisa dentro dessa Extensão, eu acho que também é um processo de uma tendência natural, que a partir daí, a gente também abrir em Pesquisas, mas, isto, também, é uma coisa, que agora, que eu vou poder também ter mais condições de me envolver com isso, até porque eu estou terminando o doutorado, isso é uma fase, pós - doutorado de você, também, poder se dedicar mais, então, eu pessoalmente através da experiência, eu acho que é possível, é viável, é importante, e como eu falei, não é importante só para o docente, é importante para o aluno que, também, tem a oportunidade de trabalhar, é importante, também, para a criança que vem aqui, atrás de um conhecimento, que vem aqui participar de um programa, então, veja a importância disto tudo, quer dizer, todas as pessoas envolvidas neste processo tem vantagem, eu não sei se é utopia, mas eu acho que bem num futuro próximo, a gente vai poder explorar mais isso e promover mesmo esse tripé sustentador da Universidade, da Pesquisa, Ensino e Extensão na prática, não somente no discurso, por outro lado, é uma situação bastante nova para gente e, até por ser uma coisa nova, a gente não sabe muito bem o rumo que isto vai tomar, agora, eu não tenho dúvidas que é importante, isto que eu queria deixar registrado, o crescimento é um crescimento que a gente tem indicadores deste crescimento assim mensurável, é só você recorrer hoje e ver o número de pessoas que atende, uma coordenação que anteriormente tinha uma preocupação de cuidar de atléticas, por exemplo, praticamente, hoje, ela cuida e faz um oferecimento aí amplo, de várias atividades, de cursos, de convênios, de eventos de diferentes natureza. Então, é novo, é importante, está crescendo e vai crescer mais. Bom, uma coisa importante, também, que eu queria dizer que evidencia este crescimento, e também, essa, digamos essa amplitude de possibilidades da Extensão, hoje, existe, por exemplo, um programa através do Ministério de Esportes, através do INDESP, Instituto Nacional do desenvolvimento do Esporte, que tem um programa de Esporte Educacional, dentro deste Esporte Educacional, existe um sub - programa que é o Esporte Solidário. O Esporte Solidário ele tem nos Programas de Extensão da Universidade como um executor destes programas, hoje, existe várias Universidades que através das pró - reitorias de Extensão, tem trabalhado juntamente com o Ministério dos Esportes, nestes programas de Esporte Solidário, que visa atender aí um trabalho com os esportes, buscando atender um número de crianças carentes. Mas, vale apenas registrar a importância, também, neste sentido, de ser a Coordenação de Extensão, de ser a pró - reitoria de Extensão, a Instituição que está viabilizando a realização e intermediando um programa junto com o Ministério dos Esportes através do INDESP, isto, também, eu acho que é um indicativo de crescimento e de importância da Extensão, da valorização da Extensão em programas desta natureza. E, é o caminho mesmo, o tipo de programa desse ele tem que ser feito através da Extensão, por isso, também, que em curtíssimo prazo a gente vai ter que ter mesmo as Coordenações de Extensão mesmo,

institucionalizada nas Unidades, porque, é por aí que vai possibilitar estabelecer convênios, por exemplo, com órgãos, federal, visando um trabalho de Extensão”

Professor 9

"A questão de como eu vejo a Extensão na UNICAMP, o discurso da Universidade é este, que são as três vertentes básicas: Ensino, Pesquisa e Extensão, a questão da Extensão, eu vejo dentro da Universidade, eu acho que são realmente duas, dois alicerces, eu diria três pirâmides importantes que deveriam caminhar com a mesma importância. Na UNICAMP, eu vejo a questão da Extensão, menos valorizada, sabe, eu acho que a grande questão tratada na UNICAMP é a questão da Pesquisa, mais valorizada, depois seria o Ensino e a Extensão; o Ensino, ainda, ser for a nível de pós - graduação, ele tem uma relevância grande, é valorizado, isto eu digo pelos relatórios que a gente tem que fazer, os relatórios anuais, trienais, onde a pontuação é muito grande para toda a parte de publicação, as questões relativas à Pesquisa, projetos de Pesquisas desenvolvidos, na questão do Ensino sempre a valorização maior para a questão da atuação na pós - graduação e a graduação, mesmo que você dê muitas aulas na graduação nem sempre você tem reconhecimento devido, não importa muito para a Universidade um bom professor de graduação, talvez um pesquisador fosse mais importante, e a questão da Extensão, eu vejo como um terceiro, na ordem de prioridades, como um terceiro ponto, não muito valorizado, até você vê pelos relatórios que você tem fazer alguns pontos que levantam a questão de projetos de Extensão, organização de eventos, mas não tem a mesma valorização, quer dizer, o incentivo é bem menor para este tipo de coisa, eu acho. Eu participei há uns dois anos, eu fiquei muito ligada a Escola de Extensão e eu organizei alguns cursos aqui na UNICAMP, aqui na FEF, tentando fazer a ponte com eles, mas a minha experiência, eu organizei acho que uns quatro cursos, a minha experiência foi muito ruim com relação a Escola de Extensão, muito ruim, porque, eles são muito limitados, na execução da coisa, eles até tem todo um espaço físico, pessoas ali, então, você resolve fazer um determinado curso, você vai lá, a gente tem que ficar em cima para conseguir, a questão da divulgação do evento é muito fraca, o acesso que a gente tem à imprensa, também, é muito limitado, então, tudo o que eu consegui, eu consegui que esses cursos fossem realizados e com número razoável de pessoas, mas, foi assim, eu pegava o telefone, eu ligava para a imprensa, eu colava cartazes nos lugares, eu mandava malas diretas, saiu, porque foi artesanal, então, eu acho que eles não tem uma política, pelo menos com relação a Educação Física, eu não sei nas outras áreas, mas, com relação a nossa Faculdade, toda vez que a gente, eles mandam sempre todo ano uma solicitação de quem quer oferecer cursos, todo ano eu ofereço cursos, que sai no catálogo e tal, nunca aconteceu nenhum curso meu que eu ofereci, então, ofereci, mandei ementa, mandei conteúdo, mandei preço, planilha. Eu imagino que pelo o que eles oferecem, a função deles é promover especialmente eventos e cursos de Extensão de toda a UNICAMP, você é um professor que trabalha em uma certa área de pesquisa e você quer oferecer um curso, pode ser um curso rápido ou até um curso de aperfeiçoamento ou curso de especialização mesmo você pode oferecer, eles seriam, eu entendo, o órgão dentro da Universidade que organiza e operacionaliza essa coisa. Seria a Instituição que manda mala direta, que põe na televisão, que recebe inscrições, que faz a coisa acontecer, mas não é o que acontece, aqui na UNICAMP, aqui na FEF, olha, eu acho que coisa já de uns três anos para cá, todo semestre eu mando, porque a gente tem que no mínimo oferecer, eu acho que é a função do professor, você tem que oferecer, agora, se ele é realizado ou não, aí eu já não sei, não depende mais

de mim. Eu sei que se eu for atrás e botar para andar eu faço acontecer, como eu já fiz. Até uma época eu fui responsável, seria da Comissão de Extensão, representante do meu departamento com relação a cursos, então eu pegava as propostas dos professores do meu departamento, enviava para a Escola de Extensão pela nossa aqui da FEF, esse departamento fazia o contato lá com a Escola de Extensão da UNICAMP, e a única coisa que acontece é isso: sai no catálogo, a UNICAMP oferece e o aluno ou professor interessado que viu, que recebeu, ele liga, falando assim: eu queria saber sobre aquele curso, da professora tal, ah, então, você deixa o seu nome que quando tiver uma demanda a gente te liga, pronto, acabou o curso, porque ninguém mais liga, e olha que toda vez que eu dei data, horário e tudo, eles só tinham que começar receber as inscrições, mas, eu não sei, algum mecanismo que emperra, porque, teria que ter um número x para pagar o curso, então, como não tenho o número x, eles não tem “coragem” de abrir, mas eles não abrem a inscrição, então, eles vão anotando os nomes, só que eu não sei se depois eles não ligam para as pessoas, ou se realmente não dá o número mínimo, ao invés deles intensificaram a propaganda, eles simplesmente deixam passar o período, e o curso não acontece, teve um agora em maio, exatamente assim, eu me preparei para o curso, uma semana eu cheguei e aí, ah, não teve número suficiente, tem algumas pessoas interessadas, mas não tem tal e tal ... O professor J deu um curso para 8, então, o professor se programa, além de todas as funções que ele tem, ele se prepara para um curso, ele vem a noite ou se não no final da semana, e não atingi o objetivo, então, eu acho que é super importante, voltando para o roteiro, eu acho que faz parte da Universidade essa questão da Extensão, porque é uma forma de você atuar com a comunidade e dar o retorno, principalmente, porque a gente é uma Instituição Pública, a gente teria que fazer essa ponte com a comunidade, então, eu acho super importante, mas não é privilegiada como, ou não tem o peso que eu acho que deveria ter, eu acho que a gente poderia fazer muito mais coisa, só que a gente fica muito limitado, a questão de cursos é uma, a gente tem outras, por exemplo, a Educação Física, oferece projetos para a comunidade, para crianças, senhoras, então, eu acho que a gente faz muita coisa aqui na FEF, mas, se eu não fizer, também, não tem problema nenhum, entendeu, eu enquanto profissional, no meu relatório final de atividade se tiver pouquíssimas coisas sobre Extensão, ninguém vai pegar no meu pé, com certeza. Agora, se eu não publicar, com certeza vão pegar, ou se eu não tiver um número x de aulas semanais, semestrais, também, vão. Então, eu acho que esta questão da, faz parte da Universidade, como estrutura acontece, mas o que eu vejo mais a nível de Educação Física, não sei muito do que acontece, eu sei de cursos, por exemplo, eu acho que é em uma das Engenharias, que existe um curso de mestrado especializado, ou é na química, é na química, em petroquímica, especializado com o pessoal da Petrobras, eles fazem mestrado aqui, então, tem todo um convênio, talvez a coisa aconteça melhor, em outras áreas, em outras Unidades, porque existe a questão financeira, o convênio de empresas que tem interesses, então, estabelece-se um vínculo, na Educação Física isso é mais complicado, a gente não, até hoje não conseguiu, a não ser o pessoal do voleibol que tem um apoio externo, então, eles fazem a questão da Extensão, com um time de voleibol, recebem um apoio financeiro de uma empresa, mas, é muito pequeno, a Educação Física, é uma coisa, acontece, porque a gente acha que é importante e faz acontecer, se não nada acontece. Eu vim para FEF há 9 anos, eu acho que depois que ela se transformou em FEF, que antes ela era um departamento, já era

um departamento neste sentido que dava apoio, não sei se pode ser considerado Extensão, mas, ela dava aulas para as outras Unidades, eu comecei a ver isto acontecer em pequenos projetos aqui dentro, de Escolinha de Futebol, a gente com Ginástica, eu e a Profa. V quando começamos em 89, a gente abriu, ele teve este caráter, este meu projeto, inicialmente, era um projeto de Extensão, porque eram alguns alunos daqui, alguns alunos de fora, professores e a gente abriu um grupo de Ginástica Geral, então, acho que foi começando assim, com pequenas iniciativas de professores para a comunidade, então, condicionamento físico para senhoras, eu acho que teve, também, eu sei que ainda tem até hoje, mas tinha mais, abria-se espaços para profissionais, por exemplo, o cara que era professor de capoeira, mas não era vinculado a FEF, ele tinha um espaço aqui para poder fazer capoeira, ou tai chi, tinha sempre o grupo de tai chi, fazendo ali, então, neste caso, a FEF oferecia um espaço físico, as condições, e o professor de fora atuava ou o aluno que é interessado, por exemplo, em dança de salão, ele se vinculava ao professor, por exemplo, tem um rapaz que dá dança de salão aqui para a comunidade, o Prof. Jorge é o responsável, assina por ele, mas, ele é que desenvolve, então tem várias coisas deste tipo, que atende a comunidade desde as crianças até a terceira idade. Hoje, em dia, eu acho que aconteceu assim, inicialmente desta forma, eu sei, eu gosto de ginástica, então eu abro um espaço para a comunidade, depois, eu acho que esses projetos foram se vinculando às Pesquisas, cada vez mais, porque inicialmente, a questão da Pesquisa na Educação Física não era uma coisa muito comum, o professor de Educação Física não fazia muito, não se preocupava muito com a Pesquisa, mas a exigência da própria Instituição, foi levando as pessoas a se titularem, a se preocupar com o mestrado, doutorado, e mesmo em desenvolver Pesquisas e publicar. Então, as pessoas começaram a vincular a Pesquisa com a Extensão, isto foi o que aconteceu com o meu grupo, que inicialmente era um grupo de Extensão, hoje, ele é um grupo de Pesquisa, ele está cadastrado como Pesquisa, Extensão e Ensino, porque a gente trabalha as três vertentes, então, é um projeto que está cadastrado no CNPq, como um grupo de Pesquisa, mas, eu o considero, também, como Extensão, porque a gente atende tanto alunos aqui nosso, de outras Instituições, da PUC, professores, através do grupo a gente se liga com a comunidade com apresentações, com cursos, com palestras, então ele tem esse ramo da Extensão, mas ele, também, é um local de Pesquisa e, também, de desenvolvimento de procedimentos pedagógicos, então, ele, também, tem um caráter de Ensino, hoje. Eu acho difícil a Extensão, desvinculada da Pesquisa na UNICAMP. Não tem como você simplesmente trabalhar, desenvolver uma certa coisa sem estar ligada. Então, eu acho que na FEF, não sei se teria mais alguma coisa a nível de história, eu acho que é isto que vêm acontecendo. Eu acho que está se tentando uma coisa assim, até então estava muito por iniciativas individuais, mesmo porque não existia um apoio de um departamento que tivesse respaldo para desenvolver essas coisas. Existe. Aqui, o nosso departamento da CODEX, que a nossa coordenadoria de Extensão, que agora está com uma nova diretoria que está reformulando algumas coisas. Até então ela era muito administrativa das coisas, que não mudava muito assim, tinha todo ano, todo semestre, no início do semestre, na primeira semana do semestre, abria-se inscrições para Escolinhas de Natação, Escolinhas de Atletismo, acertavam essas coisas, organizavam e pronto, acontecia, organizavam um tipo de campeonato, mas, não existia nada assim, sabe, nada estruturado. O que eu estou vendo agora com este novo grupo que entrou uma preocupação maior com a organização da Extensão, mas, principalmente, com

relação às questões do desporto universitário, então, eles já tem um Conselho, várias modalidades são representadas, eles já estão começando a articular algumas coisas, mas existe um problema financeiro terrível, não tem apoio, não tem uma verba, para você ter uma idéia, este ano, veio uma verba para estas modalidades, que fazem parte deste Conselho, e deu 200 reais para cada uma, 250 reais para cada uma para este ano, foi o que o meu projeto recebeu, e até ele nem mais faz parte do Conselho, porque, o Conselho não considera como uma atividade esportiva, só os de competição, então, o nosso grupo, apesar de ter uma história já reconhecida, já ter uma vivência grande, internacional, é o grupo, hoje, mais antigo, o Conselho achou que não valia a pena mantê-lo com voz e voto dentro do Conselho, a gente, também, como não sente que pode de alguma maneira conseguir apoio, a gente fazia e está fazendo muito mais do que se estivesse vinculado, a gente, também, não se preocupou muito em lutar por este espaço, então, eu sinto, assim, que existe um esforço, a nível de organização aqui dentro para questões do desporto universitário, para questões da escolinhas, esses projetos de atendimento à comunidade que tem, então, eles estão divulgando, organizando, a questão de cursos eu acho que é zero, não acontece nada, poderia, sabe, eu acho que é uma coisa que aqui dentro poderia estourar, a gente tem potencial para fazer cursos seguidos, diretos, assessorias, mas, não existe, não sei se é uma visão mais aberta para isto ou se realmente é recurso, porque isto é importante, pesa muito, mas, eu não vejo projeto estruturado mais amplo, é uma coisa assim, o que já se fazia de uma forma mais organizada, mas é o que já é feito e já foi feito, ninguém exige mais do que isto, então, acabou. É um problema, a infra-estrutura aqui porque tem dois funcionários trabalhando dentro de um departamento amplo como este, que deveria ter muito mais gente, agora, não é só isto, existe um, como é que a gente poderia dizer, uma coisa viciosa aqui dentro dos funcionários, eu acho, sabe, uma coisa de se fazer pouco, não se exigir muito, não se pode exigir muito, o funcionário público é muito complicado, também, não é muito capacitado, então, você não pode exigir muito dele, ele também não faz muita força para fazer muita coisa, e a coisa vai, sabe, meio complicado, é uma questão estrutural, e a questão eu acho que financeira, também. O espaço físico é problemático, muito problemático, o espaço físico para as práticas aqui já estão super inchados, não tem mais aonde você, se você quiser um horário para fazer um trabalho lá no ginasinho, você vai ter que procurar muito, porque, a gente tem todas as aulas de graduação e pós-graduação, noturno e diurno, mais os projetos e os problemas que existem, por exemplo, a gente tem um ginásio com um espaço para ginástica e duas quadras poliesportiva, então, é super complicado, eu quando estou dando a minha aula, a aula, não vou nem dizer o projeto de Extensão, que tem prioridade, a graduação tem prioridade, se eu estou dando a minha aula é um horror, porque eu tenho mais dois professores dando aula de bola, com apito do lado, e eu com música, atrapalho eles e eles me atrapalham, então é muito sério, a questão de espaço físico é terrível, tem as quadras externas, mas ninguém quer ir para lá, a minha parte específica que é ginástica e dança eu fico muito limitada, eu fico naquele tablado, que tem uma acústica péssima, que todo mundo está trabalhando, as vezes eu estou dando aula, tem mais três projetos ao mesmo tempo, tem o grupo da cama elástica, outro grupo aqui no corredor trabalhando, outro aquecendo ali, mais dois professores dando aula lá, então, é muito ruim; está tendo, até foi uma sugestão minha, uma reforma aqui em cima no salão de danças, que vai se abrir, eram dois salões, a gente vai fazer um único salão, então muita

coisa vai poder acontecer, porque não cabia 50 alunos que é o nosso mínimo, naquele salãozinho, então vai se abrir e então, a gente vai poder pelo menos trabalhar com uma classe normal lá dentro, só que o meu trabalho tem altura, é esta altura aqui, não dá para lançar uma bola, um arco, para fazer um salto em um trampolim, não tem jeito, você já bate a cabeça, então, vai melhorar um pouquinho, agora, existe uma intenção de, existe até um projeto, eu acho que já meio estruturado para construção de espaço, de um ginásio, de um auditório, de um ginásio de ginástica e dança, mas, não existe verba, a UNICAMP não tem verba para estas coisas, então, se sair, vai sair de um convênio, alguma coisa externa, mas, eu não vejo muita vontade política de se efetivar, eu estou aqui há 9 anos e isto se fala desde que eu entrei, eu já fiz acho que duas ou três sugestões de projetos. Mas, eu não vejo, não vejo muita coisa acontecer, então, eu acho que falta um pouco de tempo, de vontade e de apoio lá das instâncias mais superiores para poder se efetivar, então, a gente tem esse problema seríssimo de espaço físico, enquanto Faculdade e a gente tem um outro problema sério que é o parque esportivo, quer dizer, o centro esportivo da UNICAMP todo está aqui, então a gente tem o problema financeiro muito grande, porque, por exemplo, a conta de aquecimento da piscina vem para a FEF, não é dividida pela Medicina que usa, e assim tudo, os funcionários são nossos, então, o certo é, também, é um projeto que se tem, é de construir um centro esportivo, aonde os alunos da UNICAMP trabalhariam, usufruiriam, para o seu lazer e tal, um centro como tem a USP, tem o CEPEUSP e a USP, e aqui seria a Faculdade de Educação Física, um local pedagógico mesmo, um local de aula, que as vezes você está aqui dando aula na sala e está a maior bagunça na piscina, o pessoal tomando sol, um monte de menina de biquíni, os meninos não prestam atenção na aula, sabe é uma coisa muito louca, então, eu acho que este é um outro projeto que se for incentivado vai melhorar muito. Mas, tudo que se fala a nível de UNICAMP, fala-se que não tem verba, e a Educação Física tem essa grande dificuldade de parceria, que as outras Instituições tem, você pega uma 3M, sei lá, e constrói laboratório, compra equipamentos, aqui, ainda, a gente não chegou neste nível, que eu acho até possível, mas, depende de um investimento, de profissionais capacitados para fazer esta questão, o elo, se não, não sai não. Eu acho que com relação a Educação Física, é um espaço super importante para se trabalhar, tanto os professores, desenvolvendo os seus trabalhos, como eu falei, sempre vinculado a alguma coisa que você está pesquisando, a simples proposta de uma atividade me parece, nem sei se não é, adequada, mas a gente não tem que recuar, a gente tem que tentar aproveitar os espaços, então, como a gente sempre está pesquisando novas propostas, eu acho que a Extensão para o professor teria essa conotação aqui na Educação Física, agora, é um espaço importantíssimo para o aluno, para o nosso aluno, que deveria ser melhor explorado, eu acho que na FEF, isto não acontece por problema de espaço físico, porque, por exemplo, eu com o meu grupo, eu tenho 31 alunos, vamos dizer, 25 alunos e o resto são professores já, mas, eu poderia abrir um espaço de, para a comunidade, de ginástica geral, que é o que eu trabalho, onde cada um desses alunos teriam um grupo de crianças, de adultos, de idosos, eu posso trabalhar em qualquer faixa etária, porque que eu não faço, não dá, não tem espaço, eu não consigachar espaço físico adequado para fazer um trabalho destes, então, eu acho que limita, que eu vejo que limita a nossa Educação a nível de aluno, na parte discente, é realmente, a questão de espaço físico, mesmo assim, a gente já tem muita coisa acontecendo na FEF, tem o projeto de Escolinha

Crescendo com a Ginástica, que a Profa. V trabalha, tem o projeto de Futebol, e vários outros que a gente tem visto aí, então eu acho que a função aqui dentro da FEF, a Extensão Universitária em Educação Física, é super importante, eu acho que deveria ser melhor explorada, não só talvez aqui dentro, mas que o aluno de repente saísse, mas, isto depende de um projeto, não existe um projeto FEF. Dois pontos que eu acho. O primeiro aquilo que eu coloquei inicialmente, a gente ter um compromisso por ser uma Universidade Pública, eu acho que isso é fundamental, a gente tem que dar o retorno para a comunidade, para a sociedade que está pagando os impostos para a gente funcionar, esses alunos que estudam aqui com um padrão de ensino considerado bom ou melhor, de ponta, de vanguarda, como a UNICAMP, eles não tem gasto nenhum para estudar, eles teriam que dar um retorno para esta comunidade, para a sociedade. Então, eu acho que é essa coisa é um ponto importante. E, o segundo ponto, é a possibilidade desses alunos de começarem a atuar na sua profissão na prática. E, o único jeito é este, eles tem que sair da Faculdade, ou eles tem que trazer gente de fora e começar a trabalhar, a dar aula, realmente explorar aquilo que eles estão vendo de conteúdo nas suas aulas. Eu acho que é uma ligação muito importante, porque, aonde eles vão aplicar, tem que ser na comunidade, por unidade, porque, quando a gente fala de estágios, a parte da didática que trabalha, é Ensino, mas é, o Ensino e a Extensão ligado, aquilo que eu te falei, não tem como, é o Ensino e a Extensão, porque ao mesmo tempo que eles experimentam o trabalho deles, a futura profissão, que é dar aula, que é isto que eles vão fazer, ou a grande maioria, poucos talvez fiquem só na Pesquisa, a grande quisa, a ação ou no bacharelado para atuar junto à comunidade e ser um professor, está dando aula, ele tem que praticar, ele tem que experimentar isto, eu acho que ele tem que experimentar ainda enquanto aluno, e aí eu acho que está a ligação super importante com a Extensão, dentro da FEF, pelo menos. É a forma que eu acho que o aluno tem de começar a experimentar o discurso que ele está vivendo e caí na real, quer dizer, ver realmente o que é, porque é muito bonito tudo o que se fala, a teoria toda que envolve a Educação Física, principalmente, aqui na FEF e a gente tem uma limitação a nível de prática, o nosso aluno ele é meio, se ele não passar por essa experiência de Extensão, isso eu acho que é um ponto legal, se ele não passar pela experiência da Extensão, ele vai ser um aluno muito teórico, ele vai ser um profissional muito teórico, ele não vive muito a prática aqui, o nosso currículo está até sendo mudado, mas ele chegou a um ponto que ele privilegiou muito a questão teórica, então o aluno, ele ficou super defasado, o aluno de primeiro ano, ele tinha assim, 60% ou 70% de teoria, então, a evasão começou a ser muito grande, porque, o aluno de 17 anos que entra aqui, eles sonha em fazer todos os esportes, em fazer, em praticar, quer dizer, aquela coisa, ainda, de ele experimentar, aí ele chegava aqui e todo o currículo muito teórico, ele começava sair, a gente teve um problema sério de evasão, e hoje, eu acho que a coisa está melhorando, o currículo está constantemente sendo mudado. Então, eu acho que a Extensão, é o espaço para eles ampliar as questões práticas, e que ainda, no meu tender o currículo está deficitário, ele teria que ter mais vivência, experimentando os conteúdos teóricos, vai lá, a questão do retorno, vai lá, aplica, volta, discute, então, eu acho assim, tanto a nível da Licenciatura, que é a atuação nas Escolas, eles fazem isso no quarto ano, com didática, estágio supervisionado, e no bacharelado, ir para o mercado de trabalho, ir para os clubes, ir para as Escolinhas, de clubes, ir para as praças, desenvolver coisas. Eu acho assim super importante, mas ao meu ver eu acho que

teria que ter uma estrutura mais organizada da FEF, eu acho que um projeto mais amplo que possibilitasse, porque se não for a iniciativa dos professores das disciplinas, não acontece. Se alguém vai avaliar o seu relatório, aí que a gente percebe a importância ou não que é dada, as vezes você vê algumas coisas assim no parecer, intensificar os trabalhos de Extensão de algumas pessoas e aí quando você lê, dar mais ênfase a Pesquisa, mas a gente sente como docente, que o importante é Pesquisar, se não quiser dar muita aula não tem problema, se você não tiver Extensão, pode constatar aqui na FEF, quantos docentes tem projetos de Extensão? Você vai ver que são pouquíssimos, quer dizer, se eu não fizer nenhum eu passo em branco na boa, eu faço porque eu acredito que isto é muito importante, eu faço porque eu vejo resultados nos alunos, eu vejo como eles crescem nisto, como eles, de repente reproduzem depois lá fora, seus próprios grupos, como eles levam essa coisa, e porque eu acho que é esta a função, a gente tem que fazer isto, você fica aqui dentro, pesquisando, pesquisando, então, eu acho que existe uma exigência meio camuflada, porque dizem que as vertentes da Universidade são estas, mas, quando você verifica o apoio financeiro, a questão de verbas, que vem para a Extensão, você vê que não é tão importante, porque é aí que você vê, quando eles distribuem o orçamento para os vários projetos e você vê o incentivo que vem, você vê que não tem importância. Se eu não vinculasse o meu trabalho à Pesquisa, provavelmente, eu teria pouquíssimo apoio à qualquer coisa que eu fosse fazer, por exemplo, uma peça de arte que a gente já fez com o grupo, eu consegui apoio do FAEP, para pagar a minha passagem, mas, porque, eu vinculei com a Pesquisa, inclusive, não existe no FAEP, existe a área de Pesquisa e a área de Ensino para você pedir recursos, não existe a área de Extensão, pelo menos eu nunca vi, se você pegar aquele folheto que fala de como pedir recursos, você vai ver que não tem, tem bastante dinheiro para a Pesquisa, um tanto menor para o Ensino, mas, para a Extensão não tem. Então, o que eu fiz, eu vinculei à Pesquisa, claro, e aí, eu consegui, de duas viagens que eu fui, o apoio financeiro da passagem, mas, eu não consigo, por exemplo, o meu grupo está com 7 anos, com todo este currículo que a gente já tem, eu não tenho apoio para conseguir comprar uniforme. O que acontece? O docente desanima, eu acho que eu sou uma das únicas que persevera, mas porque eu curto, porque eu acho que isto é uma coisa importante, porque eu gosto do que eu faço, então, eu mantenho este grupo há 7 anos e cada vez melhor, eu consegui, esta notícia saiu agora, reportagem do grupo, resolvi fazer e liguei lá, porque ninguém veio aqui não, eu liguei lá, olha eu tenho esse grupo assim, assim, gostaria de que a UNICAMP oferecesse, porque senão como é que faz? Quando eu precisar de ajuda, a gente lá fora é super conhecido, a nível de Brasil, mas, dentro da UNICAMP, as pessoas não sabem. Quando a gente pediu verba para ir para Berlim, aqui no ano passado, veio um parecer, dando uma mixaria, vamos dizer, ficava 3 mil, eles davam 500, há, não, era assim, eu pedia a inscrição para o evento e a passagem aérea e uma ajuda de custo diária, eles ofereceram a inscrição, que era 450 dólares, contra, talvez, 3 mil que ficasse, eu fiquei muito brava, aí junto com a Profa. Vilma, que ela é muito boa nestas coisas, a gente fez uma carta explicando o que era o grupo e toda a produção que ele já tinha feito, que a gente já tinha participado de 64 eventos entre nacionais e internacionais, já tinha mais de 400 trabalhos apresentados, porque cada apresentação que a gente faz, a gente leva 4, 5 trabalhos, só que o trabalho é resultado de uma Pesquisa, a gente trabalhou um determinado conteúdo, um procedimento metodológico ou um material alternativo; então, quando a gente

mostra, a gente mostra para mil, duas mil pessoas, então, a gente discutiu o que é a questão da publicação, o que é publicar? É tornar público. Não, necessariamente no papel. E, a Educação Física sempre se dá mal por isto. Porque a gente é muito mais, aparece as nossas coisas na prática, no jogo, na dança, na ginástica e não só em publicação em papel, então, foi legal, porque ela pegou bem o discurso, o importante é a gente estar levando a produção acadêmica, produção toda de Pesquisa de um grupo através da demonstração, a gente optou por isto, em vez de eu escrever ou fazer vídeo, os alunos mostram o resultado daquela Pesquisa, e muita gente vê, numa ginastrada tem 30 mil pessoas participando, muita gente viu, porque muitas vezes a gente apresentou. Porque vinculou à Pesquisa, se estivesse só como Extensão, não teria valor”

Professor 10

“Enquanto suplente do Prof. R, na época, havia muitas reuniões da Escola de Extensão da UNICAMP e, eu que freqüentei, porque batia com horário de aula dele, então, eu acabei indo para várias reuniões. Então, eu tive a oportunidade de conhecer, assim, a visão das outras Unidades da UNICAMP, em relação à Extensão, e aí é bem nítido e claro que as Engenharias tem a Extensão como um apêndice delas, sendo, assim, uma forma até mesmo dos docentes ganharem dinheiro, serem mais bem remunerados, como captação de recursos para a própria Unidade, inclusive, eles colocaram ar condicionado em todas as salas de aulas com dinheiro só da Extensão, eles colocaram cadeiras forradas em todas as salas de reuniões só com dinheiro da Extensão, quer dizer, você percebia, que este objetivo para eles era forte, e que também, que eles sabiam se utilizar de uma maneira adequada até, não estava usando pessoas, mas, assim, prestavam serviço à comunidade, prestando sempre serviços às indústrias, de uma forma que era proveitosa tanto para o docente, quanto para a Unidade e para quem estava usufruindo disto, que é a comunidade. A área de biomédicas, tem, assim, uma forte tendência de atendimento à comunidade, a Universidade enquanto uma possibilidade de atendimento à comunidade, então, eles acham que é uma obrigação da Universidade, abrir novas frentes de amparo à saúde da pessoas, muita mais voltada para a questão da saúde, porque lida com uma questão básica do ser humano, e procuravam, assim, desenvolver muitos projetos, só que eram projetos, assim, muito caros, que o governo sempre estava envolvido e eles, também, conseguiam levantar uma verba razoável, isto é o que eu percebia na Escola, e a área de humanas sempre entrava pelo “cano”, porque, por que a área de humanas, o público alvo, é um público mais pobre, não tem recursos para pagar grandes projetos, e você percebe que as assessorias dadas são sempre assim na base de troca de alguma coisa, ou com pouquíssimo recursos que são oferecidos, então, a gente percebia problemas sérios nesta área de humanas, esta é a visão que eu vejo da UNICAMP, há uma ala grande de docentes que defendiam a vinculação com o Ensino e com a Pesquisa, e outros que tinham a Extensão como um trabalho dele relevante, mas, sem priorizar a ligação, com as outras vertentes; bom, já na minha visão, este é o ponto chave da Extensão, eu vou até fugir desta ordem para dizer isto, porque para mim é o ponto principal. Se você me perguntar o que é Extensão para mim, ela tem que estar vinculada ao Ensino e à Pesquisa, eu acho que esta vinculação das três vertentes da Universidade são extremamente importantes e esta vinculação é rica, é extremamente rica, porque ela traz um aprofundamento nas três áreas se ela estiver vinculada, ou seja, a Extensão, por si só, não é suficiente, assim, como o Ensino por si só e nem a Pesquisa por si só, então, baseado nisto é que eu percebo assim porque o que a gente tentou fazer aqui e está tentando fazer até hoje, é dar uma grande ênfase a esta vinculação, quando a gente pensou em abrir um projeto à comunidade de atividade motora, fundamentada na ginástica, buscando o desenvolvimento integral da criança, na verdade, o nosso objetivo primeiro era o nosso graduando, era dar ao nosso graduando a oportunidade dele poder estar praticando o ensinar, ensinar a ensinar, era exatamente isto, para que eles passassem por esta vivência e ao passar por esta vivência, tivesse sendo muito bem orientado, totalmente orientado para não ficar sozinho nesta atuação, e conseguir se levantar, detectar problemas em relação, a própria relação dele como professor e a criança, detectar falhas no

conhecimento dele em relação ao conteúdo e falhas do conhecimento dele em relação ao desenvolvimento da criança, na atuação nossa, aqui na área de educação motora a gente consegue observar em diversas pesquisas o déficit de conhecimentos de professores de Educação Física nas Escolas, em relação ao desenvolvimento da criança, aprendizagem motora, a ligação, a construção do conhecimento da criança em relação a atividade motora, como é que é feito isto, a gente detecta muito isto, então, a nossa idéia o que era? Era dar ao nosso graduando esta oportunidade dele vivenciando isto, dele conseguir detectar estas falhas e tentar saná-las até durante o processo de graduação dele, então é muito gratificante, Dagmar, quando eu faço essas reuniões quinzenais com os alunos da graduação que participam do projeto e onde eu abro espaço para eles falarem, hoje eu tive uma reunião destas, e eu abro espaço para eles falarem exatamente sobre as questões psico-pedagógicas que surgem, que eles sentiram dificuldades, porque todo o conteúdo ele foi trabalhado com a gente, todo o planejamento dele foi trabalhado junto, a gente sabe exatamente como eles estão dando, a metodologia que eles estão se utilizando para desenvolver o conteúdo, então, a gente tem procurado dar conta de todas essas questões, mas, sempre surge questões psico-pedagógicas ali, durante a situação aula que fogem do nosso alcance, quer dizer, a gente não lembrou de falar sobre tal questão, então, como é que é isto e é muito engraçado, porque, eles chegam com problemas, assim, básicos, da relação professor aluno para a gente, do tipo, um aluno bateu no outro e eu não sabia o que fazer para apartar a briga, porque eles partiram para a briga, eu me lembro de um que chegou para mim e falou assim: o aluno me cuspiu e eu cuspi nele de novo e, aí, nós colocamos isto como tema e discutimos, nossa, este menino enriqueceu muito, cresceu muito, sabe, na relação, então, a gente, eles ficam questionando coisas que você não imagina, que estejam passando, permeando aquela prática e na verdade são coisas básicas que estão enriquecendo estes alunos e eles vão sair daqui com uma experiência muito maior do que se não tivesse. Só para terminar esta coisa do elo, eu vejo assim: nós temos procurado na graduação, levantar as disciplinas que fazem ponte com a nossa proposta de trabalho, em quais disciplinas nós podemos atuar, por exemplo, pedagogia do movimento I, pedagogia do movimento II, a pedagogia de esportes, quais as disciplinas, assim, que nós estamos conseguindo atuar mais e levando o aluno da graduação, quer dizer, eu acho que enquanto Ensino e Extensão está perfeito, aí faltava a ponte da Pesquisa, então, para isto, nós elaboramos, já há uns três ou quatro anos, um grupo de estudos, e este grupo de estudos chama: equipe universitária de estudos da ginástica, esta é a equipe que a gente te mantido aí, foi uma equipe que praticamente começou a pensar mais seriamente na questão da ginástica, de como trabalhar com as crianças, de quais os problemas que hoje se tem por aí no trabalho com ginástica, desenvolveu vários estudos em cima disto, questões até de biomecânica que permeava, as preocupações deles, a gente conseguiu avançar, trouxemos outras pessoas de fora, também, para trabalhar neste grupo de estudos, e este grupo de estudos elaborou até um livro didático, é um livro texto que vai servir para o aluno de graduação, e este livro texto foi trabalhado por todos eles, eu estou coordenando só o livro, organizando para mandar para a editora, está em fase final de elaboração, então, eu acredito que a gente tenha conseguido criar este elo, assim, e daí, então, nós já temos uma monografia, e dois projetos de iniciação científica que saíram deste projeto de Extensão, a partir do trabalho de Extensão e deste grupo de estudos, então, eu acho que a gente conseguiu aí criar esta ponte,

este vínculo entre as três vertentes. Isto no nosso trabalho, enquanto ginástica, o trabalho da ginástica, a forma como a gente aqui que trabalha ginástica vê e focaliza. Na FEF, eu sinto que há duas grandes vertentes, uma adotada pelos professores que trabalham mais no esporte como finalidade própria, o esporte voltado para si mesmo, para o desenvolvimento do próprio esporte, e não da pedagogia deste esporte, e outra com profissionais que, também, trabalham esporte, mas, que, tem uma preocupação mais pedagógica dele, do desenvolvimento dele, são pessoas que tem desenvolvidos projetos de Extensão e, totalmente vinculados às Pesquisas e ao Ensino, se tentando fechar estas atividades, então, eu acho que nós aqui na FEF, hoje, estas duas alas de professores, eu acho que alguns projetos de Extensão, ainda não tem a cara de Extensão, no que eu vejo que a Universidade tentou passar, eu acho que a visão da Universidade é esta vinculação, que você chama aqui de princípio de indissociabilidade. A questão do relatório, eu acho sim, que quando a gente apresenta, por exemplo, eu nunca deixei de apresentar as atividades de Extensão que eu faço e de dar ênfase; quando eu participei da CADI, em dar pareceres na CADI, que é o órgão que cuida dos relatórios dos docentes, que analisa, eu fui suplente do Prof. T, e em vários pareceres que eu pude dar, eu sempre busquei dar ênfase nesta questão, cobrar de outras pessoas que não faziam isto, procuro fazer isto nos pareceres que eu emito aqui dentro do departamento, procuro dar ênfase na Congregação, em relação a esta atividade, quer dizer, porque é o meu ponto de vista, então, eu o defendo, eu defendo nos relatórios e tudo mais, tenho feito isto até mesmo diante de projetos que são mandados para órgãos superiores, FAEP, FAPESP e CNPq, solicitando auxílios de pesquisa, projetos que são caracterizados por estes órgãos apenas como projetos de Extensão e não de Pesquisa, e na verdade, eu tenho emitido pareceres sobre isto como chefe de departamento, auxiliando alguns professores, e a gente tem conseguido até um retorno positivo, eu me lembro que eu dei um parecer há um tempo atrás, o termo assim, ele dizia que o professor não tinha grandes publicações, na área, por isso ele não mereceria uma ajuda de custo para desenvolver aquela Pesquisa, e eu coloquei, a Pesquisa dele era puramente Extensão, e ele faz apresentações destes projetos, então, eu me lembro de ter dado ênfase nesta questão no parecer, dizendo publicar o que é? Não é levar à público, eu usei bem o termo, ainda, levar à público e, levar à público não é apresentar um trabalho de Extensão? Numa apresentação, ele está levando três mil pessoas a assistir, e numa publicação você não tem isto. Então, isto foi revisto e a pessoa acabou recebendo, quer dizer, é uma coisa a gente tem aí levantado, brigado muito, quer dizer, que projetos de Extensão tenham a sua validade. Eu acabei de dar parecer num projeto de um professor aqui da FEF que tem atividade de Extensão, relevando isto, porque na auto avaliação ele fala da pouca importância que a Universidade dá aos projetos de Extensão, eu concordo com ele que a Universidade, assim, não dê grande relevância, dê muito mais relevância às publicações, às Pesquisas que você faz e não à Extensão. Acho que a comunidade conhece muito pouco dos trabalhos desenvolvidos aqui dentro de Extensão. Eu acho que a comunidade não tem a divulgação correta, adequada para ter conhecimento de tudo que é desenvolvido aqui dentro, porque nestas reuniões, da Escola de Extensão, a EXTECAMP, por exemplo, eu tinha contato com projetos, por exemplo, em áreas totalmente diferentes, que eu nunca imaginei que existisse, e, quer dizer, falta divulgação mesmo, em função, acho eu, em função da pouca relevância que a Universidade dá às atividades de Extensão. Da FEF, a

gente tentou, aliás, eu estou tentando desde dois ou três anos atrás, reunir professores que estejam interessados em montar uma Escola de Esportes, a gente chamou de Escolinhas de Esportes, mas, a gente não quer nem ter este nome, a gente quer outro nome, seria assim um espaço para a criança estar aprendendo a fazer esporte, aprendendo a jogar, a praticar todas as modalidades esportivas, na forma como a gente pensa, quer dizer, sem relevar o auto desempenho, o auto nível técnico, na forma como a gente tem aí publicado, questões relevadas aí nos nossos projetos, as questões pedagógicas do esporte e, aí alguns professores se manifestaram interessados e a gente começou a discutir, na hora cada professor tinha que escrever um pouco sobre isto e não saiu. Nós paramos com a idéia e voltamos a retomá-la no final do ano passado, quando eu elaborei um projeto para trazermos uma estagiária para agilizar isto, a gente conseguiu, a estagiária está aqui comigo e ela desenvolveu no primeiro semestre várias reuniões com os professores, passando questionários, assim, indo de um a um, cobrando, a data de retorno do questionário, e nesta cobrança a gente conseguiu levantar algumas coisas, só que a gente percebe que nem todas as pessoas querem se comprometer com a responsabilidade de assumir uma área, assumir uma modalidade do projeto, então, o que nós conseguimos levantar neste questionários? Há muitas pessoas falando a mesma língua já, na FEF, nesta pedagogia do esporte, todos acham importante termos uma atividade de Extensão, aberta à comunidade, servindo como se fosse uma residência para o nosso graduando, depois dele formado, ele estaria estagiando aqui, recebendo para isto, é fala de todo mundo, e que este estagiário ele deveria estar cumprindo aí tantas horas como um espaço, quer dizer, aquilo que a gente está fazendo com o graduando, na verdade, a fala de todo mundo é que ele já seja formado para fazer isto, há uma linha de professores aqui dentro que não defendem este nosso projeto em função, por acharem assim, que os alunos ainda são incapacitados para desenvolver as atividades, mesmo tendo, estão sendo orientados, porque acha que o aluno ainda não está preparado para isto, então, ele não tem que ter este espaço. Este espaço deveria ser do formado já. Bom, então, tentou-se criar um grande projeto da FEF como um todo, nós, claro, que buscamos na Extensão e a Extensão nos colocou o seguinte, eles não tem infra-estrutura pronta e adequada para implantar este projeto, por isso, no momento eles não tem interesse, eles tem interesse que isto aconteça, mas, enquanto eles não tiverem infra-estrutura, eles acham que não conta, não tem condições de assumir um projeto deste tamanho. Eles chamam falta de funcionários para trabalhar, falta de material de apoio, computador, falta de espaço físico na FEF que é uma briga muito grande em cima dos locais que se tem e falta de entrosamento com a graduação e, outra coisa que eles colocam, também, é a falta de um posicionamento da direção na questão da Extensão, por conta de não cobrar dos professores uma certa postura em relação a isto, a estas atitudes, a estes trabalhos, então, eles assim, não tem como cobrar do professor que venha desenvolver, o professor de futebol, por exemplo, ele teria que ser responsável da modalidade de futebol, eles não sabem em como fazer esta cobrança se não há uma postura da FEF como, da direção da FEF exigindo um trabalho de Extensão dos professores; eu acho que na Extensão, a coisa está um pouco confusa Dagmar, porque ela apresenta duas coisas: a primeira é o professor que se envolve aqui dentro e desenvolve Extensão aqui dentro, a segunda é o professor que apenas orienta outras pessoas, quer dizer, dá o nome e outras pessoas desenvolve os projetos sem que ele esteja envolvido, não faz parte das Pesquisas dele, não faz parte do Ensino dele, aquela atividade que

ele está apenas assinando para alguém administrar, para os alunos ministrarem estas aulas, e há uma corrente, também, dos professores que dão muitos cursos, palestras, e conferências fora da Universidade e consideram que a atividade de Extensão dele caminhou por aí. Então, já é suficiente, ele não dá conta de desenvolver aqui dentro porque ele é muito chamado aí fora. Então, nós tivemos, agora, um estudo para tentarmos pontuarmos as atividades de Extensão aqui na FEF, neste estudo nós percebemos que há uma confusão muito grande na questão da Extensão, porque? Uns acham que cursos de Extensão é suficiente, atividades de Extensão, projetos de Extensão não são desenvolvidos pela grande maioria. Outros acham que a questão de eventos que se desenvolve já cobre a parte de Extensão, do trabalho dele. Então, você vê que cada um caminha por um lado, um busca mais eventos, criar mais eventos, estar em organização de eventos, outros, participam mais de cursos fora daqui, da Universidade e até dentro da Universidade, e outros se envolvem mais com projetos, atividades de Extensão, então, eu acho que o que falta é uma política na linha da Extensão, esta questão ideológica eu acho que ela é permeia a prática dos professores sim, mas, ela não está clara para muitos, ainda está oculta, uma ideologia oculta das atividades, eu acho que ainda a gente tem muitas dificuldades aqui dentro e na Universidade como um todo, por exemplo, a Escola de Extensão não funciona, não funciona, ela se propõe a uma idéia maravilhosa, mas, não funciona, e a gente provou para eles que eles não funcionam por falta de capacidade mesmo dos funcionários que estão lá, ou da forma como eles adotaram, sistema que eles adotaram para desenvolver cursos, por exemplo, o meu departamento se propôs a desenvolver, quando acabamos com o curso de especialização, ele se propôs a desenvolver dois cursos ao mínimo por semestre de Extensão e, nestes cursos de Extensão, a gente estaria trabalhando diretamente com professores ligados a rede pública municipal e privada, e aí o que tem acontecido, estes cursos acabam não conseguindo ser desenvolvidos por falta de público, aí você chega nas Escolas o que eles reclamam? Não tem cursos, eles não fazem cursos, eles precisam fazer cursos. Então, tem algum erro aí! E, o erro está justamente, a gente conseguiu provar para eles, eu digo isto com certeza para você, porque a gente fez. Nós desenvolvemos um curso aqui, onde nós cuidamos de toda a inscrição, de toda a divulgação e, esquecemos da Escola de Extensão. Então, fizemos toda a divulgação e fizemos as inscrições aqui e gerenciamos toda parte que seria da Escola de Extensão. O que aconteceu? O curso super lotou. Então, a gente provou para eles que bastava um pouquinho de boa vontade ou de mudar o sistema que eles trabalham, porque não é o suficiente para chegar ao professor. Eu fui diretamente conversar com o professor P na Escola de Extensão, em função desta questão de nós perdemos 40% dos cursos, ficam para a FUNCAMP, ficam não, quer dizer, são distribuídos, a gente acha até importante que a FUNCAMP tenha, porque a UNICAMP tem que ter um retorno dos cursos que ela desenvolve, afinal das contas você é conhecido por aí, por ser da UNICAMP, mas, acabava por tendo que cobrar muito caro o curso para que você tivesse algum retorno do tempo que você gasta para desenvolver curso, e o que acontece, cursos caros e o professor não faz. Quando a gente levou este problema, vamos discutir, vamos criar uma outra alternativa para isto, e aí a gente abriu, o professor P teve um contato com o MEC e o MEC se interessou em reciclar professores e nesta reciclagem os professores daqui estariam oferecendo cursos, sendo pago pelo MEC, diretamente pelo MEC, isto porque, porque a gente ganha mal e porque você vai se envolver com mais cursos, com mais coisas, embora seja

uma obrigação nossa, dar conta da Extensão, é muita coisa para pouco salário, pouco tempo, também, na verdade, e aí, nesta possibilidade de ganhar um extra que o professor tem, acabou não acontecendo, porque o MEC, nós fizemos um projeto junto com a Educação e nós oferecemos diversas disciplinas que a gente considerou mais significativas para a reciclagem dos professores de Educação Física da Escola e aí estes cursos não aconteceram em função, eles foram todos aprovados pelo MEC, dizendo da importância deles, mas, que ficariam para um segundo momento, no momento não havia verba. Então, esbarrou de novo na questão da verba. E, cursos que a gente tem desenvolvido aqui sem estar vinculado à Extensão, por exemplo, cursos através de projeto de Pesquisa, mas, por exemplo, eu tenho uma orientanda de doutorado que desenvolveu um curso de Extensão aos professores, está trabalhando com eles agora nas Escolas e analisando a resposta de tudo isto deste curso de Extensão, é extremamente gratificante você perceber as atitudes dos professores, como eles se envolvem e sentem necessidades disto e chegam até, então, você percebe que há uma defasagem de cursos, há um super oferecimento de cursos, e eles não acontecem, então, alguma coisa aí está furada. Eu estou dando assessoria pedagógica para um núcleo de atualização educacional que busca reciclar os professores e com um custo bastante baixo, para os professores realmente poderem fazer, é um meio que a gente tem de atender a esta clientela. Eu estou na FEF desde 85 e em 86 eu já abri uma atividade de Extensão de ginástica para crianças, na época a minha intenção era abrir um espaço à comunidade, eu sentia falta de um lugar onde a gente pudesse trabalhar com as crianças com esta visão mais educacional da modalidade esportiva, eu vou dizer o porque, eu trabalhei em clube e escolas particulares e públicas com a ginástica até treinamento de alto nível, e aí eu sentia o que acontecia, faltava um espaço, na verdade não, até que eu fui feliz, eu tinha este espaço no clube e no colégio, de dar um cunho mais pedagógico para o meu trabalho, de permitir que crianças gordinhas, também, fizessem parte da equipe, eu tinha este espaço, porque, basicamente eu impunha a coisa, não que ele existia, eles visavam ganhar a competição, mas eu tinha sempre justificativas para isto e não me importava muito com isto e se alguém viesse dizer, a minha justificativa era sempre educacional, mas eu acho que isto estava em mim, eu via isto, a importância, então, eu trabalhava com todas as crianças, eu não selecionava, eu conseguia, por exemplo, conquistar crianças que tinham medo da prática, de um exercício totalmente diferente do dia-a-dia dela, bom, enfim, esta visão educacional que eu tinha da ginástica como uma forma de expressão corporal, de manifestação corporal, esta visão, eu queria trazer isto para cá, e aí eu achava que na Universidade era um espaço adequado para fazer isto, quer dizer, ninguém iria aqui me cobrar que a equipe seja campeã, e com certeza eu vou estar envolvendo outras pessoas, tinha por detrás disto a idéia de envolver alunos que comessem a gostar daquele esporte, o meu objetivo era um só, era desmistificar o tabu existente em relação à ginástica olímpica. Então, em 86 eu já abri, eu trabalhava, eu que dava aula para as crianças e aos poucos eu fui sendo assessorada pelos alunos que estavam chegando, chegaram em 85 e começaram a desenvolver em 86. Em 87 isto foi aumentando, ampliando, e nós queríamos que a ludicidade estivesse sempre presente, permeando todas estas nossas práticas, e então, a gente começou a chamar o projeto de brincando com o ritmo, brincando com a ginástica, tinha vários nomes, ginástica artística: brincando e a aprendendo, nós passamos por diversos projetos até que a gente chegou numa evolução dele, no crescendo com a

ginástica, projeto que existe até hoje, então, ele começou com este objetivo forte, atendendo sempre a comunidade e gratuita, quando a gente evoluiu para este projeto de crescendo com a ginástica, a gente tinha por meta duas questões básicas, a primeira dar maior responsabilidade ao aluno, por que o que estava acontecendo era alunos flutuantes que entravam e saíam, começava a te ajudar e saía no dia seguinte, não se envolviam com a proposta, não estudavam junto com a gente, não participavam das reuniões de estudos, e por outro lado, crianças que começavam e paravam, não tinham uma regularidade, você não podia visualizar até que ponto estava sendo válido ou não para a criança aquele seu trabalho, então, a partir do projeto crescendo com a ginástica que se não me engano começou em 89, a partir daí, a gente tomou esta iniciativa de cobrar uma taxa de inscrição e, eu fui meio, assim, massacrada por grande maioria dos professores aqui na FEF, até mesmo por professores de outras Unidades que tem filhos no projeto, que não se conformava por a gente estar cobrando uma taxa de inscrição, é uma taxa única de inscrição e a gente deixa claro que esta taxa é depositada na FUNCAMP, e revertida num pró-labore para os alunos que estão auxiliando no projeto, porque eles tem horas e horas a mais de estudo. Primeiro a gente exigiu um curso de 40 horas que a gente ministra todo início de ano para eles, todo início de semestre, segundo, a gente exigiu pré-requisito, que são algumas disciplinas nossas que envolve o trabalho, terceiro que eles se envolvam com o trabalho na medida que participem das reuniões pedagógicas que a gente desenvolve durante o ano e anotem todas as observações feitas em aula, nos passem semanalmente estas observações e se comprometam a iniciar e terminar o semestre, pelo menos, totalizando 30 aulas, aí fechamos um trabalho de uma hora e meia por semana cada aula, duas vezes por semana, a partir desta responsabilidade assumida, e de um pró-labore que ele ganha que não é nada, é ridículo o que a gente repassa, para você ter uma idéia, este semestre eles ganharam 40 reais por mês cada monitor, e todo monitor, hoje, ele tem um auxiliar, o auxiliar é aquele aluno que já passou por aquela disciplina, e está pretendendo assumir uma turminha, pegar uma turminha para trabalhar, então, ele comece auxiliando o monitor, participa das reuniões, discute e tudo mais, então, depois da experiência de auxiliar, ele passa a ser monitor, pode abrir uma turma, hoje nós temos uma frequência de 200 e pouco alunos no projeto e os alunos não saem mais, nós temos, assim, uma evasão muito pequena, relativamente zero, ao contrário, temos filas de espera, todos os casos que nos apareceram de crianças que não puderam pagar, nós abrimos mão da taxa e, temos uma porcentagem altíssima do que seja responsabilidade do monitor, quer dizer, eles não tem faltado mais, participam em todas reuniões e se envolvem muito no projeto, então, na verdade, aquilo que a gente acreditava, deu certo, quer dizer, cobrar uma taxa funcionou, funcionou e o que eu vejo hoje na FEF, quase todas as atividades estão cobrando uma taxa. Eu participei aqui da Comissão de Extensão da FEF durante muito tempo, e eu tenho muito claro que eram poucos os projetos que estavam associados ao projeto de Pesquisa do professor ou pelo menos ao tema que ele estudava, de um tempo para cá isto aumentou muito, eu acho que aí tem vários fatores: um primeiro, poderia ser, professores que se dedicaram a Extensão e se deram muito bem, o outro fator é a questão deles começarem a desenvolver projetos de Pesquisas, hoje, praticamente todos os professores da FEF tem projetos de Pesquisa, e isto levou alguns professores a buscarem atividades de Extensão, e a terceira coisa é a orientação de iniciação científica, eu acho que isto, também, foi um ponto alto, contribuiu muito, porque, hoje, a gente tem um número

grande, eu me lembro se você pegar os anais mais antigos destes eventos que eles chamavam de Encontro Interno Estudantil de Pesquisa, 92, 91, os primeiros que existiam, a FEF tinha uma participação mínima, eu na ginástica e alguém na Biologia, na área biológica, que orientava algum trabalho, hoje, nós já temos várias pessoas envolvidas, foi crescendo, eu acho que o envolvimento com o aluno, o aluno tem buscado muito, desenvolver uma Pesquisa, querer abrir uma projeto de Extensão, não foi só do professor não, eu achei que veio do aluno, eu acho que é amadurecimento mesmos dos alunos com relação a área de Extensão, percebem que eles tem que se envolver com uma Pesquisa, estar envolvido e começar a definir a modalidade que ele vai trabalhar, qual a área que ele vai trabalhar dentro da Educação Física, então, eu vejo, por exemplo, a própria criação da Empresa Jr. é uma mostra disto, do amadurecimento dos alunos para a questão da Extensão. Primeiro ponto que é uma coisa que eu já abordei, que é a experiência da aplicação prática, da prática pedagógica deles, extremamente relevante, a gente não consegue, em nossas disciplinas formar o graduando apenas com conteúdo teórico, eu acho que a gente tem que ir lá na prática, aplicar e desenvolver e trazer de retorno. Então, eu acho que tem que ser durante a graduação, é imprescindível que durante a graduação ele tenha possibilidade de aplicação da prática pedagógica, desenvolvida em sala de aula, para mim é um ponto chave, ela deve acontecer em função, também, da diversificação de áreas que a gente tem dentro da Educação Física, faz com que as pessoas conheçam esta abertura que a Educação Física tem, hoje, quando você fala para as pessoas da Educação Física, já não se está vendo mais aquela Educação Física tradicional que existia dentro da Escola, já se está vendo outras possibilidades de campo de trabalho, de atuação profissional, eu acho que quando a gente tem como objetivo formar o graduando, a gente tem que dar amplas possibilidades para ele, por exemplo, eu tenho vários alunos que passaram pelo nosso projeto e finalizaram, dizendo: olha, com certeza não é ginástica que eu quero trabalhar, foi válido, foi importante, e eu, também, pude ver que eu não quero dar aula, não é isto que eu quero fazer; enquanto ele não passava por esta experiência prática ele nunca tinha definido, então, eu acho que até mesmo como formação, é muito importante neste aspecto. Eu me lembrei agora de uma coisa, que numa disciplina minha, que eu trabalho no primeiro ano, no primeiro semestre, disciplina básica de ginástica, onde eles buscam vivenciar a ginástica, porque a maioria não vivenciou, nesta disciplina uma vez eu trouxe, nós tínhamos um aluno que já tinha saído daqui e estava dando aula numa Escola aqui de Campinas na rede particular, e ele quis trazer os alunos para conhecerem o espaço da ginástica, porque, a Escola não tinha os aparelhos, ele queria que os alunos passassem por isto, e eu então perguntei aos meus alunos de graduação se eles tinham vontade de receber estas crianças, mas fiquei apavoradíssima, assim, preparei com eles, como é que eles iam trabalhar com estas crianças, após esta aula foi um encontro que eles tiveram, fora do horário de aula deles, nós recebemos 100 crianças, divididos e organizados, muito bem estruturados por eles, eu queria que você colhesse os depoimentos desses nossos alunos, de primeiro ano, falando que nunca tinha imaginado que ele era capaz de ensinar uma criança a rolar uma cambalhota, que ele não era capaz disto, então, foi demais, então, a partir daquele dia, eu achei que o projeto poderia ser maior, que a gente poderia ampliar, que a gente teria que trazer aqui duas, três mil crianças e estes alunos todos envolvidos, em todas as áreas, em todas as modalidades, por isso que ainda eu vou defender este projeto, o projeto vai acontecer, que eu acho que é extremamente importante

para o nosso graduando ter esta vivência prática. Acho, também, que enquanto você tem um projeto de Extensão, você tem possibilidade de dinamizar mais a sua Pesquisa, por exemplo, eu tenho três vídeos elaborados a partir de projetos de Extensão, foram vídeos que a gente editou para apresentar em Congressos, palestras, e os próprios alunos tem se utilizado do vídeo para apresentar nos ENEFS, divulgar o trabalho, então, a Extensão, também, é importante para que ela dê suporte às Pesquisas, na verdade, e publicações que a gente fez em cima deste trabalho, então, eu acho que é importante para o graduando, porque ele está aprendendo, é importante para a área de Educação Física, porque nem todo mundo conhece esta diversificação que ela possui de trabalho, de possibilidades de trabalho e é importante, também, porque ela dá sustentação à Pesquisa, ao próprio crescimento da Educação Física enquanto ciência. Quando eu faço reuniões com os alunos, os olhinhos deles brilhando, porque eles conseguiram fazer os alunos, conseguiram ensinar alguma coisa para as crianças, é impressionante você acompanhar este crescimento deles, porque hoje eu já tenho alunos que já saíram, já se formaram e continuam aqui com a gente, trabalhando com o projeto, e tenho aluno do primeiro ano trabalhando com o projeto, então você percebe este crescimento que você consegue acompanhar este crescimento deles, esta evolução deles, e de fazer críticos, alunos nossos entrando em mestrado, fazendo mestrado, aluno fazendo doutorado, que fez parte de toda esta Extensão, que vivenciou toda esta Extensão, que a gente tem aí propiciado e ele declara, não sou eu que estou falando isto, a grande importância na vida dele foi este trabalho de Extensão, então, é por isso que eu acho que quem está lá atuando com estes alunos e colhendo este retorno, acha extremamente louvável o trabalho de Extensão. Esta atividade de Extensão, no meu caso, ela foi muito rica porque a gente conseguiu com o grupo de estudos que a gente desenvolvia paralelamente fazer análise das aulas que a gente estava dando no projeto, e nestas análises a gente conseguiu sistematizar uma metodologia de trabalho, eu até publiquei isto no Congresso de Educação Motora, então, hoje, esta metodologia já foi aplicada em projetos de pesquisas num projeto de mestrado e num projeto de doutorado, já é agora o quarto projeto de mestrado que está sendo aplicada esta proposta metodológica, de um trabalho que começou com atividade de Extensão, e assim, a partir de discussões com eles, criando e fechando, fechando, não, então, é melhor que tenha isto, então, nós criamos três grandes momentos e hoje, o aluno de primeiro ano faz isto e discute com você e eu brinco com eles assim: quando vocês me trouxerem, estes três momentos não deram certo, ou eu preciso de mais momentos ou este momento não é válido, vamos discutir, eu paro de acreditar nesta proposta, porque eu só acredito nela, porque ela nasceu em cima de uma prática. Há um ponto bem sério desta questão do espaço físico, porque eu percebo que há uma certa comodidade de alguns professores, de desenvolver a atividade de Extensão dele com toda a aparelhagem, a mais equipada possível, a melhor possível, fugindo um pouquinho da realidade que acontece hoje nas Escolas ou em outros lugares. Eu falo isto, porque o meu espaço é o da ginástica, é o ambiente da ginástica, e neste ambiente da ginástica, eu tenho um tablado que é muito “gostoso” de fazer aula em cima dele, então, eu acho que tem atividades físicas que estão sendo desenvolvidas lá que não teriam necessidade de ser em cima de um tablado, mas é gostoso fazer em cima de um tablado e não de um cimento em uma quadra, pessoas que se utilizam de um plinto, como um instrumento de aula dele, não que não possa, veja, não é isto, é que eu acho que descaracterizaram um pouquinho o ambiente gímnico ali, sabe? Então, eu

vou ser bem clara, por exemplo, atividades com o deficiente tem que ser em cima do tablado, porque? Ah, por que é melhor para ele. E, se não existisse o tablado? O tablado existe porque a gente fez a solicitação dele de ser comprado para desenvolver ginástica artística, a parte de solo dos alunos. Então, eu tenho levantado muito isto com os meus alunos e tenho, inclusive, trazido alunos para fora de lá um pouco, para fazer um pouco de trave em cima do muro, cambalhota na grama, de brincarem nas árvores, descaracterizar um pouquinho para que eles vivam outra realidade, mas, não quero perder de vista a ginástica, quer dizer, na verdade, eu não quero descaracterizar, eu quero tirá-los do ambiente gímnico para que eles vivam outra realidade, outra situação, e eu acho que o problema de espaço na FEF maior é em função de uma certa comodidade, é muito mais fácil desenvolver uma atividade de basquete dentro de um ginásio do que numa quadra externa, é muito mais gostoso porque não tem sol e aí é que eu acho que a gente está se deparando com um problema sério, nós não estamos desenvolvendo a criatividade do aluno, dele usar esta criatividade para, como é que dá para fazer se não tem, por exemplo, quando quebrou, eu me lembro que quebrou o varal, e esses alunos vinham reclamando para mim, mas, como é que a gente vai trabalhar, os elementos no varal, como é que você faria neste caso, aí, uma levantou e falou a gente pode fazer com bastão, vamos começar a usar bastão, então, bastão, dois a dois, segurando, e vamos tentar desenvolver no bastão as atividades que forem fundamentais. Então, você percebe que você provoca até mesmo este momento de criatividade deles, deles irem buscar alternativas de trabalho, acho que a gente não deve ficar descendo o muro a vida inteira, de chegar na Escola, ah, não tem, nossa, eu vou fazer aqui fora, mas eu acho que se você ficar sem fazer você também não vai ter, então, eu acho que você deve começar lá fora, exigindo e mostrando que é possível ter, buscar alternativas, é isto que você tem que passar para eles. Então, eu acho que esta dificuldade de a gente desenvolver mais atividades em função do espaço físico é face a muita se acomodar”

ANEXO B

DOCUMENTOS REFERENTES À EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:

Objetivos e Prioridades na Gestão da Pró-Reitoria da Universidade Estadual Paulista

É oportuno mencionarmos a importância deste evento, principalmente, se considerarmos que a Extensão passa, presentemente, por um momento histórico, no sentido de sua afirmação no cenário acadêmico nacional.

É de conhecimento que a Extensão representa a função privilegiada de articulação do Ensino e da Pesquisa com a sociedade.

Em nível de discurso, as três funções básicas da Universidade, o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, têm paridade e são indissociáveis.

Na prática, porém, o que temos é uma hierarquia de valores tradicionais de procedimentos que ainda não situam a Extensão no mesmo nível do Ensino e da Pesquisa, como se não fosse imprescindível conceber essas três funções de forma absolutamente integrada.

A articulação entre essas três funções seria mais um desejo do que um fato.

Nem mesmo existe um tratamento ou uma valorização equânime entre as três funções apregoadas como indissociadas.

Em função desta divergência, a Extensão tem sido objeto de inúmeros estudos, debates e questionamentos, na tentativa de melhor definir os limites de sua dimensão e de suas amplitude e intensidade.

Assim é que, em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, o qual, logo nos seus primeiros encontros, propôs uma nova conceituação de Extensão com base na concepção de Universidade emanada dos debates do movimento docente nacional articulado pela ANDES: *"A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade"*.

Como já mencionado, a Extensão representa exatamente a função privilegiada de articulação do Ensino e da Pesquisa com a sociedade. Por isso mesmo, numa via necessariamente de mão-dupla, representa igualmente o principal canal de realimentação que permite a reformulação interna e a eliminação dos entraves à qualidade e ao cumprimento do papel social que cabe à Universidade.

A partir da consolidação do Ensino e da Pesquisa na Universidade Pública Brasileira, o desenvolvimento da Extensão, de modo integrado às práticas profissionais e à realidade política, tecnológica, cultural e social, vem fornecendo novos elementos para a própria avaliação e redefinição das atividades acadêmicas, dos objetos e metodologias de pesquisa, das áreas de atuação profissional, dos currículos e dos métodos de ensino e aprendizagem.

Passou, então, a ser considerada como a prática que estende o atendimento da Universidade às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo a retroalimentação para o ensino e a pesquisa.

Há, inclusive, colocações no sentido de ser a Extensão uma metodologia de ensino, um fator de educação, dentro do processo ensino-aprendizagem.

No caso da UNESP, foi a partir da elaboração do novo Estatuto, aprovado pela Resolução UNESP de 21/02/89 e Decreto Estadual nº 29.720, de 03/03/89, que a Extensão entrou no cenário da Universidade, pois, ao mesmo tempo em que cria a Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários, dispõe em seu artigo 73 que: "*A Extensão Universitária visa à integração da Universidade com a comunidade, mediante desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa que lhe sejam inerentes*". Ganha relevo, na estrutura da UNESP, a Comissão Central de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários - CCEU, atuante em suas atribuições de órgão colegiado assessor do CEPE, os Departamentos, por serem os responsáveis em promover a Extensão universitária e as Comissões de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários locais, assessoras das Congregações.

Nesse contexto, a Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários-PROEX nasceu tímida, agregando,

inicialmente, programas voltados para a interação Universidade-Sociedade e gerenciados isoladamente, os quais, no anos seguintes, tomaram corpo, sugerindo inclusive a necessidade de ampliação, subdivisão e criação de outros.

Posteriormente, em 1993, por meio da Resolução UNESP nº 4, de 01 de fevereiro de 1993, que fixa a estrutura administrativa da Reitoria, em decorrência de alteração estatutária, foram baixadas as competências da PROEX, nos seguintes termos:

1. Apoiar e estimular as atividades de cooperação mútua entre a Universidade e o setor empresarial, bem como a Administração Pública Estadual e Municipal, com vistas à atualização de Recursos Humanos, ao desenvolvimento de pesquisas, à geração e transferência de tecnologia.
2. Coordenar programas de apoio à comunidade universitária.
3. Apoiar a realização de eventos de natureza cultural, artística e desportiva que promovam a integração da comunidade universitária e sua articulação com a comunidade externa.
4. Coordenar as atividades dos câmpus avançados.
5. Coordenar e apoiar programas e atividades de divulgação externa da Universidade.

Nesse contexto, a PROEX propôs em 1993 um plano de ação fundamentado nos seguintes objetivos básicos:

- definir e implantar uma política de Extensão, buscando o estabelecimento de linguagem única dentro da UNESP para o significado da Extensão e visando a definição de uma conduta para as suas atividades;
- regulamentar as atividades de Extensão, normatizando as ações definidas na política de Extensão;
- captar recursos externos para viabilização das atividades acima regulamentadas.

Para atingir a estes objetivos foram estabelecidas as seguintes metas estratégicas:

- percepção sobre a situação da Extensão universitária na UNESP;

- manutenção dos programas já consolidados a partir da análise, reformulação, incluindo a atualização das normas vigentes, visando a uma adequação às necessidades emergentes e à política orçamentária da Universidade;
- consolidação e ampliação dos Programas já estruturados, com a consequente regulamentação dos mesmos;
- implantação de novos Programas idealizados nesta nova gestão, cuidando de sua regulamentação e consolidação;
- redimensionamento físico e de recursos humanos;
- suprimimento de recursos materiais.

Com base no Plano de Ação acima mencionado, a Extensão Universitária na UNESP se desenvolveria sob a forma de Programas, Projetos, Atividades e Eventos entendidos como:

- **Programa:** o conjunto geral de ações de caráter permanente, corporificadas em projetos reunidos pela afinidade de objetivos e/ou clientela e gerenciados com a mesma diretriz;
- **Projeto:** o conjunto de atividades e/ou eventos identificados por seus objetivos, conteúdos, metas e clientela afins;
- **Atividade:** a ação contínua e coordenada que faz parte de um projeto e que se desenvolve para a consecução deste;
- **Evento:** a ação limitada no tempo e que se caracteriza pela execução coletiva, contribuindo para um ou mais projetos, e que se promove para a consecução deste(s).

Assim, na UNESP, a Extensão Universitária pode ser configurada, na prática, através de alguns conjuntos de atividades e de projetos, reunidos em 06 Programas:

1. **PDCT**-Programa UNESP de Difusão da Ciência e da Tecnologia,
2. **PAE**-Programa UNESP de Apoio ao Estudante,
3. **PAC**-Programa UNESP de Atividades Culturais,
4. **PCA**-Programa UNESP de Câmpus Avançado,

5. **PISC**-Programa UNESP de Integração Social-Comunitária
6. **PIP**-Programa UNESP de Informação Profissional.

O PDCT, apoia e estimula atividades de cooperação mútua entre a Universidade e a comunidade externa, constituída pelo setor empresarial e pela administração pública federal, estadual e municipal. É operacionalizado pela Rede UNESP de Difusão da Ciência e da Tecnologia-RDCT, mecanismo de interação sistemática para a cooperação, o intercâmbio e a transferência de conhecimentos e de tecnologias. Organiza também grupos multidisciplinares e inter-unidades visando a inovação tecnológica; assim como o fomento à iniciativa empresarial, através de pólos, parques e incubadoras de empresas; e coopera com a formação e fomento de Empresas Júniores. A participação de estudantes é fundamental, constituindo-se em excelente oportunidade para que o graduando, futuro profissional, se defronte com a realidade da prática e da aplicação dos conhecimentos.

O PAE formula diretrizes para apoio e assistência ao aluno da UNESP, numa perspectiva não assistencialista, mas de apoio e de integração ao processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, cabe destacar o PEP (Programa de Estágio Profissionalizante) e o PIEU (Projeto de Integração Empresa-Universidade), ambos de iniciativa conjunta da PROGRAD e da PROEX, além dos outros tipos de bolsa e auxílios (de apoio ao estudante, de estágio de informática, de monitoria, para apresentação de trabalhos científicos, etc).

O PAC apoia e realiza projetos e eventos artístico-culturais, inclusive criando núcleos de produção visando à integração e à difusão. Especificamente para os estudantes de graduação na área artística, este Programa contribui decisivamente para sua formação e futuro desenvolvimento profissional.

O PCA, com dois Projetos em andamento: o do Câmpus Avançado do Vale do Ribeira e do Câmpus Avançado de Capão Bonito (com a perspectiva de um terceiro no Pontal do Paranapanema) é oportunidade de participação multi-disciplinar, de todas as áreas e de todas as Unidades, de alunos e de professores em ações de desenvolvimento comunitário. Esses Câmpus, além da contribuírem para o desenvolvimento e integração dessas regiões, são

espaços privilegiados para confrontação do ensino e da pesquisa com a realidade social e com a prática profissional.

O PISC apoia a realização de projetos e atividades de facilitação do processo de integração e participação, através do esporte e do lazer, de associações de ex-alunos, do ensino de línguas (inglês instrumental), de cursos de Extensão e de educação continuada, além do Projeto Sênior, dirigido à Terceira Idade.

O PIP proporciona aos alunos da 8ª série do primeiro grau e aos do segundo grau orientações e informações visando a superação de dificuldades, quando da opção por carreira profissional. Precede, portanto, o Vestibular e a Graduação, sendo, pois, importante elemento “preventivo” para a adequada escolha do curso superior. O estudante que escolhe seu curso com consciência e interesse, com certeza terá mais sucesso e permitirá maior qualidade da graduação, pelo ajuste entre esta e a vocação e o interesse do estudante.

Cada um destes Programas abrange vários Projetos, sendo os mesmos de caráter institucional.

Além destes Programas, é necessário lembrar que as diversas Unidades Universitárias da UNESP, bem como as Unidades Complementares, desenvolvem projetos específicos e suas próprias atividades de Extensão. Tais atividades contam com o apoio da PROEX que, também, procura divulgá-las.

Em função da grande quantidade e da variedade dessas atividades, consideradas como extensionistas, a PROEX vem buscando delimitá-las, de forma a consolidar a sua institucionalização e a permitir a definição de linhas de ação prioritárias.

Esta questão, aliás, foi principal motivo da realização do “I Seminário de Extensão Universitária”, organizado pela CCEU e promovido pela Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários-PROEX em maio de 1995. Este evento, propiciou significativo avanço na abordagem da Extensão na Universidade, particularmente na UNESP, pois, a partir de seus resultados, a PROEX foi incumbida pela CCEU de elaborar documento buscando conceituar e relacionar as atividades consideradas extensionistas.

Assim é que, recentemente, a PROEX submeteu à CCEU documento que, após análise desse colegiado, foi aprovado com

algumas observações, tendo sido encaminhado para apreciação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária-CEPE.

Nesse documento considera-se que *Extensão universitária é processo educativo, cultural e científico que, vinculado ao ensino e à pesquisa, articula as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade, no sentido da transformação social.*

Dentro desta concepção, considera-se que a Extensão:

1. represente um trabalho onde a relação escola-professor-aluno-sociedade passe a ser de intercâmbio, de interação, de complementaridade, de influência e de modificação mútua, possibilitando à Universidade uma realimentação que lhe permita a reformulação na busca da qualidade;
2. constitua um veículo de comunicação permanente com outros setores da sociedade, numa perspectiva contextualizada, tanto para a sintonia permanente com a realidade social, quanto para alargar os benefícios da Universidade para outros segmentos da população, democratizando o saber;
3. seja uma alternativa de produção de conhecimento, de aprendizado mútuo e de prática de ações simultaneamente transformadoras entre Universidade e sociedade;
4. estimule a vivência social, política e profissional dos professores, alunos e funcionários, através de uma ação interdisciplinar, interdepartamental e inter-institucional, solidária e co-participada entre Universidade e população;
5. favoreça a reflexão sistemática e de maneira integrada, com os diferentes órgãos colegiados, em todos os níveis da Universidade, objetivando atingir, na prática, a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária.

Assim, são consideradas atividades de Extensão Universitária aquelas dirigidas basicamente para uma ou mais das perspectivas acima e, sempre que possível, com o envolvimento de segmentos da universidade/comunidade como executores ou colaboradores.

Finalizando, a filosofia da UNESP, na atual gestão, evidencia a Extensão como prática que aproxima Universidade e sociedade e

contribui de forma decisiva, para a democratização da Universidade e para a socialização do conhecimento. Considera ainda que, se adequadamente desenvolvida e incentivada, a Extensão deve promover o crescimento e o aprimoramento das atividades de ensino e pesquisa, não podendo ser vista como um atendimento tópico e assistencialista à comunidade, mas deve constituir-se, principalmente, em fonte inspiradora de novos temas para investigação e para o ensino. Vista sob esse ângulo, a Extensão não é incompatível com as atividades acadêmicas. Ao contrário, integra-se de forma harmoniosa e altamente produtiva ao conjunto das atividades próprias da Universidade.

E, para a concretização desse pensamento, entende esta administração, que é imprescindível atuar integradamente, no seu espaço interno, bem como com um processo de co-gestão com a comunidade externa, tendo em vista a busca conjunta de soluções que contribuam para a transformação da realidade.

Prof. Dr. José Wagner Oliveira
Pró-Reitor de Extensão
I Fórum de Extensão / 1995

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
*Pró-Reitoria de Extensão Universitária
e Assuntos Comunitários*

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:
TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI**

Vagner José Oliva
Pró-Reitor da PROEX

A Universidade promove o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, mas ela é também o espaço onde os indivíduos se desenvolvem com a aquisição de novas e variadas informações e conhecimentos e, ao mesmo tempo, onde repercutem os anseios individuais e coletivos.

Se, na Idade Média, a Universidade tinha como missão explicar o homem e o universo, considerando a dimensão do sagrado e suas relações com o espaço secular; se, na Idade Moderna, após o século XVII, a Universidade trouxe a *razão* como princípio organizador do mundo e do homem, o que determinou o aparecimento da ciência teórica e da ciência experimental, possibilitando, após as Revoluções do século XVIII, a necessidade de formar grandes contingentes para as necessidades industriais emergentes; hoje, as profundas e complexas transformações por que passam as sociedades contemporâneas no chamado cenário da pós-modernidade colocam a Universidade em questionamento.

Mais que uma sociedade industrial, tem-se uma sociedade da informação e do conhecimento, rapidamente disseminados e produzidos pelos meios eletrônicos, em particular a televisão e o computador. Mais que sucessividade e linearidade de eventos e do próprio pensar, tem-se a simultaneidade como categoria estabelecida pela mente, cedendo lugar a novos paradigmas onde o aspecto fundamental é a noção de síntese. Tais questões afetam diretamente o interior da Universidade e, mais do que isso, seu papel na sociedade.

A Universidade, acreditamos, mantém sua missão de universalizar o conhecimento, quer por sua disseminação, quer pela produção do novo conhecimento. No entanto, como traduzir essa missão na medida em que os meios eletrônicos vão, cada vez mais rapidamente, absorvendo essa tarefa? Quais serão os caminhos adotados no ensino, na pesquisa e na extensão, para que a Universidade não se torne uma organização obsoleta e mesmo descartável nesta paisagem?

Mais ainda: que caminhos deve tomar a Universidade Brasileira, na medida em que suas questões não se referem apenas à produção de ciência e tecnologia, uma vez que o País não pode, ainda, se caracterizar como pós-industrial, pois nele convivem simultaneamente as chamadas 3 ondas de Alvin Toffler (a agrária, a industrial e a da informação)?

Como deverá ser a Universidade Brasileira para o século XXI, considerando as peculiaridades de nossa cultura e a necessidade cada vez maior de integração no processo de internacionalização dos mercados e das culturas?

Conceitos como os de sinergia, flexibilidade, criatividade, parceria, que constituem o tom das organizações nessa virada de século devem ocupar, mais do que antes, o espaço na nossa Universidade.

Isso implica em profundas alterações em serviços, gerenciamento, padrões de liderança, padrões de relacionamento com a sociedade, o que, em resumo, supõe indagações sobre que tipo de ensino, de pesquisa e de extensão a Universidade Brasileira deve produzir, de modo não só a fortalecer a consciência emergente de cidadania e a preocupação com a ética, como também formar consciências abertas ao sempre novo e ao constante movimento, porque isso é fundamental para a produção de ciência e tecnologia.

A Universidade deve estar inserida no contexto das tradições sócio-culturais e econômicas do Brasil e com sua especificidade como instituição pública de gestão autônoma. O que significa adotar não só a qualidade e excelência como paradigma, mas como uma atitude a permear a atuação dos profissionais e os processos de trabalho que digam respeito à prestação de serviços diferenciados, que não só projetem a Universidade no cenário acadêmico, como também lhe dêem as condições necessárias para seu crescimento num mundo cada vez mais competitivo e exigente de soluções inovadoras e criativas. Esta perspectiva coloca evidentes aspectos éticos e de compromisso social: ao mesmo tempo em que a Universidade, pelo seus docentes, deve contribuir para a sociedade na difusão de conhecimentos e na cooperação para a identificação de soluções para seus problemas, deve preservar a adequação acadêmica e a pertinência ética dessa atuação.

A busca da excelência deve revitalizar as organizações, preservando seus valores, ao mesmo tempo que renovando atitudes e posturas visando à qualidade da educação.

As Universidades terão de compatibilizar-se com as necessidades da sociedade e do conhecimento que vai se formando, de maneira a prover um sistema aberto, que propicie a motivação para aprender e a permanente atualização, garantindo a qualidade do processo educativo. A realidade está a impor às Universidades reflexões e atitudes decididas com relação à sua inserção na contemporaneidade da vida econômica, social, científica, artística e cultural da humanidade. Parece não haver mais espaços para vacilos e, tampouco a dinâmica do processo de transformação da sociedade pode ser condescendente com atitudes de reticências, de falta de ousadia. O mundo acadêmico deve resposta à sociedade e esta está esperando e precisando dela.

Um dos maiores desafios da Universidade, senão o maior, é estabelecer um relacionamento permanente, dialógico e articulado com a sociedade que a mantém e a qual, na medida em que a valoriza, solicita mais contribuições e cooperação.

É principalmente, através das práticas de **Extensão Universitária**, que se expressam com clareza as contradições presentes na Universidade, enquanto instituição social, política e cultural. É sobretudo na Extensão que se concretiza o discurso do compromisso social, como resultante da reciprocidade entre Universidade e Sociedade.

Em particular, as Universidades Públicas sofrem críticas diárias que, na realidade, solapam princípios inalienáveis, como o do ensino gratuito, da autonomia universitária, da liberdade de pensamento e expressão, da pluralidade e diversidade, da valorização profissional, do direito à igualdade de oportunidades, e da gestão democrática e participativa.

Sem o fortalecimento da Universidade Pública, estes princípios serão substituídos por interesses estranhos à missão e à ética universitária.

É a Universidade Pública que tem dado contribuições relevantes para o progresso da ciência e da cultura, pelo seu comprometimento com os interesses da sociedade. E é este comprometimento que manterá o apoio da sociedade à sua permanência e fortalecimento. Daí a importância da Extensão Universitária como canal de interação e cooperação Universidade/Sociedade.

Por este motivo, as Universidades deverão assumir posturas de incentivo e apoio ao desenvolvimento de atividades extensionistas, consolidando, a cada dia, o papel da extensão como atividade fim.

Esta conduta, aliás, foi a avocada pela PROEX nesta gestão e, mais ainda, em função da grande quantidade e da variedade das atividades de extensão detectadas, a PROEX vem procurando delimitá-las, de forma a buscar a sua institucionalização e a permitir a definição de linhas de ação prioritárias.

Esta questão, foi o principal motivo da realização do "*I Seminário de Extensão Universitária*", organizado pela Comissão Central de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários-CCEU, e promovido pela PROEX em maio de 1995. Este evento propiciou significativo avanço na abordagem da extensão na Universidade, particularmente na UNESP, pois, a partir de seus resultados, a PROEX foi incumbida pela CCEU de elaborar documento conceituando e relacionando as atividades extensionistas.

Assim é que, ainda em 1995, esse documento foi submetido à CCEU que, após análise deste colegiado, foi aprovado com sugestões, tendo sido encaminhado para apreciação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária-CEPE, que está aguardando propostas análogas das demais Pró-Reitorias para apreciação conjunta.

Nesse documento considera-se que extensão universitária é processo educativo, cultural e científico que, vinculado ao ensino e à pesquisa, articula as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade, no sentido da transformação social.

Dentro desta concepção, considera-se que a extensão deverá:

1. representar um trabalho onde a relação escola-professor-aluno-sociedade passe a ser de intercâmbio, de interação, de complementaridade, de influência e de modificação mútua, possibilitando à universidade uma realimentação que lhe permita a reformulação na busca da qualidade;

2. constituir um veículo de comunicação permanente com outros setores da sociedade, numa perspectiva contextualizada, tanto para a sintonia permanente com a realidade social quanto para alargar os benefícios da universidade para outros segmentos da população, democratizando o saber;

3. ser uma alternativa de produção de conhecimento, de aprendizado mútuo e de prática de ações simultaneamente transformadoras entre universidade e sociedade;

4. estimular a vivência social, política e profissional dos professores, alunos e funcionários, através de uma ação interdisciplinar, interdepartamental e inter-institucional, solidária e co-participada entre universidade e população;

5. favorecer a reflexão sistemática e de maneira integrada, com os diferentes órgãos colegiados, em todos os níveis da universidade, objetivando atingir, na prática, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária.

Evidencia-se a extensão como prática que aproximará a Universidade e sociedade e contribuirá, de forma decisiva, para a democratização da Universidade e para a socialização do conhecimento.

Se adequadamente desenvolvida e incentivada, a extensão promoverá o crescimento, a transdisciplinaridade e a qualidade das atividades de ensino e pesquisa, deixando de ser vista como um atendimento tópico e assistencialista de mera prestação de serviços à comunidade. Virá, principalmente, a ser fonte inspiradora de novos temas para investigação e, como metodologia para o ensino, articulará teoria e prática, configurando novos espaços educativos que complementarão a sala de aula e o laboratório.

Assim, a extensão tenderá no futuro próximo a consolidar sua integração harmônica e produtiva no conjunto das atividades próprias da Universidade, propiciando a relevância social e o comprometimento da Universidade com a sociedade, cooperando não só para o seu desenvolvimento tecnológico e produtivo, como também para o equacionamento de problemas derivados da pobreza, das disparidades e injustiças sociais, do desemprego, da má distribuição de renda, da questão fundiária, da degradação do meio ambiente. A Universidade transcenderá seus limites físicos, para se tornar espaço aberto às discussões e contribuições que coloquem o conhecimento e a tecnologia a serviço do Homem e de sua qualidade de vida, viabilizando o desejado exercício pleno da cidadania.

Com relação aos **Assuntos Comunitários**, estes estão diretamente relacionados com o princípio da democratização do ensino público.

A democratização da Universidade se faz por meio da garantia ao acesso e da permanência do educando na escola. Este acesso implica na expansão da rede pública, de qualidade, bem como na abertura de cursos noturnos. A permanência implica na manutenção e expansão dos programas de apoio. Isto significa que, para que o educando possa se desenvolver na sua plenitude acadêmica, além da excelência da qualidade do ensino ministrado, é necessária uma política efetiva de apoio **compensatório** em alguns casos e, para todos, de estímulo à **participação social** através da alimentação, moradia, serviços de saúde, lazer, artes, esportes e facilidade de acesso a material técnico-científico. Fica claro que esta política se contrapõe àquela defendida por grupos privatistas de que o estudante universitário é um privilegiado e de "quem pode deve pagar a Universidade para subsidiar os carentes", o que não se justifica na medida em que a Universidade não é o local onde se deve fazer a distribuição de renda.

Portanto, a problemática pela qual passam os programas afetos à área de assistência à comunidade universitária, a par de alguns problemas de entendimento interno, não pode ser analisada isoladamente. Ela está inserida no contexto geral das dificuldades enfrentadas pelas Universidades que, por sua vez, estão relacionadas com o sistema econômico, político e social do País.

Entre as funções primordiais da Universidade estão a formação de uma consciência crítica e social, a geração e transmissão de conhecimento, as quais só poderão ser plenamente alcançadas numa comunidade autônoma e democrática. Para a Universidade este binômio representa: gerenciar seus recursos públicos, conforme suas prioridades; planejar e executar suas

atividades acadêmicas segundo a obediência a um padrão adequado de qualidade para as Universidades Brasileiras e ter sua vida administrativa forjada através da participação coletiva da comunidade universitária com reconhecido poder de decisão, ou, em poucas palavras, com autonomia, sem tutela externa.

Assim, os Assuntos Comunitários tenderão a uma política que possa assegurar ao estudante sua permanência dentro da Universidade e com isso, possibilitar melhor desempenho nas questões acadêmicas e, por conseguinte, melhor qualificação. Os assuntos comunitários se consolidarão nas universidades públicas como a área responsável por definir e gerir programas de apoio e integração, demandados por parcelas da comunidade universitária. Os avanços significativos neste aspecto passam pela evolução na concepção das respostas que estes programas dão aos direitos básicos de cidadania.

Concomitante aos programas assistenciais também estão presentes, em inúmeras Universidades, programas que abrangem projetos com atividades de características coletivas, de natureza diversa e incrementadas de formas variadas.

Entendemos que este é um espaço que a ação comunitária deve *pensar* e nele *agir*, compartilhando e contribuindo para o projeto educacional de formação do cidadão.

Dessa forma se coloca a convivência, cujo significado de *viver consigo e viver com o outro* propõe seja valorizado e situado como propulsor de formas de ações conseqüentes no âmbito comunitário.

O simples fato da presença de pessoas no mesmo espaço viabiliza a convivência. A interação e o convívio no meio universitário podem gerar estímulos para ações formativas que extrapolam aquelas pertinentes à exigências curriculares, postas nas salas de aula.

Se, formalmente, a vida acadêmica gira em torno do ensino, da pesquisa e da extensão, a convivência entre as pessoas pode fazer emergir e explicitar outros interesses não diretamente vinculados a essas funções básicas.

A convivência viabiliza idéias e ações que individualmente não seriam levadas adiante mas que, em sendo coletivas, encontram estímulo e animação para se corporizarem. Aproxima pessoas diferentes, dos três segmentos da comunidade universitária, identificadas por interesses comuns. Possibilita a abertura de novos canais de percepção e do conhecimento, complementares ao conhecimento formal, conduzindo o estudante a participar não só de programas de ensino superior, mas também de mais ampla cultura universitária.

É possível concluir que o estabelecimento do processo de convivência na Universidade Brasileira e desta com a Sociedade Civil é dependente de sua definição ético-cultural que resultará na sua participação frente às mudanças requeridas pela construção do indivíduo-cidadão e, portanto, da sociedade moderna, eficiente, livre e justa.

Com a ocupação consciente e o cumprimento de seu papel dentro do projeto político-social da sociedade brasileira, consoante com sua responsabilidade universal e tornando-se elemento indispensável desse projeto, a Universidade romperá com o círculo que lhe aprisiona e contemplará o futuro de igualdade, calcado no compromisso, na eficiência e

na realização do imaginário. E, se não houver a conscientização de seu papel, a Universidade permanecerá apenas assistencialista.

Portanto, os Assuntos Comunitários enfrentarão o desafio de superar o seu limite de ser compensatório ou complementar à prestação de serviços a funcionários, professores, alunos e mesmo aos segmentos que recorrem à Universidade, para ser espaço de produção de conhecimento e de experiência sócio-cultural e exercício de cidadania.

São Paulo

09/09/96

BIBLIOGRAFIA

Atividades de extensão. Boletim PROEX nº 3, out/95.

BUARQUE, Cristovam. *A aventura da universidade.* São Paulo: EDUNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

DEMING, W.E. *Qualidade: a revolução da administração.* São Paulo, Marques Saraiva, 1982.

Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários. *Dez Encontros.* Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1993.

GUILLON, Antonio Dias Bueno e MIRSHAWKA, Victor. *Qualidade, produtividade e criatividade: caminho para a escola excelente do século XXI.* São Paulo, Makron Books, 1995.

VIII Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *"Extensão Universitária e Cidadania".* UFES, Vitória, 1994.

OLIVA, Vagner José. *Extensão e qualidade.* Cadernos de Extensão Univesitária do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, v.1. n.4. p.31-36, 1995.

OLIVA, Vagner José. *Gestão da qualidade.* Teleconferência, UNESP, São Paulo, 1994.

OLIVA, Vagner José. *Novos rumos da educação superior: a iniciação científica e a pós-graduação.* Texto apresentado durante o VII Congresso de Iniciação Científica da UNESP, Guaratinguetá, 1995.

I Seminário de Extensão Universitária. *Relatório dos Grupos de Trabalho.* Boletim PROEX nº 2, jun/95.

SOUZA, Marcondes Rosa de. *A Extensão como função integradora das atividades de pesquisa e ensino.* Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1994.

Universidade Federal Fluminense. *"Relatório da Gestão - Agosto 90/Dezembro 93".* UFF, Rio de Janeiro, 1994.

Universidade Federal do Paraná. *Cadernos de Extensão: Perfil da Extensão Universitária.* Volume 1. Curitiba, UFP, 1995.

UNESP. *Resumos do I Seminário de Pós-graduação e Pesquisa.* São Paulo, 1995.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNESP: FUNDAMENTOS, POLÍTICA E METAS

Os princípios e diretrizes estabelecidos pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, a partir de 1987, através de um documento denominado "*Carta de Ouro Preto*", considera a extensão um processo educativo, cultural e científico, que caminha articulado com o ensino e a pesquisa, possibilitando que as relações estabelecidas entre a comunidade acadêmica e a sociedade objetivem a transformação social, através de uma intervenção crítica.

Na UNESP, da mesma forma que na maioria das demais Universidades brasileiras, as proclamadas atividades de extensão tem sido conduzidas de forma não sistematizada, como atividades isoladas e esporádicas de grupos de professores, na sua maioria, à margem daquilo que se reconhece como relevante do ponto de vista acadêmico, sem vinculação com o ensino e a pesquisa. Disso resultando uma extensão universitária frágil, carente e sem rumo.

É preciso mudar este quadro. No âmbito da UNESP, desde já. Um plano, gestado com ampla participação dos vários segmentos da comunidade unespiana, acaba de ser apreciado pelo Conselho Universitário. Ele, claramente, aponta nesse sentido, da mudança.

O "*Plano de Gestão 1997 - 2000*" da UNESP assume uma concepção de extensão universitária que tem fundamentação, ao mesmo tempo, nos preceitos estabelecidos nas discussões promovidas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e nos resultados de uma abrangente reflexão realizada sobre a história e a singularidade da UNESP.

Alguns aspectos desta concepção merecem aqui ser destacados:

Primeiro

Toda e qualquer atividade dita de extensão universitária só tem sentido se adquirir conteúdo acadêmico. Para isso é preciso que ela provoque consequências no campo do ensino e da pesquisa. Melhor, é preciso que a interação da extensão com o ensino e a pesquisa seja fecunda. E, ainda, tendo em vista a própria efetividade dessa fundamental associação, é preciso que ela tenha necessariamente caráter sistemático, de continuidade. Entendida e operada dessa forma a extensão universitária: deixa de ser a costumeira expressão de atividades ocasionais, descontínuas e irrelevantes da perspectiva acadêmica; deixa de confundir-se com o simples realizar de serviços assistencialistas.

Segundo

É próprio da extensão universitária trabalhar com problemas colocados pela vida, e, nesse mister, proceder intervenções na realidade para corrigir situações problemáticas ou evitar que determinadas situações se transformem em situações não desejadas. Para isso, é uma sua prerrogativa mobilizar o ensino e a pesquisa para trabalho de campo, intra ou extra-muros da Universidade, em prol de soluções para os problemas da sociedade.

Terceiro

As atividades de extensão são cruciais para a Universidade, pois, é por meio daquelas que esta passa a contar com um novo, grande e variado conjunto de condições formadoras. Condições formadoras, estas, que extrapolam as salas de aula e os laboratórios e são, por isso mesmo, denominadas de para-sistemas de ensino.

Quarto

Atividade característica do ser acadêmico, de igual valor à pesquisa e ao ensino, a extensão universitária merece ser devidamente valorizada institucionalmente. A extensão é o elo que articula universidade-sociedade, possibilitando: à Universidade, enraizamento social e aprendizagem a partir do saber popular; à sociedade, contribuições para a resolução de suas mazelas, para a formação da consciência crítica coletiva, enfim, contribuições para a sua emancipação.

Quinto

A extensão universitária ganha sentido maior quando conduzida por meio de estruturas, grupos e projetos permanentes.

Antes que apresente o *"Programa de Extensão Universitária e Prestação de Serviços"*, do Plano de Gestão 1997-2000 da UNESP, permitam-me, Senhoras e Senhores, evidenciar minha preocupação e expectativa em relação a um processo que é pertinente à extensão universitária e que ganha dia a dia mais expressão: é crescente a interação da UNESP com organismos extra-universitários. Em decorrência, saberes e estruturas unespianos vêm sendo mais e mais utilizados em atividades governamentais e empresariais.

Isso, em princípio, é positivo: ajuda a tornar a Universidade apta para mover-se nesse mundo caracterizado pela velocidade das transformações tecnológicas, institucionais e nas formas de gestão e de coordenação financeira e organizacional; reflete / contribui para a inserção da UNESP na nova ordem nacional e internacional.

Agora, é preciso atentar para o fato de que essa maior interação da UNESP com organismos extra-universitários está fundamentada, principalmente, em ajustes isolados de docentes com entidades externas, para fins de consultoria e de prestação de serviços. E, em seqüência, destacar que tanto a formalização quanto a operacionalização desses ajustes (diretamente pelas partes ou com a intermediação de uma fundação) são efetivadas, em não poucos casos, sem o conhecimento das instâncias de administração acadêmica. Essa frouxidão institucional é perniciosa, por facilitar que desarrazoadas atividades contratadas possam ser conduzidas na UNESP.

Normas e procedimentos hão que ser estabelecidos para que:

- 1) o princípio da autonomia universitária seja sempre respeitado, quando da realização dos ajustes entre a UNESP e os Organismos extra-universitários;
- 2) a prestação e a venda de serviços se façam beneficiando o conjunto da Universidade.

O "Programa de Extensão Universitária e Prestação de Serviços" do Plano de Gestão UNESP 1997-2000, articulado e fundamentado a partir da iniciativa da Administração Central da Universidade, é composto de 07 sub-programas que, por sua vez, desdobram-se em projetos e atividades.

1. Sub-Programa - RENOVAÇÃO INSTITUCIONAL - Tem por finalidade dotar a PROEX das condições necessárias à efetivação do "Programa de Extensão Universitária e Prestação de Serviços", por meio de projetos e atividades que, em termos específicos, objetivam:

- Modernizar a estrutura organizacional da PROEX.
- Regulamentar a cooperação UNESP - Organismos extra-universitários, com a instituição de normas e procedimentos para: a interveniência das Fundações em ajustes de interesse da Universidade; a operacionalização de Fundo de apoio à Extensão Universitária, com recursos derivados da incidência de uma taxa sobre as remunerações auferidas por atividades contratadas; a valorização acadêmica das atividades que decorrerem dos ajustes formalizados.
- Apoiar grupos interdisciplinares voltados ou vocacionados para a extensão universitária e a prestação de serviços, a partir: do estímulo à colaboração entre Unidades Auxiliares, Unidades Complementares e Centros Interdepartamentais; da promoção de encontro anual dos dirigentes desses Órgãos, com o propósito de elaborar um balanço de atividades realizadas e uma proposta de atuação futura; e do apoio à institucionalização de grupos emergentes.

- Avaliar as atividades de extensão e realizar seminários sobre problemas da educação e da requalificação profissional como expediente de retroalimentação.

2. Sub-Programa - ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL - Tem por finalidade:

- Preparar o aluno da 1ª série do 2º Grau para que, de forma consistente, possa ele fazer sua opção profissional.
- Dar efetividade às ações que a UNESP deve implementar, ano a ano, para atrair candidatos ao seu vestibular e assegurar o recrutamento dos melhores alunos para os seus cursos.
- Envolver os alunos concluintes de cada um dos cursos da UNESP em discussões sobre problemas relativos à profissão.
- Ampliar a oferta de atividades voltadas à educação continuada: para atender as exigências de atualização, aperfeiçoamento ou especialização a que estão compulsoriamente submetidas, nos tempos atuais, todas as categorias profissionais.

3. Sub-Programa - COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA - Tem por finalidade promover a articulação da UNESP com organismos governamentais, empresariais e do 3º setor, para favorecer a aplicação de competências da Universidade na resolução de relevantes problemas públicos e privados. Seus objetivos específicos, agrupados sob a forma de projetos, são os seguintes:

- Definir, com as administrações dos municípios localizados nas circunvizinhanças dos Câmpus da UNESP, agendas de interesse comum, próprias a servirem de fundamento à formalização de ajustes de cooperação interinstitucional.
- Promover a elevação da produtividade das atividades empresariais e das regiões onde as mesmas se desenvolvem, por meio da cooperação UNESP - entidades / empresas do setor privado.
- Implantar o Núcleo UNESP da Rede UNITRABALHO para - em cooperação com 60 outras Instituições de Ensino, organizações Sindicais e outras instituições sociais - promover a produção acadêmica sobre questões relativas ao trabalho e os problemas que afetam os trabalhadores, bem como colocar a produção da UNESP sobre o mundo do trabalho e de interesse do trabalhador à disposição da sociedade.
- Produzir Catálogo de Informações da PROEX, para difundir competências e realizações da UNESP, no campo da extensão e da prestação de serviços.

4. Sub-Programa - QUINTO CENTENÁRIO- Tem por finalidade arregimentar recursos e talentos para conceber, planejar, e implementar projetos, atividades e eventos de interesse da UNESP relativos aos 500 anos de Brasil. O Quinto Centenário do Descobrimento é, indiscutivelmente, o grande acontecimento deste final de milênio no Brasil. Por oportuno, o sub-programa Quinto Centenário deverá ser concebido de forma a fazer a UNESP ocupar posição de relevo nas comemorações que hão de ocorrer nos municípios sede de seus Campi, durante o ano de 2000.
5. Sub-Programa - ATIVIDADES ARTÍSTICAS E CULTURAIS - Uma vertente bastante rica da extensão universitária configura-se quando esta envolve-se com assuntos culturais em geral, pelo fato de abranger outras dimensões da formação humana. Nesta vertente, ganha ela sentido maior quando suas atividades estão direcionadas primordialmente à realização de projetos, à criação e à manutenção de grupos e de estruturas permanentes que assegurem a realização periódica, segura e firme de eventos. Nesta vertente, ganha a extensão universitária sentido maior quando suas atividades são concebidas e implementadas com a participação das pessoas suas beneficiárias no fazer artístico-cultural. A atual administração da PROEX conduzirá sua política no campo da cultura em sintonia com esses julgamentos, logo, desatrelada das práticas de pulverização e de distribuição clientelística de recursos, desatrelada da famigerada *"cultura de eventos"*.

No caso da UNESP, dadas suas particularidades, o papel que lhe cabe em relação à cultura em geral e à arte em particular é mais significativo. As políticas relativas à cultura e às artes elaboradas pelas Secretarias dos Municípios que sediam as Unidades Universitárias, salva raras exceções, não têm apresentado programações que revelem preocupação com a formação cultural das populações locais. O desenvolvimento de programas e projetos de produção e divulgação artístico-culturais pelas Unidades permitiria que conquistassem e/ou fortalecessem posições de destaque como pólos de difusão nas regiões do Estado que sediam os câmpus.

6. Sub-Programa - INTEGRAÇÃO SOCIAL - Tem, por excelência, a interação Universidade - Comunidades como finalidade. Compreende o mesmo:
- A edição de Revista de Extensão - Veículo de contribuição teórica, divulgação e avaliação de projetos e atividades de extensão universitária, na sua diversidade e complexidade. Essa revista está destinada a dar visibilidade ao peso e à relevância da contribuição da UNESP à sociedade, no que diz respeito à extensão.
 - O estímulo para o desenvolvimento de iniciativas voltadas para as pessoas da terceira idade, as quais, em algumas Unidades já são conduzidas com invulgar vitalidade e dizem respeito a

curios, palestras, seminários, atividades artístico-culturais, práticas desportivas e de lazer etc. Congregadas em projeto institucional, PROJETO UNIVERSIDADE ABERTA À 3ª IDADE, pretende-se que as mesmas adquiram crescente conteúdo acadêmico, provoquem transformações no processo pedagógico e influenciem as decisões de estabelecimento de linhas de pesquisa na Universidade.

- A revitalização e expansão do Projeto de Língua Instrumental - PROLI, por meio: da elaboração do Regimento Geral do Projeto (já concluído e em vias de publicação mediante Portaria do Reitor); da reestruturação da coordenação pedagógica dos cursos; da exigência de padrão de qualidade dos cursos, superior aos observados historicamente; da participação ampliada de alunos da Pós-graduação, em decorrência mesmo de providência, que está sendo ultimada no sentido de conferir-se proficiência em língua estrangeira àqueles alunos da Pós-graduação da UNESP aprovados em dois módulos de curso ofertado pelo PROLI.
- O apoio a projetos especiais de extensão, de caráter interdisciplinar e de iniciativa de grupos da comunidade unespiana, julgados favoravelmente quanto ao mérito e interesse institucional. Nesse sentido, serão beneficiados do apoio em questão aqueles projetos que apresentem fundamentadas perspectivas de virem a ser institucionalizados, na condição de projeto, ou grupo ou estrutura permanente. A PROEX acompanhará e avaliará a execução dos mesmos.
- Desenvolver ações que fortaleçam a consciência e o exercício da Cidadania e promovam a consciência social dos direitos humanos, bem como seu avanço e respeito. Devendo a condução de tais ações - assessorias, cursos, eventos e publicações - serem realizadas preferencialmente através da cooperação UNESP com entidades dos Movimentos Populares / ONGs / Clubes de Serviço, etc.
- Participação em programas do Conselho da Comunidade Solidária, com os seguintes objetivos: Por meio da participação no "*Programa Universidade Solidária*", possibilitar ao estudante, contato com uma realidade distinta daquela que o cerca, na medida que oferece a oportunidade de atuação em município do Norte ou Nordeste do Brasil, de comprovada carência social. Por meio da participação no "*Programa Alfabetização Solidária*", colaborar para a capacitação de alfabetizadores de jovens e adultos, em municípios com elevadas taxas de analfabetismo.

7. Sub-Programa - APOIO AO ESTUDANTE - Tem por finalidade a oferta de condições para que o estudante da UNESP não venha a evadir do Curso, tenha bom desempenho acadêmico e, conseqüentemente, melhor qualificação profissional. Com vistas a consecução dessa finalidade, que já tem a seu favor a excelência do ensino ministrado na UNESP, são materializadas através do "Sub-programa Apoio ao Estudante": uma política de natureza compensatória que beneficia determinados estudantes; e uma política de estímulo à participação dos estudantes em iniciativas dos departamentos e em eventos acadêmicos. Compreende este sub-programa: 1) a concessão de bolsas e auxílios a estudantes de graduação; 2) o intercâmbio de estudantes, entre a UNESP e outras Universidades, as estrangeiras em especial; 3) o apoio a eventos acadêmicos organizados pelo segmento discente, desde que aprovados pela CEUACs.

Com vistas à operacionalização do "Programa de Extensão Universitária e Prestação de Serviços" a PROEX adotará as seguintes estratégias: a) prestigiar a atuação das Comissões de Extensão Universitária e Assuntos Comunitários - CEUACs; b) buscará o apoio dos departamentos acadêmicos no sentido da valorização das atividades de extensão universitária na programação departamental e da necessária adequação destas atividades à orientação da política que as preside; c) diligenciará para a conformação de adequado suporte técnico-administrativo nas Unidades (encontram-se em fase avançada os estudos que deverão possibilitar a instalação de Escritório de Pesquisa e Extensão, em todas as Unidades Universitárias); d) descentralizará, quando recomendável for, o planejamento operacional e ou a coordenação da execução de projetos e de ações de seu programa, por meio da delegação de responsabilidades a docentes, grupo de docentes, CEUACs; e) orientará seu exíguo orçamento, quando face a projetos de grande abrangência, para o apoio a consecução de ações-exemplos pertinentes aos mesmos; f) estimulará a formalização de parcerias com organismos externos e a realização de vendas de serviços, em conformidade com regulamentação estabelecida; g) trabalhará em colaboração mútua com as demais Pró-Reitorias e órgãos centrais.

Antes de concluir esta minha fala quero destacar alguns novos pontos e reiterar outros, porque fundamentais:

- O docente pode dar mais ênfase ao ensino, mas não deve dissociá-lo da pesquisa e da extensão. Esta é o "feed-back" de anseios e carências da sociedade, aquela é a fonte de inspiração, aprofundamento, atualização e crítica dos conteúdos programáticos e dos avanços científicos.
- A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão é o traço característico do magistério superior. O Ortopedista que no consultório acompanha com interesse e metodologia uma rara deformação ainda não estudada exaustivamente, faz pesquisa. Quando leva a seus alunos a discussão de tal caso, faz ensino. Quando comunica à comunidade científica o sucesso que obteve em seus estudos e tratamentos prescritos, faz

extensão. Faz ainda extensão este ortopedista, quando com sua pesquisa consegue curar tal deformação e prevenir na comunidade o surgimento de outras. Toda pesquisa pode conduzir ao ensino e à extensão, todo conteúdo de ensino pode dar azo à pesquisa e à extensão.

- Não existe necessidade de fragmentar a docência, por exemplo, estabelecendo horários para cada uma de suas atividades constitutivas, para que o docente consciente seja um educador, um pesquisador e um extensionista, que minimiza seu débito social, aprofundando e democratizando a herança cultural que recebeu.
- A extensão universitária é a atividade - fim, acadêmica, que mais espaço tem a oferecer à alunos e funcionários. Aliás, a PROEX está interessada no envolvimento mais massivo dos funcionários técnico-administrativos da Universidade em seus projetos e atividades. A PROEX está aberta à propostas que viabilizem este seu interesse.
- Alunos, docentes, funcionários que se envolvem em atividades extensionistas enriquecem seus respectivos repertórios de informações e conhecimentos e, não raro, neste servir à sociedade, encontram o significado do trabalho e da carreira, significado para suas vidas. Este fato realça a importância da extensão universitária.
- É decisivo para a sobrevivência da UNESP como Universidade de primeira classe que ela tenha uma área de extensão forte, que suas atividades extensionistas abranjam não apenas os municípios que sediam seus diversos Campi, mas, também, os municípios vizinhos. A UNESP precisa contar com poderosos respaldos, político e social, para enfrentar a competição cada dia mais acirrada de outras Universidades do Estado.

Saberemos cumprir o nosso papel. Obrigado.

Prof. Dr. Edmundo de Luccas
(Pro. Rector de Extensão)
III - Fórum de Debates/1997

324

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
INSTITUTO DE BIODICIÊNCIAS
CAMPUS DE RIO CLARO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

TÍTULO DO PROJETO: Atletismo - Iniciação e Treinamento

Vinculado a: Pesquisa (x) Ensino (x)

Professores Responsáveis: Prof. Dr. Luiz Alberto Lorenzeito
Prof. Mestre Atilio De Nardi Alegre
Dr. Geraldo de Oliveira Barbosa - Apoio Técnico

Estagiária: Carmen Silvia Grubert Campbell

Colaborador: Herbert Gustavo Simoes

Clientela: Crianças e Jovens da comunidade local a partir dos 10 anos de idade.

Previsão do número de participantes: Máximo: 20 Mínimo: 10

Justificativa: O atletismo é um importante esporte de base e, como todos os esportes, também favorece uma maior convivência, experiência e sociabilidade entre as crianças e jovens de uma maneira sadia e além disso possibilita a aplicabilidade de conhecimentos teóricos científicos.

Objetivos:

- Incentivar crianças e jovens da Comunidade Rioclarense a praticar o Atletismo de maneira saudável e orientada;
- Formar uma equipe participativa pré-mirim, mirim, infantil e juvenil que represente Rio Claro nessa modalidade;
- Aplicação de conhecimentos Teórico-Prático junto as disciplinas de Atletismo e Fisiologia;
- Desenvolver uma assessoria e acompanhamento médico e científico junto a equipe em formação.

Duração do Projeto: Início - 04/04/94 ; Término - 23/12/94

Dias da semana: quartas e sextas feiras pela manhã
quintas e sextas feiras à tarde

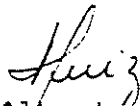
Horários: 8:00 às 11:00 hs e 15:00 às 18:00 hs.

Local: Pista de Atletismo do Departamento de Educação Física.

Materiais e Equipamentos:Compasso de Dobras Cutâneas, Balança (peso/altura), trena, blocos de saída e pregos, postes, sarrafo e colchão de salto em altura, barreiras, cordas, bolas de "medicine ball", dardo, peso, disco e outros.

Taxa de Inscrição:NÃO (x) Sim ()

Rio Claro, 18 de março de 1994.




Prof. Luiz Alberto Lorenzetto

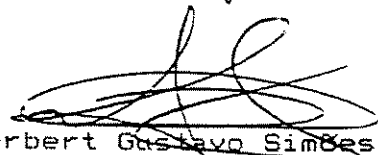


Prof. Atílio De Hardi Alegre

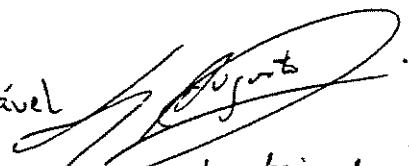


Dr. Geraldo de Oliveira Barbosa


Carmen Silvia Grubert Campbell



Herbert Gustavo Simões

riável 
condenação de altura
27/04/94

TIPOS

- PERMUTA DE EXPERIÊNCIA UNESP - COMUNIDADE

01A - TREINAMENTO
02A - ASSISTENCIA
03A - PROGRAMAS DE ESTUDO
04A - ASSESSORAMENTO
05A - ACONSELHAMENTO
06A - ELABORAÇÃO DE PROJETO
07A - DISCUSSÃO DE PROJETO
08A - EXECUÇÃO DE PROJETOS
09A - FORUM DE DEBATES
10A - OUTRO (Especificar)

NATUREZA
CIE - CIENTÍFICA
ART - ARTÍSTICA
TEC - TÉCNICA DESPORTIVA
ASS - ASSISTENCIAL

CLIENTELA

01PU - ENTIDADES PÚBLICAS
02DIS - DISCENTES
03PR - ENTIDADES PRIVADAS
04DOC - DOCENTES
05PRO - PROFISSIONAIS LIBERAIS
06POP - POPULAÇÃO EM GERAL
07OUT - OUTROS (Especificar)

- ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS DE DIFUSÃO CULTURAL

01B - CONGRESSO
02B - SIMPÓSIO
03B - SEMANA
04B - ENCONTRO
05B - JORNADA
06B - SEMINÁRIO
07B - CICLO DE CONFERÊNCIAS
08B - PALESTRA
09B - EXPOSIÇÃO
10B - CONCERTO
11B - RECITAL
12B - REUNIÃO CULTURAL
13B - MUSEUS BIBLIOTECAS E SIMILAR
14B - Outro (Especificar abaixo)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS
CAMPUS DE RIO CLARO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Obs.: Este impresso deverá ser entregue na secretaria do Departamento devidamente preenchido de acordo com as datas limites, ou seja, até 30.01 para o primeiro semestre e 30.06 para o segundo semestre e, 30 dias após o término do mesmo, deverá ser elaborado um relatório sobre as atividades desenvolvidas.

Título do Projeto: Treinamento de Basquetebol feminino

Vinculado a: Pesquisa () Ensino (X)
Professor Responsável: Prof. Dr. Benedito Sérgio Denadai
Colaboradores: (professores, estagiários, bolsistas, alunos voluntários).
Alunos Renato Rocha e Luisa Helena Marques Peres

Clientela: Alunas do EESPG "Joaquim Ribeiro"

Previsão do número de participantes: Máximo 18 Mínimo 10

Justificativa: Oferecer a Comunidade a oportunidade do treinamento do Basquetebol. Integração Universidade-Comunidade

Objetivos: Permitir aos alunos a oportunidade de vivenciar a prática do ensino em Basquetebol.

Duração do Projeto: Início 22/08/94 Término 08/12/94
Dia(s) da semana: 2ª e 4ª feiras

Horário(s): 18:00 às 20:00 hs

Local: Quadra de Esportes do EESPG "Joaquim Ribeiro"

Materiais e Equipamentos: Bolas de Basquetebol

Taxa de Inscrição: Não () Sim (X) Valor:

Assinatura do professor responsável
Rio Claro, 01 de agosto de 1994

A Assessoria de Extensão do Departamento, para verificar a viabilidade (Considerações)

Aprovado em reunião do Conselho Departamental em

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS
CAMPUS DE RIO CLARO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADE DE EXTENSÃO

Docentes responsáveis: Dr. Luiz Alberto Lorenzetto, Atilio De Nardi Alegre e Dr. Geraldo de Oliveira
Carbosa (Apoio Técnico)

Título do Projeto: Atletismo - Iniciação e Treinamento

Inculcado a: Pesquisa () Ensino (x)

Local de desenvolvimento do Projeto: Pista de Atletismo

Ligado a qual disciplina: Estudos Avançados em Atletismo

Grupo (Consultar a tabela no verso): 1A

Natureza (Consultar a tabela no verso): TEC

Entidade beneficiada:

Total de beneficiados: 15

Público-alvo (Consultar a tabela no verso): POP

Período do curso: 4.4 a 23.12.94 Total de Meses: 9

Frequência: Anual (x) Semestral () Esporádico () Contínuo ()

Total de horas semanais: 6 Carga horária total: 54

Relacionar os colaboradores especificando-os: (professores, estagiários, bolsistas, alunos voluntários).

Estagiária: Carmem Sílvia Grubert Campbell

Colaborador: Herbert Gustavo Simões

Os objetivos propostos do projeto foram atingidos? Como? Sim. As crianças e jovens que participaram, o fizeram com muito entusiasmo sendo acompanhados por estagiários e graduados que puderam verificar a aplicação prática da teoria anteriormente estudada.
Número de pessoas atendidas:

Fora exterior:

De outras cidades:

Da comunidade local: 15

Professores da UNESP:

Funcionários da UNESP

Alunos da UNESP: TOTAL GERAL = 15

Participação ou realização de eventos dentro do projeto:

Considerações gerais:

329

Rio Claro, 06 de fevereiro de 1995

Luiz
Professor responsável pelo Projeto

TIPOS

A - PERMUTA DE EXPERIÊNCIA UNESP - COMUNIDADE

- 1A - TREINAMENTO
- 2A - ASSISTENCIA
- 3A - PROGRAMAS DE ESTUDO
- 4A - ASSESSORAMENTO
- 5A - ACONSELHAMENTO
- 6A - ELABORAÇÃO DE PROJETO
- 7A - DISCUSSÃO DE PROJETO
- 8A - EXECUÇÃO DE PROJETOS
- 9A - FORUM DE DEBATES
- 10A - OUTRO (Especificar)

NATUREZA
CIE - CIENTÍFICA
ART - ARTÍSTICA
TEC - TÉCNICA DESPORTIVA
ASS - ASSISTENCIAL

CLIENTELA

- EPU - ENTIDADES PÚBLICAS
- DIS - DISCENTES
- EPR - ENTIDADES PRIVADAS
- DOC - DOCENTES
- PRO- PROFISSIONAIS LIBERAIS
- POP - POPULAÇÃO EM GERAL
- OUT - OUTROS (Especificar)

B - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS DE DIFUSÃO CULTURAL

- 10B - CONGRESSO
- 11B - SIMPÓSIO
- 12B - SEMANA
- 13B - ENCONTRO
- 14B - JORNADA
- 15B - SEMINÁRIO
- 16B - CICLO DE CONFERÊNCIAS
- 17B - PALESTRA
- 18B - EXPOSIÇÃO
- 19B - CONCERTO
- 20B - RECITAL
- 21B - REUNIÃO CULTURAL
- 22B - MUSEUS BIBLIOTECAS E SIMILAR
- 23 - Outro (Especificar abaixo)

TIPOS

A - PERMUTA DE EXPERIÊNCIA UNESP - COMUNIDADE

1A - TREINAMENTO

2A - ASSISTENCIA

3A - PROGRAMAS DE ESTUDO

4A - ASSESSORAMENTO

5A - ACONSELHAMENTO

6A - ELABORAÇÃO DE PROJETO

7A - DISCUSSÃO DE PROJETO

8A - EXECUÇÃO DE PROJETOS

9A - FORUM DE DEBATES

10A - OUTRO (Especificar)

NATUREZA

CIE - CIENTÍFICA

ART - ARTÍSTICA

TEC - TÉCNICA DESPORTIVA

ASS - ASSISTENCIAL

CLIENTELA

EPU - ENTIDADES PÚBLICAS

DIS - DISCENTES

EPR - ENTIDADES PRIVADAS

DOC - DOCENTES

PRO- PROFISSIONAIS LIBERAIS

POP - POPULAÇÃO EM GERAL

OUT - OUTROS (Especificar)

B - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS DE DIFUSÃO CULTURAL

10B - CONGRESSO

11B - SIMPÓSIO

12B - SEMANA

13B - ENCONTRO

14B - JORNADA

15B - SEMINÁRIO

16B - CICLO DE CONFERÊNCIAS

17B - PALESTRA

18B - EXPOSIÇÃO

19B - CONCERTO

20B - RECITAL

21B - REUNIÃO CULTURAL

22B - MUSEUS BIBLIOTECAS E SIMILAR

23 - Outro (Especificar abaixo)

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

INSTITUTO DE BIOCIENCIAS

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**PROGRAMAS DE EXTENSÃO A
COMUNIDADE 1993**

Comissão de Extensão

Rio Claro - SP

332

APRESENTAÇÃO

O Departamento de Educação Física do Instituto de Biociências, UNESP Campus de Rio Claro, vem realizando um Serviço de Atendimento à Comunidade com a finalidade de estreitar o relacionamento entre a Comunidade Acadêmica e a Comunidade em geral, promovendo um intercâmbio baseado em atividades lúdicas, desportivas, expressivas, ginásticas, terapêuticas, científicas, estéticas e tecnológicas.

Os grupos de aprendizado e desenvolvimento desportivo, de dança clássica e contemporânea, de capoeira, o projeto "Venha nos Conhecer", os empréstimos de materiais, os cursos de atualização, as Semanas de Estudo, os Festivais de Arte e Expressão, os Encontros de formação profissional, a Ludoteca, os Grupos de portadores de deficiências e debilidades orgânicas, motoras e coordenativas, as colônias de férias, grupos musicais e teatrais, as exposições e festejos folclóricos, vêm cumprindo um papel altamente educativo, trazendo a comunidade dentro da Universidade, otimizando, democratizando e divulgando o saber, o pensar e o sentir acadêmicos. Além de servir à comunidade Unespiana e Rioclarense os projetos servem como aprimoramento, investigação ou até mesmo aprendizado teórico-prático aos docentes e alunos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física.

Com o objetivo de aprimorar os serviços prestados à comunidade, estamos propondo uma nova forma de encaminhamento dos programas de extensão deste ano. Os projetos de extensão foram divididos em 4 grandes áreas, de acordo com os conteúdos e objetivos das atividades, a saber:

- 1 - Área de Saúde
- 2 - Área Olímpica
- 3 - Área de Artes
- 4 - Área de Lazer.

Cada projeto terá uma taxa de cobrança de acordo com as suas necessidades e características. Cabe ressaltar que o valor arrecadado será utilizado para formação de um FUNDO EXTENSÃO, que será gerido pela Assessoria de Extensão e a Chefia do Departamento, com prestação de contas ao Conselho Departamental a cada semestre. A aplicação da arrecadação deste fundo será exclusivamente para a manutenção e aprimoramento das condições de desenvolvimento dos projetos de extensão.

AREA DE SAUDE

Destina-se a congregar os projetos que oferecem aos participantes a oportunidade de praticar atividades cuja natureza vai desde o desenvolvimento e manutenção de um bom nível de aptidão física até a reabilitação ou reeducação de portadores de debilidades e/ou deficiências coordenativas, porturais, orgânicas e mentais.

x x

PROJETO: Atividade Física na Terceira Idade Adulta

RESPONSÁVEIS: Profas. Suraya C. Darido, Silvia Deutsch e Gisele Maria Schwartz

OBJETIVOS: Ampliar a perspectiva motora de indivíduos adultos, em contato com a atividades que estimulem a auto percepção e a interação social.

CLIENTELA: Adultos da comunidade acima de 45 anos

DURAÇÃO DO PROJETO: 15/03 a 20/11 de 1993

DIAS DA SEMANA: terças e quintas-feiras

HORÁRIO: 7:30 às 8:30 horas

x x

335

AREA OLIMPICA

Destina-se a congregar os projetos que oferecem aos participantes a oportunidade de praticar atividades de natureza desportiva e participar de eventos competitivos. O nível de aprendizagem vai da iniciação ao aperfeiçoamento e compreende participações de carácter interno, municipal, estadual, nacional e internacional.

x x

PROJETO: Difusão do Voleibol

RESPONSÁVEL: Prof. Afonso Antonio Machado

OBJETIVOS: Fazer uso da teoria ministrada em curso; proporcionar experiência nos estágios universitários, divulgar, acelerar e massificar a prática do Volei; aprimorar e aperfeiçoar os gestos técnicos; proporcionar a aplicação de métodos alternativos em situação de ensino-aprendizagem, tanto para os iniciantes como alunos e estagiários; atingir a comunidade levando-a ao convívio social através da prática do volei

CLIENTELA: Alunos da graduação e comunidade

DURAÇÃO DO PROJETO: 03/03 à 01/12 de 1993

DIAS DA SEMANA: Segundas e Quartas-feiras

HORARIO: 14:00 às 16:00 horas

x x

Destina-se a congregar os projetos que oferecem aos participantes a oportunidade de praticar atividades de natureza rítmico-expressiva e participar de apresentações públicas. O caráter destas atividades permeia o lúdico e o estético e culmina com o Festival de Arte e Expressão.

x x

RESPONSÁVEL: Profas. Silvia Deutsch e Catia Mary Volp

CLIENTELA: Comunidade rioclareense

DURAÇÃO DO PROJETO: 10/03 à 30/06 e 11/08 à 24/11 de 1993

DIAS DA SEMANA: Quartas-feiras

HORARIO: 19:00 às 20:30 horas

X X

AREA DE LAZER

Destina-se a congregar os projetos que oferecem aos participantes a oportunidade de praticar atividades de natureza lúdica e preencher suficiente e adequadamente o seu tempo livre. O ecletismo das atividades aparece numa simples brincadeira, passa pelos jogos, pelos trabalhos manuais, pelas festas e envolve até o folclore.

x x

PROJETO: Espaço/Lazer

RESPONSÁVEL: Prof. Luiz Alberto Lorenzetto

OBJETIVOS: Otimizar os recursos humanos e materiais do
Departamento de Educação Física no desenvolvimento de
programas de atividades lúdicas.

CLIENTELA: A comunidade em geral

DURAÇÃO DO PROJETO: Março a dezembro de 1993

DIAS DA SEMANA: de 2ª a Sábado

HORÁRIO: De acordo com cada evento.

x x

217
P102
Rio Claro, 10 de março de 1994

DEF-072/94-LAL/aebis.

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. SERGIO WEREU PAGANO
DG. Diretor do Instituto de Biociências
UNESP - Câmpus de Rio Claro

Senhor Diretor:

Em atendimento ao despacho de Vossa Senhoria no Ofício Circular no. 007/94-PROEX, estamos encaminhando informações sobre as atividades e projetos a serem desenvolvidos na área de extensão deste Departamento, conforme formulários devidamente preenchidos, em anexo.

Atenciosamente.

Prof. Dr. LUIZ ALBERTO LORENZETTO
Chefe do Depto. de Educação Física

339

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos
Comunitários

FORMULÁRIO 03 - PROJETOS

Projeto: Programas de Atividades Físicas para Crianças
Asmáticas

Processo:

Unidade: Instituto de Biociências

Coordenador: Profa. Irene Conceição Rangel Betti

Responsável: Profa. Irene C. Rangel Betti

Executor: Departamento de Educação Física

Público Alvo: Crianças portadoras de asma-brônquica, na
faixa etária de 6 a 12 anos

Prazo de Execução: 21/02 à 29/11 de 1994

Carga Horária: 100 horas/aula

Descrição: Diminuir o número e intensidade das crises de
asma-brônquica. Oferecer subsídios teórico-
prático aos alunos de graduação, deste
Departamento, para que possam atuar nesta área.

Período de inscrição: janeiro/julho

Custos: Desgaste de Material didático e Manutenção das
Piscinas.

Fonte de Financiamento:

Informações:

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos
Comunitários

FORMULÁRIO 03 - PROJETOS

Projeto: Ginástica Aeróbica

Processo:

Unidade: Instituto de Biociências

Coordenador: Profa. Catia Mary Volp

Responsável: Profa. Cátia Mary Volp

Executor: Departamento de Educação Física

Público Alvo: professores, alunos e funcionários da UNESP

Prazo de execução: 07/03 à 25/11 de 1994

Carga Horária: 64 horas/aula

Descrição: Proporcionar oportunidade de estágio. Dar
continuidade aos trabalhos anteriores. Dar
oportunidade aos interessados de praticarem
atividade física regular.

Período de inscrição:

Custos:

Fonte de Financiamento:

Informações:

341

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos
Comunitários

FORMULÁRIO 03 - PROJETOS

Projeto: Master's da Natação

Processo:

Unidade: Instituto de Biociências

Coordenador: Vera Lúcia Simões da Silva

Responsável: Profa. Dra. Vera Lúcia Simões da Silva

Executor: Departamento de Educação Física

Público Alvo: comunidade universitária e rioclareense

Prazo de Execução: 01/02 à 15/12 de 1994.

Carga Horária: 156 horas/aula

Descrição: Dar aos participantes oportunidade de continuar um programa de aperfeiçoamento e treinamento em Natação, visando em primeiro lugar a saúde e depois as competições. Dar aos estagiários oportunidade de aprofundar seus conhecimentos adquiridos na graduação.

Período de inscrição:

Custos: Material de Consumo e Manutenção das Piscinas

Fonte de Financiamento:

Informações:

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos
Comunitários

FORMULARIO 03 - PROJETOS

Projeto: Atividade Física na Terceira Idade Adulta

Processo:

Unidade: Instituto de Biociências

Coordenador: Gisele Maria Schwartz

Responsável: Profa. Gisele Maria Schwartz

Executor: Departamento de Educação Física

Público Alvo: Adultos da comunidade acima de 45 anos.

Prazo de Execução: 15/03 à 29/11 de 1994.

Carga Horária: 64 horas/aula

Descrição: Ampliar a perspectiva motora de indivíduos adultos, em contato com atividades que estimulem a autopercepção e a interação social.

Período de inscrição: primeira semana de março

Custos: Material de consumo e equipamentos utilizados durante o curso

Fonte de Financiamento:

Informações: Para o oferecimento do curso é necessário utilizar fitas cassete, material de ginástica. No momento estamos utilizando o material disponível no Departamento.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JULIO DE MESQUITA FILHO"

Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Assuntos
Comunitários

FORMULARIO 03 - PROJETOS

Projeto: Aperfeiçoamento do Voleibol

Processo:

Unidade: Instituto de Biociências

Coordenador: Afonso Antonio Machado

Responsável: Prof. Afonso Antonio Machado

Executor: Departamento de Educação Física

Público Alvo: Alunos de escolas de primeiro e segundo graus,
com conhecimento e prática da modalidade

Prazo de Execução: 15/03 à 30/06 de 1994

Carga Horária: 112 horas

Descrição: ao fim do projeto os alunos - mestres serão
capazes de: planejar e desenvolver adequadamente um
aquecimento e parte técnica da modalidade, bem como
incrementar a tática básica; analisar o desenvolvimento de
grupo de atletas iniciais e propor alterações individuais.

Alunos de escolas de primeiro e segundo graus, com
conhecimento e prática da modalidade

Período de inscrição:

Custos: Material de Consumo utilizado nas atividades

Fonte de Financiamento:

Informações:

344

Sugestão de itens a serem discutidos

1996

1. Concepção:

- . especificidade da extensão (facilitadora da ligação entre a Unidade e a Sociedade na qual está inserida).
- . conexão com as duas outras funções básicas da universidade (pesquisa e extensão);
- . sua não consideração como mera prestação de serviços, muitas vezes de forma "caritativa", como via de mão única Univer~~sida~~ de-sociedade;
- . sua situação ao mesmo nível das outras duas funções, como in centivos e recursos que possibilitem sua presença constante nas ações da FEF.

Tudo isso impli em considerar a extensão como um processo amplo de relação da Universidade com a Sociedade, que inclui, mas ex-
trapola, a prestação de serviços ou assessorias, sendo alimenta da mas também realimentando a pesquisa e o ensino.

2. Iniciativas para implantação:

- a. levantamento e análise de todas as inicitivas já em desenvol vimento, tendo em vista sua caracterização como extensão, as necessidades de recursos para o seu adequado funcionamento, e as possibilidades de aperfeiçoamento e incremento;
- b. levantamento das fontes de recursos para atividades de exten são e sua divulgação, tendo em vista o aperfeiçoamento de projetos já em desenvolvimento e o apoio as novas iniciativas;
- c. levantamento das ações possíveis relativas à extensão do ensi no, da pesquisa e serviços, tendo em vista a ampliação da ação da FEF junto à Sociedade.

3. Atuação:

- a. facilitador dos contatos com as demais unidades da UNICAMP, as agências de financiamento e a Sociedade em geral;
- b. incentivador das discussões dos projetos desenvolvidos na área, internamente;
- c. promotor do intercâmbio de experiências com outras instituições;
- d. coordenador de projetos de ação multidisciplinares.

345

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E ASS. COMUNITÁRIOS
ESCOLA DE EXTENSÃO DA UNICAMP

PROPOSTA PARA OFERECIMENTO DE CURSO DE EXTENSÃO

IDADE: _____ Área: ☐ TECNOLOGIA
☐ PLANEJAMENTO
☐ CIÊNC./SAÚDE
☐ EDUCAÇÃO
☐ ARTES E ESP.

Nome do Curso: _____

Pré-Requisitos: _____

Nº de Vagas: _____ Horário: _____ Dia curso na semana: _____

Data de Oferecimento: ____/____/____ à ____/____/____

Inscrições: ____/____/____ à ____/____/____ Matrículas: ____/____/____ à ____/____/____

Valor do curso: _____

Carga horária Total _____ hs. Duração: _____

Professor(es), respectiva(s) carga(s) horária(s) e origem: _____

Responsável: _____ Ramal: _____ Custo: (anexar planilha)

Público Alvo e Áreas de Interesse: _____

Objetivo: _____

Observações: _____

Procedimentos Metodológicos: _____

Critério de Avaliação: _____

Bibliografia: _____

Observações: _____

Prof. Dr. _____

Depto. _____

A ser preenchido pela EXTECAMP:

Número do Curso: _____

Processo: _____

Autorizações: Congregação da Unidade: ____/____/____

CEPE: ____/____/____

EXTECAMP: ____/____/____

CONEX/PRE: ____/____/____

Prof. Dr. Paulo Roberto Mei
Diretor da EXTECAMP

347

**PROPOSTA PARA OFERECIMENTO DE DISCIPLINA QUE NÃO CONSTA CATÁLOGO DE DISCIPLINA
DE EXTENSÃO DE 1995**

Unidade: _____ Depto.: _____

☐ TECNOLOGIA ☐ CIÊNC./SAÚDE ☐ PLANEJAMENTO ☐ EDUCAÇÃO ☐ ARTES E ESPORTE

Nome da Disciplina: _____

n.º de Vagas: Mínimo* _____ Máximo _____ Carga Horária Total: _____

* Se o n.º mínimo de alunos matriculados for alcançado, a Unidade ficará obrigada a manter a disciplina.

Requisitos do Aluno: ☐ Nenhum ☐ 1º Grau Completo ☐ 2º Grau Completo ☐ 3º Grau Completo
☐ Outros _____

Período Previsto para Matricula: _____ Período Previsto para Oferecimento: _____
_____/_____/_____ à ____/____/_____

Local: _____ Dia (s) da semana: _____ Hora: _____

Professor(es), respectiva(s) carga(s) horária(s) e origem: _____

Prof. Responsável na Unidade: _____ Ramal: _____

Objetivo: _____

Argumenta: _____

Bibliografia: _____

Procedimentos Metodológicos: _____

OBS: Segundo o artigo 6º da deliberação 02/83 do Conselho Estadual de Educação de 16/04/93 somente os alunos que houverem comprovadamente frequentado, pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) da carga horária prevista, além de terem aproveitamento de aprendizagem, aferido em processo global de avaliação de, no mínimo 70% (setenta por cento), farão jus ao Certificado de Extensão correspondente.

Apreciado pela Congregação em ____/____/____ com o seguinte parecer: _____

ATENÇÃO: O curso só poderá ser realizado após a aprovação pelo CONEX e pela CEPE.
PREENCHER A PLANILHA DE CUSTO NO VERSO

348

CUSTOS FIXOS		Valores
• Professores.....		R\$ _____
• Funcionários.....		R\$ _____
• ISS e IR (impostos pessoais).....		R\$ _____
ISS - 6% para autônomos não inscritos na prefeitura (limite de 3 pagtos/ano) e 0% para autônomos inscritos na prefeitura. IR-Consultar a Funcamp sobre tabela recolhimento		R\$ _____
• INFRA-ESTRUTURA		R\$ _____
• OUTROS		R\$ _____
(A) subtotal 1:.....		R\$ _____
CUSTOS VARIÁVEIS		
• Apostila para alunos		R\$ _____
• Despesas com Correspondência		R\$ _____
(B) subtotal 2:.....		R\$ _____
TAXAS DE RESSARCIMENTO		
Incidem sobre os custos fixos mais variáveis (A+B)		
• Fundo de Apoio Extensão - FAE - 5%		R\$ _____
• Programa de Integração, Desenvolvimento e Socialização - PIDS - 5%		R\$ _____
• Apoio Institucional Unidade - AIU - 0 a 15% (Definido pelo Diretor da Unidade)		R\$ _____
• Administração (FUNCAMP) - 6%		R\$ _____
(C) subtotal 3:.....		R\$ _____
• TOTAL GERAL DO CURSO (A+B+C).....		R\$ _____
• VALOR A SER COBRADO POR ALUNO*.....		R\$ _____

* Pela resolução do Conex de 21/05/92 haverá sempre uma taxa mínima a ser cobrada dos alunos, estipulada pela Extecamp para cobrir despesas de divulgação dos cursos. Hoje esta taxa é de R\$5,00 (Maio/95).

Responsável pela Execução
da Planilha ____/____/____

Coordenador de Extensão da
Unidade ____/____/____

Diretor da Unidade
____/____/____

Parecer EXTECAMP No.: _____

O presente curso satisfaz as exigências vigentes para oferecimento na UNICAMP. Ao CONE para apreciação.

Diretor da EXTECAMP

349



Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitário

MATRÍCULA DE ESTUDANTE DE EXTENSÃO
(*PREENCHER EM LETRA DE FORMA*)

CURSO: _____

Nome: _____

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____ U.F.: _____

RG.: _____ C.P.F. (CIC) : _____

Órgão Expedidor: _____ / _____ Data de Nascimento : _____ / _____ / _____

Endereço Pessoal

Rua: _____ No _____ Apto: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ U.F.: _____

CEP: _____ Tel.: (_____) _____

Empresa em que trabalha: _____

C.G.C. _____ Pública: ☐ Privada: ☐

Endereço: _____

CEP.: _____ Cidade: _____ Tel.: (_____) _____

Fax: (_____) _____ E-Mail: _____

Origem dos recursos p/ pgto. do curso: ☐ Próprios ou ☐ Empres

Necessita de Recibo p/ Pessoa Jurídica ? SIM: ☐ NÃO: ☐

Outras áreas ou cursos de interesse: _____

Fonte da Informação sobre o Curso:

☐ JORNAL ☐ FOLDER BIMESTRAL ☐ CATÁLOGO DE CURSOS DE EXTENSÃO

☐ ATRAVÉS DA UNIDADE QUE OFERECE O CURSO ☐ INDICAÇÃO DE OUTRAS PESSOAS

☐ OUTROS (Especificar) _____

Cidade Universitária "Zeferino Vaz". _____ / _____ / _____

Assinatura do Aluno

☐ Conferido por: _____

- OBS.:** 1. Em caso de desistência da matrícula, a mesma deverá ser comunicada a EXTECAMP no prazo máximo de 7 dias. Caso contrário não haverá devolução de taxas.
2. A EXTECAMP cancelará o curso caso o mesmo não alcance um número mínimo de alunos para sua viabilização.
3. Formulário vigente a partir de 01/06/95.

350



**PROPOSTA PARA OFERECIMENTO DE DISCIPLINA QUE CONSTA DO
CATÁLOGO DE DISCIPLINAS DE EXTENSÃO DE 1995
(*PREENCHER EM LETRA DE FORMA*)**

Período previsto para matrícula: ____/____/____ à ____/____/____

VALORES

- | | |
|--|-----|
| • Fundo de Apoio à Extensão (FAE) - 5% | R\$ |
| • Programa de Integração, Desenvolvimento e Socialização - PIDS - 5% | R\$ |
| • Apoio Institucional à Unidade - AIU - 0 a 15% (definido pelo Diretor da Unidade) | R\$ |
| • Administração (FUNCAMP) - 6% | R\$ |
| • TOTAL GERAL DO CURSO | R\$ |
| • VALOR A SER COBRADO POR ALUNO | R\$ |

* Pela resolução do Conex de 21/05/92 haverá sempre uma taxa mínima a ser cobrada dos alunos estipulada pela EXTECAMP para cobrir despesas de divulgação dos cursos. Hoje essa taxa é de R\$ 5,00 (maio/95).

NOME POR EXTENSO

ASSINATURA

JUNHO/95

351



PROPOSTA PARA OFERECIMENTO DE DISCIPLINA QUE CONSTA DO
CATÁLOGO DE DISCIPLINAS DE EXTENSÃO DE 1995
(*PREENCHER EM LETRA DE FORMA*)

Unidade: _____ Depto: _____

Nome da Disciplina _____

Sigla da Disciplina _____ Página do Catálogo _____ N°.de vagas: min. _____ máx.: _____

Obs: Se o n° mínimo de alunos matriculados for alcançado, a Unidade ficará obrigada a manter a disciplina.

Local: _____ Dia (s) da semana: _____ Horário: _____ hs.

Período previsto para matrícula: _____
_____ / _____ / _____ à _____ / _____ / _____
Período previsto para oferecimento: _____
_____ / _____ / _____ à _____ / _____ / _____

PLANILHA DE CUSTOS

TAXAS DE RESSARCIMENTO

VALORES

- Fundo de Apoio à Extensão (FAE) - 5%R\$ _____
- Programa de Integração, Desenvolvimento e Socialização - PIDS - 5%.....R\$ _____
- Apoio Institucional à Unidade - AIU - 0 a 15% (definido pelo Diretor da Unidade)..R\$ _____
- Administração (FUNCAMP) - 6%.....R\$ _____
- TOTAL GERAL DO CURSO.....R\$ _____
- VALOR A SER COBRADO POR ALUNO.....R\$ _____

▪ Pela resolução do Conex de 21/05/92 haverá sempre uma taxa mínima a ser cobrada dos alunos, estipulada pela EXTECAMP para cobrir despesas de divulgação dos cursos. Hoje essa taxa é de R\$ 5,00 (maio/95).

RESPONSÁVEL PELA PLANILHA _____ COORDENADOR DE EXTENSÃO _____ DIRETOR DA UNIDADE _____

NOME POR EXTENSO _____

NOME POR EXTENSO _____

NOME POR EXTENSO _____

RECEBIDO NA EXTECAMP EM _____ / _____ / _____ POR: _____

ASSINATURA _____

JUNHO/95

COORDENADORIA DE EXTENSÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

RELATÓRIO 1994

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS

A Coordenadoria de Extensão (CODEX), com o apoio da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (FUNCAMP) mantém em treinamento várias equipes que representam a Universidade em competições internas e externas.

- Basquetebol Masculino
- Futebol de Campo
- Voleibol Feminino
- Voleibol Masculino
- Atletismo Feminino
- Atletismo Masculino
- Natação Feminino
- Natação Masculino

Além das equipes esta Coordenadoria apoia os grupos organizados, Centros Acadêmicos, Atléticas, e outros que procuram estar participando de competições, torneios e outras atividades esportivas organizadas dentro desta Universidade, como o grupo de Escalada Esportiva, Tênis de Mesa, Judô, Karatê, Polo-Aquático, Badminton e Tae Kwon Do. Segue abaixo o cronograma das atividades coordenadas por nós.

ESPORTES UNIVERSITÁRIOS

- I COPA UNIVERSITÁRIA SKOLL

Realização F.U.P.E em São Paulo

Período de 04/09 à 25/10 de 1994, com a participação das equipes representativas da UNICAMP, nas seguintes modalidades:

- Futebol de Salão Feminino
- Basquetebol Feminino
- Voleibol Masculino
- Voleibol Feminino

- BRAÇADAS DA SOLIDARIEDADE

Realização: Universidade de São Paulo

Data da realização: 12/11/94

Modalidade: Natação

Participação da Acadêmica: Juçara Maciel

- V TORNEIO UNIVERSITÁRIO DE NATAÇÃO

Realizado pela Universidade Metodista de Piracicaba

Data da realização: 19 de novembro de 1994

RELATÓRIO ANUAL DA CODEX

1995

A Coordenadoria de Extensão (CODEX) manteve durante o ano de 1995, várias equipes de treinamento que representam a Universidade em competições internas e externas, diretamente ligadas ao Conselho de Esportes, criado com a finalidade de desenvolver estas equipes. Temos 11 modalidades, relacionadas a seguir:

- Voleibol Feminino/Masculino
- Natação Feminino/Masculino
- Futebol de Salão Feminino
- Handebol Feminino (2º sem/95)
- Handebol Masculino
- Trampolim Acrobático
- Basquetebol Feminino
- Basquetebol Masculino (2º sem/95)
- Tae Kwon Do Feminino/Masculino
- Polo Aquático Feminino/Masculino
- Grupo Ginástico Unicamp e Grupo Ginástico da FEF

Além dessas equipes esta Coordenadoria apoia os grupos organizados, Centros Acadêmicos, Atléticas, e outros que procuram estar participando de competições, torneios e outras atividades esportivas organizadas dentro desta Universidade, como o grupo de Escalada Esportiva, Tênis de Mesa, Judô e Karatê.

ESPORTES UNIVERSITÁRIOS

As equipes esportivas do Conselho de Esportes participaram de algumas competições, representando o nome da Universidade, tendo como técnicos alunos da graduação da FEF. Abaixo estão relacionadas as competições do ano de 1995.

1. I I COPA UNIVERSITÁRIA SKOLL - Realização F.U.P.E em São Paulo, com a participação das equipes representativas da UNICAMP, nas seguintes modalidades:

- Futebol de Salão Feminino
- Basquetebol Feminino
- Voleibol Masculino
- Voleibol Feminino
- Natação
- Tênis de Campo

2. XVIII JUP's "JOGOS UNIVERSITÁRIOS PAULISTA" - Realização: Federação Universitária Paulista de Esportes - Local: Lins/SP - Data: junho/1995 - Modalidades disputadas:

- Natação
- Basquetebol Feminino
- Futebol de Salão Feminino
- Voleibol Masculino
- Voleibol Feminino

3. CUP/95 - Realização: Federação Universitária Paulista de Esportes - Local: São Paulo/SP - Data: 2º sem/95 - Modalidades disputadas:

- Basquetebol Feminino
- Futebol de Salão Feminino
- Voleibol Masculino
- Voleibol Feminino
- Handebol Feminino

ATIVIDADES OFERECIDAS PARA A COMUNIDADE 1º SEMESTRE/1995

Durante o semestre letivo, os professores e seus monitores, ofereceram, através desta Coordenadoria, atividades para a comunidade universitária, funcionários e também para as pessoas de fora da Unicamp, que freqüentam nosso Centro Esportivo.

São atividades organizadas por docentes, contando com a monitoria de alunos de graduação e pós-graduação, com carga horária, prazo de inscrições e limite de vagas. Atendemos em média 1500 pessoas, por semestre, dentro desse programa de atividades. O prazo para as inscrições é programado para coincidir com o início das aulas, seguindo o calendário da Graduação.

A seguir relacionaremos estas atividades:

01. Atividade: **CONDICIONAMENTO FÍSICO**
Prof. Resp.: Vera Aparecida Madruga Forte
Horário: 2ª e 4ª feiras das 17:30 às 18:30h
Nº de Vagas: 60
Local: Quadras Externas/FEF
Pré-requisitos: idade acima de 18 anos
02. Atividade: **NATAÇÃO PARA 3ª IDADE**
Prof. Resp.: Braulio Araújo Júnior
Horário: 4ª e 6ª feiras das 11:00 às 12:00h
Nº de Vagas: 15
Local: Piscina da FEF
Pré-requisitos: idade acima de 50 anos
03. Atividade: **TAI CHI CHUAN**
Prof. Resp.: José Júlio Gavião de Almeida
Horário: 3ª e 5ª feiras das 17:30 às 19:00h